UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

A dinâmica da *participação* na construção de territórios sociais e do *patrimônio ambiental* da Ilha Grande-RJ

HELENA CATÃO HENRIQUES FERREIRA

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

A dinâmica da *participação* na construção de territórios sociais e do *patrimônio ambiental* da Ilha Grande-RJ

HELENA CATÃO HENRIQUES FERREIRA

Sob a Orientação da Professora Doutora
Maria José Teixeira Carneiro

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
2010

Ferreira, Helena Catão Henriques.
304.2309815 3 F383d T
A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ / Helena Catão Henriques Ferreira/2010.
270 f.

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro.
Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 262-270

1. Participação social - Teses. 2. Território – Teses. 3. Patrimônio ambiental – Teses. 4. Turismo – Teses. 5. Ilha Grande, RJ – Teses. I. Carneiro, Maria José Teixeira. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

Ao terminar a tese, percebo que ela se iniciou muito antes do dia em que escrevi a primeira frase, ou mesmo daquele em que cheguei ao campo de pesquisa. Primeiro, porque não sei precisar esse momento; depois, porque as ideias que a inspiraram foram tecidas em um tempo alargado, em leituras, aulas, conversas, enfim, em andanças diversas pela vida e contatos valiosos e queridos com pessoas.

Cumprindo, então, os rituais necessários a essa passagem, não gostaria, contudo, de fazê-lo de maneira formal, para me "desincumbir" da tarefa. Gostaria, sim, de comunicar meu carinho e gratidão àqueles que participaram direta e indiretamente desse esforço, não só por me ajudarem no período da tese, mas principalmente pelo encontro, breve ou prolongado, em minha vida.

À Zezé, minha orientadora, agradeço o respeito aos meus próprios caminhos e ideias, a argúcia na leitura e análise do meu texto, as prestimosas orientações e diversas "desorientações", que me incitaram a buscar sempre o aperfeiçoamento do trabalho, embora eu tenha claro que, ao terminá-lo, ainda haja muito a ser feito.

Sou grata aos professores do CPDA, com quem convivi mais rapidamente do que desejaria, por estar sempre ocupada e correndo devido aos meus afazeres profissionais. Alguns me foram especialmente marcantes, como Eli Napoleão de Lima, John Comerford, Nelson Delgado, Renato Maluf, Roberto Moreira e Silvana De Paula. À Silvana, agradeço em especial pelo estímulo à escrita e os animados e produtivos debates em várias ocasiões.

Agradeço aos colegas de minha geração cpdeana, que tanto contribuíram na troca de ideias, relatos das experiências no campo, e na troca afetiva, que em alguns casos extrapolou o espaço acadêmico, permanecendo, entretanto, como um lugar de aprendizado. Entre eles, destaco Alessandra, Geny, Márcio, Marlon, Rejane, Rosane e o saudoso Stefano, com quem gostaria de ter convivido muito mais.

Agradeço ao CPDA por ter me acolhido desde 2002, quando comecei o mestrado, e por ser um lugar onde a busca pela interdisciplinaridade nos permite ampliar horizontes e reconhecer no "outro" os parceiros.

Aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação, Marcos Otávio Bezerra e Rosane Prado agradeço as preciosas críticas e contribuições, que me ajudaram, em meio ao percurso, a decidir caminhos na pesquisa e na tese.

À Rosane, agradeço também pela oportunidade de convivência com sua afetuosa generosidade intelectual, pela companhia qualificada no "catar folha" pela Ilha, e por uma amizade que foi sendo construída com base em afinidades e objetivos.

Agradeço aos companheiros do campo, que a um só tempo desempenharam o papel de nativos da pesquisa, dentre os quais se sobressaem: Alexandre Oliveira, Alba Simon, Ana Santiago, Córa Hagino, Daniel Toffoli, João Emílio Fernandes, Mário Wiedmann, Mônica Nemer, Henrique Nakano de Souza, Julieta Freshi, Leandro Fontoura, Lúcia Teixeira, Neuseli Cardoso, Rachel Souza, Renato da Motta, Roberta Zanatta, e Teresa Mendonça, além de outros que certamente estou esquecendo de mencionar. Com eles, enfrentei sudoestes, reuniões intermináveis, viagens de barco, de carro e de ônibus, alguns sobressaltos e muitas alegrias, convivendo sempre com humor, apoio e boa vontade.

À Teresa, agradeço a companhia e parceria na pesquisa, sempre prestativa, animada e capaz de transmitir uma calma invejável.

Minha gratidão à Neuseli é múltipla e por razões difíceis de enumerar, mas, nesse esforço, atribuo à acolhida constante em suas casas, às conversas tão ricas e inesgotáveis, ao fato de tentar sempre me acalmar durante um mar difícil ou uma situação complicada, com suas famosas frases: "já está chegando, depois daquela curva a trilha acaba", "o vento está parando", "o mar está coladinho, coladinho", "é só o miudinho", "dias melhores virão", e o seu canto indelével de quando estamos juntas: Lelê, Lelê... E, além de tudo isso, pelo carinho e amizade imediata.

Agradeço, também, ao Gustavo Costa, com quem, mesmo não tendo estado no campo ao mesmo tempo, estabeleci um rico diálogo sobre a Ilha e o Aventureiro, "ao vivo" e em nossos textos, tecidos juntos e em separado.

Aos meus pais, que, embora não estejam mais por aqui, constituíram a base material e interna sobre qual pude experimentar caminhos, sem muito medo dos tropeços e quedas.

À minha pequena e querida família, constantemente presente, que experimentou em graus diferenciados os efeitos da tese: Fernando, Camila, Maíra, Matheus, Miguel, Maiko, Marcelo, Inês, Elisa e Francisco, agradeço o amor e a companhia na vida.

Agradeço a todos os meus amigos, responsáveis por fazer a minha vida mais interessante, animada e feliz, e em especial àqueles com quem convivo mais proximamente, encontrando apoio em minhas empreitadas: Célia, Elaine e Mônica, Cristina, Flávio, Márcia e Maria José. Elaine e Maria foram de uma ajuda incalculável ao acompanhar, quase que diariamente, meus momentos de dificuldades e alegrias durante a escrita da tese.

Aos meus colegas da UFF, pela estimulante convivência e as renovadas expectativas nos caminhos profissionais. Ao Eduardo e Marcello, pela compreensão da necessidade de me dedicar à finalização da pesquisa e da tese. À Ana Paula, agradeço especialmente pela caneca, que me acompanhou todo o tempo, alentando-me com chazinhos diversos, pelas traduções e

carinho, como parceira, também, de término de doutorado. Ao Aguinaldo, companheiro de outras jornadas, por um dia ter me perguntado o que eu estava esperando.

Aos meus alunos, com quem "penso alto" e de quem escuto coisas surpreendentes, agradeço a definitiva entrada em minha vida.

A todos os meus entrevistados, aos membros dos fóruns, ao povo da Ilha Grande em geral e do Aventureiro em particular, agradeço por fazerem parte de reflexões que um dia começaram, mas que pretendo não terminar, enquanto estiver por aqui.

RESUMO

FERREIRA, H.C.H. **A dinâmica da *participação* na construção de territórios sociais e do *patrimônio ambiental* da Ilha Grande-RJ**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Este trabalho se propõe a analisar processos políticos e sociais que ocorrem na Ilha Grande-RJ, desencadeados na década de 1970 e em vigor até os dias atuais, a partir da construção de leis e políticas ambientais e da criação de unidades de conservação da natureza. Esses processos, na Ilha, estão intimamente conectados ao crescimento sincrônico e permanente da atividade turística. A perspectiva de análise tem como enfoque central as visões em disputa sobre natureza, ambiente, turismo, política e participação. Os principais espaços de análise desta tese são os *fóruns participativos*, por meio dos quais tem se articulado a atual política ambiental que incide sobre o território da Ilha Grande, sob a inspiração da ideia de *sustentabilidade*. As políticas públicas ambientais no Brasil se desenvolveram, inicialmente, durante o período militar, imprimindo em suas ações o autoritarismo que perpassou a sociedade brasileira naquele momento. Os responsáveis por essas políticas, hoje, tendo herdado o passivo social decorrente das práticas dos que os antecederam, atuam em uma sociedade que demanda novos caminhos, ancorada no paradigma democrático. Marca os novos tempos a exigência de *participação popular*, o que traz, certamente, maior complexidade a todo o processo. Busco estabelecer uma relação entre essas leis e políticas públicas e a perspectiva da produção de diferentes territórios sociais na localidade. As disputas políticas que ocorrem nesses territórios estão fortemente relacionadas às visões conflitantes dos diversos grupos sociais presentes na Ilha e, de modo correspondente, às diferentes noções de patrimônio. Além disso, uma das principais tarefas dos *fóruns* é engendrar novas territorializações, que atendam às premissas da proteção/conservação do patrimônio natural/cultural.

Palavras-chave: Participação, territórios sociais, patrimônio ambiental.

ABSTRACT

FERREIRA, H.C.H. **A dinâmica da *participação* na construção de territórios sociais e do *patrimônio ambiental* da Ilha Grande-RJ**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

This work aims at analyzing political and social processes that take place in Ilha Grande, RJ, which started during the 70s and are still on today, from the establishment of environmental laws and policies as well as the creation of nature conservation units (NCU). Theses processes in the Island are closely related to synchronical and permanent growth of touristic activity. The prospection of analysis has as central focus the contest on nature, environment, tourism, policies and participation. The subject of study for this thesis are participative foruns, through which one the present environmental policy that takes place in Ilha Grande has been articulated, under the inspiration of the idea of sustainability. Public environmental policies in Brasil have developed, initially during the military period, carrying in their actions the authoritarianism that has pierced through Brazilian society at that time. Those in charge of these policies, today, having inherited the social liabilities resulting from practices of those who preceeded them, act in a society which demands new ways, anchored on the democratic paradigm. New times have been marked by the requirement of popular participation, which certainly brings more complexity to the process as a whole. I search to establish a relation between these laws and public policies as well as the perspective of production for different social territories in the locality. Political disputes that take place within these territories are strongly related to conflicting views of several social groups who are present in the Island and, correspondently, to different notions of patrimony. Besides, one of the main tasks of foruns is to engender new territorializations, which serve to premisses protection/conservation of natural/cultural patrimony.

Key-words: Participation, social territories, environmental patrimony.

"O tempo de compreender pode reduzir-se ao instante de olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender. Assim, a objetividade desse tempo vacila com seu limite. Subsiste apenas seu sentido, com a forma que gera de sujeitos indefinidos, a não ser por sua reciprocidade, e cuja ação fica presa por uma causalidade mútua a um tempo que se furta no próprio retorno da intuição que o objetivou".

Jacques Lacan (1998)

LISTA DE SIGLAS

AMAIG - Associação de Moradores e Amigos do Abraão

AMAV-Associação de Moradores e Amigos da Vila do Aventureiro

AMHIG-Associação de Meios de Hospedagem da Ilha Grande

AMOTAP-Associação de Moradores e Amigos da Parnaioca

APA-Área de Proteção Ambiental

BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEADS-Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável

CODIG-Comitê de Defesa da Ilha Grande

CONSIG-Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande

DCN-Diretoria de Conservação da Natureza

FEEMA-Fundação Estadual de Engenharia do Meio AmbienteFLONA Floresta Nacional

IEF-Instituto estadual de Florestas

INEA-Instituto Estadual do Ambiente

IPCM-Instituto Penal Cândido Mendes

ISABI-Instituto Socioambiental da Baía da Ilha Grande

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MTUR - Ministério do Turismo

PEIG - Parque Estadual da Ilha Grande

PEMA - Parque Estadual Marinho do Aventureiro

RDS-Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reserva Extrativista

SAPÊ-Sociedade Angrense de Proteção Ecológica

SEA-Secretaria do Estado de Ambiente

SMA-Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

SNUC-Sistema nacional de Unidades de Conservação

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TURISANGRA - Fundação de Turismo de Angra dos reis

TURISRIO-Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

UC-Unidade de Conservação

UERJ-Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRRJ-Universidade Federal rural do Rio de

SUMÁRIO

E começa o verão 2010

Introdução: O instante de olhar

PARTE I: O tempo para compreender

1. A diversidade territorial frente à salvaguarda do patrimônio ambiental.....30

1.1. Territórios de proteção e de desfrute da natureza no litoral sul do estado do Rio de Janeiro

1.2. As unidades de conservação da Ilha Grande

1.3. Os territórios sociais da Ilha Grande

1.4. A natureza como patrimônio

1.5. Patrimônios e preservação

1.6. A "retórica da perda" e a "alegoria da natureza"

1.7. Patrimônio: uma categoria não consensual

2. Os *fóruns* da Ilha Grande e a política ambiental participativa.....51

2.1. A reestruturação dos conselhos estaduais de unidade de conservação

2.2. O conselho gestor do Parque Estadual da Ilha Grande - PEIG

2.3. O conselho gestor da APA de Tamoios

2.4. Outros "fóruns participativos" na Ilha Grande

2.4.1. Núcleo Gestor do Plano Diretor da Ilha Grande

2.4.2. Grupo de Trabalho de Sustentabilidade da Ilha Grande

2.4.3. O processo de recategorização do Aventureiro

2.4.4. A dinâmica dos fóruns virtuais

2.5. As mudanças no "ambiente" governamental: a criação do Inea e seus reflexos nos fóruns

3. *Participação* e a aproximação do "outro".....83

3.1. O surgimento da ideia de "participação popular" no Brasil

3.2. A ideia de "participação" alcança as esferas ambientais

3.3. As reuniões dos fóruns como rituais políticos

3.4. Participação e representação

3.5. A composição dos fóruns e a disputa de visões e interesses sobre o território

3.6. As populações locais e a participação nos fóruns
3.7. Disputa, negociação e a aproximação do "outro"

4. "A casa, a rua e o outro mundo": reinventando territórios.....114
4.1. Usos e regras do espaço
4.1.1. Parnaioca: a reedição de uma territorialização excludente
4.2. Planejamentos e territorializações
4.2.1. Planos diretores
4.2.2. Zoneamento urbano
4.2.3. Zoneamento e meio ambiente
4.2.4. Planos de manejo
4.2.5. Zoneamento em unidades de conservação da natureza
4.3. Território e poder
4.4. Os territórios de risco
4.5. "O outro mundo"

5. Produções e consumos do ambiente: o turismo na Ilha Grande.....146
5.1. Turismo e ambiente
5.2. O crescimento do turismo na Ilha
5.3. Praias, enseadas, vilas e turismo
5.4. A percepção do turismo como salvação
5.5. Um processo incontrolável
5.6. A beleza e o perigo
5.7. Produções e consumos
5.8. O turismo nos fóruns participativos

6. Da comunidade à rede - da rede à comunidade: "o paraíso perdido e ainda esperado"....170
6.1. O meio ambiente: a construção de novos códigos de percepção do mundo
6.2. Mar de pescadores e turistas. O mar que une e o mar que separa. Mar de preservação
6.3. Roças e matas
6.4. Sobre a noção de problemas ambientais e suas diferenças
6.5. Jacas, bambus e outros *exóticos*
6.6. Bichos da casa, bichos da rua e bichos da floresta
6.7. As dificuldades no diálogo

6.8. Da comunidade à rede, da rede à comunidade

PARTE II: O momento de concluir

"Eu vivo de esperança"

7**.** Aventureiro: um caso emblemático na Ilha.....207
7.1. Uma instabilidade recorrente
7.2. Recategorização: solução ou inquietação?
7.3. Grupo de Trabalho do Aventureiro
7.4. As propostas do Estado e as reações dos moradores
7.5. Um diálogo nem sempre fácil e às vezes quase impossível
7.6. Um período liminar sob um processo de recategorização
7.7. Tradicionalidade: apropriação e rejeição
7.8. Um turismo comunitário
7.9. O momento liminar: o tecer de forças e poderes para a passagem

Considerações Finais.....254
Referências Bibliográficas

E começa o verão de 2010...

No início de dezembro de 2009, o verão na Ilha Grande já estava a pleno vapor. Enormes transatlânticos ancoravam em frente ao cais da Vila do Abraão. E, com eles, inúmeras polêmicas. Uns os defendem com unhas e dentes, dizendo que são importantes para a economia local, enquanto outros, declaradamente ou não, os abominam, olhando para o fato de que, a cada dia, milhares de pessoas desembarcam na pequena vila, o que causaria um impacto muito grande e traria benefícios para poucos, já que os turistas não se hospedam e nem passeiam muito pela Ilha. A diferença para os outros anos – em que se produziu um burburinho maior em torno do assunto – foi que nesse verão estavam chegando dois navios ao mesmo tempo, quando até então eles se revezavam e apenas um por dia permanecia ancorado.

No Abraão, que atualmente tem recebido turistas durante o ano todo, o número de pessoas circulando já havia aumentado muito. Uma grande expectativa sobre os meses de janeiro e fevereiro se fazia presente. Muitas reservas já tinham sido feitas, quase não havia mais vagas. No ano anterior, o movimento em janeiro tinha sido tão grande que, em alguns momentos, não havia mais pousadas disponíveis. Jovens estrangeiros circulavam, em vão, em busca de um local para ficar. Muitos idiomas se cruzavam no ar...

Na reunião do conselho da APA de Tamoios, do dia 16 de dezembro, o assunto dos navios foi comentado. Discussões acaloradas circulavam também nos e-mails do grupo. No Abraão, um guia de turismo havia interpelado quase agressivamente um dono de pousada, por entender que ele era contra os navios. As pousadas organizavam ceias de Natal e Réveillon e pacotes de hospedagem. Turistas, animados e vermelhos, reservavam esses pacotes e essas ceias sofregamente, tentando não ficar de fora do *fim de ano no paraíso*. Muito sol, temperatura variando na casa dos trinta graus. E, então, a chuva chegou para o Ano Novo. Muita chuva, contínua e forte.

Dia 1º de janeiro de 2010

Ao ligar a televisão pela manhã, para saber das notícias do Ano Novo no Rio, reconheço as primeiras imagens que vejo: o mar da Ilha Grande, lindo, cercado pelo verde das montanhas. A voz do repórter, em um tom alarmado, anuncia vítimas, corpos, desabamento, soterramento.

Aos poucos, fico sabendo que houve um escorregamento de grande quantidade de terra em um morro na praia do Bananal, caindo sobre várias casas e uma pousada que

conheço, uma das mais bonitas da Ilha. Eu mesma havia citado essa pousada para muita gente, como exemplo de lugar de bom gosto e também de "problema ambiental", pois está "plantada" sobre o costão rochoso. O dono, um cara simpático que frequentava as reuniões dos fóruns, era muito atuante no local. Mineiro, casado com uma artista plástica descendente de japoneses, tinha uma filha de 18 anos, que morreu na tragédia.

As reportagens sobre o assunto se sucederam em profusão. Na televisão, programas foram interrompidos para mostrar corpos sendo retirados dos destroços e da enorme camada de terra que cobria tudo. No centro de Angra dos Reis, outro morro desabou quase na mesma hora. Só que esse, em vez de vegetação preservada, era coberto por casas pobres, como praticamente todas as encostas dos morros que cercam a cidade.

Angra é assim: no centro da cidade, morros por todos os lados, com casas e mais casas. Boa parte dos moradores são pessoas pobres, muitas vindo da própria Ilha Grande, atraídas pelas "facilidades urbanas" e ao mesmo tempo expulsas pelo turismo, que valorizou as terras da Ilha, tornando-as proibitivas para sua população nativa. Outros vieram de longe, para trabalhar em grandes empresas que se instalaram na região e na construção de hotéis e condomínios. Essa é uma Angra pobre, difícil, sofrida, e agora com uma ferida exposta na tevê pelo acidente.

Nem foi preciso ir até lá para entrevistar seus moradores. Eles estavam no jornal da noite, chorando famílias inteiras perdidas e casas destruídas. O que quase todos denunciavam era a luta diária para *ter as coisas*, e a perda de tudo em poucos minutos. Reclamavam da prefeitura e sua burocracia para repassar doações de comida, da demora para providenciar a liberação dos corpos, da falta de transporte para acompanhar enterros. Ao mesmo tempo, foi entrevistado pela televisão um sem-número de autoridades, funcionários, técnicos, especialistas, geólogos etc., dando informações, explicando os acidentes, mostrando serviço.

Convivendo com essa, há uma outra Angra dos Reis, a do mar, das ilhas, das praias, hotéis, *resorts,* condomínios; a que ocupa as páginas das revistas de celebridades da tevê. A Angra-Cenário, de locação de filmes e propagandas, lugar de felicidade e *glamour*, que habita o imaginário de ricos e estrangeiros como um *paraíso tropical*.

A classe média também sonha com o mar de Angra, e principalmente com a Ilha Grande, mais acessível, ao contrário das ilhas privativas da elite, que está em Angra mas não aparece nas ruas.

Com as entrevistas dos especialistas interpelados pelos repórteres, aprendi que o solo por ali é muito instável – aliás, eu já sabia disso, mas tudo me parecia novo; como se outro município e outra Ilha se descortinassem aos meus olhos. Uma cidade que chora e que se

espanta com a *morte anunciada*, como muita gente comentou nos fóruns, uma Ilha que tem medo da chuva e que teme novos desabamentos.

O governador apareceu um dia depois do desastre – quando muita gente já denunciava sua ausência de cena – fazendo caretas para a câmera de televisão. Falou que o solo da região é frágil, que as encostas não podem ser ocupadas, e visitou os dois desabamentos. Em entrevista gravada no cais em frente à pousada, disse que aquela área, apesar de preservada e rica, também é de risco. Denunciou os governos anteriores, que permitiram ocupações em áreas indevidas por demagogia, e contou que, em 2007, junto com Carlos Minc, Secretário Estadual do Ambiente, na época, e depois Ministro do Meio Ambiente, aumentou a área do Parque Estadual da Ilha Grande exatamente por esse motivo: porque essas áreas deveriam permanecer preservadas. Disse também que ouviu muitas reclamações de empresários e proprietários locais descontentes com tal fato.

No entanto, o próprio governador, em 2009, baixou um decreto flexibilizando a legislação ambiental. Segundo o decreto – que, para ambientalistas de ONG`s locais, atende à especulação imobiliária –, residências e empreendimentos turísticos poderão ser construídos em áreas da chamada Zona de Conservação de Vida Silvestre.

Um deputado do PT, Alessandro Molon, propôs um projeto de lei para suspender esse decreto, com base no fato de que uma alteração no zoneamento ambiental precisa passar pelo poder legislativo. Esse projeto, entretanto, tramita devagar.

Enquanto a polêmica se instalava, a foto de uma cena chocante aparecia nos jornais e noticiários da tevê e da Internet, se transformando em alegoria da tragédia. No pátio de um colégio estadual de Angra dos Reis, uma fila de caixões, em um velório coletivo, misturava a dor de familiares das vítimas da Praia do Bananal e do Morro da Carioca. Dores e tristezas, desde o início misturadas no Instituto Médico Legal, para onde foram sendo levados os corpos, e diante das câmeras de tevê.

Jornalistas, no calor do trabalho árduo e penoso, e na tarefa de transformar tudo em espetáculo, apresentavam imagens da Ilha Grande acompanhadas de relatos sobre o ocorrido no Morro da Carioca, confundindo espectadores e fazendo das duas uma só história. Em quatro dias, foram encontrados cinquenta corpos ao todo, nos dois lugares, e ainda havia algumas pessoas desaparecidas.

O dia 4 de janeiro foi marcado pela preocupação dos donos das pousadas da Ilha Grande. As notícias sobre os deslizamentos em Angra tiveram uma imediata e negativa repercussão sobre o turismo na região. Apavorados, os turistas começaram a cancelar as reservas que haviam feito para o mês de janeiro e até mesmo para o carnaval. O presidente da

TurisAngra- Fundação de Turismo de Angra dos Reis se reuniu com os *pousadeiros,* como se autodenominam, para discutir o assunto e traçar estratégias de enfrentamento do problema. Mesmo as pousadas distantes da enseada do Bananal estavam sofrendo as consequências.

O presidente da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande dava declarações aos jornais dizendo que os membros da associação eram solidários e estavam consternados com o acontecido. Porém, aquele era o período do ano em que todos os que trabalham com o turismo tiram seu sustento, e que, assim, todo o turismo da Ilha seria afetado.

Turismo e "meio ambiente" são as questões pungentes e inseparáveis da Ilha Grande. Não há um só dia em que esses temas não sejam debatidos em diversos locais, por diferentes pessoas, de diversas maneiras... *O que é certo e o que é errado* está sempre em pauta, reproduzindo as disputas entre os diferentes pontos de vista.

INTRODUÇÃO: O INSTANTE DE OLHAR

Meu primeiro contato como pesquisadora com a Ilha Grande foi em 1991, quando fui chamada para participar do estudo para o plano diretor do Parque Estadual da Ilha Grande. Desde o primeiro momento, meu interesse voltou-se para a relação entre unidade de conservação da natureza e sociedade.

A demanda do Instituto Estadual de Florestas (IEF) ao me fazer esse convite era a de incorporar às pesquisas conhecimentos relacionados ao turismo, que já se desenvolvia com intensidade na Ilha Grande, embora não de forma tão completa como atualmente. Portanto, ingressei no estudo como representante da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio), onde trabalhava naquela época.

Percebi, desde então, que a visão do IEF sobre a Ilha era circunscrita à área da unidade de conservação, e, embora reconhecendo que ela estava inserida no contexto da Ilha Grande, a necessidade de delimitar um espaço de gestão impedia que esse aspecto fosse considerado em suas amplas implicações. Outro dado que me causou estranheza foi que as relações entre a população local e a unidade de conservação – um aspecto que, sob meu ponto de vista, era fundamental para o estudo proposto – não tinha o mesmo valor para maioria dos técnicos da instituição, e tampouco para a equipe da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) responsável pela coordenação do trabalho, na maioria composta por engenheiros florestais e biólogos.

A compreensão dos estágios de sucessão vegetal em que se encontrava a Mata Atlântica na Ilha, a identificação de espécies endêmicas, a fauna nativa, os recursos hídricos, as questões geológicas, etc. eram os principais interesses desses grupos. Era o que priorizavam a equipe da universidade e do IEF, este com atenção principalmente na floresta (como é expresso no seu próprio nome), e que consideravam como dados importantes para se estabelecerem o zoneamento da unidade e as regras de cada zona, bem como as recomendações para desenvolver um projeto de conservação da natureza aliado ao turismo.

Apesar disso, me pus a fazer o que percebia como *meu trabalho*. Como profissional da área de Ciências Sociais, julgava imprescindível realizar uma pesquisa de campo com base em entrevistas, com diferentes atores da sociedade local e turistas. Além disso, cabia observar os modos de vida locais, as implicações da existência de um parque para a população, a inserção dos moradores na atividade turística e a forma de organização desta naquele contexto. Tomei conhecimento, então, de que as unidades de conservação da Ilha, louvadas pelos técnicos do órgão ambiental e pelos pesquisadores da universidade, eram consideradas

um *verdadeiro pesadelo* pelas pessoas locais com quem eu conversava. Os moradores reclamavam muito do então administrador do Parque, de sua intransigência, do modo como eram tratados por ele, dos impedimentos aos seus costumes, que, com "pulso forte", ele fazia valer.

As pessoas com quem conversei, naquela época, eram na maioria da Vila do Abraão, onde se localiza a sede da unidade. A equipe do plano diretor organizava, vez por outra, reuniões com moradores da Vila do Abraão para informá-los sobre o Plano e sobre as ideias (já presentes) de se criar *um parque bem estruturado*. Essas reuniões com a *comunidade*, como eram chamadas as pessoas que compareciam às reuniões, acabavam sempre em brigas entre os próprios moradores e entre eles e o órgão ambiental, com muitas acusações ao IEF. O Parque era visto como algo muito ruim, que tinha como única função impedi-los de viver suas vidas como de costume. Consideravam injusto o tratamento recebido dos fiscais e do chefe da unidade.

Todas essas reuniões tinham uma dinâmica semelhante. Os técnicos do IEF faziam a abertura informando sobre o Plano e as novidades de infraestrutura para o Parque, que eram conseguidas e disponibilizadas pelo órgão. Os coordenadores das equipes atualizavam as notícias sobre as pesquisas. Muitas vezes essas falas não eram concluídas, pois alguma pergunta vinda da platéia dava início a uma discussão que tomava a reunião, com acusações e brigas.

Quando o plano diretor foi concluído, eu havia estabelecido muitas relações com moradores locais e possuía certo conhecimento da Ilha, adquirido nas caminhadas pelas trilhas ou em percursos de barco com outras equipes que trabalhavam para o plano. Comecei, a partir de então, a frequentar a Ilha amiúde, principalmente para participar de palestras, eventos e projetos na localidade, representando o órgão em que trabalhava. Também era convidada por pessoas do IEF, das várias gestões que se sucederam, para participar de projetos não só na Ilha, mas também em outros parques, pois era a única na TurisRio que lidava com unidades de conservação.

Adquiri familiaridade com esse tema e a partir da Comissão Estadual de Turismo Ecológico, que fui incumbida de organizar, passei a ter contato com diversos outros atores a ele relacionados, tais como técnicos do Ibama, pesquisadores de universidades, ONG's, empreendedores de ecoturismo, etc.

Na Ilha Grande, fui me aproximando cada vez mais das questões locais, dentre as quais se destacavam os conflitos entre os moradores da Vila do Aventureiro e a Feema, iniciados com a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, em 1981, que causou

impedimento ao seu modo de vida. Desenvolvi pesquisa sobre essa questão para minha dissertação de mestrado, defendida em 2004. No ano seguinte fui convidada a participar do conselho do Parque, porém, depois de sua criação, esse conselho não mais se reuniu. Estive presente em reuniões e mobilizações que objetivavam dar apoio aos moradores do Aventureiro, em um dos seus mais graves enfrentamentos com o órgão ambiental (e outros órgãos públicos), ocorrido no ano de 2006. Fui desenvolvendo um grande afeto pela Ilha e seus moradores, me sentindo cada vez mais comprometida com as questões que iam surgindo a partir das políticas públicas projetadas para ela, sempre relacionadas aos temas "proteção da natureza" ou "turismo".

Em 2007, com as mudanças no governo do estado e a reestruturação dos conselhos das unidades de conservação, fui chamada para fazer parte de um processo que se tornou múltiplo, com a instituição concomitante de diversos *fóruns participativos* na Ilha. A frequência às reuniões me apresentou aspectos interessantes para o estudo do tema sob uma perspectiva sócio-antropológica, pela complexidade das relações sociais que se estabeleciam. Dessa forma, mudei meu objeto de tese de doutorado, que previa trabalho de campo em outra localidade, e comecei a pesquisar esse *processo participativo*.

Embora a pesquisa para a tese tenha enfocado mais especificamente os fóruns da Ilha, não posso ignorar que minha inserção no campo de estudo das políticas ambientais e do turismo na localidade, há 19 anos, certamente contribuiu para uma visão ampla do assunto. O que ocorre hoje nos fóruns é o resultado de todo um processo que veio se construindo ao longo do tempo, desde que começaram a ser criadas as unidades de conservação da Ilha, na década de 1970, e desde que o turismo foi se firmando. O fato de eu ter acompanhado de perto esse processo durante um período prolongado colaborou para o entendimento de muito do que ocorre hoje.

Durante os três anos deste estudo, estive na Ilha muitas vezes, em quase todos os meses e, às vezes, 2 ou 3 vezes no mesmo mês, permanecendo por períodos que variavam de um, dois ou três dias para reuniões, até uma semana e meia para entrevistas, com intervalos pequenos entre as idas.

Meu conhecimento sobre a Ilha Grande tem se construído ao longo da vida, desde que comecei a visitá-la ainda na adolescência como turista, perpassando as diferentes inserções profissionais e acadêmicas. Para defini-lo, aproveito uma imagem de Goldman (2006), para quem o trabalho de campo de sua pesquisa em Ilhéus assemelhou-se ao que se denomina no candomblé como "catar folha". Ou seja: "alguém que deseja aprender os meandros do culto deve logo perder as esperanças de receber ensinamentos prontos e acabados de algum mestre;

ao contrário, deve ir reunindo (catando), pacientemente ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (folhas), com a esperança de que em algum momento um esboço plausível de síntese será produzido" (GOLDMAN, 2006, p.24). Da mesma maneira, tenho permanecido nesse "catar folha" constante na Ilha, pelo qual me atrevo a elaborar sínteses provisórias, constituídas muito mais por novas perguntas do que propriamente por conclusões.

Minha presença constante na região permitiu uma permanente observação direta. Por outro lado, a proximidade com o objeto de estudo exigiu um esforço contínuo de minha parte para manter o estranhamento diante de um universo já familiar (DAMATTA, 1978; VELHO, 1978), além de ter sido preciso analisar constantemente meu próprio envolvimento e engajamento no universo em questão. Recorro, ainda, a Goldman, para definir as pessoas que fizeram na pesquisa o papel de "informantes" (...), "termo infame que a antropologia compartilha com a polícia" (2006, p.24). Tratam-se "muitas vezes de amigos (pessoas com as quais não me sentia à vontade de agir como pesquisador) e, sempre, de interlocutores, no sentido mais abrangente, ou seja, pessoas com as quais eu dialogava, concordava e discordava, expunha e escutava pontos de vista" (GOLDMAN, 2006, p. 24). Tenho claro, por isso, que muitas das análises que faço com relação aos atores sociais presentes nessa cena incluem a minha própria pessoa, já que também faço parte dela.

A pesquisa utilizou-se da participação em reuniões dos fóruns, de entrevistas (tratadas como tal perante os entrevistados) e também de conversas informais (que não deixavam de ser entrevistas), além da observação direta. As reuniões e entrevistas foram registradas em gravações e as conversas e observações anotadas em cadernos de campo. As localidades visitadas na pesquisa foram: centro de Angra dos Reis, Abraão, Aventureiro, Longa, Provetá, Araçatiba, Matariz, Bananal e Dois Rios. Foram realizadas 25 entrevistas gravadas e incontáveis conversas sobre diversos assuntos relacionados com a vida local, as histórias do passado da Ilha e seus costumes, as relações das populações locais com os órgãos públicos e, principalmente, com a legislação e a política ambientais.

Coletei ao longo de 3 anos uma grande quantidade de material, entre gravações, anotações, documentos e fotografias. Tudo isso demandou seleção acurada, permanente busca pelo foco da pesquisa e muita coragem para deixar de lado boa parte desse material, à espera de análises futuras.

Atribuo grande importância às conversas realizadas nas mais diferentes situações, tais como intervalos de reuniões, percursos de barco ou de carro, refeições antes ou depois de reuniões, mesas de bar, visitas, etc. Esses contatos, além de contarem com maior espontaneidade do "entrevistado" e também da "entrevistadora", possuíam uma grande

abrangência, salteando assuntos diversos, alguns inclusive mais reservados ao espaço da confiança mútua – as confidências –, que mesmo não podendo ser revelados, ajudaram a compor os quadros do entendimento.

A maior parte dos pesquisados não é identificada, no sentido de preservar sua privacidade, porém, no caso de personagens de maior projeção na cena pública, a identificação se faz necessária, por um lado para contribuir com a compreensão do assunto, e por outro porque, ao relatar suas características gerais, o que é imprescindível, eles seriam de qualquer forma reconhecidos. Optei, então, por pedir autorização para tal, prometendo fazê-lo de forma a não causar grandes constrangimentos.

A tese está estruturada em duas partes. Nos seis capítulos da primeira parte, procuro desenvolver uma argumentação que tem como questões centrais:

- A construção de relações dos órgãos ambientais com as populações locais;
- A experimentação do *processo participativo* por parte do Estado, com suas ambiguidades e contradições;
- As diversas compreensões da ideia de *participação*;
- As "territorializações" e "patrimonializações" empreendidas pelo Estado e pelo turismo antes e durante o *processo participativo*.

Proponho-me a analisar os processos políticos e sociais que ocorrem na Ilha Grande, desencadeados na década de 1970 e em vigor até os dias atuais, a partir da construção de leis e políticas ambientais e da criação de unidades de conservação da natureza. Esses processos, na Ilha, estão intimamente conectados ao crescimento sincrônico e permanente da atividade turística. A perspectiva de análise tem como enfoque central as visões em disputa sobre natureza, ambiente, turismo, sociedade e política.

Meu objeto de estudo é, portanto, a política de proteção à natureza que incide sobre o território da Ilha Grande e sua população, política essa que hoje se constrói, em grande parte, por meio dos *fóruns participativos* e sob a inspiração da ideia de *sustentabilidade*.

Entendo aqui como *fóruns participativos* os conselhos de unidades de conservação da natureza, grupos de trabalho, consultas públicas, reuniões, etc., que constituem espaços públicos de diferentes tipos, criados para discutir questões da política ambiental para a Ilha. O que eles têm em comum é o fato de serem inspirados pela ideia de *participação popular*, como forma de inclusão dos atores envolvidos e legitimação dos processos decisivos (mesmo que apenas de forma consultiva).

A *participação* tem se transformado em uma exigência legal, nos mais variados setores da sociedade, e os dispositivos que fundamentam essa institucionalização estão estabelecidos tanto na Constituição Federal de 1988 como nas constituições estaduais, nas leis orgânicas municipais e, em relação às unidades de conservação, na Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A política de conservação da natureza no Brasil se desenvolveu, inicialmente, durante o período militar, imprimindo em suas ações o autoritarismo que perpassou a sociedade brasileira naquele momento histórico. Os responsáveis por essas políticas, hoje, tendo herdado o passivo social decorrente das práticas dos que os antecederam, atuam em uma sociedade que demanda novos caminhos, ancorada no paradigma democrático. O surgimento da exigência de *participação popular* na implantação dessa política marca os novos tempos, trazendo, certamente, maior complexidade a todo o processo, que já não se dá sem dificuldades. A lógica autoritária não está sepultada. A história incorporada, que se tornou *habitus,* opõe uma resistência surda e dissimulada às mudanças (BOURDIEU, 2002). Concomitantes às novas formas de fazer a gestão ambiental, misturam-se as dificuldades herdadas do passado e reproduzidas no presente.

No primeiro capítulo, busco delimitar as noções de território e patrimônio, por meio das quais desenvolvo a análise das políticas de conservação da natureza na Ilha Grande e dos *fóruns participativos*. Ao mesmo tempo, procuro demonstrar sua importância como categoria explicativa do universo estudado. A partir do espaço físico da Ilha Grande, diferentes interpretações sobre esse espaço são produzidas por grupos sociais diversos, constituindo, portanto, territórios diferenciados. Dessa forma, o debate sobre esta política apresenta uma forte dimensão territorial.

Por outro lado, os elementos que constituem os territórios, a partir das relações de pertencimento dos atores sociais envolvidos, tornam-se objetos das políticas de proteção, podendo ser denominados como "patrimônios", sendo também diversificados e alimentando disputas e negociações por hegemonia de classificações e direitos.

A Ilha Grande é, hoje, um território em evidência no cenário ambiental do estado do Rio de Janeiro. Considerada ecologicamente importante por ambientalistas e vista como *locus* do ecossistema da Mata Atlântica, passou a ser área de abrangência de diversas leis ambientais e unidades de conservação. Ao mesmo tempo, é considerada como *locus* do desfrute de uma *natureza exuberante,* que se constitui em *produto turístico*, para o que a existência das unidades de conservação contribui decisivamente.

Apesar de ser objeto de inúmeras leis ambientais, o que mais se ouve de moradores e frequentadores é que *ela corre perigo*. Os principais motivos apontados são as construções em áreas proibidas, muitas delas subindo as encostas, os desmatamentos, o número excessivo de visitantes, que tende a aumentar, e a falta de infraestrutura básica para atender a demanda, entre diversos outros problemas. Fala-se também das dificuldades na implantação efetiva das unidades de conservação. Muitos moradores e visitantes ainda desconhecem o fato de existir ali tantos tipos de áreas protegidas. Tudo isso se transforma em tema de debate, disputa e negociação nos *fóruns* em questão.

No segundo capítulo, procuro apresentar os *fóruns participativos* da Ilha Grande em seu contexto político externo e local. Buscando atender às exigências legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, entre outras leis e políticas, foram criados diversos *fóruns* de debate e *compartilhamento de gestão* acerca do diversificado e contraditório universo da Ilha. São eles: Conselho do Parque Estadual da Ilha Grande, Conselho da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, Núcleo Gestor do Plano Diretor da Ilha Grande, Grupo de Trabalho para a Gestão Sustentável da Ilha Grande, Grupo de Trabalho do Aventureiro e reuniões com a população local, os dois últimos relativos ao processo de recategorização de parte da Reserva Biológica da Praia do Sul.

É necessário, entretanto, percebê-los como instâncias de negociação não-homogêneas, onde atuam, também, discrepâncias e assimetrias que, ao mesmo tempo em que contribuem para que se construam novas relações, reproduzem as lógicas sociais nas quais estão inseridos.

Tais premissas levam-me a perguntar: o que está em jogo na criação desses fóruns? Quais as visões em disputa sobre meio ambiente, preservação, patrimônio, território, política, participação e sobre os *fóruns participativos*?

No capítulo 3, procuro entender o significado das ideias concorrentes sobre *participação social* nesse campo, seus significados nos processos locais, como têm sido operadas e as ações que designam.

A incorporação da *participação* nas políticas públicas de proteção à natureza em nível nacional deu-se, principalmente, depois da promulgação do SNUC (Lei 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto 4.340/2002), que unificou as formas de proteção legal às áreas consideradas de relevância ecológica e impôs a criação de conselhos, entre outros fóruns, bem como a instalação de consultas públicas. Porém, ao mesmo tempo em que é um processo que ocorre nacionalmente, essas instâncias são construídas a partir de características próprias dos locais onde são criadas. Nesse sentido, lógicas diferenciadas estão envolvidas na prática *participativa* e na compreensão do que ela significa.

Se, por um lado, essas visões e práticas referidas são vistas nesta tese como conformando diferentes territórios sociais, no sentido de Raffestin (1986), por outro, a disputa política que neles ocorre está fortemente relacionada às territorializações conflitantes, feitas por diferentes grupos sociais na localidade (FERREIRA, 2004), e, de modo correspondente, a diferentes noções de patrimônio. Além disso, uma das principais tarefas desses *fóruns* é, justamente, engendrar novas territorializações que atendam às premissas da proteção/conservação do patrimônio natural/cultural. Esse é o tema do capítulo 4.

Os *fóruns participativos ambientais* da Ilha Grande colocam em contato segmentos sociais diferentes, com olhares e práticas diversos sobre *a natureza,* e expectativas muitas vezes excludentes dos projetos de apropriação/proteção de "outros". Faz parte das prescrições desses *espaços* o surgimento de uma interação entre os atores envolvidos, articulada de forma a propiciar a construção de consensos em torno dos objetivos mais amplos da conservação, que visam proteger os bens que integram o patrimônio público. As possibilidades dessa construção e os termos dessa interação são questões que se colocam nesta tese.

Enquanto a política ambiental é elaborada em conexão com círculos de poder amplos e externos à Ilha Grande, como as políticas estadual e nacional de meio ambiente, e até mesmo circunscrita às questões internacionais, próprias do mundo globalizado, ela depende também fundamentalmente de âmbitos locais, e neles se constrói e se articula.

Palmeira identifica que "os estudos sobre poder local estão amarrados a uma espécie de dilema entre a afirmação de sua especificidade face a um poder maior ou a uma política englobadora e a negação radical de qualquer especificidade" (1998, p.1). Desse modo, entre a "política local" e a "política nacional" há mais contraposição do que nas fronteiras entre a aldeia e a nação. Porém, tanto em uma quanto em outra, encontramos a "pequena" e a "grande política" em atuação (PALMEIRA, 1998).

A "grande política" seria a política institucional e a "pequena política", a "política de reputações", no sentido de Bailey (1971). Nesta tese, essas esferas são compreendidas, também, com base na metáfora de DaMatta sobre "a casa" e "a rua". Para Bailey, a política de reputações é aquela tecida na vida cotidiana, referida a valores e categorias em comum, a um "fundo comum de reputações", e que estaria associada às comunidades morais, existentes tanto em pequenas aldeias quanto nas corporações políticas. Nesse sentido, a política dos *fóruns* estaria inscrita na ideia de renovação/democratização da "grande política", enquanto as articulações e relações pessoais que são tecidas nos vários âmbitos que compõem seus "bastidores" seriam os da "pequena política".

Ao mesmo tempo, essa diversidade de visões e práticas não se dá de maneira igualitária. Uma assimetria de poderes a perpassa e constitui. No campo social em questão, algumas visões são mais poderosas do que outras. Dessa forma, torna-se importante identificar os distintos atores sociais envolvidos no processo e analisá-los na "interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social, e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal" (LITTLE, 2006, p.92). Nesse sentido, é necessário identificar também "os distintos discursos em choque (...)" (*idem*).

Busco olhar para esses *fóruns* em seus aspectos de conexão com o universo social do qual fazem parte e, dessa forma, analisar as arenas de disputa e negociação, tidas contemporaneamente como *instrumentos da construção democrática*, como redes de relações articuladas às políticas cotidianas, tecidas entre os diversos grupos sociais que lidam localmente com tais políticas e leis. Nesse sentido, a política perpassa as relações pessoais, familiares e comunitárias, e está presente tanto nos acordos e articulações dos conselhos e fóruns, como também no confronto diário pela nomeação e pelo uso do espaço e em noções particulares de patrimônio.

O capítulo 5 trata de uma das territorializações mais abrangentes da Ilha Grande, que é a produzida pelo turismo. Desde seu surgimento, o turismo tem, cada vez mais, dominado os espaços e as ações na localidade, estimulando processos migratórios, reinventando usos e significados para o espaço. Esta territorialização está interconectada com o consumo simbólico e concreto da natureza, em uma reflexividade complexa. Nessa dinâmica, se produz simbolicamente uma paisagem exuberante, ao mesmo tempo em que se estrutura concretamente uma localidade composta e recomposta freneticamente pelas construções de prédios e "marcas" do turismo que surgem a cada dia.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os órgãos ambientais, com suas leis e unidades de conservação, impõem a si a tarefa de *frear, normatizar e ordenar* o turismo local, contribuem indubitavelmente para uma divulgação da *natureza da Ilha*, valorizando-a e colocando-a como o centro das atenções. Mas, da mesma forma que o "ambientalismo", oficial ou não, colabora decisivamente com a construção do "olhar do turista", o turismo ajuda a conformar o "olhar turístico" dos ambientalistas sobre a Ilha.

A política ambiental, que se utiliza prioritariamente de noções do campo das ciências da natureza, tende a fazê-lo de modo não crítico, naturalizando essas noções de forma a esfumaçar as divergências internas desse campo e os aspectos políticos nele envolvidos. Sendo assim, natureza e sociedade formam um par ambivalente que marca a prática dos órgãos ambientais no exercício do poder de controle dos usos. As populações locais pobres

têm se constituído o segmento social mais atingido por essa prática, na medida em que têm menor poder de barganha e de acesso aos meios de vida alternativos, já que muitos de seus costumes passaram a ser considerados crimes ambientais.

A atividade turística na Ilha Grande tem sido a principal possibilidade de saída dessa situação, porém, também ela está perpassada pelas assimetrias de poder, nas quais geralmente se tornam privilegiados os atores externos, que chegam para investir de forma mais articulada com o mercado turístico. Nos próprios *fóruns* essas assimetrias se manifestam, na medida em que existem dificuldades de *participação das comunidades* nos termos em que a atividade turística é proposta, e que as chances de influir em decisões são mais restritas. No capítulo 6, procuro abordar essa assimetria de poderes, entendendo que nessa questão dois pontos são centrais: a possibilidade de novas abordagens na relação natureza/sociedade e a mudança nas relações de poder para que as novas abordagens possam implicar novas políticas.

Para Santos (2008) a dicotomia natureza/sociedade faz parte dos "ideais da modernidade", nos quais as ciências foram fundadas. Escobar argumenta que natureza é uma categoria moderna e que "muitas sociedades não-modernas não possuem esta categoria tal como nós a entendemos" (ESCOBAR, 2005, p.19). Essa separação, que tem marcado as relações natureza/sociedade em diferentes campos, instituindo, para Escobar, "diversas naturezas em tensão", poderia ser uma das razões dos conflitos que se estabelecem com relação às políticas ambientais, o que implica, também, a existência de interesses divergentes sobre essas naturezas. Noções como biodiversidade, meio ambiente, ecossistemas, entre outras, seriam parte de uma "tecno-natureza" (ESCOBAR, 2005), ou seja, de um discurso sobre a natureza, e não partes de uma natureza essencial.

Diversos autores, como Boaventura Santos, Arturo Escobar, Bruno Latour, Tim Ingold, entre outros, embora de formas diferentes, procuram caminhos transdisciplinares e antiessencialistas que apontem para um novo patamar epistemológico e que possam, também, se refletir na prática política.

Para Santos "o paradigma emergente tende a ser um conhecimento não-dualista". Escobar, citando o ecologista mexicano Enrique Leff, diz que é possível fazer uma nova articulação das ciências humanas com as naturais, com o objetivo de criar uma "nova racionalidade ambiental". Diz, também, que a partir da perspectiva de Leff "o ecológico precisa ser entendido em termos biológicos, mas em complexa relação com práticas culturais e econômicas. Isso irá implicar redispor paradigmas e reorientar o desenvolvimento tecno-científico" (ESCOBAR, 2005, p.53).

A segunda parte da tese, com apenas um capítulo, trata do processo de recategorização de unidade de conservação de uma parte da Reserva Biológica da Praia do Sul, correspondente à Vila do Aventureiro. O Aventureiro é considerado "um caso emblemático", por condensar de forma intensificada os debates tratados na tese. A categoria de unidade de conservação, nesse caso, é uma reserva biológica que, entre todas, é a mais restritiva. A *participação* da população local nas reuniões é mais intensa, já que trata de assuntos prementes; a polarização das dissidências internas tanto entre os representantes do Estado quanto entre os nativos e dos conflitos entre esses dois grupos é mais marcada. Nesse caso, o consenso, ou a hegemonia de um grupo, não é apenas importante para *a construção de um espaço mais democrático de decisões*, mas é decisiva para a construção de espaços de vida.

No corpo do texto, diferencio a citação de falas nativas das citações teóricas ou trechos de documentos utilizando letras do tipo itálico para as primeiras. Os "nativos", nesta pesquisa, são tanto os moradores locais quanto os representantes dos vários segmentos sociais presentes nos fóruns (GEERTZ, 1978; VIVEIROS de CASTRO, 2002). Ou seja, são aqueles que ocupam o papel de "observados", podendo estar próximos ao observador, sendo preciso para se tornar "nativo" apenas que se estabeleça uma "relação de sentido" com o observador, ou "uma relação de conhecimento" (VIVEIROS de CASTRO, 2002, p.113).

Sendo assim, o conhecimento antropológico consiste em uma relação social, pois é o "efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos" (*idem*). O conhecimento sobre o "nativo", portanto, não é produto de uma conexão entre a essência de um sujeito e a essência de um objeto, mas fruto de uma relação entre sujeitos, ou melhor, "uma relação entre duas relações" (VIVEIROS de CASTRO, 2002, p.141).

Um aspecto importante de minhas relações com os pesquisados e com a pesquisa de um modo geral é o movimento de dupla interferência/transformação. Tenho consciência de que não atuei nesse campo apenas como observadora. Não só porque participei dos fóruns como representante/membro de conselhos mesmo porque nunca me senti realmente representando a TurisRio, como explico em um dos capítulos), mas, principalmente, devido ao meu papel de pesquisadora e aos meus trabalhos acadêmicos, o que me inscreveu em uma categoria política. Uma interessante característica, não só desses *fóruns*, mas também dos *movimentos sociais* acionados pelas ONG's ou por moradores locais em busca de seus direitos na Ilha, tem sido a incorporação de dados levantados pela produção acadêmica. Dessa

forma, os pesquisadores fazem movimentos enquanto tal, se transformando em categoria política.

Em 2006, antes do início do período de ativação dos *fóruns*, participei ativamente de um movimento de pesquisadores da Ilha em apoio à população do Aventureiro, assunto que será detalhado no último capítulo. Minha dissertação de mestrado e artigos dela originados serviram como material de consulta/argumentação, tanto para os moradores do Aventureiro, nos eventos de 2006, como também para o GT Aventureiro, na pesquisa empreendida sobre a *questão do Aventureiro* e na elaboração das propostas para a recategorização. Não apenas o meu trabalho foi utilizado, mas de vários outros pesquisadores, como os de Aparecida Vilaça e Ângela Maia, Córa Hagino, Daniel Toffoli, Gustavo V. Costa, Rogério Ribeiro de Oliveira, Rosane Prado, Sven Wunder, entre outros. Em maio/junho de 2010, ocorreu uma nova movimentação dos pesquisadores via Internet, para prestar apoio à criação da RDS Aventureiro, como será explicado no capítulo 7.

O fato de, no início de 2009, eu ter deixado de participar dos conselhos (por mudanças em minha vida profissional) e continuar frequentando os fóruns, agora apenas como pesquisadora, foi importante para mim, na medida em pude ajustar meu *status* no campo ao papel que já vinha desempenhando.

A transformação pessoal com esse estudo, entretanto, foi intensa. Desde o meu primeiro contato de pesquisa na Ilha, em 1991, ela não mais saiu da minha vida e das minhas reflexões. Posso afirmar, sem medo do exagero, que em nenhum outro lugar tive a oportunidade de aprender tantas coisas.

PARTE I: O TEMPO PARA COMPREENDER

1. A DIVERSIDADE TERRITORIAL FRENTE À SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Neste capítulo, busco estabelecer uma relação entre a legislação e as políticas públicas ambientais para a Ilha Grande/RJ e a perspectiva da produção de diversos territórios sociais na localidade, articulada com a construção de patrimônios materiais e imateriais.

É preciso, em primeiro lugar, definir o campo do que estou denominando território. Aqui, a noção de território se diferencia da de espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator o territorializa (RAFFESTIN, 1986). O território é, portanto, uma reordenação do espaço, ou seja, o "espaço informado", onde se dão as práticas e as relações sociais. Dessa forma, é possível perceber que na Ilha Grande diversas interpretações, valores e significados sobre o lugar são produzidos por grupos sociais diferentes, que disputam legitimidade e direitos de nomeação e uso dos elementos que o constituem. Por isso, o debate sobre a política ambiental local me parece apresentar uma forte dimensão territorial, na medida em que, além de se dar sobre a concorrência entre concepções espaciais, propõe através das leis, novas territorializações.

Até a criação das unidades de conservação, as populações da Ilha viviam principalmente da agricultura e da pesca. Seu território se distribuía entre as roças e o mar. Esses espaços eram associados a diversificadas práticas, que não só abasteciam de alimentos as comunidades, mas também proviam sua cultura.

O Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido como "o presídio" foi também um fator importante para as populações da Ilha, deixando marcas na memória, presentes ainda hoje. Desde o final do século XIX começaram a ser instalados presídios na Ilha Grande, primeiramente na Vila do Abraão e depois na praia de Dois Rios, localizada na face oceânica da ilha. Em 1884 foi construído o Lazareto da Ilha Grande, no Abraão, com o objetivo de controlar epidemias vindas do exterior, através da recolha em quarentena dos passageiros de navios suspeitos de contaminação. O Lazareto foi também utilizado como presídio militar por diversas ocasiões, até ser transformado na Colônia Penal Cândido Mendes em 1942, que funcionou neste local até a década de 1960. Já a Colônia Correcional Dois Rios foi criada em 1894, tendo se transformado em Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, depois Colônia

Agrícola do Distrito Federal, e por fim, Instituto Penal Cândido Mendes, que permaneceu ativo até 1994. Neste ano, o presídio foi extinto pelo governo estadual, que sofria grande pressão de empresários de turismo e do setor imobiliário. A área em que ele estava localizado foi disputada para abrigar um hotel de grande porte, mas acabou sendo cedida à Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, que lá estabeleceu o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS.

Pode-se afirmar que os elementos: presídio, preservação e turismo têm se alternado e articulado constantemente, dominando a vida local, desde longa data.

Quando as unidades de conservação começaram a ser criadas, a terra e a natureza passaram a ter outros significados, como o de um patrimônio público a ser preservado. As roças, proibidas, e seu espaço passou a ser ocupado pela floresta em regeneração. Desta forma, os territórios nativos se retraíram. As áreas agrícolas diminuíram drasticamente e aos poucos foram se extinguindo, até restarem bem poucas. O que representava uma sustentação econômica e social para as populações locais transformou-se em crime. As práticas extrativistas na floresta foram proibidas. E a legislação ambiental se expandiu sobre o mar, criando regras também nesse território.

Por outro lado, quase concomitantemente, a atividade turística começou a se desenvolver na Ilha, delimitando um território próprio, que se articula com o território da preservação de modo complementar ou de modo contraditório. E, assim, surge nova concorrência pelo uso dos espaços, pelo direito de classificar e se apropriar de seus elementos.

O território do turismo na Ilha elege como objeto do desejo porções do espaço como o mar, a praia, as trilhas, os picos, etc. A paisagem, como um território imaterial, ganha materialidade em folhetos, fotografias, filmes e, ao mesmo tempo, habita o imaginário dos turistas, daqueles que trabalham com o turismo e até mesmo dos ambientalistas. Para se operacionalizar, o turismo cria constantemente novos territórios, em que quase tudo pode se transformar em mercadoria.

Os elementos que integram os territórios em que se estabelecem as relações de pertencimento e que se tornam objetos das políticas de proteção podem ser reconhecidos como “patrimônios”. Os patrimônios, estreitamente associados aos territórios, são, da mesma forma, diversificados e alimentam disputas e negociações por hegemonia de classificações e direitos.

1.1. Territórios de proteção e de desfrute da natureza no litoral sul do estado do Rio de Janeiro

O litoral sul fluminense é conhecido no Brasil e no exterior por suas paisagens, em que o mar se confronta com montanhas cobertas por Mata Atlântica. Nessa região, o curto espaço entre o mar e a montanha desaparece em alguns trechos, fazendo com que as ondas rebentem diretamente nas escarpas rochosas. Toda a extensão da costa é muito recortada, criando pequenas praias, baías e enseadas. Diversas ilhas se espalham pela Baía de Sepetiba e, principalmente, pela Baía da Ilha Grande, onde se encontra a ilha de mesmo nome, a maior do estado. É, portanto, um território considerado de natureza exuberante, a ser desfrutada por uns, e preservada por outros. Muito frequentemente, essas duas visões estão associadas e são confundidas. Por este motivo, desde a década de 1970, ao mesmo tempo em que cresceram os interesses imobiliários e turísticos na área, teve início, também, um processo de "ambientalização" (LEITE LOPES, 2004), em que todas as questões locais passaram a ser vistas através do tema "meio ambiente".

Os municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, ali localizados e incluídos na região turística da Costa Verde, têm seu território abrangido por diversas unidades de conservação. São elas: o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Estação Ecológica de Tamoios e a Área de Proteção Ambiental Cairuçu, como unidades federais. Entre as estaduais estão: o Parque Estadual da Ilha Grande, o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, a Reserva Biológica da Praia do Sul, a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, o Parque Estadual Cunhambebe, a APA de Mangaratiba e a Reserva Ecológica de Juatinga. A unidade mais antiga é o Parque Estadual da Ilha Grande, criado em 1971. Essas unidades foram instituídas (segundo os decretos de criação) com o objetivo de proteger trechos de Mata Atlântica, ecossistemas marinhos associados e os recursos naturais e culturais abrangidos. Os parques têm, ainda, o objetivo de conservar áreas de interesse turístico. Boa parte dessas unidades está situada no município de Angra dos Reis. Ou seja, nesse território se considera a existência de *vocações* para o turismo e também para a conservação da natureza, naturalizando estas atividades que lá se instalaram.

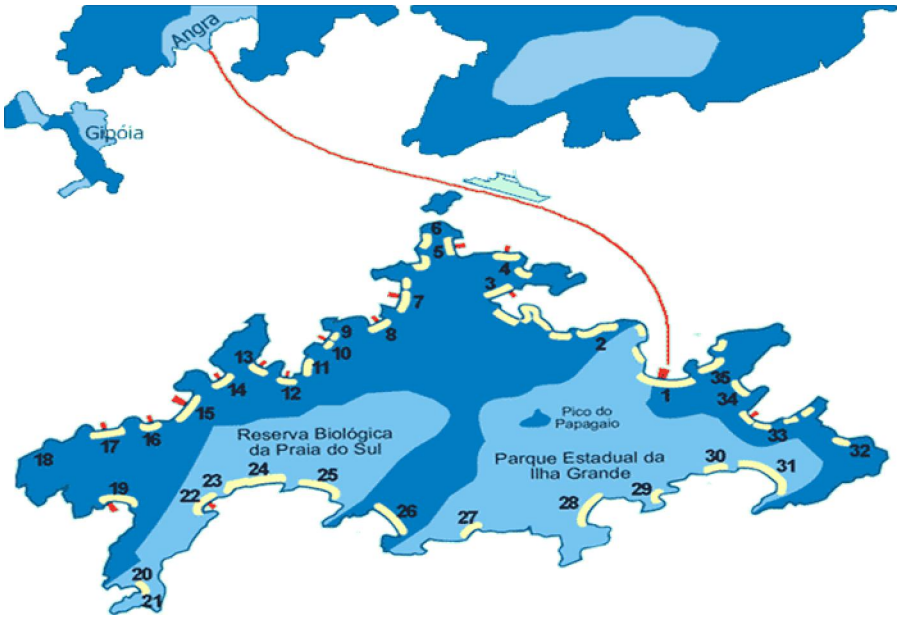
1.2. As unidades de conservação da Ilha Grande

A ideia de proteção à natureza na Ilha Grande tornou-se, hoje, trivial, e ocupa, embora de maneiras diferentes, o imaginário e o discurso tanto dos órgãos públicos especializados e do Estado em geral, como também de instituições da sociedade civil organizada, do mercado turístico e imobiliário e, de forma ampla, do senso comum. Isso se torna possível pois, embutida nesse discurso, está articulada também a noção de patrimônio. Essa noção, por sua vez, está perpassada pela ideia de herança, de permanência de elementos e recursos

pertencentes a um passado, e, ainda, pela necessidade de sua proteção e salvaguarda perante processos destrutivos do presente.

Um fato que confirma essa afirmação é a instituição de áreas protegidas na região. Na Ilha Grande, quatro unidades foram estabelecidas desde a década de 1970, abrangendo praticamente todo o seu território.

O Parque Estadual da Ilha Grande, criado em 1971, que de início abrangia 15.000 hectares, teve sua área modificada por diversas vezes através de sucessivos decretos, e passou a ter, em 1978, 5.600 hectares, com os quais permaneceu até fevereiro de 2007. A partir de então, foi estendido, passando a compreender 16.972 hectares, quase a totalidade da Ilha. Dessa maneira, ficaram de fora do Parque apenas a área da Reserva Biológica da Praia do Sul, de 1981, com 3.600 hectares, e os pequenos núcleos populacionais existentes ao redor da Ilha. Está para ser realizada uma nova ampliação do Parque, incorporando áreas que não foram incluídas em 2007. Além dessas duas unidades, a Ilha Grande é abrangida em toda sua extensão pela Área de Proteção Ambiental de Tamoios – APA de Tamoios, e pelo Parque Estadual Marinho do Aventureiro, que visa à proteção dos ecossistemas marinhos adjacentes à Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul.



O Parque Estadual da Ilha Grande, até fevereiro de 2007 tinhas as dimensões acima, a partir desta data passou a abranger a maior parte do território da Ilha Grande, como demonstra o mapa abaixo. Nele estão representados, além do Parque, a Reserva Biológica da Praia do

Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, complementando a parte marinha correspondente ao território da reserva. A APA de Tamoios, por sua vez, abrange todo a Ilha.

Outras leis e decretos regulamentam a ocupação, o uso do solo e a utilização de recursos naturais e bens culturais na Ilha Grande, dentre os quais os principais são: a Lei de Proteção aos Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos, o Código Florestal, a lei que regulamenta a Política Estadual de Defesa e Proteção das Bacias Fluviais e Lacustres do Rio de Janeiro, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, no capítulo dedicado ao meio ambiente, o Plano Diretor de Angra dos Reis, o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande, a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a que dispõe sobre o Regime Jurídico do Bioma Mata Atlântica, entre outros. Ou seja, são muitas leis e decretos que foram e continuam a ser elaborados, tentando proteger o que é tido como patrimônio natural e cultural.

A Ilha Grande, com uma área de 193 km², faz parte de um conjunto de ilhas e ilhotas características da região. Possui 106 praias, diversos cabos e enseadas, e cerca de vinte núcleos populacionais. O clima da região é ameno, suas temperaturas variam entre 26,7º C e 20,1º C. No entanto, o índice pluviométrico anual é alto, cerca de 2.300 mm. Seu sistema hidrográfico é composto por numerosos cursos d'água que descem pelas montanhas, pelos quais as populações das diversas localidades da ilha se abastecem.

Área de domínio da Mata Atlântica e ecossistemas marinhos associados, a Ilha foi coberta no passado por uma densa floresta, que – devido aos ciclos econômicos pelos quais passou toda a região, como o extrativismo de madeira, cultivo de cana-de-açúcar e café, criação de gado, e mais recentemente o turismo – foi se transformando. Com a criação das unidades de conservação, a floresta vem se regenerando e até mesmo áreas onde existiram fazendas produtivas aparentam hoje ser um ambiente intocado.

O lado da ilha voltado para o continente é intensamente ocupado por vilarejos, devido à facilidade de acesso, resultado de um processo de colonização mais antigo. A parte oceânica e as partes mais altas, pelo motivo contrário, conservaram maior integridade da cobertura vegetal, apesar de terem sido, também, ocupadas de diversas maneiras.

Discutir o que representa essa institucionalização de proteção ambiental para os diversos atores sociais nela envolvidos e suas consequências significa refletir sobre a elaboração de distintos territórios sociais nesse espaço e os processos políticos que envolvem sua manutenção através do tempo. Essas construções territoriais e as possibilidades e formas de conservação implicadas estão, entretanto, condicionadas pela importância que assumem, tanto na cena social local como em esferas mais amplas, portanto, pelo poder que são capazes de mobilizar. "Não se trata, pois, de uma atividade meramente especulativa, cognitiva, mas concreta, prática – política. É por isso que o núcleo de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização) é político por natureza." (MENESES, 1992, p.189).

1.3. Os territórios sociais da Ilha Grande

Diversos territórios, muitos deles contraditórios, se apropriaram do espaço geográfico da Ilha Grande através dos tempos. Territórios de roças e de pesca, como percebidos por seus moradores antigos e ainda hoje por alguns, passaram a ser vistos como área penitenciária, com agentes e presos circulando, interagindo entre si e com a população nativa. Mais tarde chegaram os ambientalistas e praticamente ao mesmo tempo, os turistas. Assim, expressões como: *minha terra, povo do lugar, minha roça, caldeirão do diabo, lugar maldito, lugar perigoso, lugar seguro, área conservada, ecossistemas, área proibida, paraíso, paisagem exuberante*, entre outras, misturam-se e se contrapõem, denunciando valores constituintes das territorialidades e identidades locais.

A despeito do fato de que as terras que hoje fazem parte do município de Angra dos Reis tenham sido descobertas em 1502, e apesar de uma tentativa de colonização nos primeiros cinquenta anos do descobrimento, o processo de povoamento da Ilha se deu apenas no final do século XVIII (MELLO, 1987). As lavouras de cana-de-açúcar e café espalhavam-se por toda a região sul do estado do Rio de Janeiro e se instalaram também na Ilha Grande. Além disso, devido a sua localização estratégica, a Ilha transformou-se em local de contrabando de escravos. Mello (1987) conta que as plantações ocuparam a maior parte das terras da Ilha, se estendendo pelas várzeas dos rios e sopés das montanhas. Associadas à pesca de baleias, essas eram as principais atividades econômicas locais.

No início do século XX, no entanto, essas atividades já haviam sido extintas, permitindo a extensa recuperação da Mata Atlântica. Persistiu apenas o cultivo de pequenas roças pelas populações remanescentes, conhecidas hoje como caiçaras, que agregavam essa pequena agricultura à pesca artesanal. A importância da pesca na região começou a crescer desde o final do século XIX. Na década de 1930, houve uma onda de imigração japonesa para a Ilha, quando foram instaladas fábricas de salga de peixe que empregaram um grande contingente de nativos. Essas fábricas começaram a decair na década de 1970 e se extinguiram no início da década de 1990.

A área em que estava localizado o Instituto Penal Cândido Mendes, em Dois Rios, foi disputada para abrigar um hotel de grande porte, mas acabou sendo cedida à Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, que lá estabeleceu o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS.

O crescimento imobiliário e turístico no litoral sul do Rio de Janeiro teve, na década de 1970, um grande impulso com a construção da rodovia Rio-Santos, mas, por causa do presídio, na Ilha esse crescimento era, de certa forma, reprimido. Com sua desativação, entretanto, essa tendência se expandiu também para a Ilha Grande. Diversas de suas áreas foram loteadas. Havia e ainda há um grande interesse na construção de condomínios de luxo e hotéis do tipo *resort*.

Empresários desses setores atuam ainda hoje no sentido de fazer valer seus interesses na Ilha, embora, desde a década de 1970, os empreendimentos de grande porte venham sendo impedidos pela criação das unidades de conservação da natureza. O turismo, entretanto, tornou-se, a partir dessa época, a principal atividade econômica local, e tem se expandido constantemente.

Conhecida, hoje, nacional e internacionalmente, principalmente por fazer parte de inúmeros roteiros turísticos e por estar inteiramente envolvida em leis de proteção da natureza, a Ilha Grande tem sido pensada, nos âmbitos mais diversos, como uma unidade. Porém, está envolvida em uma grande diversidade de histórias e questões localizadas.

Suas praias e povoados, apesar de compartilharem a história regional e a configuração ambiental, viveram processos peculiares, e hoje, embora a maioria tenha como principal atividade econômica o turismo, o desenvolvem de maneira própria, sendo que sua população lida com ele também de forma diferenciada.

Na época em que as roças constituíam a principal fonte de sustento das comunidades da Ilha, a vida local se organizava nas áreas mais altas, devido à escassez de áreas planas. Esses espaços eram denominados localmente como sertões. Com a pesca assumindo um papel

cada vez mais importante, e depois com o turismo e as unidades de conservação, os espaços de ocupação se concentraram nas praias. Nas áreas mais íngremes, a floresta foi se regenerando e os núcleos populacionais se instalaram nas praias e enseadas.

As principais são: na parte voltada para o continente, Enseada de Palmas, com as praias Aroeira, Mangues e Pouso; Enseada do Abraão, onde se localiza a Vila do Abraão e as praias Preta, do Abraão, da Crena, Abraãozinho e do Morcego; Enseada das Estrelas, que inclui o Saco do Céu, com as praias de Iguaçu, Camiranga e de Fora; Praia de Japariz; Freguesia de Santana; Enseada do Bananal, da qual faz parte a praia de Matariz; Enseada do Sítio Forte, com as praias Passaterra, Tapera, Maguariqueçaba e Ubatubinha; Praia da Longa; Enseada de Araçatiba; Praia Vermelha. No lado oceânico, as praias de Provetá, dos Meros, do Aventureiro, da Parnaioca e de Dois Rios. Há, em cada enseada, inúmeras outras praias menores, algumas habitadas e outras não.

A Ilha, tomada como uma totalidade nas territorializações dos fóruns é profundamente diferenciada em cada uma das suas localidades, com histórias, territorializações e patrimonializações particulares.

Há, entretanto, praias famosas e frequentadas como as de Lopes Mendes, Caxadaço, Santo Antônio, Praia Brava e Praia do Leste e do Sul (as duas últimas com uma frequência pequena e mais como passagem, pois fazem parte da reserva biológica), todas na parte oceânica, que atualmente são desabitadas. Os núcleos mais populosos da Ilha Grande são a Vila do Abraão e a Vila de Provetá.

O embate entre os diversos territórios na Ilha produz uma redefinição de cada um deles. Os das *comunidades* foram e continuam sendo transformados pelas suas relações com

os da preservação e do turismo. Em compensação, o turismo na Ilha tem suas peculiaridades por ocorrer em um território *de proteção da natureza*. E, ao mesmo tempo, a conservação não pode deixar de considerar o turismo, que muda temporalidades e espacialidades constantemente na Ilha. Além das mudanças físicas em suas fronteiras, há um processo de inculcação ou incorporação de valores, do modo como fala Bourdieu da "história incorporada", "da apropriação do adquirido histórico" (2002). Hoje, tudo na Ilha passa pelo turismo e pelo que é denominado localmente como "meio ambiente", sendo que essas duas territorializações também se influenciam e interpenetram.

O Parque Estadual da Ilha Grande - PEIG ocupa, agora, a maior parte da Ilha, abrangendo todas as terras acima da cota altimétrica de 100 m – que não pertencem à área da Reserva Biológica da Praia do Sul – além das outras áreas, algumas ao nível do mar, que já pertenciam anteriormente ao seu território. As duas unidades de conservação foram classificadas, a partir de 2000, desde a promulgação da lei do SNUC, na categoria de Unidades de Proteção Integral. Porém, desde que foram criadas, já eram tidas como de "Uso Indireto", ou seja, destinadas, prioritariamente, à conservação da natureza, sendo proibida tanto a existência de moradores e seus usos costumeiros, como também qualquer tipo de atividade econômica. No caso do Parque Estadual da Ilha Grande, é possível desenvolver um turismo controlado, porém, na reserva biológica, só é permitida a pesquisa científica, mesmo assim sob rigoroso monitoramento do órgão público responsável. Na realidade, entretanto, continuam a ocorrer, nesses espaços, diversas atividades, principalmente o turismo.

A legislação da APA, unidade pertencente à categoria "Uso Sustentável", portanto, mais flexível que as anteriores, atinge principalmente as áreas costeiras onde não há núcleos populacionais, embora a unidade de conservação abranja toda a Ilha. Isso se dá, convém esclarecer, porque, com relação à legislação de conservação da natureza, vale sempre a mais restritiva, no caso de mais de uma lei ou decreto afetarem os usos sobre um determinado território. Portanto, onde for parque e reserva, são esses decretos que estão em vigor. No caso dos núcleos populacionais, por serem considerados áreas urbanas, são regulados pelo Plano Diretor Municipal.

As áreas costeiras, onde não há núcleos populacionais e que, segundo a legislação tanto do Parque como da Reserva e também da APA, deveriam estar totalmente desocupadas, têm sido visadas por grandes interesses imobiliários e turísticos. Há muitas mansões com áreas construídas sobre o costão rochoso, decks e píeres avançando sobre o mar e pequenas praias privatizadas. A ocupação dessas áreas, que veio se dando ao longo de décadas, desde os anos 1970, e se intensificando durante os anos 1980 e 1990, é considerada pelos

ambientalistas como um dos principais "problemas ambientais" de toda a região e que, no sentido de Leite Lopes (2004) sobre a ambientalização dos conflitos sociais, configura, também, uma disputa por terra. Apesar de a construção no costão rochoso ser proibida, essas áreas são, atualmente, as mais valorizadas de toda a Ilha, devido à paisagem que delas se descortina e também pela impressão de isolamento e privacidade que proporcionam, valores muito presentes na parcela mais elitizada da população, tanto naqueles que possuem propriedades nos locais, como nos turistas que as frequentam.

Órgãos da prefeitura e do estado têm tentado, sem muito sucesso, impedir o crescimento dessa ocupação, mas, ao mesmo tempo, esbarram em forças internas muitas vezes articuladas ao poder econômico dos proprietários. Dessa forma, as construções mais recentes têm sido alvos de fiscalização e embargo, mas mesmo assim, algumas continuam a expansão.

Toda essa situação tem produzido, ao longo de quase quarenta anos, diferentes tipos de disputas de interesses. A população nativa foi, desde o início, atingida tanto pelas unidades de conservação como pela expansão do turismo. Com a chegada desse último, muitos nativos venderam suas casas para morar nos morros de Angra.[1] Outros permaneceram e foram se adaptando às regras ambientais ou resistindo a elas, de forma conflituosa. A atuação dos órgãos públicos ambientais tem sido, em grande parte, voltada ao controle dos usos e práticas dessas populações. Essa é uma das queixas mais frequentes dos nativos da Ilha. Ao mesmo tempo em que vêem crescer, praticamente sem controle, o número de pousadas e mansões de luxo ao redor da Ilha, suas práticas costumeiras, tais como a agricultura, a pesca, a coleta de animais e plantas na floresta e a sua própria ocupação do espaço, passaram a ser proibidas ou controladas permanentemente.

Abrangendo terras entre o mar e a montanha, dentre as quais um grande número de ilhas, o município de Angra dos Reis vem, desde essa mesma década de 1970, sendo visado por elites econômicas, do Brasil e do exterior, como uma área de grande interesse para a implantação de empreendimentos turísticos e imobiliários. Grandes hotéis, mansões e condomínios ocupam sua faixa litorânea e, principalmente, a área insular, com muitas ilhas particulares.

A Ilha Grande, embora de forma mais restrita, também tem sido disputada por esses interesses e ações. Nesse caso, observamos que alguns projetos de desenvolvimento da área vêm sendo, de certa forma, reprimidos por uma organização de interesses em torno do "meio

[1] Para maior compreensão desse assunto, ver Prado, 2008.

ambiente". Desde que a visibilidade da área no campo ambiental aumentou, há um confronto entre as ações de preservação e a expansão imobiliária e de empreendimentos turísticos de grande porte, resultando em uma demanda reprimida para a construção de hotéis tipo *resort* e condomínios.

Os argumentos em favor da não-instalação desses equipamentos na Ilha partem da ideia de fragilidade dos ecossistemas insulares e de sua importância do ponto de vista ambiental, englobando representativos e bem conservados trechos de Mata Atlântica. Outro dado relevante é o fato de ela estar envolvida por diversos tipos de unidades de conservação, em sua maioria, da categoria Proteção Integral. Por outro lado, por ser oceânica, a Ilha Grande é um território da União e, portanto, uma área pública, ocupada, em grande parte, por particulares. Estas ideias têm sido a base de diversas lutas dos órgãos ambientais, de ONG`s ambientalistas locais, de tipos variados de moradores da Ilha, de associações de moradores, etc.

Entretanto, muitos dos "grandes proprietários de terras na Ilha" (como são referidos nos fóruns) consideram que a implantação de unidades de conservação tem sido feita, em grande parte, em terras particulares. Por esse motivo, há uma profusão de processos de disputa de terras na Justiça, resultado de uma grande confusão fundiária. Como se diz localmente, se fossem somar as áreas das propriedades reivindicadas pelos documentos de posse e propriedade existentes, a Ilha Grande teria uma extensão correspondente a dez vezes a real.

O surgimento da Reserva Biológica da Praia do Sul foi um exemplo de ação do poder público para impedir o avanço dos grandes interesses imobiliários e turísticos. Havia na época o projeto de um complexo imobiliário, e uma estrada tinha sido aberta da praia da Longa (na face voltada ao continente) à praia do Sul (área oceânica), atravessando, portanto, a Ilha Grande por cima das montanhas, para a instalação de um grande empreendimento. A criação da reserva biológica, que já vinha sendo planejada com base em estudos da Feema sobre os ecossistemas locais e sua importância estratégica para a proteção ambiental da região, teve como pontapé definitivo uma reação do governo às pressões que eram feitas pelos empresários envolvidos no projeto imobiliário.

O poder do Estado, no caso acima descrito como em vários outros, tem atuado no sentido de promover uma reserva de terras para o que considera como o interesse público, representado pela biodiversidade e os ecossistemas, ou dito em outras palavras, o patrimônio natural.

Outra questão que define os problemas relativos às unidades de conservação locais é a de que as áreas onde elas foram criadas eram habitadas, anteriormente, por populações que

faziam uso dos recursos vegetais, animais e minerais, por meio de práticas costumeiras, que foram vetadas por essas leis. Nesse caso, o Estado, na defesa do patrimônio público natural, que limita, como descrito acima, a especulação imobiliária e o turismo, representantes do campo dos patrimônios particulares, desempenha o papel de expropriador de direitos dessas populações, para quem o espaço físico e os recursos naturais dessas mesmas áreas representam patrimônio, *locus* da reprodução de sua vida e de sua cultura.

1.4. A natureza como patrimônio

As ideias de natureza presentes no discurso ambientalista, também incluem uma concepção de patrimônio. Embora a noção de patrimônio natural tenha sido difundida pela Unesco na década 1970, sua origem é bem mais antiga e remonta à preocupação com a proteção de monumentos, que a princípio eram os monumentos históricos e artísticos, mas posteriormente englobou a ideia de monumento natural. "Do ponto de vista do patrimônio natural, a monumentalidade reflete uma natureza espetacular, grandiosa, quase sempre ausente de condição humana, intocável e disponível apenas para a fruição visual (SCIFONI, 2008, p. 17)".

No Brasil, é na Constituição Federal de 1937 que aparece pela primeira vez o termo monumento natural. Em seu artigo 134 está descrito que os atentados contra os monumentos históricos, artísticos e naturais seriam equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. A visão de monumento natural preponderantemente estética parece ter sido a que inspirou hegemonicamente a construção das leis de proteção no Brasil. Essa perspectiva se contrapõe a outra ideia de patrimônio, mais voltada à tradição, aos costumes e às lembranças coletivas. Teria sido, portanto, "sob o enfoque do monumento, a partir de características como valor estético e o caráter inviolável, que a noção de patrimônio natural foi formulada e consagrada internacionalmente" (SCIFONI, 2008, p. 22). Esta ideia ficou patente na "Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural", documento da Unesco que resultou da realização de uma conferência em Paris, em 1972.

Foi, entretanto, no contexto da Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92 que emergiram as noções de patrimônio genético e patrimônio intangível. A Convenção da Diversidade Biológica, assinada pelos países participantes da Conferência, estabelecia normas reguladoras do uso e da proteção da diversidade biológica em cada país. O uso sustentável dos recursos naturais passa, a partir de então, a ser um tema recorrente no debate nacional e internacional.

Nos discursos de proteção da natureza concretizados em leis, decretos e políticas públicas, a referência à categoria patrimônio, de forma direta ou indireta, é bastante explícita através de palavras como legado, recursos naturais, etc. Uma nova discussão, a dos direitos dos povos indígenas e das populações consideradas tradicionais, vem, então, a ser incluída por sua conexão com o tema da biodiversidade, devido aos conhecimentos dessas populações sobre os sistemas naturais. Nesse sentido, surge uma percepção de que a conservação da natureza, dos recursos de fauna e flora, está profundamente ligada à conservação da cultura desses povos, que passa a ser também considerada como patrimônio. Essa questão, muito discutida nos dias atuais, entretanto, não é consensual. Muitos pesquisadores e autores das ciências da natureza negam conhecimentos, visões e direitos dessas populações.

Já o "patrimônio natural brasileiro" passa a ser visto, amplamente, como um recurso muito valorizado, fazendo com que o Brasil se destaque como uma potência mundial de bioeconomia. Isso porque a grande diversidade da fauna e flora dos ecossistemas brasileiros constitui um verdadeiro "tesouro biológico de genes, moléculas e micro-organismos" (ABREU, 2003, p.37). Essa biodiversidade funciona como um patrimônio químico ainda inexplorado, que pode servir para a produção de remédios e outros itens essenciais (idem).

O valor econômico atribuído ao que é denominado pela ciência como patrimônio genético, e que para as populações "tradicionais" é o seu conhecimento sobre os ciclos e elementos da natureza, se por um lado valoriza esses saberes, por outro transforma as populações em meras guardiãs desse saber-recurso. Ou seja, elas são percebidas não a partir de seus próprios valores, mas de uma lógica externa, econômica ou ambientalista. Ao mesmo tempo em que podem ser objeto de conservação podem ser também, e frequentemente o são, desterritorializadas. O processo de desterritorialização a que me refiro é o impedimento da população de utilizar a área com seus usos costumeiros.

O sentimento de pertencimento a um território, com o qual essas populações se relacionam com *a terra e a natureza*, não é compreendido/aceito por aqueles que querem preservar o *patrimônio natural* ou o *patrimônio genético*. Muitas vezes, os usos demandados por essas populações são considerados atrasados ou inadequados. Essa lógica esteve presente quando foi criada a Reserva Biológica da Praia do Sul sobre uma área que era utilizada pela população do Aventureiro. Sob o ponto de vista dos criadores da unidade, o tipo de agricultura que a população praticava era inadequado e, ao mesmo tempo, o território da floresta usado para extrativismo era visto como *desabitado*.

1.5. Patrimônios e preservação

O campo discursivo que se refere às noções de patrimônio, seja ele material ou imaterial, tem sido muito acionado na atualidade. Fenômeno altamente identificado com os tempos globalizantes em que se vive na contemporaneidade, a redescoberta do passado, da cultura e da natureza alia-se à valorização da memória e das tradições. Esse tema tem sido recorrente em âmbitos diversos, e podemos observar nas localidades o surgimento de estudos e projetos destinados à reconstrução de memórias, a elaborações de inventários de elementos naturais e culturais e ao ordenamento dos dados de forma a que se tornem compreensíveis e atraentes para um público ávido pelo consumo de reminiscências do passado e da natureza.

Ao lado do que se denomina como destruição desses patrimônios, pela priorização aos grandes interesses econômicos, desponta um sem-número de políticas públicas destinadas à sua proteção. Sendo assim, expande-se o interesse em investimentos privados na área, configurando uma nova atribuição de sentido ao patrimônio natural e cultural, além dos valores científicos, documentais, simbólicos e afetivos: é o valor de mercado, muito acionado pelo turismo.

Na verdade, quando falamos em patrimônio cultural, a partir da concepção antropológica de cultura, estamos falando também de natureza, na medida em que é através da cultura que os grupos sociais concebem a ideia de natureza. Portanto, pode-se considerar que o campo relacionado à preservação do "patrimônio cultural brasileiro" abrange também o campo da "conservação da natureza". A ideia de patrimônio cultural (e, portanto, natural também) hoje vive um intenso processo de mudança (não consensual, entretanto), iniciado desde a época dos grupos de discussão que atuaram durante a Constituinte de 1988.

A partir de então, novas ideias a respeito de patrimônio se concretizaram nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, determinando a proteção desse patrimônio com relação aos seus bens de natureza material e imaterial. Esse processo intensificou-se a partir de 2000, quando foi instituído o procedimento de inventários e registros do "patrimônio cultural imaterial e intangível" (ABREU e CHAGAS, 2003, p.11). Anteriormente, o interesse voltava-se para a preservação do patrimônio arquitetônico, representativo de estilos específicos, e o tombamento de bens materiais conhecidos como "de pedra e cal", tais como: igrejas, fortes, monumentos, etc. A partir de então, entra em cena a valorização do patrimônio imaterial, representado por costumes populares, saberes, lendas, rituais, língua, mitos, tecnologias tradicionais, modos de fazer diversos, etc. O campo da "natureza" entra em forte conexão com o da "cultura", na medida em que esses costumes, saberes, lendas, rituais e tecnologias são produtos de interseção entre estes campos. Essa redefinição de interesses engloba, também, as ideias de "biopatrimônio" e "patrimônio genético", que propõem uma modificação no olhar

sobre a relação natureza/cultura e sobre o "patrimônio natural", como pertencente ao campo do patrimônio intangível (ABREU e CHAGAS, 2003).

Na Ilha Grande, esse processo pode ser visto claramente. Embora se fale mais em "preservação ou conservação da natureza", hoje, com todo um debate em torno dos direitos das populações "tradicionais", que habitam as áreas de unidades de conservação, a discussão de patrimônio cultural se articula intensamente com a de patrimônio natural. Essa questão será debatida de várias maneiras nesta tese, pois grande parte das discussões nos fóruns é mobilizada por ela. Na Ilha, isso se define a partir dos costumes e direitos das "populações caiçaras", que estão por um lado condicionados à ideia de preservação e por outro ao desenvolvimento do turismo.

Nesse sentido, pode-se falar do aparecimento de "paisagens de história" (ARANTES, 2004). O termo refere-se às populações e territórios cuja paisagem natural ou o patrimônio cultural são identificados como distintivos e destinados à preservação, podendo se transformar também em recursos para o desenvolvimento de produtos de mercado. Dessa forma, localidades e grupos sociais envolvidos se inseririam em esferas que poderiam ultrapassar as locais e regionais, penetrando em instâncias econômicas e culturais globalizadas, como o turismo, a indústria cultural e das comunicações.

A propagação e o consumo de bens culturais são aspectos fundamentais das transformações nos estilos de vida e da formação de fronteiras simbólicas no mundo (ARANTES, 2004). Nesse sentido, o mercado global se alimentaria das diferenças culturais estimulando a geração e a circulação desses recursos. O produto cultural contemporâneo, ao mesmo tempo que é global, produz enraizamentos no local, criando "sentidos globais de lugar", que interagem com as identidades, memórias e tradições (ARANTES, 2004, p.3).

O turismo muito tem se utilizado desse discurso, tanto no que concerne à pura e simples criação de atrativos, produtos e roteiros visando à comercialização, como também no âmbito dos projetos de planejamento de destinos. Por um lado, advoga-se por formas alternativas de turismo, baseadas na noção de sustentabilidade e no paradigma do desenvolvimento com base local ou comunitária e na valorização das culturas locais, tradicionais e rurais. Não obstante, a atual fase do turismo, como forte atividade econômica do mundo capitalista contemporâneo, aponta para uma especialização flexível. A atividade segmenta-se para atender a nichos de mercado, aos diversos grupos de interesse, e cria produtos calcados nas diversidades culturais, geográficas, sociais, étnicas, históricas, ecológicas, etc.

A partir da criação de produtos turísticos segmentados, como ecoturismo, turismo cultural, turismo de base comunitária, etc., diferentes grupos sociais, com diferentes realidades históricas, étnicas e sociais, são inseridos numa dinâmica socioeconômica, mas também política, reafirmando e re-elaborando identidades, reconstruindo memórias e "inventando tradições" (HOBSBAWM, 2002). Esse movimento deriva da busca de resposta às inúmeras expectativas externas e também de lidar com as mudanças que se apresentam.

O caso do Aventureiro é emblemático também nesse aspecto, pois a reafirmação/criação da identidade caiçara tem sido importante, por um lado, para conceder a permanência da comunidade em área de reserva biológica, com a manutenção de alguns usos e costumes, e, por outro, para constituir um *produto turístico* diferenciado. Esse processo tem acontecido de formas diferentes nas várias localidades da Ilha. As leis de proteção natural e cultural que atuam no local têm determinado formas específicas de as populações lidarem com os problemas que vão se apresentando, no sentido da defesa de direitos de permanência no território e usos culturais. Ao mesmo tempo, o turismo que se organiza em cada uma delas manifesta suas peculiaridades na elaboração de "produtos" específicos.

Alguns aspectos culturais dos grupos que habitam as áreas de "paisagens de história" teriam fronteiras simbólicas mais "porosas" do que outros e, portanto, mais permeáveis às inovações quando em contato com outros grupos sociais (ARANTES, 2004). Já outras esferas e atividades são mais carregadas de sentidos de identidade, refletindo o que o grupo considera como tradição. Seriam justamente esses elementos, percebidos pelos atores externos como "referências" das identidades sociais do grupo, os mais visados pelas políticas públicas culturais. A capacidade dos "bens patrimoniais" de diferenciarem o grupo, sem torná-lo impermeável às demandas externas, constituiria sua possibilidade e efetividade de relacionar-se com o mercado.

Infiro aqui que essa "porosidade" não se dá por uma "característica inata" ou "essencial" do grupo, mas sim pelas possibilidades tramadas historicamente e por sua organização social. No Aventureiro, as fronteiras culturais parecem se apresentar menos "porosas", devido, em grande parte, a certo "isolamento" e às *dificuldades de vida* pelas quais os moradores passaram e têm passado, devido às características de localização, mas principalmente pela criação da reserva biológica.

1.6. A "retórica da perda" e a "alegoria da natureza"

No livro "A retórica da perda" José Reginaldo Gonçalves trabalha a ideia de que o discurso patrimonialista que surgiu no Brasil na década de 1930, estava fortemente ligado,

como ainda está, à construção e reconstrução contínua da identidade nacional. Demonstra com isso que, para além de sua dimensão cognitiva, a patrimonialização tem também consequências como ação simbólica, ou seja, possui uma dimensão política.

Utilizando-se de ideias de Hayden White e James Clifford, Gonçalves (2002, p.21) argumenta que "a tese de constituição ficcional do 'passado' pelos historiadores e da 'cultura' pelos antropólogos" é utilizada para interpretar estratégias narrativas dos discursos sobre identidades e memórias nacionais em geral, e brasileiras em particular, fazendo com que a nação e sua cultura apareçam investidas de coerência e continuidade (GONÇALVES, 2002). Sendo assim, um trecho no início desse capítulo, em que utilizo um texto de Drummond (1997) para atribuir sentido à preservação de áreas em que foram criadas diversas unidades de conservação, reproduz uma narrativa sobre a conformação de um "patrimônio natural", conectado com a identidade de um país que carrega o verde das matas em sua bandeira.

A construção de narrativas nacionais seria, portanto, uma tarefa interminável, a exemplo dos mitos. Na medida em que antropólogos e historiadores se encarregam de delinear descritivamente esses patrimônios, outros atores, pragmaticamente, cuidam de colecionar, restaurar e preservar o patrimônio, para que possam ser vistos no futuro e para que cumpram os papéis pedagógicos e políticos que lhes são atribuídos, como uma segunda natureza. Essas práticas estão perpassadas pela ideia de salvação desses objetos do desaparecimento. A tese subjacente a isso seria a de que a história é um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos tendem a se perder. Nesse sentido, os objetos passíveis de preservação "são concebidos nos termos de uma imaginária e originária unidade, na qual estariam presentes atributos tais como coerência, continuidade, totalidade e autenticidade" (GONÇALVES, 2002, p. 23).

Estabelecendo um paralelo entre as questões patrimoniais descritas por Gonçalves e o que é tido como patrimônio natural, as unidades de conservação da natureza podem ser vistas como coleções patrimoniais destinadas à recuperação e à preservação. Nesse sentido, seria possível estabelecer analogia entre os reflorestamentos, projetos de recuperação ecossistêmica e de reintrodução de espécies, etc. com os processos de restauração e recuperação de bens patrimoniais.

Da mesma forma, subjacente à ideia de preservação e conservação da natureza, está a concepção de que os diversos usos sociais dessas áreas, ou seja, as apropriações desse patrimônio, feitas pelos diversos grupos sociais, são consideradas por outros como perdas, destruição ou degradação. A recuperação e preservação dos bens são, portanto, a outra face da moeda.

O distanciamento produzido pelo tempo ou espaço transforma os objetos e as coleções em "objetos do desejo" (GONÇALVES, 2002). Sendo assim, as áreas protegidas, além de serem almejadas por aqueles que desejam proteger a natureza por seu valor intrínseco, passam a ser, também, desejadas como "objetos de consumo", concreto e simbólico, e que, por isso, merecem ser resgatados. Dessa forma, no discurso do turismo sustentável, está incluída a ideia de preservação do patrimônio natural.

Essas dinâmicas patrimoniais, que incluem as noções de perda e recuperação, poderiam ser entendidas como alegorias (*idem*). Na alegoria, uma situação histórica narrada exprime "um forte sentimento de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo insaciável pelo resgate (...) além de uma permanente esperança de um futuro redimido" (p.27). Da mesma forma, esse movimento contínuo de desaparecimento e reconstrução, expresso no discurso conservacionista e nas narrativas locais de destruição e preservação da natureza, pode ser tomado como uma alegoria, que pressupõe uma unidade essencial dessa natureza, tecida por integração e integridade. "Como alegorias, as narrativas nacionais sobre patrimônios culturais expressam uma mensagem moral e política: se a nação é apresentada no processo de perda do seu patrimônio cultural, consequentemente sua própria existência está ameaçada" (p. 32).

1.7. Patrimônio: uma categoria não consensual

O campo constituído pelas diversas formas de patrimônio que parece ser uma importante categoria de pensamento na vida social, pois demarca um domínio subjetivo em oposição ao "outro", não é, entretanto, internamente constituído pelo consenso e a homogeneidade (GONÇALVES, 2003). Pelo contrário, se compõe de elementos simbólicos apropriados socialmente de forma diversa e, sobretudo permeados por uma dinâmica relacionada ao poder. Conforma-se a partir de visões, valores, seleções e hierarquizações, lembranças e esquecimentos em que se disputam significados, capitais simbólicos, que determinam a existência de elementos hegemônicos e subalternos. Apresenta-se, portanto, como um "espaço de conflitos e interesses contraditórios" (ABREU, 2003, p.41)

Como vimos ao longo do capítulo, as territorializações e patrimonializações que são postas em ação através das leis e normas que regulam o "meio ambiente" da Ilha, mas também o turismo, em determinados momentos se apresentam como complementares e em outros, conflitantes.

O patrimônio se apresenta como um espaço de luta material e simbólica entre grupos (CABRAL, 2004). Nesse campo, em que há uma hegemonia das elites econômicas e políticas,

fica claro que são esses os setores que detêm o poder para definir a importância dos bens e a necessidade de sua preservação, decretando muitas vezes a destruição daqueles que atrapalham a consecução de seus interesses e objetivos. Além disso, há também os embates entre visões técnicas, setoriais, que, muitas vezes, apesar de terem objetivos semelhantes, entram em disputa por compreensões conflitantes e interesses contraditórios.

Na implosão do prédio do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha, por exemplo, demandada pelo governo do estado, pode ser visto um desejo de "apagar" uma parte da história, interpretada como uma nódoa a empanar o brilho da beleza deslumbrante (patrimônio paisagístico) da Ilha, que ele queria turística. Entretanto, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, que veio ocupar o lugar do presídio, criou sobre os escombros da implosão o Museu do Cárcere, sinalizando que a história negada constituía um outro tipo de patrimônio a ser protegido.

No debate ambiental/cultural/histórico/turístico, também, parecem explícitas as diferentes e conflitantes concepções de patrimônio. Essa categoria tem sido frequentemente utilizada para designar pertencimento ou propriedade individual ou coletiva de elementos do mundo material ou imaterial. Falar de patrimônio, nesse sentido, é também introduzir uma referência à inscrição dos indivíduos (ou grupos) em uma história que liga o passado ao presente e ao futuro, e ao mesmo tempo especificar um enraizamento no espaço, através de territórios específicos de existência das diversas comunidades patrimoniais (BARRÈRE *et al*., 2005).

Muito mais que simbolizar, representar ou comunicar, a ideia de patrimônio serve à ação. Com base nela criam-se leis, decretos, políticas de proteção e preservação e são, também, abertos processos para a reivindicação de direitos de propriedade e de posse de terras. (GONÇALVES, 2003).

Dessa forma, pode-se falar em uma "tensão constitutiva" no campo do patrimônio entre o "particular e o universal e entre o privado e o público" (ABREU, 2003, p.30). A preservação do patrimônio universal, global ou da humanidade, como são, por exemplo, as unidades de conservação da natureza, entra em choque com outras lógicas patrimoniais, como as das comunidades nativas, que usam costumeiramente os espaços das unidades e os consideram como herança dos antepassados, que precisa ser preservada para a continuidade da cultura do grupo. Para alguns, inclusive, o patrimônio não é algo apenas que lhe pertence, mas também algo ao qual o indivíduo pertence. Um pescador entrevistado me disse que queria que a Ilha ficasse como antigamente, sem tanta gente, podendo-se pescar, plantar ou cortar uma madeira para fazer remo. O mar, a pesca, a floresta, a roça, o artesanato em madeira, para

ele, são vistos como um patrimônio, ou seja, algo que tem uma dupla inscrição de pertencimento e que ele deseja preservar.

Essa tensão entre patrimônios está presente, também, nos discursos de proprietários de terras que passam a integrar as unidades. Nesse caso, a perda sentida, de outro modo, é com relação à possibilidade de transformar a terra em valor econômico. O direito à propriedade privada é tido como um valor inquestionável do ideário capitalista e, nessa lógica, o patrimônio privado deve ser soberano. Na lógica liberal e neoliberal, ele sobrepuja o interesse público. Em uma reunião do conselho da APA de Tamoios, um representante de uma instituição que defende os interesses dos *proprietários* que disputam na justiça áreas abrangidas por unidades de conservação disse que o Estado estava cometendo uma ilegalidade, uma imoralidade e um crime ao ter estendido os limites das unidades de conservação às áreas consideradas por eles como privadas.

A lógica de proteção da natureza vê a questão sob um prisma muito diferente. As áreas onde estão ecossistemas importantes para a conservação, ou seja, aquelas com endemismos ou ameaça de extinção, seriam prioritariamente de interesse público e, portanto, passíveis de se transformarem em unidades de conservação. Embora legalmente o patrimônio privado deva ser indenizado para que nasça o patrimônio público, e apesar da indenização estar associada ao processo de desapropriação, na prática, para os órgãos ambientais, a desapropriação torna-se imediata, no sentido do impedimento de usos, e a indenização depende de lógicas e possibilidades internas do Estado.

No âmbito da Constituição brasileira promulgada em 1988 e de seu artigo 225, que trata especificamente do meio ambiente, este passou a ser considerado como patrimônio público, de uso coletivo e que, portanto, deve ser assegurado e protegido por todos. A criação de unidades de conservação da natureza é tida, assim, como criação de territórios públicos e dessa forma se constitui em uma prerrogativa do Estado.

A questão, entretanto, torna-se mais complexa quando se trata das populações que não são proprietárias de suas terras, mas detém o seu uso e mantém relações de pertencimento identitário com elas. Nesse sentido, as unidades de conservação, que têm procurado preservar o interesse público sobre porções territoriais, prejudicam uma significativa parcela da população, para a qual está em jogo um tipo de patrimônio que implica a possibilidade de fazer a vida, e não o acúmulo patrimonial.

Uma questão importante que se coloca, então, é a questão do poder. O poder de decretar o que deve ser preservado e como. Os mecanismos de preservação selecionam os bens de acordo com sua importância perante os valores hegemônicos, e valem-se da ideia de

que é possível congelá-los, bloquear sua dinâmica. No campo das políticas de conservação da natureza e, sobretudo, em visões que circulam no âmbito da administração de unidades de conservação no estado do Rio de Janeiro, a lógica preservacionista ainda é hegemônica. Privilegiam-se as unidades de Proteção Integral, em que os bens patrimoniais são a fauna, a flora e os ecossistemas. Nesse contexto, a luta patrimonialista de saberes das populações locais tem muita dificuldade de aceitação perante o Estado.

O poder para definir o que se protege na Ilha é, a princípio, monopolizado pelo Estado, através dos órgãos ambientais. O mercado do turismo disputa essa hegemonia, negociando áreas ou desrespeitando a legislação. Entretanto, é importante perceber, que os poderes hegemônicos não atuam sozinhos. As contra-hegemonias, que se tecem nos meios subalternos, podem se associar àquelas que se tramam no próprio Estado e até mesmo no mercado, tornando complexas as posses dos patrimônios e as pertenças territoriais.

2. OS *FÓRUNS* DA ILHA GRANDE E A POLÍTICA AMBIENTAL PARTICIPATIVA

Em 2007, a partir da mudança do governo estadual e da Secretaria de Estado do Ambiente, para a qual foi designado o ambientalista Carlos Minc, teve início um processo de reestruturação nos conselhos das unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro, visando atender às exigências legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Na Ilha Grande, onde já existiam dois conselhos desse tipo, inaugurou-se um ciclo de reuniões com o objetivo de promover a citada reestruturação. Ao mesmo tempo, a prefeitura municipal de Angra dos Reis decidiu dar continuidade a um processo, que havia ficado pendente, de revisão do Plano Diretor Municipal, relativo especificamente ao território da Ilha Grande. Dessa forma, iniciou-se uma movimentação em torno de um grande número de reuniões alternadas, denominadas, neste cenário, como *fóruns participativos*.

Esses fóruns da Ilha, na verdade, constituem espaços diferenciados, mas que têm em comum o fato de articularem as ideias de participação popular e de gestão compartilhada. Englobam os conselhos de unidades de conservação e, também, grupos de trabalho, reuniões de consulta pública, etc. São eles: Conselho Gestor do Parque Estadual da Ilha Grande, Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, Núcleo Gestor do Plano Diretor da Ilha Grande, Grupo de Trabalho para a Gestão Sustentável da Ilha Grande, reuniões relativas ao processo de recategorização de parte da Reserva Biológica da Praia do Sul e, ainda, Grupo de Trabalho do Aventureiro.

Neste capítulo, apresento a constituição desses fóruns na Ilha Grande e busco olhar para eles em seus aspectos de conexão com o universo social do qual fazem parte. Em todos eles estão presentes basicamente os mesmos atores sociais, representantes de interesses e grupos ligados à Ilha. Sendo assim, se conformam como arenas de disputa e negociação, tidas contemporaneamente como instrumentos da construção democrática. Constituem redes de relações articuladas às pequenas políticas cotidianas, tecidas entre os diversos grupos sociais locais. Dessa forma, a política permeia as relações familiares e comunitárias e está presente nos acordos e articulações dos conselhos e fóruns, mas também no confronto diário pela nomeação e pelo uso do espaço e em noções particulares de patrimônio. As discussões mais detalhadas sobre as implicações da *participação* no universo em questão é o tema do capítulo seguinte.

2.1. A reestruturação dos conselhos estaduais de unidade de conservação

Em 2007, os conselhos do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) e da área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA de Tamoios) já existiam, porém estavam inativos desde que tinham sido criados.

Uma das primeiras providências da Diretoria de Conservação da Natureza (DCN/IEF-RJ), na Ilha, sob a chefia de Alba Simon, foi promover uma reestruturação nos conselhos, porque eles, em suas palavras, *são os principais instrumentos de gestão e estavam desarticulados e desestimulados* (entrevista em 06/05/2010).

(...) Havia uma política de enfraquecimento dos conselhos (...). (...) nós fizemos uma reestruturação. Nós aproveitamos as entidades que já estavam contempladas no conselho e procuramos dar visibilidade também aos afetados pelas medidas de conservação, os que atuavam mas não eram visíveis. Então, a gente criou uma metodologia que de alguma forma proporcionava a participação deles. A gente entendia que o conselho não é um acessório da administração, mas sim um parceiro.

Quando se trata o conselho como um acessório, se faz para cumprir a lei, mas quando ele é tratado como um parceiro você bota a política de conselhos junto com a de conservação. (Alba Simon, entrevista em 06/05/2010).

Essa fala indica uma mudança na proposta de relacionamento do órgão ambiental com as populações locais. Porém, isso parece ter se dado efetivamente de uma forma restrita a algumas pessoas/instituições que colaboravam com os órgãos ambientais naquele momento, não representando uma ampla mudança institucional. Segundo Alba, o governo do estado não chegou a ter, naquele momento, uma política de conselhos. Houve uma reestruturação de sua composição, um número maior e mais diversificado de conselheiros passou a integrá-los, mas, internamente, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Feema tinham dificuldades para lidar com eles. Não submetiam seus projetos aos conselhos.

Desde que foi promulgada a Lei 9.985/2000 com a obrigatoriedade da criação de conselhos para as unidades de conservação, essa exigência tornou-se uma *pedra no sapato* na opinião de alguns gestores e funcionários de unidades de conservação. Segundo um antigo funcionário do IEF, *a função do órgão ambiental não é resolver problemas sociais, mas sim fazer conservação ambiental*, deixando subentendido que uma coisa não estaria ligada à outra.

De acordo com Alba, durante esse processo de reconstrução dos conselhos, os órgãos ambientais tinham a orientação, inspirada no SNUC, de manter, em sua composição, um equilíbrio entre os setores públicos e privados. Pretendia-se, no entanto, que não se dedicasse importância demasiada a essa questão, na medida em que a construção do processo participativo era considerada mais importante. Além do mais, existia a visão de que era

preciso que o conselho se aproximasse da sociedade civil. *A reestruturação do conselho era fundamental para dar qualquer passo, até mesmo para fazer o plano de manejo. Além do mais, não haveria ambiente político nenhum para trabalhar uma política de conservação se não houvesse aproximação com a sociedade, transparência e uma política clara de criação e reestruturação de conselhos.*

Em sua opinião, essa não foi uma tarefa fácil, pois encontraram conselhos reativos e sem confiança no órgão público e do governo. Em suas palavras, *uma política que mexe com território, como é a unidade de conservação, não vai a lugar nenhum quando não olha, não coloca para dentro, não entende e valoriza a participação social* (entrevista de 06/05/2010).

Alba Simon se referiu, também, a um clima de empolgação que a atitude da nova gestão provocou em muitos funcionários. *Presenciei realmente uma transformação no "clima" das relações entre as pessoas no IEF com a nova gestão que chegava. Não porque a posição política dos funcionários fosse socioambientalista, mas principalmente porque passou a existir um projeto de mudança, até mesmo em relação à valorização da equipe.*

A diretoria imediatamente anterior não era bem conceituada perante boa parte dos servidores. Os salários eram muito baixos, as chefias autoritárias, e tomavam atitudes muito desfavoráveis às populações locais das áreas protegidas. Alguns funcionários tinham a expectativa de que pudesse haver melhor relacionamento com as comunidades das áreas de unidades de conservação, até mesmo por entenderem que não é possível fazer conservação ambiental sem o apoio delas. Mas essa posição não é hegemônica no órgão, que tende a perceber as populações locais como potenciais destruidores da natureza.

Tanto o conselho do PEIG quanto o da APA de Tamoios, no que se refere à paridade entre instituições governamentais e sociedade civil, ficaram com mais instituições da sociedade civil do que órgãos públicos em sua composição. Os responsáveis pela condução do processo de reconstrução desses conselhos manifestaram a ideia de que era necessária uma maior aproximação com a sociedade civil, até porque, nas suas configurações primeiras, eles apresentavam maior número de instituições governamentais. Esse aspecto se torna mais importante no caso de o conselho ser apenas consultivo, o que é o caso tanto do PEIG quanto da APA, pois reforça a capacidade de influência da sociedade nas decisões do governo.

A paridade, segundo Tatagiba (2002), não é necessariamente garantidora de uma igualdade de condições na dinâmica dos conselhos. Alguns fatores contribuem para a assimetria da relação entre Estado e sociedade. Tatagiba cita a dificuldade dos atores, tanto governamentais como não-governamentais, em lidar com a pluralidade. Nesse aspecto, verifica-se, sobretudo, uma assimetria de poderes entre os grupos detentores de maior poder

econômico e social, deixando em desvantagem a população local nativa, que tem, inclusive, dificuldade de compreensão dos termos em que se dá prioritariamente o debate, próprios do discurso ambiental ou científico. Nesse sentido, percebe-se que uma multiplicidade de fatores interfere na construção democrática, e não é possível atribuir um aprofundamento democrático apenas a um aumento no número de representantes da "sociedade civil", que, inclusive, é muito diversificada. (DAGNINO, 2002).

Na Ilha Grande, alguns obstáculos (inclusive geográficos, climáticos, etc.), como a falta de transportes entre as praias, as condições de navegação, entre outros, condicionam a presença/ausência dos conselheiros. Alguns participantes mais ricos têm maior mobilidade, inclusive, do que os servidores públicos no exercício de suas funções, por possuírem barcos, tal é a dificuldade de infraestrutura dos órgãos.

Por outro lado, além das dificuldades de locomoção, para a maioria dos moradores das diversas localidades da Ilha, a participação em reuniões representa um ritual ao qual ainda não estão completamente familiarizados. A presença dos técnicos dos órgãos públicos, de universidades e ONG's, com sua linguagem técnica, é um fator que inibe e limita sua participação.

Apesar do desejo de que a gestão do Parque fosse mediada pelo conselho, como afirmou Alba, houve clara dificuldade do órgão ambiental em absorver essa diretriz. Havia sempre grande dificuldade em convencer não só técnicos em situações de poder, como funcionários em geral, incluindo agentes locais e fiscais, da aplicabilidade e da conveniência de uma nova postura em relação à participação de atores externos em decisões, ou mesmo em debates, sobre assuntos considerados por longo tempo como de exclusiva competência do órgão.

As dificuldades de lidar com os conselhos existiam mesmo durante uma gestão que os definia como prioritários. Com as mudanças políticas do órgão, após a criação do Inea e a extinção da Diretoria de Conservação da Natureza, a política de reestruturação dos conselhos parece ter deixado de ser uma prioridade institucional. Os conselhos continuaram funcionando, até mesmo por serem uma exigência do SNUC, mas sem prioridade.

2.2. O conselho gestor do Parque Estadual da Ilha Grande-PEIG

O conselho do Parque Estadual da Ilha Grande foi instituído em 2005 para atender a necessidade dos órgãos ambientais de criarem conselhos de unidades de conservação, como exigia a lei do SNUC (2000). A gestão do IEF naquele momento, entretanto, não priorizava a política participativa, e, portanto, depois de criado, o conselho nunca mais se reuniu.

Em dezembro de 2007 houve a primeira reunião de reestruturação do conselho, na sede do Parque, na Vila do Abraão. O novo chefe da unidade, que havia sido empossado no início do ano, mostrava um perfil inovador em relação aos anteriores. Ao invés de constantes atritos com a população local, o novo gestor chegava com uma disposição para conversar e buscar entendimento. Na sua primeira reunião com o conselho, apresentou sua equipe e falou sobre trabalhos que estavam sendo desenvolvidos pelo IEF com relação ao Parque. Esses trabalhos consistiam em um planejamento estratégico do PEIG, oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, início da revisão do plano de manejo do Parque e implantação do Programa de Fortalecimento dos Conselhos das UC's do Estado do RJ. Ou seja, consistia em toda uma agenda de reestruturação das unidades, que incluía a participação dos conselheiros.

No processo de reorganização e renovação dos órgãos ambientais do estado, a Ilha Grande foi eleita como *projeto piloto*. Havia uma pressão de empresários e de ambientalistas neste sentido. Neste caso, foram protagonistas e alvo das mesmas promessas políticas, atores que estão muitas vezes em campos contrários: ou seja, empresários e ambientalistas. E nas reuniões subsequentes do conselho, esses atores de certa forma passaram a disputar a legitimidade em relação a projetos de *desenvolvimento sustentável*.

Para trabalhar nessa ideia de parque-piloto foi chamado um antigo colaborador do órgão, que estava vivendo fora do Brasil e havia adquirido expertise em organização de parques para ecoturismo. Com isso, um projeto de ampliação do Parque foi finalmente ativado. Após duas consultas públicas na Câmara de Vereadores de Angra dos Reis, no dia 2 de fevereiro de 2007, o Parque foi ampliado. Embora a necessidade de ampliação do Parque tenha sido vista como um consenso pelos participantes deste movimento, não havia concordância sobre ela por parte da totalidade dos atores envolvidos na questão. A consulta pública (que faz parte dos rituais e da gramática da *gestão democrática*) pode ter envolvido apenas uma parte do público, ou seja, aquele que já estava próximo a esta questão. Talvez a convocação não tenha sido ampla o suficiente, ou os esforços para debater o assunto com as comunidades locais não tenham sido muito grandes. O fato é há uma reclamação constante por parte de alguns afetados pela ampliação, de não terem sido convidados a participar das reuniões em que esta foi decidida.

Para dar início ao programa de reestruturação do conselho do Parque, foi encaminhado um modelo de carta de intenção a todas as instituições que já faziam parte dele e a outras consideradas pela equipe responsável como importantes para sua composição. Este processo mobilizou seis reuniões, nas quais foram sendo apresentados os resultados da análise das cartas de intenção e as conclusões da equipe sobre as instituições aceitas.

Ao final desta reestruturação, o conselho passou a ser composto pelas seguintes instituições: Instituto Estadual do Ambiente - INEA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO; Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, com as secretarias de Pesca, Meio Ambiente e Educação, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Angra dos Reis – SAAE; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; Fundação de Turismo de Angra dos Reis – TURISANGRA; Colégio Brigadeiro Nóbrega (Abraão); Capitania dos Portos; Batalhão Florestal; Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande – AMAIG; Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande – AMHIG; Associação de Moradores de Dois Rios; Associação Curupira de Guias; Associação dos Maricultores de Angra; Parceiros da Terra (ONG); Ondular (ONG); Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPÊ (ONG); Liga Cultural Afro-brasileira (ONG); Comitê de Defesa da Ilha Grande – CODIG (ONG); Brigada Mirim Ecológica (ONG); Palma Editora; Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande- CONSIG (ONG); Instituto Ambiental Costa Verde (ONG); Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo-SINDIPETRO; Associação de Moradores do Aventureiro- AMAV; Associação de Moradores da Parnaioca; Associação de Moradores da Praia do Bananal; Instituto BioAtlântica (ONG); Movimento de Cidadania pelas Águas da Ilha Grande; AMPLA Energia e Serviços SA; Associação dos Pousadeiros do Bananal.

Reunião do conselho do PEIG na sede da unidade de conservação em 2008, na Vila do Abraão, para apresentação do zoneamento do plano de manejo.

Nas primeiras reuniões do conselho, foram apresentados os novos projetos para o Parque, como o de controle das espécies exóticas, uma parceria com o Instituto Ambiental da Companhia Vale do Rio Doce, o projeto do Consig sobre desenvolvimento sustentável da Ilha Grande, e o andamento do plano de manejo do PEIG. Segundo o SNUC, uma das atribuições dos conselhos é acompanhar a elaboração dos planos de manejo.

A elaboração do diagnóstico do plano de manejo ficou a princípio sob a responsabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj. Os professores destinados a coordenar cada área a ser estudada, entretanto, não concordaram com os prazos e com a metodologia proposta, por entenderem que não se dispunha de dados suficientes e atualizados. Em sua avaliação era preciso ir a campo, e o IEF, ao contrário, queria que o diagnóstico fosse feito sobre dados de pesquisas já realizadas. Essa circunstância criou certo desentendimento, em que a universidade tentava expandir os prazos e conseguir os recursos necessários para empreender pelo menos algumas idas a campo, para atualização de dados, e o órgão se mantinha irredutível quanto a esses aspectos.

O IEF, então, contratou consultores para elaborar o diagnóstico. Mas, no final de 2007, houve nova reunião com a Uerj e foi decidido que as equipes que haviam sido formadas anteriormente pela universidade colaborariam com o diagnóstico, apresentando uma consolidação de dados de pesquisas acadêmicas, e, na medida do possível, seriam feitas algumas visitas a campo para atualização desses dados. Esse diagnóstico foi entregue ao IEF em junho de 2008. Em agosto deste mesmo ano, foram realizadas reuniões para apresentação da proposta de zoneamento do parque. Este assunto será tratado de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

Apenas em 2010 o plano de manejo foi considerado concluído pelo Inea e apresentado ao conselho. Ao analisarem o material apresentado, duas questões mobilizaram especialmente alguns conselheiros: as novas decisões sobre a praia da Parnaioca, que havia passado a integrar a área do PEIG, desde sua ampliação, em 2007, e um problema antigo de casas do estado ocupadas por particulares (que haviam sido de funcionários do presídio), na Vila do Abraão. Esses debates deixaram expostas visões diferentes sobre esses assuntos, daquela apresentada pelo Inea.

Um fato que interferiu na continuidade e no andamento dos trabalhos do conselho do PEIG foi a mudança de chefia do Parque por três vezes, entre 2007 e 2010. Devido às históricas dificuldades de relacionamento da administração do Parque com as populações locais, isso não foi muito bem recebido pelo conselho. Outro fator que interferiu tanto na relação com as comunidades, como na relação com o conselho, foram as mudanças ocorridas a partir da criação do Inea. Além de resultar em um período no qual os projetos ficaram relativamente parados, aguardando acertos da política institucional, a nova configuração não favoreceu a política participativa.

O conselho do PEIG continuou a se reunir regularmente, porém com menor influência nas decisões relativas ao Parque. Os assuntos levados ao conselho pelo Inea vinham, geralmente, com as decisões fechadas. Apenas questões menos importantes eram passíveis de alteração mediante a opinião do conselho. No entanto, em menor escala, isso também ocorria antes da mudança institucional, como demonstrou a apresentação do Plano de Fortalecimento do PEIG, já relatado. E também com o projeto de controle de espécies exóticas, que causou conflitos com moradores do Abraão, como será tratado à frente.

A participação que o conselho teve na elaboração do plano de manejo foi, porém, uma das ações que melhor permitiu observar essa pouca interação entre órgão e conselho, ou seja, demonstrou que as intenções de tornar a gestão do Parque participativa não tinham tanta firmeza quanto se pensava e como a instituição havia divulgado em um primeiro momento.

2.3. O conselho gestor da APA de Tamoios

A APA de Tamoios foi criada em 1986 pela Feema e até 2007 não tinha um administrador, nem havia se iniciado seu processo de gestão. Quando as APAS deixaram de ser administradas pela FEEMA e passaram a ser pelo IEF, EM 2007, Mônica Nemer foi designada como chefe da unidade.

Reunião de reestruturação do conselho gestor da APA de Tamoios

Segundo Mônica[2], logo após o início de sua gestão foi feito um Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, a exemplo do que estava sendo feito com outras unidades de conservação do estado, inclusive o PEIG. A APA já tinha um conselho, criado em 2006, mas em seu decreto de criação o mesmo conselho serviria a três unidades de conservação: a própria APA de Tamoios, a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Os próprios técnicos do órgão ambiental constataram as dificuldades de se desenvolver um trabalho com um conselho assim composto, na medida em que se misturavam duas unidades de conservação de Proteção Integral com a APA, que pertence à categoria de Uso Sustentável. Em uma das fichas do DRP estava escrito "Um conselho gestor que funcione", demandando um conselho efetivo (Mônica Nemer). Dessa forma, iniciou-se, ainda em 2007, o processo de reestruturação do conselho, dessa vez só para a APA. Começou-se, também, a organizar a revisão de seu plano de manejo. Mônica contou que foram convocados vários atores da sociedade civil e de órgãos públicos, muitos ligados à prefeitura de Angra. Como foi feito com o Parque, na APA também foram distribuídas cartas de intenção às entidades e órgãos que já constavam na primeira composição do conselho, entre outros interessados. Embora para as APA's, como para todas as unidades de conservação da categoria Uso Sustentável, estejam previstos no SNUC conselhos deliberativos, no caso da APA de Tamoios o conselho tinha sido instituído como consultivo, por também abranger unidades de Proteção Integral. Porém, mesmo depois de criado um conselho só para a APA de Tamoios, ele continuou a ser consultivo, numa clara demonstração da dificuldade do órgão em incluir a *participação* na gestão.

[2] Entrevistada em março de 2010

A partir de 09 de dezembro de 2008 ficou criado, então, o novo conselho da APA de Tamoios com a seguinte composição: Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF/RJ; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Renováveis - IBAMA-ESREG Angra dos Reis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - Estação Ecológica de Tamoios; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO; Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano; Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - TurisRio; Fundação de Turismo de Angra dos Reis - TurisAngra; Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Delegacia da Capitania dos Portos de Angra dos Reis; Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM; Sindicato dos Petroleiros - SINDPETRO; Sindicato dos Produtores de Pesca da Baía da Ilha Grande - SINPEBIG; Instituto Socioambiental da Baia da Ilha Grande - ISABI; Comitê de Defesa da Ilha Grande - CODIG; Associação Curupira de Guias de Turismo e Condutores de Visitantes da Ilha Grande; Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande - AMHIG; Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baia da Ilha Grande - CONSIG; Associação de Pousadas da Enseada do Bananal - APEB; Liga Cultural Afro-Brasileira; Associação Ilha Grande Convenções e Eventos; Instituto Ambiental Costa Verde - IACV; Associação de Moradores do Bananal; Instituto de Políticas Econômicas e Socioambientais Parceiros da Terra; Associação de Maricultores da Baía da Ilha Grande; Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro; Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande; Associação de Moradores e Amigos da Enseada de Araçatiba; Petrobrás Transporte S.A. - Transpetro; Palma Editora Ltda; Eletronuclear Eletrobrás Termonuclear S.A., Sociedade Angrense de Preservação Ambiental – SAPÊ, Universidade Federal do RJ – UFRJ.

A revisão do plano de manejo baseou-se em um documento interno do IEF, denominado “Projeto básico para a revisão do plano de manejo da APA Tamoios”. Foram apresentados os resultados do Diagnóstico Rápido Participativo e o Relatório da Oficina de Plano Estratégico, elaborados pelas equipes técnicas do IEF e da Feema como subsídio para a elaboração do plano. Esses resultados foram criticados por alguns membros do conselho como não-participativos por terem sido gerados em um processo interno do órgão.

Em 2008, o conselho passou por uma “oficina de nivelamento”, sugerida por alguns de seus membros que sentiram a necessidade de esclarecer vários conceitos e termos muito utilizados pelos técnicos do IEF e da Feema e pouco conhecidos pelos representantes.

Reclamavam que muitas palavras utilizadas deixavam margem a interpretações divergentes, e era preciso convencionar um vocabulário compartilhado por todos. Perceberam que sem isso seria difícil acompanhar os trabalhos do plano de manejo. Alguns dos termos apontados foram: espécie, população, comunidade, ecossistema, biosfera, biodiversidade, entre outros. Falou-se também da necessidade de conhecer melhor a legislação ambiental, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como, o papel do conselho e do plano de manejo, como principal instrumento de gestão de uma unidade de conservação.

O próprio conselho havia entendido que existia uma gramática própria, relacionada com os temas unidades de conservação, conselhos e participação, que seria necessário conhecer. É importante chamar atenção, entretanto, para que esse "nivelamento" deu-se prioritariamente como uma transmissão unilateral daqueles que detinham este conhecimento para os que não o possuíam, e não propriamente como uma troca.

Observei que de início as reuniões do conselho eram mais frequentadas por moradores das localidades da Ilha, mas, talvez por terem ficado muito técnicas, terminaram por desinteressar essas pessoas, mais motivadas em discutir os problemas específicos de suas localidades. Nessas reuniões, ao contrário de sua expectativa, não havia autonomia para se resolver tais questões. Geralmente, resultavam em debates longos e cheios de dissensões sobre questões que faziam sentido para os técnicos dos órgãos públicos ou os representantes de ONG's, mas distanciadas das lógicas locais.

Bourdieu (1996) chama atenção para como a linguagem representa um instrumento de poder. A escolha de temas, a nomeação, a transmissão de saberes e a determinação do que é importante discutir produzem uma dominação desses espaços por um saber hegemônico, em que não se permite a circulação de outros saberes e interesses. Há uma crítica entre os membros dos fóruns sobre a não-participação dos *principais interessados*, que seriam as *comunidades locais*. Porém, não é percebido que a esta *participação* é demandada etnocentricamente pelos órgãos, como uma incorporação dos seus valores pelos conselheiros, que, justamente por representarem setores diferentes da sociedade, possuem valores e interesses diferenciados. Porém, lidar com essa diversidade é uma habilidade escassa no âmbito do conselho.

Mônica contou também que o trabalho do plano de manejo da APA ficou parado por um tempo, enquanto estava sendo discutida a Lei de Diretrizes Territoriais da Ilha Grande, parte do Plano Diretor de Angra dos Reis. Havia uma divergência deste com o plano de manejo da APA e isso precisava ser acertado. Como basicamente as mesmas pessoas tinham que se dedicar a fóruns diferentes, algumas demandas tinham que passar à frente de outras em

determinados momentos. Quando o processo de construção dessas diretrizes terminou, em 2008, embora a portaria do conselho ainda não tivesse sido publicada, ele já estava funcionando e se preparando para dar início ao zoneamento da APA. O conselho ficou com 33 entidades ao todo, mas, segundo a administradora da APA, apenas cerca de vinte representantes são efetivamente mais assíduos.

Na avaliação de Mônica, a participação nas reuniões é inconstante e depende muito da pauta da reunião. As pessoas do conselho estão ali para defender seus interesses. Os interesses, segundo ela, são: *construção civil, conservação, o turismo e pousadas; as associações de moradores são preocupadas com suas questões mais locais. Se o assunto a ser tratado é de seu interesse, o conselheiro vai à reunião.*

Sobre a atuação da prefeitura nesse conselho, Monica pensa que *ela já teve uma participação maior, no momento em que se estava discutindo a Lei de Diretrizes Territoriais, mas agora está mais afastada*. Diz, também, que *há uma dificuldade na participação das comunidades, talvez por problemas de entendimento dos temas tratados*. Percebe que *muitas pessoas mais humildes ficam constrangidas de falar nas reuniões*. Outra coisa que atrapalha a atuação do conselho, segundo ela, é a mudança frequente de representantes das instituições, pois faz com que se perca a continuidade dos trabalhos. E, também, a grande quantidade de fóruns paralelos, com reuniões em locais diferentes, muitas vezes coincidindo em datas, não favorece a *participação*.

Durante a pesquisa verifiquei que apesar de todo um discurso pró-conselhos, boa parte das decisões tomadas pelo órgão ambiental com relação à gestão das unidades de conservação não é discutida com o conselho. Mônica, entretanto, acha necessário *fazer valer, ocupar este espaço participativo* e diz que ser chefe da APA é quase que um desafio pessoal. *Muitas vezes a gente toma atitudes que a própria instituição acha que está errado. Com tudo isso, eu acho que a gente evoluiu muito. Sem recursos, sem condições(...).*

2.3.1. O "decreto do governador" e o desânimo dos conselheiros

Uma ação do governo que não foi submetida ao conselho e acabou detonando um sentimento de desconfiança e desânimo nos conselheiros em relação ao *processo participativo* foi o Decreto nº. 41.921, editado pelo governador do estado do Rio de Janeiro, em junho de 2009, propondo alterações em determinações do Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios.

Esse decreto possibilitou uma flexibilização da legislação ambiental, permitindo construções em áreas proibidas pelo plano de manejo da APA. Representantes de ONG's

entrevistados por mim, entre outros conselheiros, se referiram ao decreto como fruto de pressões feitas sobre o governador, por parte de empresários e proprietários ricos da região, porque muitos itens deste plano colidiam com seus interesses.

A APA de Tamoios foi criada em 1986 e seu primeiro plano diretor foi elaborado em 1992. Nessa época houve uma articulação para que os técnicos da Feema e da prefeitura trabalhassem juntos no plano diretor, conta Alexandre Oliveira, do Codig. A ideia era fazer a regulamentação do plano diretor da prefeitura e da APA ao mesmo tempo, para ficarem coerentes. No entanto, algumas determinações de um plano ficaram contraditórias com as do outro, apesar de tratarem dos mesmos territórios, que no plano da prefeitura são denominados de Núcleos Populacionais e na APA, de Zona de Ocupação Controlada (ZOC). Isso teria gerado uma série de problemas, que foram se acumulando ao longo do tempo. Em 2007, tentou-se evitar que a mesma coisa acontecesse e, por isso, decidiu-se novamente por fazer um trabalho conjunto entre governo do estado e prefeitura. O grupo que participava frequentemente das reuniões conseguiu fazer esse acordo. O trabalho feito pelo Núcleo Gestor criado pela prefeitura discutiu a Lei de Diretrizes Territoriais, aguardando, entretanto para debater o zoneamento do Plano Diretor da Ilha Grande (da prefeitura) junto com o zoneamento da APA. Porém o processo da APA demorou a acontecer, abrindo espaço para o governador criar o decreto. Na opinião de Alexandre, se o processo tivesse sido mais dinâmico e o zoneamento fosse aprovado logo, isso não teria acontecido.

Quando a APA foi criada, ela estabeleceu 4 zonas: Zona de Ocupação Controlada, onde há moradias; Zona de Interesse Ecológico, que coincide com a área marinha; Zona de Vida Silvestre (ZVS), no Código Florestal chamada de Área de Proteção Permanente (APP); e Zona de Conservação de Vida Silvestre (ZCVS). Esta última é uma área onde incidem grandes interesses imobiliários. No plano diretor da APA, só é possível para os proprietários dos terrenos ali localizados fazer ampliações em 50% da área construída. Ou seja, se já não houvesse construção, até então, não seria possível mais construir nada. Isso fez com que os interesses imobiliários ficassem *congelados*, sendo essas áreas valiosas para o mercado imobiliário. A ZCVS na Ilha Grande vai até a cota altimétrica de 40m. Da cota 100 para cima, é área do parque, mas há uma lei estadual que diz que na Ilha não se pode construir nada acima da cota 40. Portanto, é uma área onde há grande disputa. Entretanto, o decreto do governador modificou a situação. O limite passou a ser 10% do tamanho total da terra, sem mencionar a área construída. Assim, mesmo as terras em que ainda não há construções, a partir do decreto, podem ser construídas.

Grande parte dos conselheiros condenou o decreto, porque ele estaria abrindo áreas protegidas da Ilha Grande para a especulação imobiliária. E, principalmente, porque nada foi discutido com o conselho. Segundo informação da administradora da APA, nem mesmo ela sabia sobre o decreto. Um conselheiro disse em reunião: *esse decreto tem CPF, RG e endereço*. Diversos membros do conselho afirmaram a inconstitucionalidade deste decreto, na medida em que, segundo a Constituição Federal, não há possibilidades de se diminuir o grau de proteção de um território, a não ser através de uma lei. Ou seja, essa discussão, além de passar pelo conselho, deveria ainda ser encaminhada à Assembléia Legislativa onde seria votada. Um decreto pode ser feito para aumentar o grau de proteção, mas não para diminuir. O Ministério Público Federal, através da Procuradoria Geral da República, entendeu também que havia inconstitucionalidade, e foi aberto um processo.

Segundo um técnico do Inea:

> *O decreto não foi fruto de discussão com a equipe do órgão, nem com a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA). Ele confrontou todo um processo participativo que estava sendo desenvolvido. Não é fácil conseguir a participação social; houve um desrespeito. Na verdade, não se sabe nem ao menos a quem ele vai beneficiar, pois tem tantas lacunas, é tão mal redigido, falta tanto embasamento técnico, que gerou um conflito muito grande.*

Nesse caso, fica bem clara a disputa entre os interesses econômicos e ambientais sobre o território. Para a lógica ambientalista, a sustentabilidade está em garantir a maior desocupação possível na Ilha Grande, o que se choca diretamente com os interesses econômicos, para os quais se trata de ocupar tudo o que for possível.

O decreto provocou um clima de desânimo *em muita gente que estava acreditando na gestão participativa*, segundo a opinião de vários conselheiros. A pergunta que se faziam era: *como o mesmo governo que cria os conselhos faz um decreto desses sem consultar ninguém?*

Esta pergunta ficou ressoando entre os participantes dos fóruns em geral, como uma crítica à contradição do governo, que, como diziam, *aperta com uns e afrouxa com outros – principalmente com os ricos.*

2.4. Outros "fóruns participativos" na Ilha Grande

2.4.1. Núcleo Gestor do Plano Diretor da Ilha Grande

No ano de 2000, a prefeitura de Angra fez uma revisão do plano diretor do município, mas, por discordância de moradores da Ilha Grande em diversos pontos das propostas feitas pela prefeitura para a Ilha, esta parte ficou suspensa, somente voltando a ocorrer em março de 2007.

Esse processo mobilizou representantes de diversos segmentos da sociedade local e dos órgãos públicos com atuação na área. É preciso lembrar que Angra dos Reis é um município com uma história (desde a década de 1970) de participação em movimentos populares de resistência contra as grandes empresas que lá se instalaram, tais como os Estaleiros Verolme, a Petrobrás e a Eletronuclear, com suas usinas nucleares. Houve também mobilização por outras questões sociais e ambientais, além da formação de vários conselhos e de o município ter passado por três gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), em que esteve muito presente a questão da "participação popular" (LEITE LOPES *et al.*, 2004). A luta contra a privatização e fechamento das praias por condomínios e hotéis foi, por exemplo, uma das bandeiras levantadas pelo primeiro prefeito do PT, Neirobis Nagae.

No ano de 2007, então, tiveram início as reuniões com a finalidade de fazer a revisão do plano diretor referente à Ilha Grande, e foi, também, criado um núcleo gestor para acompanhar esse trabalho. Em 2008, foi considerada concluída a primeira etapa dos trabalhos do núcleo e no dia 30 de junho foram apresentados seus resultados, em uma audiência pública no Centro de Estudos Ambientais de Angra dos Reis – CEA.

As premissas que orientaram esse trabalho foram: o respeito às restrições impostas pelas unidades de conservação da natureza existentes na área; a manutenção da cota altimétrica de 40 metros como limite máximo permitido para edificação, o que também é estabelecido pela legislação estadual; a recomendação de que fosse feita uma avaliação dos usos agrícolas existentes entre a cota 40 e a cota 60; o respeito às Áreas de Proteção Permanente (APP's), a adequação do zoneamento do plano diretor ao plano de manejo da APA de Tamoios, e a consideração da existência de comunidades tradicionais na Ilha. Como parte dessas proposições figurava, também, a ideia de tentar inibir atividades com características de especulação imobiliária, como os condomínios, que já existem em boa parte do litoral de Angra dos Reis, e também os grandes empreendimentos turísticos do tipo *resorts*.

Essas premissas resultaram de um longo período de negociações, que foram ocorrendo ao longo do tempo e não se restringiram às reuniões do Núcleo Gestor. Em 2000, quando algumas propostas para a revisão do plano foram lançadas pela prefeitura, um dos assuntos que causaram polêmica foi a flexibilização da legislação no sentido de permitir a construção de condomínios e *resorts* na Ilha. ONG's locais, pesquisadores e uma parcela dos moradores

da Ilha perceberam nessa iniciativa a influência dos grandes proprietários de terras e empresários do turismo sobre a prefeitura, e pressionaram para que o processo de revisão do plano fosse embargado. Por outro lado, foi se tornando comum a crítica sobre o imbróglio legislativo e a ideia de que as leis da Ilha precisavam ser compatibilizadas entre si. Outra noção que passou a fazer parte do imaginário e vocabulário locais foi a de populações tradicionais, que, embora polêmica, tem sido utilizada para delimitar os direitos dos moradores nativos ou antigos, principalmente aqueles de baixo poder econômico, prejudicados pela legislação ambiental e pelo avanço da especulação imobiliária.

Durante os sete anos em que o plano ficou paralisado, as ideias circulantes sobre unidades de conservação, sobre preservação do meio ambiente e sobre os direitos das comunidades locais foram sendo cada vez mais divulgadas na Ilha Grande. Esse processo de discussão ambiental, iniciado na década de 1970, foi se ampliando, o que contou com a colaboração de matérias jornalísticas, de inúmeros projetos apregoando a sustentabilidade da Ilha, das muitas reuniões e discussões ocorridas no âmbito desses e de outros projetos, e do próprio turismo, que tem trabalhado com a imagem de paraíso ecológico. Dessa forma, as ideias de ampla circulação na sociedade contemporânea passaram a fazer parte do senso comum e vocabulário locais e, apesar dos conflitos já citados, facilitaram certo entendimento entre os atores sociais operantes nos fóruns participativos.

Em março de 2007, com a retomada da revisão do plano diretor, foi iniciada uma análise socioambiental da Ilha Grande pelos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal, que fizeram um diagnóstico simplificado. A prefeitura publicou, também, uma cartilha comunitária, com uma proposta de zoneamento ambiental da Ilha, e de maio a julho desse mesmo ano foram feitas oficinas e reuniões nas comunidades consideradas principais para explicação sobre a revisão do plano e levantamento de demandas. Essas reuniões promoveram expectativas nos moradores, que falavam dos problemas que mais os afligiam na esperança de que o plano diretor pudesse resolvê-los.

Em agosto de 2007, apesar de a prefeitura ter pressionado o grupo para que terminasse rapidamente o processo, alguns membros do núcleo gestor insistiram em que seria necessário aguardar a revisão do plano de manejo da APA de Tamoios para só depois, então, estabelecer o zoneamento da Ilha, na medida em que os dois zoneamentos precisavam ser compatibilizados. É importante relatar que um fator que contribuiu para que a prefeitura concordasse em conduzir o processo de outra forma foi a crise interna pela qual ela passou, com a acusação pública de corrupção de alguns de seus quadros em conjunto com funcionários da Feema, numa ação do Ministério Público que ficou conhecida como

"Operação Cartas Marcadas". Com isso, houve uma desarticulação na secretaria que conduzia o processo e tudo passou a ser feito de forma mais cautelosa. O escândalo que as denúncias provocaram repercutiu negativamente junto à população, que passou a desconfiar de todas as ações. No núcleo gestor, embora os comentários sobre o escândalo fossem sempre feitos "à boca pequena", houve certamente uma reorganização de forças, ou seja, uma redefinição de poder que permitiu que a "pressa" fosse superada.

Dessa forma, passou-se a priorizar o debate sobre as diretrizes do plano, articulando as visões técnicas com as demandas recolhidas nas reuniões com as comunidades. De setembro de 2007 a junho de 2008, o núcleo gestor reuniu-se 12 vezes para construir o Projeto de Lei das Diretrizes Gerais do Plano Diretor da Ilha Grande. Essa lei é complementar ao Plano Diretor de Angra dos Reis, editado pela Lei 1.754 de 21 de dezembro de 2006. Na reunião de consulta pública, essas diretrizes, construídas ao longo de dez meses, foram lidas, debatidas, aprovadas ou rejeitadas pela plenária. Os objetivos descritos nessa proposta foram de compatibilizar a ocupação do território da Ilha Grande com a sustentabilidade ambiental e a justiça social; promover a melhoria das condições de vida da população através da regulação fundiária e do saneamento básico; implantar uma gestão democrática do território; buscar a preservação dos patrimônios cultural, histórico e natural da Ilha; pautar o uso e a ocupação do território pela obediência aos limites de sua capacidade de carga, da infra-estrutura instalada e da disponibilização de recursos naturais, utilizando-se o conceito de baixo impacto ambiental.

Um dos propósitos balizadores dos debates era a possibilidade de construção de gestão compartilhada do território da Ilha pelos diversos órgãos que têm autoridade pública local. Gestão compartilhada é um termo que tem sido frequentemente usado no debate ambiental, no sentido de reconhecer a competência do outro órgão ou instituição com relação à gestão ambiental de determinado território e de tentar estabelecer uma parceria nessa gestão. Nesse caso, significa que, pelo menos no âmbito da retórica, se considerava importante ultrapassar as disputas de poder para entrar em acordo sobre as decisões a serem tomadas. Porém, na prática, esse propósito enfrenta muitas dificuldades. Um exemplo corriqueiro é a briga constante de competências da prefeitura com o estado na Ilha. Durante muito tempo a prefeitura manteve um depósito de lixo na Vila do Abraão, cuja localização era considerada ideal por seus técnicos, mas que entrava em conflito com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) por estar em área do PEIG e nas imediações de seus mais frequentados atrativos turísticos: o Poção, o Aqueduto, o Lazareto e a Praia Preta. Essa briga se estendeu por muitos anos e inviabilizou acordos sobre outras questões. Esse é apenas um exemplo das disputas que

existem entre os técnicos desses órgãos e da fragilidade dos acordos e negociações entre eles. Em uma reunião, podem trocar elogios e, em outra, críticas e acusações.

Outra questão polêmica é a da demarcação de cotas altimétricas como o limite de ocupação do território. Em uma das primeiras reuniões do núcleo gestor, me chamou atenção a forma como se reuniam os membros desse grupo ao redor de mesas cobertas por mapas da Ilha Grande, híbridos de fotos de satélite, para analisar as ocupações do território e os *problemas que teriam que ser enfrentados para se fazer cumprir a lei*.

Uma participante (universidade), olhando para áreas da localidade de Provetá, apontou para casas que estavam acima da cota 40, limite máximo de ocupação permitido na Ilha, tanto pela lei da APA, quanto pelo plano diretor, e disse: *isso aqui vai ter que sair*. Outra pessoa, representante de ONG, retrucou, lembrando que ali moravam famílias e que esse caso precisava ser analisado profundamente, assim como todos os outros que estivessem na mesma situação, para que não se cometessem injustiças. Esse episódio demonstra o grau de arbitrariedade com o que se resolvem coisas em reuniões, mesmo que com a participação de um maior número de pessoas do que em outros tempos.

O trabalho que foi feito pelo núcleo gestor, entretanto, apesar de todos os percalços ocorridos, na opinião de alguns de seus membros – que são também membros de outros fóruns – foi um dos que mais conseguiu participação, inclusive das comunidades locais. Várias reuniões foram feitas em pequenas praias para que as pessoas das localidades pudessem ir. E, também, as reuniões que a princípio eram mais restritas e fechadas foram se ampliando, o que terminou em uma consulta pública, em 2008, com o auditório do Centro de Estudos Ambientais (CEA), no centro de Angra, repleto de pessoas vindas até das praias mais distantes da Ilha, como o Aventureiro.

2.4.2. Grupo de Trabalho de Sustentabilidade da Ilha Grande

Em 2007, como parte das renovações na gestão da Ilha, o Secretário Estadual do Ambiente, Carlos Minc, criou um grupo de trabalho com o objetivo de discutir a sua sustentabilidade. Essa noção, além de naturalizada, é tomada como base para as todas as intervenções que os fóruns participativos se propõem a implementar. A própria ideia de participação faz parte desse contexto. Outros objetivos eram: propor medidas de regulação e o controle de uso e ocupação da Ilha.

Segundo o decreto de criação, esse grupo deveria ser integrado por representantes de órgãos públicos, universidades e organizações não governamentais locais, e teria, ainda, o propósito de estabelecer a capacidade de carga da Ilha Grande. Formou-se, então um grupo

composto, inicialmente por um coordenador do IEF, os chefes do PEIG e da APA Tamoios, e um representante de cada instituição como: Uerj, Codig, TurisRio. Em alguns momentos, como em duas oficinas que foram organizadas pelo grupo, a participação foi mais ampla, contando com outros integrantes das instituições, pessoas das comunidades, da prefeitura, outras entidades, etc.

A noção de capacidade de carga (frequentemente utilizada na gramática dos fóruns) é muito controvertida, pois foi transplantada de outros âmbitos acadêmicos e passou a significar, no campo de interseção meio ambiente/turismo, o número de pessoas que um determinado ambiente natural suporta sem sofrer danos irreversíveis ou que possam comprometer sua dinâmica e capacidade de recuperação. A Organização Mundial do Turismo (OMT) inclui, nessa noção, a preocupação com a satisfação dos visitantes, além da cultura e da economia da sociedade receptora. Tem sido largamente utilizada e naturalizada por gestores de áreas onde se pretende promover a conservação ambiental aliada a algum uso, principalmente nas unidades de conservação da natureza, que no caso da Ilha Grande é basicamente o turismo.

Metodologias diversas propõem desenvolver esse cálculo apoiando-se em dados e indicadores que levam em consideração o tipo de solo do local, a vegetação, a fauna, o regime de chuvas, etc. Além disso, é necessário determinar as diversas modalidades e frequência das intervenções sobre o espaço, o que torna o estudo da capacidade de carga turística uma tarefa complexa, que resulta de um grande número de componentes (OLIVEIRA, 2003).

A noção de capacidade de carga tem sofrido críticas diversas e em suas concepções mais recentes procura incorporar, às variáveis ecológicas, variáveis sociais e culturais. Essa diretiva que parece indispensável, devido à importância dos usos sociais e culturais do espaço e da natureza nesse processo e, também, porque qualquer intervenção afeta diretamente a vida das pessoas, contribui para tornar o trabalho de estabelecimento de uma capacidade de carga ainda mais complexo.

Não pretendo me aprofundar aqui nesse debate, mas refiro-me a ele por ser um termo muito utilizado e muito naturalizado nesse campo de estudo. Fala-se de capacidade de carga como uma fórmula mágica, capaz de resolver grande parte dos problemas de ordenamento territorial. Motivou, inclusive, o primeiro encontro do GT, que, buscando um maior entendimento sobre o tema, reuniu pesquisadores da área num seminário para tentar esclarecer esse assunto polêmico.

Desse evento, a principal conclusão foi a de que, mais do que estabelecer a capacidade de carga da Ilha Grande, a missão do GT seria a de indicar premissas, diretrizes e alternativas

para o desenvolvimento sustentável, principalmente com relação ao turismo, por ser a atividade mais impactante da Ilha. Porém, com essa decisão, a tarefa do grupo não foi facilitada, pois a noção de desenvolvimento sustentável é também controvertida, embora, cada vez mais, corriqueira. Apesar de ao que se refere comumente por sustentabilidade estar relacionado o documento "Nosso Futuro Comum", que a ONU produziu em 1987, localmente o termo parece significar coisas diferentes para os diferentes atores sociais em questão. Nas entrevistas e reuniões, ficou claro que para os empresários do turismo o peso do aspecto econômico é fundamental, como demonstra a fala de um deles: s*em dinheiro não há sustentabilidade. O que adianta estar tudo preservado se as pessoas não tiverem o que comer? O fator econômico é o que sustenta, não é?* Para muitos ambientalistas e funcionários dos órgãos ambientais, o foco da sustentabilidade é a conservação ambiental. *Parque é unidade de conservação. Embora o turismo faça parte dos objetivos, o principal é a conservação*, disse um funcionário do IEF. Muitas pessoas entrevistadas afirmaram que não veem sustentabilidade na Ilha Grande, como atestam falas coletadas na Vila do Abrão*: É irregularidade pra tudo o que é lado. Como falar em sustentabilidade? Sem restringir o turista, não vai dar pra ter sustentabilidade. Sustentabilidade? De quê? Tudo bem quanto ao dinheiro. Acho que tem muita gente por aí se sustentando, mas a natureza tá acabando.*

Voltando à questão da capacidade de carga, considerou-se, também, que um estudo mais específico, ou melhor, um controle do número de visitantes no local, deveria ser feito por especialistas contratados para esse fim, e não pelo grupo. A necessidade de haver esse estudo é reiteradamente referida, não só por pessoas ligadas às unidades de conservação da Ilha Grande e ambientalistas, mas também pelos proprietários de pousadas e até mesmo por alguns turistas.

Foram realizadas duas oficinas participativas com os integrantes do grupo e convidados. Essas oficinas têm sido frequentemente utilizadas nos fóruns, e segundo a opinião de alguns participantes, pode-se até mesmo dizer à exaustão. Nelas, são utilizadas técnicas e recursos com a finalidade de estimular a interação entre os atores e valorizar suas contribuições.

É suposto por aqueles que promovem as oficinas que por meio delas se dará o entendimento e o consenso entre os membros dos fóruns. Como se eles dependessem do aprofundamento do debate e da capacidade de expressão e de sistematização de suas visões e interesses. Essas reuniões colaborariam, então, para de alguma forma favorecer a negociação. Outra ideia presente é a do compartilhamento de responsabilidades na busca de respostas para os problemas identificados pelo grupo. Como afirma Cordioli "Ao colocar os indivíduos

como sujeitos do processo, desloca-se o eixo de poder, implicando novas capacidades de decisão, bem como se desenvolve a confiança mútua entre os diversos segmentos e atores envolvidos" (CORDIOLI, 2001, p. 24). Com elas, pretendem inicialmente despertar o interesse dos participantes para algum tema e instigar a problematização das questões, para, num segundo momento, ajudá-los na definição de estratégias para a resolução dos problemas discriminados e mobilizá-los ao encaminhamento das decisões tomadas.

A ideia de consenso por meio das oficinas parece querer encobrir algumas contradições existentes no interior dos conselhos e fóruns, que não são resolvíveis nem mesmo com muito debate e negociação por implicarem pontos de vista que se confrontam irremediavelmente. Um exemplo disso é a reiterada observação feita por um representante de interesses dos grandes proprietários de terras, dizendo que as unidades de conservação são *ilegais e imorais*, pois tomaram terras particulares. Essa opinião é rechaçada com veemência por vários outros participantes, que consideram que esses proprietários é que são invasores, pois teriam fabricado documentos, que chamam de *papel amarelo*, documentos falsamente antigos. Ou seja, por mais que haja debate, esses conflitos não podem ser superados, pois implicam interesses contraditórios.

O IEF, para ajudar na tarefa de reestruturação dos conselhos de unidades de conservação, contratou um moderador, que passou a fazer a mediação de reuniões em formato de oficinas participativas. Nos fóruns da Ilha Grande promovidos pelo estado, elas passaram a ser frequentemente organizadas, como forma de lidar com os conflitos locais e produzir resultados que documentassem o processo participativo exigido.

Muitas vezes, nessas oficinas, ouvi críticas por parte dos seus próprios organizadores, ou seja, dos técnicos dos órgãos ambientais, dizendo que há muita oficina. Ou dos participantes, que são os mesmos dos fóruns, convocados pelos órgãos gestores, também *cansados de tanta oficina*. Entretanto, elas exercem uma espécie de fascínio sobre esses atores, pois impõem uma interação entre os membros do grupo, impelindo-os a tomar conhecimento das percepções dos outros participantes e a refletir sobre as questões colocadas, além de forçar uma sistematização dos diferentes pontos de vista, ideias e opiniões.

Painel de tarjetas utilizado nas oficinas com o objetivo de promover uma síntese de opiniões, em que o conjunto de interseção produzido pelo cruzamento de idéias é analisado pelo moderador como *consenso*.

Na primeira oficina do GT de Sustentabilidade, como passou a ser chamado pelos seus membros, analisou-se a situação atual da Ilha Grande, procurando levantar os principais problemas que impedem ou dificultam a tal sustentabilidade. A maioria dos problemas identificados era discutida também nas reuniões do Núcleo Gestor do Plano Diretor, constituindo uma espécie de mapeamento das questões socioambientais da Ilha.

Foi citada a falta de estudos sobre a água, considerada um importante elemento de sustentação do ecossistema. Falou-se também do desconhecimento que se tem sobre o equilíbrio do próprio ecossistema, o que dificulta as ações de conservação. Debateu-se sobre o uso inadequado dos recursos naturais locais como um grave problema, sobretudo pelo fato de ser em uma ilha, onde estes têm maior dificuldade de regeneração.

A introdução de espécies exóticas foi uma questão levantada nessa oficina pelo IEF, por estar na pauta dos técnicos das unidades de conservação da Ilha, inclusive sendo contemplada por um projeto. Segundo a visão articulada por eles e por alguns pesquisadores, entre os quais biólogos e botânicos, essas espécies afetariam a regeneração da floresta e a reprodução das espécies consideradas nativas, e por isso deveriam ser removidas. Esses aspectos eram referidos como se fossem consensuais, apesar de muitas divergências em relação a eles, sobretudo na visão de moradores locais e de pesquisadores das ciências sociais. Naquele momento, entretanto, a questão foi apenas citada e não discutida.

A falta de infraestrutura sanitária, a insuficiência na coleta de lixo e a poluição das águas foram problemas apontados por diversos participantes, mas que preocupavam de forma

mais contundente os residentes da Ilha. Como todo o lixo da Ilha é levado ao continente pelo barco da prefeitura, os moradores do Abraão, onde o serviço é diário, se sentem bem atendidos, mas moradores de outras localidades, principalmente as da parte oceânica, reclamam de não terem seu lixo retirado a contento.

Essas questões de lixo e saneamento, que dizem respeito ao trabalho da prefeitura, são muitas vezes colocadas como acusações por parte dos habitantes ao pessoal da municipalidade, durante as reuniões dos fóruns. Por um lado, os técnicos respondem com uma série de explicações e justificativas, mas, por outro, as acusações provocam um constrangimento no pessoal dos órgãos, por estarem sendo cobrados publicamente.

Outra questão identificada como prejudicial à sustentabilidade da Ilha seria, conforme o relatório da oficina, a pouca integração entre os órgãos públicos, produzindo ações não coordenadas, muitas vezes contraditórias ou repetitivas, e o distanciamento entre os gestores do poder público e a população local.

Falou-se, também de conflitos de interesses entre os diversos setores da sociedade local e de conflitos de gestão e de poder entre as instâncias municipais e estaduais, além de pouco comprometimento do estado com a população.

Foi referida também uma desvalorização da cultura local por pessoas de fora da Ilha, tais como turistas e técnicos do poder público, num processo que se refletiria nas próprias comunidades, em que elas mesmas não se dariam o devido valor. Por outro lado, ao mesmo tempo, o próprio grupo de trabalho, de certa maneira, expressa essa desvalorização. Sua visão sobre a atuação da população no turismo é de que esta constitui um contingente de mão de obra pouco qualificada, com muitos profissionais na ilegalidade e deficiência no treinamento e desenvolvimento de pessoal, considerando que a forma própria que os moradores nativos têm de se ligar ao turismo é de qualidade inferior, precisando ser corrigida.

Referindo-se ao fechamento de praias e caminhos por donos de mansões e pousadas, discutiu-se a questão da privatização do patrimônio público e os conflitos fundiários históricos existentes na Ilha, por um lado, entre pessoas que se dizem proprietárias de uma mesma terra, e, por outro, entre unidades de conservação e proprietários, em que até bancos estão envolvidos.

Descritos como maiores problemas estão: o aumento do número de construções, as ocupações ilegais dos costões e das encostas, a especulação imobiliária, a deficiência na infraestrutura urbana, a dificuldade de transporte entre as praias, a falta de empregos para as populações locais, a excessiva dependência do turismo e o turismo desordenado. Tudo isso contribuindo para a degradação ambiental.

A segunda oficina foi realizada nos dias 09 e 10 de abril de 2007, com a finalidade de definir estratégias e atribuições para os membros do grupo tendo em vista a continuidade dos trabalhos demandados. A partir da situação atual, os participantes exercitaram uma projeção sobre o futuro da Ilha em uma perspectiva de dez anos, concluindo com recomendações para o desenvolvimento de ações.

Uma delas foi a elaboração de um documento denominado "marco ético-legal", que descreveria o conjunto da legislação ambiental nos diversos níveis em linguagem acessível ao público em geral, principalmente tendo em vista a desinformação sobre as questões legais por parte dos moradores nativos, que muitas vezes cometem ilegalidades por não terem

Reunião em Matariz (2007) dos órgãos ambientais com a população local para transmitir conhecimentos sobre as unidades de conservação da Ilha. Um dos moradores diz que lê muitas vezes os folhetos e cartilhas que o governo deixa por lá, mas não consegue entender se o que está escrito vai ser bom ou ruim para a comunidade.

conhecimento delas. Uma das reclamações de moradores é que os órgãos aplicam sansões sem antes explicarem o que é proibido.

A promoção da integração entre conselhos e demais fóruns foi assumida como uma responsabilidade desse grupo, que se propôs, também, a trabalhar na mobilização e no fortalecimento das comunidades, identificando aquelas em que havia a necessidade de prioridade no trabalho. A ideia era que dessas oficinas resultassem planos de ação visando à solução dos problemas detectados. Outro trabalho visto como atribuição do GT foi o de cruzar informações do zoneamento municipal com o zoneamento da APA Tamoios e avaliar outras

intercessões legais, levantando informações sobre as todas as restrições à ocupação do território.

Apesar da animação que mobilizou inicialmente os encontros do grupo, as ações decididas na segunda oficina não foram levadas adiante. O coordenador por parte do IEF saiu do órgão subitamente e isso contribuiu para a desarticulação do GT. Ainda aconteceram umas poucas reuniões em que os participantes tentaram sistematizar um relatório, prestando contas ao Secretário Estadual do Ambiente sobre os trabalhos desenvolvidos, e solicitar uma extensão de prazo para os resultados, para que pudesse dar continuidade aos trabalhos, mas nem mesmo essas tarefas foram concluídas. O número de reuniões dos outros fóruns aumentou, pois foi dado início às reuniões dos conselhos do PEIG e da APA Tamoios, e, depois, às reuniões no Aventureiro, que acabaram por mobilizar as mesmas pessoas, e esse grupo permaneceu desativado. Além disso, Carlos Minc deixou a Secretaria do Ambiente para ser ministro, e não houve mais cobranças por resultados do trabalho do GT, que não era prioritário para a política da nova secretária.

2.4.3. O processo de recategorização do Aventureiro

Esse processo teve início em 2008, por meio de reuniões realizadas na própria localidade com a participação de grande parte da comunidade e, também, de reuniões do GT Aventureiro, grupo de trabalho governamental criado exclusivamente para tratar do assunto. Este se tornou um fórum de grande importância na Ilha, emblemático mesmo, por trazer uma urgência e uma dramaticidade que nos outros grupos estão diluídas, e nele, concentradas, uma vez que pautadas sob a premência da recategorização. Devido a esses aspectos, o assunto será tratado mais detalhadamente em um capítulo específico na segunda parte desta tese, como representando um microuniverso em que é possível observar tudo o que viemos tratando na primeira parte.

2.4.4. A dinâmica dos fóruns virtuais

Neste item, trato da criação de grupos de discussão na Internet, relativos ao conselho do PEIG e da APA, e de uma constante troca de e-mails entre os participantes dos fóruns, que se não têm a presença física das pessoas, como os outros grupos, cumprem um papel importante e complementar a eles. Penso que em alguns momentos, pela rapidez dos contatos e a possibilidade de acessar pessoas que não estavam presentes cotidianamente nos fóruns, essa forma de comunicação ocupa o papel principal. A Internet tem sido usada,

constantemente, para discutir diversos temas, informar, repassar documentos, opinar sobre eles, etc.

Como já tratei em outro trabalho (FERREIRA, 2004), não é possível, na contemporaneidade, ignorar a conformação de um tipo de território que, embora desprovido de materialidade, está imbricado com toda a vida social, interagindo com outros territórios e agentes. Trata-se dos territórios virtuais que habitam o mundo da Internet.

Para Castells (1999), desde o fim do milênio, a revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação vem mudando de forma radical a base material da sociedade. As sempre novas tecnologias da informação têm contribuído para uma integração do mundo através de redes globais de instrumentalidade. A comunicação, feita principalmente por meio de computadores, está dando origem a um grande número de comunidades virtuais. A difusão das novas tecnologias de informação e comunicação é a grande propulsora do atual desenvolvimento da globalização capitalista.

Para o autor, as redes sociais criadas pela Internet facilitam e propiciam a criação de territórios virtuais desconectados do "real". Discordando em parte, penso que elas contribuem para a produção de um novo "real", que se constrói numa relação entre o virtual e o presencial. Porém, é inegável seu poder de conexão positiva para a troca de informações e facilitação dos contatos e dos debates à distância.

Jungblut (2004) afirma que é importante a constatação de que está em andamento um processo de "virtualização" – também nomeado como processo de "digitalização" – de amplas atividades que compõem o cotidiano de milhões de pessoas e instituições. Para ele, o que interessa é entender um pouco do significado do que hoje chamamos de "virtual", particularmente em sua complexa relação com o que, grosso modo, é colocado em oposição ao real, o sensual, o off-line. Essa "virtualização" "não se contenta em acelerar processos já conhecidos, nem em colocar entre parênteses, e até mesmo aniquilar, o tempo ou o espaço"; mais do que isso, ela "inventa, no gasto e no risco, velocidades qualitativamente novas, espaços-tempos mutantes" (LÉVY, 1996, *apud* JUNGBLUT, 2004, p. 100). Também é fundamental, na definição de virtual e virtualização de Lévy, aquilo que ele denomina de "virtualização como êxodo", entendido como a capacidade que possuem os mecanismos de virtualização de possibilitar a comunicação e a interação humana sem que a presença física seja necessária (JUNGBLUT, 2004).

Para Lévy, o virtual não se confunde com o que é imaginário. Embora não se possa avaliar bem como se dá essa comunicação, comunicamo-nos efetivamente por réplicas interpostas na secretária eletrônica. "Os operadores mais desterritorializados, mais

desatrelados de um enraizamento espaço-temporal preciso, os coletivos mais virtualizados e virtualizantes do mundo contemporâneo são os da tecnociência, das finanças e dos meios de comunicação. São também os que estruturam a realidade social com mais força, e até com mais violência" (LÉVY, 1996, *apud* JUNGBLUT, 2004, p. 102).

Apesar das tecnologias de informação e comunicação favorecerem a compressão espaço-tempo e a desterritorialização características dos tempos pós-modernos, e de terem permitido o desvairado e incontrolado fluxo de capitais pelo planeta, agilizaram também a articulação de uma variedade enorme de movimentos sociais e organizações da sociedade civil (MARTINHO, 2003, p.11).

Boaventura Santos (2002, p.67), ao falar da "globalização da resistência aos globalismos localizados[3] e aos localismos globalizados", cria o conceito de cosmopolitismo. O cosmopolitismo resulta em um processo que se alimenta das possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação e consiste em transformar trocas desiguais em trocas de atividade partilhada e em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência e a desintegração.

Essa discussão aponta para a possibilidade de que a Internet, ao mesmo tempo em que pode servir para reproduzir imagens fantasiosas e estimular uma apreensão superficial e massificadora do lugar, pode contribuir também para o intercâmbio de ideias e reflexões que possam apontar para a solução criativa das questões locais. "O cosmopolitismo não é mais do que o cruzamento de lutas progressistas locais com o objetivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in locu* através das ligações translocais/locais" (Santos, 2002, p.69).

A formação de redes, de ideias, de pessoas, de pensamentos, dos movimentos contra-hegemônicos da sociedade civil é facilitada pela Internet, pela rapidez e alcance global.

> Tais redes, que anteriormente emergiram do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se propriamente em uma das principais formas de organização permanente desses movimentos sociais. (Martinho,2003, p.11)

No caso dos fóruns da Ilha Grande, uma troca constante e rápida de informações contribui para repassar resultados de reuniões, atas, documentos a serem discutidos em

[3] Impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorem dos localismos globalizados que consistem no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca...(Santos, 2002 pp.65,66)

reuniões posteriores, comentários e ideias. Os e-mails são utilizados para trabalhar na apreciação e na construção conjunta de documentos e na organização de eventos.

Um importante episódio que veio se refletir nos atuais fóruns da Ilha foi a articulação que ocorreu em 2006 entre pesquisadores da Ilha Grande. Essa movimentação via Internet propiciou a elaboração do documento "Argumento pró - Aventureiro" que tinha o objetivo de apoiar os moradores em seu pleito junto ao Ministério Público Estadual para a liberação do trabalho da comunidade com o turismo e a pela recategorização da área para um tipo de unidade de conservação que os incluísse. Esse assunto será tratado no último capítulo, mas aqui ele está sendo citado, pois todos os contatos entre os pesquisadores, até mesmos entre aqueles de quem partiu a ideia, foram feitos pela Internet. Dessa forma, foi possível contatar pessoas com as quais não se falava há longo tempo, solicitar opiniões, ideias, participação, etc. Esse documento representou um auxílio importante, na medida em que era fundamentado em pesquisas científicas, dado significativo para as instâncias oficiais, tendo, portanto, um peso substantivo na legitimação dos argumentos.

A primeira oficina do GT de Sustentabilidade contou com uma intensa troca de e-mails sobre capacidade de carga, com a participação de não-membros do grupo especializados no assunto. Essa troca contribuiu decisivamente com a organização e o convite de participantes. Aliás, por todo o tempo, a organização de reuniões e eventos tem contado com a ajuda da Internet.

Porém, de certa forma, implica também um fator de exclusão, pois muitas pessoas locais não contam com o mesmo acesso à Internet que os agentes do estado, de ONG's, pesquisadores, etc. Quando têm Internet, esta é discada ou por satélite, num sistema muito mais caro e precário que o do continente. Portanto, esses fóruns virtuais atingem uma camada "privilegiada" dos atores envolvidos.

Durante o período de construção da Lei de Diretrizes Territoriais do Plano Diretor da Ilha Grande, houve um momento em que foi intensa a discussão sobre a questão da noção de populações tradicionais. Para ajudar o fórum a se decidir sobre o significado dessa noção no documento que estava sendo elaborado, houve primeiro um intenso debate com pessoas de diversas áreas via e-mail, do qual as ditas populações, evidentemente, não participaram.

Outro momento interessante dos debates virtuais foi o que mobilizou pesquisadores das áreas das ciências naturais e sociais a emitirem opiniões sobre o projeto do IEF/Instituto Ambiental Vale do Rio Doce para controle de espécies exóticas no Parque Estadual da Ilha Grande. Esse debate rendeu muitos e-mails, alguns apaixonados, defendendo ou criticando o

projeto, com a circulação, inclusive, de fotos de bambus e jaqueiras, espécies que se tornaram pivôs da polêmica.

Os fóruns virtuais tiveram grande importância na mobilização da reação ao já referido decreto do governador e na coleta de assinaturas, em uma lista virtual e em outra lista material, manifestando repúdio a ele. Outro momento em que tiveram grande valor foi quando ocorreram os desabamentos do temporal do Ano Novo de 2010. Além de reuniões extraordinárias do conselho da APA para organizar ajuda às vítimas, também se tornou fundamental discutir as causas do acidente e seus envolvimentos políticos.

Mais recentemente, o acesso ao plano de manejo do PEIG, documento de 500 páginas repassado aos conselheiros pela Internet para análise, ampliou o conhecimento sobre uma matéria que havia se mantido, na maior parte do tempo, restrita ao Inea. Dessa maneira, acabou acontecendo a circulação de ideias sobre o plano, manifestação de discordâncias com as propostas apresentadas e mobilização dos conselheiros para uma resposta, o que, mesmo que tardiamente, representou uma participação do conselho.

São muitos os momentos em que esses fóruns virtuais tomam a frente dos próprios fóruns presenciais; porém, analisando de maneira geral sua atuação, percebe-se que os e-mails construíram uma participação híbrida de materialidade e imaterialidade.

Para alguns, o avanço tecnológico que propicia esses contatos fica sob suspeição, representando uma ameaça à formação de uma consciência democrática, como um "poder tóxico" no processo de digitalização da realidade, que envolve o sujeito em um mundo paralelo, autorreferente e idiossincrático (JUNGBLUT, 2004).

Porém, Jungblut, contrapondo-se a essa ideia, argumenta que a comunicação mediada por computador possibilita e estimula a comparação de diferentes versões de uma informação, tornando o "receptor" menos passivo. Bakhtin (1997, *apud* JUNGBLUT, 2004) diz que numa interlocução, o receptor nunca está em estado de completa passividade diante da mensagem do emissor, mas encontra-se sempre numa atitude de "compreensão responsiva ativa", pois toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz.

Sendo assim, as comunicações por meio dos fóruns virtuais poderiam contribuir para uma maior participação e, portanto, para uma democratização das construções políticas que os fóruns pretendem fazer. Muitas pessoas que se veem impedidas de participar presencialmente, por qualquer motivo que seja, podem acessar os debates, as informações e até mesmo decidir por uma "presença oportuna".

Por outro lado, há que se atentar para o aspecto de perda de privacidade nas comunicações. Qualquer matéria "secreta" pode, em segundos, ser transmitida a um número incalculável de pessoas, com efeitos impossíveis de serem controlados.

Esse aspecto torna a questão da "transparência", elemento sacralizado no ideário da democracia participativa, ainda mais importante. Contribui para tornar o comportamento social dos mais variados atores e grupos sociais reféns do medo da publicidade. E isso, evidentemente, torna-se um elemento de pressão política. Porém, mesmo que rigorosamente respeitada, a transparência não confere garantia à compreensão das ideias. Em primeiro lugar, porque no mundo virtual, da mesma forma que no presencial, confrontam-se visões de mundo que podem ou não ser intercomunicantes. E depois, porque a comunicação virtual intensifica as possibilidades (que existem na vida presencial, por meio de fofocas e calúnias) de construção de informações falsas, a partir de montagens, colagens e bricolagens.

2.5. As mudanças no "ambiente" governamental: a criação do Inea e seus reflexos nos fóruns

Em outubro de 2007, foi criado o Inea, que, conforme está descrito em sua página na Internet, tem "a missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável". O novo órgão, porém, só foi instalado em janeiro de 2009, depois de um período de transição que durou cerca de 1 ano e meio, substituindo, concentrando e ampliando as atribuições e competências dos seguintes órgãos estaduais: Instituto Estadual de Florestas (IEF), Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), que foram extintos.

O corpo técnico da nova instituição, além de contar com a soma dos funcionários dos órgãos extintos, o que perfaz um total de cerca de mil servidores, segundo informações do site do Inea, incorporou outros 214, que ingressaram devido ao primeiro concurso público em nível estadual para a área de meio ambiente do Rio de Janeiro.

Um dos princípios dessa organização passa, então, a ser a descentralização, e, para por em prática essa política, foram criadas superintendências regionais, correspondentes às regiões hidrográficas do estado. Dessa forma, o novo órgão absorveu a territorialidade que a Serla utilizava de classificação por bacias hidrográficas, mostrando, assim, uma hegemonia do órgão na nova composição. O grande desafio, que teve início com sua fundação e persiste sem data para acabar, é promover uma integração da ideia de gestão ambiental (oriunda principalmente da Feema) com a de proteção das florestas (competência do IEF) e a gestão dos recursos hídricos. As superintendências regionais, segundo o site, terão autonomia para

expedir licenças ambientais para atividades de pequeno porte. O Inea propõe-se, também, a "atender às demandas da sociedade nas questões ambientais, oferecendo agilidade no atendimento, mecanismos de controle, acompanhamento e participação".

A ideia de juntar a Feema e o IEF era antiga. Em vários momentos, ela floresceu em gestões da Secretaria do Meio Ambiente. Reuniões foram feitas entre os dois órgãos a fim de debater o tema. Eu mesma participei de uma delas, por acaso, a convite do próprio presidente do IEF, no tempo em que eu trabalhava na TurisRio. Pude constatar, nessa ocasião, uma animosidade, às vezes cortês e outras nem tanto, entre os funcionários dos dois órgãos. Essa relação entre os órgãos merece um estudo aprofundado, o que não é o objetivo desta tese, mas é importante abordar o tema tangencialmente, na medida em que ele interfere sobremaneira nos processos tratados aqui sobre a Ilha Grande.

Segundo Alba Simon, a criação do Inea ocorreu na contramão do que estava sendo feito em nível federal, ou seja, um desdobramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, ficando a administração das unidades de conservação em nível federal sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes. Porém, em sua opinião, foi uma política acertada, na medida em que as exigências do mundo atual demonstram a necessidade da integração de políticas e da economia de recursos.

Fernandez (2009) analisa que apesar da criação do Inea ter apontado para a estruturação de um órgão ambiental forte, com uma equipe grande, orçamento próprio, sede própria e agilidade no licenciamento, a atribuição de cargos e funções, e mesmo a manutenção do que de melhor cada uma das instituições havia conseguido, era uma interrogação.

Na verdade, estavam se juntando culturas institucionais muito diferentes e histórias também diferentes; no caso do IEF e Feema, embora tivessem maiores relações entre si por estarem desde sempre na mesma secretaria, havia também divergências e disputas políticas antigas.

A partir de conversas com funcionários do Inea, foi possível identificar que a Serla teve supremacia nas disputas internas de poder do novo órgão, até mesmo porque foi dela a origem do novo presidente. Além disso, a Serla era um órgão com receita própria, não dependendo exclusivamente do orçamento do estado.

De toda maneira, ficou patente que, na nova estrutura, o viés conservacionista, tradicionalmente hegemônico nos órgãos ambientais fluminenses – a não ser durante a gestão Minc, em que ganhou força o socioambientalismo –, voltou a preponderar, o que é também observado por Fernandez.

Alba Simon foi chamada a exercer um cargo mais importante na Secretaria do Ambiente, o de superintendente de biodiversidade, mas deixou de influir diretamente nas unidades de conservação, como vinha fazendo como diretora de conservação da natureza. E o trabalho de reestruturação dos conselhos perdeu a força que estava tendo durante sua gestão.

Em dois momentos, ficou clara a ainda pouca influência ou prestígio dos conselhos e do processo participativo na política ambiental que ocorre na Ilha Grande. O primeiro, foi na criação do chamado *decreto do governador*, e o segundo, na construção do plano de manejo do PEIG.

Como já foi dito, a equipe responsável pelo plano de manejo do PEIG – que começou a ser elaborado em 2007 –, em 2008 debateu sua proposta de zoneamento com o conselho; porém, somente em 2010, voltou a apresentá-lo, dessa vez, já pronto e com diversas questões fechadas. Não havia sido criada uma comissão técnica de acompanhamento, e, apesar de ter sido combinado que ele seria enviado em partes para exame do conselho, isso não ocorreu.

Quando foi, finalmente, submetido ao conselho, teve a recomendação de que se fizesse uma apreciação rápida, pois havia pressa em se concluir o trabalho. Foi dito, nessa ocasião, aos conselheiros, que só estariam habilitados a julgar ou apreciar tecnicamente o plano, aqueles que possuíssem expertise na área biológica e ambiental.

Essas colocações desagradaram o grupo de conselheiros, que possui uma formação multidisciplinar. Foi solicitada a extensão de prazo para que o conselho pudesse analisar melhor o documento de 500 páginas, o qual só chegou aos e-mails dos conselheiros, em diversos arquivos, após intensa solicitação deles. Apesar de estar descrito no SNUC (Lei 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto 4.340/2002) que uma das funções dos conselhos de unidades de conservação (Art.20, inciso II) é acompanhar o plano de manejo, isso não ocorreu da forma como é previsto, no processo de elaboração do plano de manejo do PEIG.

3. *PARTICIPAÇÃO* E A APROXIMAÇÃO DO "OUTRO"

Como vimos no capítulo anterior, na construção simbólica dos fóruns da Ilha Grande, *participação* é uma ideia de força, em nome da qual têm sido empreendidos inúmeros esforços. Sendo assim, torna-se necessário entender seu significado nos processos locais e como têm sido operadas as ações que designa.

Participação é uma palavra polissêmica e ambígua, utilizada largamente, na atualidade, em âmbitos diversos, como apanágio da democracia. É um termo amplo e disputado por diferentes segmentos sociais. Nos seus usos políticos atuais, estão implícitas as ideias de "participação popular", ou de "participação comunitária". Neste sentido, presta-se a "pensar e produzir práticas sociais que acentuam a distância entre a democracia enquanto ideal e sua implementação" (COSTA, 2001, p.212). A participação popular constitui-se, portanto, em uma das possibilidades do exercício da democracia.

Vincula-se à ação política de modo a incorporar uma ampliação de seu âmbito para setores antes marginalizados. Com relação aos fóruns da Ilha Grande, diferentes concepções do termo "participação" orientam diferentes práticas sociais e modos diversos de atuação de seus representantes. Nesse sentido, a análise sobre como esse termo opera nos espaços estudados deve ser desenvolvida em relação a distintos planos, tais como: a composição dos fóruns, os interesses em jogo, o campo de relações sociais que abrange os diferentes segmentos sociais, os debates mobilizados, a maneira como se organizam etc. Dessa forma, procuro analisar a "participação" nos fóruns da Ilha a partir do entendimento dos próprios atores sobre sua inserção, da frequência em reuniões, das intervenções em reuniões e articulações com os outros atores.

3.1. O surgimento da ideia de "participação popular" no Brasil:

A partir da década de 1970, ainda durante o governo militar, instalado no Brasil em 1964, a sociedade brasileira passou a experimentar um ressurgimento democrático, que naquele momento se expressava na luta contra o regime autoritário. Esse movimento reunia setores da sociedade muito diversos, como universidades, igrejas, partidos políticos de oposição, sindicatos, entre outros, que por força da conjuntura unificavam-se em torno de objetivos comuns. As alianças necessárias na ocasião possibilitavam a união de visões de mundo muito diferentes. Com o restabelecimento das instituições democráticas, tais como partidos políticos, eleições, etc., começaram a se redefinir visões e projetos políticos, demonstrando, então, sua intrínseca heterogeneidade (DAGNINO, 2002).

No imaginário do senso comum, muitas vezes, o reaparecimento dessa diversidade de visões, interesses e posições políticas é sentido como confuso e desagregador, dando lugar a certo saudosismo dos tempos em que havia um movimento social mais unificado.

Por outro lado, apesar do retorno democrático, os problemas relativos à pobreza e à exclusão social permaneceram aumentando. Esses fatores foram responsáveis pelo entendimento da necessidade de aprofundamento e ampliação da própria noção de democracia e de um maior controle do Estado pela sociedade civil.

Dessa forma, está presente, hoje, uma preocupação com a construção de uma nova cidadania brasileira, que seja capaz de melhorar a distribuição de renda e a qualidade de vida no país. Essa concepção, assumida, principalmente, pelos movimentos sociais na década de 1980, trabalharia por uma sociedade mais igualitária, calcando-se na ideia de que seus membros são sujeitos portadores de direitos, inclusive o de ter uma participação efetiva na gestão da sociedade (DAGNINO, 2002).

Foi importante para todo esse processo a promulgação da Constituição de 1988, da qual emergiu a noção de "participação popular", se generalizando como um novo paradigma de gestão pública e propondo novos mecanismos administrativos e políticos, no sentido de incorporar as contribuições da população na elaboração e na execução de políticas públicas (BEZERRA,2004, DAGNINO, 2002, TATAGIBA,2002, AVRITZER, 2002).

Dessa situação resultou o surgimento de espaços públicos, procurando-se promover o debate pela sociedade civil dos mais variados temas que antes estavam excluídos da agenda pública, como também ampliando-se os espaços da gestão estatal. Esses espaços seriam, justamente, os inúmeros conselhos e fóruns que começam, desde então, a ser criados no Brasil, para tratar dos mais variados temas, vindo afetar também as esferas ambientalistas, das quais fazem parte os que são tratados neste texto. Nesse sentido, o processo de democratização no Brasil, que tem origem nas lutas contra a ditadura e se aprofunda com a abertura desses espaços, está, entretanto, ainda em processo de construção. Tem se dado de forma dinâmica e múltipla, envolvendo a disputa entre diferenciados projetos políticos, que perpassam tanto a sociedade civil, quanto o Estado.

A ideia de "participação" passou a estar presente em diversos documentos legais desde a Constituição Federal de 1988, passando pelas Constituições Estaduais, pelas Leis Orgânicas Municipais, bem como por ações e projetos diversos, programas de agências de financiamento internacional, projetos de ONG's, universidades, estruturas governamentais, programas partidários, etc. (BEZERRA, 2004).

Diversos partidos e administrações municipais atualmente trabalham políticas públicas informadas pela ideia participação popular. Porém, é no âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT) que grande parte das reflexões e das experiências sobre o tema "gestão participativa" tem se desenvolvido. O orçamento participativo, assim como diversos outros mecanismos que procuram inserir a população nas discussões e ações públicas, a ideia de transparência e controle social do Estado e de eficiência administrativa constituem elementos centrais de seu programa partidário e de sua maneira de administrar (BEZERRA, 2004).

Com a eleição de Fernando Collor, em 1989, e a estratégia do Estado de implementação de uma política neoliberal, tudo o que foi descrito anteriormente passou a conviver com o crescimento de um projeto de Estado mínimo, que vai paulatinamente abolindo seu papel de garantidor de direitos e transferindo suas responsabilidades para a sociedade civil. O processo de democratização no Brasil tem convivido, então, com o avanço de políticas neoliberais, que agravam as desigualdades sociais, trazendo dificuldades ao seu desenvolvimento. (ANDERSON, 1995; JAMESON, 1996, GENTILI e SILVA, 1996; DAGNINO, 2004). Nesse sentido, o encontro entre projetos democratizantes e projetos neoliberais, ambos com foco na participação da sociedade civil e na construção da cidadania, constituiria uma "confluência perversa", na medida em que articulam campos discursivos semelhantes, mas com significados muito distintos (DAGNINO, 2004).

É importante, portanto, captar a complexidade em que se dá o processo democrático brasileiro, penetrado por forças díspares e muitas vezes contraditórias, para entender, também, que se apropriando de uma gramática da participação estão atores múltiplos, em contextos diversos e com projetos e propostas muito diferentes.

Embora a *participação* carregue em seu bojo as ideias de *inclusão social* e *inclusão na política* e de que é possível, através dela, obter-se um *consenso social*, ou um pacto entre diversos setores sociais sobre as decisões de políticas públicas, é preciso não esquecer que ela é apreendida de forma muito diversa e assimétrica pelos vários segmentos da sociedade.

Pude perceber em minha pesquisa que a concepção dos órgãos ambientais sobre os conselhos é principalmente a de que estes se constituem em colaboradores da gestão das unidades, e não em fiscalizadores das ações do governo, como muitos membros os veem. A motivação de participação nos conselhos, por outro lado, é muito variada e nem sempre tem a ver com a defesa de interesses econômicos ou políticos, ou mesmo com o desejo de democratizar o espaço público, como ditam os cânones da ideia de democratização. Na verdade, há uma miríade de razões. Para alguns, significa, até mesmo, uma oportunidade de contato social.

O contato com pessoas com ideias diferentes, o *ficar sabendo das coisas*, ou seja, ter acesso a informações governamentais e discutir suas prioridades, estar a par dos planos e projetos do governo e ter uma parcela de influência nas decisões, mesmo que pequena, são elementos valorizados. Principalmente quando se viveu muito tempo em clima de autoritarismo absoluto, quando só se tomava conhecimento das coisas depois que as punições chegavam.

Porém, há uma parcela importante da população local que *não participa*, que permanece excluída dos fóruns, por razões diversas que vão desde as dificuldades de se ausentar do trabalho para ir a reuniões, ou se transportar até os locais escolhidos, a até mesmo não saber o que fazer nelas. Apesar das muitas reuniões *participativas* que ocorrem hoje na Ilha Grande, um pescador (60 anos) da Vila do Abraão, ao ser perguntado por que não participa dos conselhos e das várias reuniões locais, respondeu: *é porque não entendo a maioria do que eles falam lá e também porque ninguém vai querer escutar o que tenho pra dizer*.

3.2. A ideia de "participação" alcança as esferas ambientais

O movimento pela democratização também se refletiu nas questões relativas ao meio ambiente. Embora desde a promulgação da lei do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), em 1981, já estivesse prevista a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e dos conselhos estaduais, foi a partir da Constituição de 1988 que a questão ambiental teve um grande impulso no país. Nela estava previsto que tanto o poder público quanto a coletividade deveriam defender e preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Além disso, incentivava a participação popular através de plebiscitos, referendos, iniciativas populares de leis, audiências públicas, conselhos, comitês, fóruns, orçamento participativo, ouvidorias, entre outros fóruns.

O documento "Orientações básicas para a formação dos conselhos de unidades de conservação" diz que "na esteira da democratização da gestão de políticas públicas, no que se refere às políticas ambientais, a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), incorporou-se a participação social na criação e gestão de unidades de conservação. Na gestão das unidades de conservação, a participação social se concretiza por meio do conselho" (MMA, 2004, p.2).

O documento também afirma que a importância da participação social com relação ao meio ambiente deve-se ao reconhecimento de que as políticas ambientais, de maneira geral, são potencialmente geradoras de conflitos, confrontando-se, principalmente, com objetivos

relacionados ao desenvolvimento econômico. Ressalta ainda que a efetividade das ações ambientais está diretamente relacionada com o grau de inserção dos atores sociais na sua formulação e execução. Ou seja, aponta para a ideia de que a participação por si só seria capaz de resolver esses conflitos, o que, a meu ver, escamoteia as possíveis contradições entre as políticas ambientais e os interesses sociais de vários tipos.

Embora o país estivesse vivendo desde a década de 1980 seu processo de redemocratização, isso não ocorreu no mesmo ritmo em relação às questões relativas às unidades de conservação. Os conflitos com populações locais nas áreas em que elas foram sendo implantadas demonstravam, há muito, a existência de uma demanda por maior discussão popular sobre o tema. Porém, o processo de tramitação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que durou dez anos e em que o principal problema era justamente a relação entre essas unidades e as populações, demonstrou a dificuldade de abertura de espaços públicos onde o tema era meio ambiente.

Com sua promulgação em 2000 e a determinação de que todas as unidades de conservação deveriam ter conselhos, o SNUC fez com que viesse a ser criado um grande número deles, em todo o Brasil. Esse processo ainda está em curso. É importante frisar que, seguindo as regras do SNUC, nos conselhos de unidades de conservação, o presidente é sempre o administrador da unidade, funcionário do órgão público ambiental responsável pela área, o que garante o controle da unidade pelo Estado, apesar do discurso vigente da gestão compartilhada.

Apesar de serem inúmeros e diversificados os fatores geradores de conflitos devido à criação de unidades de conservação no Brasil, a histórica ausência de diálogo entre os órgãos ambientais e as populações locais tem produzido desconfianças de parte a parte, dificultando ainda mais o processo de gestão das unidades. A grande maioria delas foi criada sem participação social, geralmente expulsando as populações locais da área ou restringindo sua atuação (LOUREIRO e CUNHA, 2008). Tudo isso criou um clima desfavorável ao estabelecimento do diálogo quando este se tornou obrigatório.

Com a reestruturação dos conselhos de unidades de conservação na Ilha Grande e a proposta de gestão participativa, tornou-se necessário estabelecer esse diálogo. Porém, se por um lado é tentada a incorporação das opiniões dos conselheiros nas questões que são levadas às reuniões, por outro permanece a prática do órgão ambiental de tomar decisões e atitudes, frequentemente, sem a consulta ao conselho. Muitas vezes, as ações são comunicadas, somente, *a posteriori*. A dificuldade do órgão gestor em incorporar a gestão participativa no seu planejamento interno foi admitida por um representante do IEF, durante uma reunião do

conselho do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), em 2007. Nessa mesma reunião, que durou um dia todo, os participantes puderam observar que, apesar se falar todo o tempo em participação, ao final, houve uma apresentação sobre a implantação de benfeitorias no Parque, com itens bastante polêmicos, que mesmo assim não foram colocados para o debate. Houve apenas uma prestação de contas sobre o trabalho que estava sendo feito pelo órgão público.

Embora a existência de conselhos demonstre um avanço na democratização de processos decisórios, ainda tem sido difícil mudar, nas dinâmicas dos conselhos, a centralidade do Estado (TATAGIBA, 2002). A gestão participativa não deveria se restringir ao trabalho que é feito nos conselhos e sim ter início na consulta pública para a criação das unidades, inclusive com relação à decisão de que categoria deve ser implantada, suas dimensões, seus limites, etc., e com a participação dos diversos setores envolvidos. Porém, é no conselho, geralmente, o primeiro momento em que são debatidos os conflitos que abrangem a unidade (LOUREIRO e CUNHA, 2008).

A história das áreas protegidas no Brasil é marcada por um caráter autoritário. A exigência de conselhos das unidades surgiu durante a elaboração e tramitação do SNUC, tendo como fortes mobilizadores dos debates as disputas e conflitos, o antagonismo entre as demandas sociais e a ideia preservacionista, tradicional na esfera ambientalista. A lei que resultou desse processo surgiu perpassada por contradições e ambiguidades, expressando, em vários momentos, traços autoritários.

A preferência dos órgãos públicos ambientais pelas unidades de conservação de Proteção Integral, no Brasil e também na Ilha Grande, como o parque e a reserva biológica, e o fato de os conselhos serem consultivos, mesmo o da APA de Tamoios, que é uma unidade de conservação da categoria de "Uso Sustentável", demonstram as dificuldades de lidarem com a "participação". Prova disso também são a falta de comunicação e a falta de discussão, mesmo com os conselhos, sobre várias ações do órgão e as relações sociais entre os funcionários das unidades e as populações locais, de caráter muito mais fiscalizador que de diálogo.

3.3. As reuniões dos fóruns como rituais políticos

Procuro entender o processo político participativo que se dá na Ilha Grande como articulado por uma dinâmica ritualizada, baseada em sucessivas reuniões. "Ritos profanos" (RIVIÈRE, 1997) são aqueles que integram o cotidiano das pessoas, organizando e dando sentido à vida social, e é nesse sentido que utilizo aqui a noção de ritual para entender a dinâmica dos fóruns. Apesar de serem mais associados à esfera religiosa, os rituais ocupam

um papel central na política contemporânea (KERTZER, 2001). Nesse sentido, ele é visto como "um comportamento simbólico, socialmente padronizado e repetitivo" (KERTZER, 2001, p.17).

A repetição tem um papel importante, que é o de tornar familiar atos que a princípio podem parecer estranhos aos participantes. Ficar sentado por horas prestando atenção ao que dizem as outras pessoas, frear o ímpeto de reagir imediatamente às falas dos outros, esperar a vez de falar, tentar organizar as ideias a ponto de expressá-las de forma compreensível, tudo isso exige um aprendizado. O "habitus" político supõe uma preparação especial (BOURDIEU, 2002). A repetição propicia esse aprendizado. Sem que seja preciso explicar nada, a observação que é feita da participação alheia vai mostrando o "comportamento adequado" e fazendo com que essa lógica seja absorvida.

É possível perceber, nesse sentido, o quanto essas reuniões da Ilha Grande significam, do ponto de vista "pedagógico", não só para pessoas das comunidades, mas também para outros atores não muito acostumados com essas dinâmicas, como *pousadeiros*, empresários, etc. Esse aspecto é demonstrado pelas solicitações de alguns participantes de objetividade na reunião. É patente o esforço que é feito por muitas pessoas em largar os afazeres e *ficar discutindo*. Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Territoriais, ficava-se bastante tempo lendo parágrafos e artigos do plano diretor que estava sendo revisto, e discutindo-se, às vezes palavras e vírgulas que mudavam o sentido das frases. Esse ritual parecia absurdo para algumas pessoas, que reclamavam, considerando que estavam *perdendo tempo*. Já ao final do processo, essas mesmas pessoas tinham adquirido intimidade com essa prática, e, além disso, arriscavam falas e propostas.

A questão da fala na reunião é outro aspecto interessante. Falar em público exige que se ultrapasse a vergonha e o medo de *dizer bobagens* ou de se expor. Com o passar do tempo, com a familiaridade que vai sendo adquirida devido à constância e à continuidade, passa a ser mais fácil falar. A ideia de que as reuniões são partes de um processo que tem continuidade provoca o interesse em voltar, em continuar contribuindo.

Nas reuniões do Aventureiro, que têm sempre uma maior carga emocional envolvida, devido ao confronto reeditado entre os diversos atores, principalmente *Estado* e *comunidade*, por muitas vezes os protocolos são quebrados e uma lógica local de reação imediata emerge. Essa reação corresponderia a não respeitar os limites de tempo de fala e nem a espera da vez para a resposta. Nesses momentos, os coordenadores da reunião, que geralmente são membros da diretoria da associação de moradores, chamam a atenção para que se volte ao ritual, ou

seja, que se respeite a intervenção do outro, e que se explique melhor o que se está querendo dizer.

No Aventureiro, outro aspecto chama atenção. Muitas vezes, os coordenadores da reunião fazem a *abertura,* dizendo que aquele é um momento de reflexão, que todos devem se manifestar, mas que nada será decidido definitivamente naquele momento. Isso se mostra importante devido ao medo dos moradores de tomar decisões, quando se trata de propostas do Estado. Mas, ao mesmo tempo, a exemplo do que ocorre em outras reuniões dos fóruns, o ritual visa garantir a impressão de que se está tendo uma efetiva oportunidade de *participar* das decisões políticas que são tomadas.

As reuniões costumam contar sempre com alguns dispositivos rituais que organizam sua dinâmica. No caso dos conselhos, elas geralmente são abertas pelo chefe da unidade de conservação, dos grupos de trabalho ou do núcleo gestor, ou por coordenadores, e no caso do Aventureiro, pelo presidente da associação de moradores.

É feita uma exposição da pauta e dos objetivos da reunião. Atualmente, são frequentes as apresentações em *datashow*. No Aventureiro, esse recurso é mais complicado, pela dificuldade com a energia elétrica, por isso, em alguns momentos, é utilizado o álbum seriado, afixado em um cavalete. Uma lista de presença, documento de grande importância para a legitimidade das decisões tomadas, começa a circular pelas salas, acompanhada de uma caneta. A propósito da importância da lista de presença como elemento de legitimação da própria reunião, cito um episódio ocorrido em uma reunião do Aventureiro, em que uma participante rasgou a lista de presença ao final da reunião por medo de que ela servisse como assentimento da comunidade aos propósitos do Estado.

O moderador, que geralmente é o próprio apresentador, representa uma figura necessária para acolher as inscrições de falas e manter a ordem ou tentar fazê-lo, quando o assunto tratado desperta discussão acalorada, falatório simultâneo, brigas, etc. As intervenções devem ser inscritas e respeitadas, embora muitas vezes sejam atropeladas por alguém mais afoito ou com a emoção "à flor da pele" devido ao assunto tratado. O tempo de fala não deve ser longo, para que ninguém monopolize a reunião. Nas reuniões da Ilha, raras vezes ele é previamente estabelecido. Porém, algumas pessoas tendem a monopolizar a discussão, principalmente aquelas que acompanham as reuniões mais de perto.

A parada para o café é sempre importante. Nas reuniões do conselho do PEIG, geralmente são oferecidos pedaços de bolo, salgados, refresco e café, que ficam em uma mesa na lateral da sala de reunião. Quando a pauta é mais polêmica, geralmente não há intervalo, as pessoas levantam e se servem. Em outras ocasiões, é servido somente água e café, e, às vezes,

nem isso. Porém, em reuniões mais importantes, que marcam momentos especiais, como por exemplo, a consulta pública da Lei de Diretrizes Territoriais da Ilha Grande, a oferta de comida é sempre maior. Nessa reunião, organizada pela prefeitura de Angra no Centro de Estudos Ambientais, e que durou o dia todo, sem previsão de saída para o almoço, havia mesas repletas de sanduíches, salgados e bolos, diversos tipos de suco, água e café.

Os momentos de intervalo costumam ser de grande importância para a sociabilidade dos fóruns, pois são é quando as pessoas se cumprimentam, trocam amenidades, fofocam sobre os últimos acontecimentos da Ilha ou sobre os próprios fóruns, comentam o que está acontecendo na reunião, e muitas vezes fazem acordos e composições, combinam coisas, trocam informações, etc.

A ata de reunião é um dispositivo fundamental nesses fóruns, pois além de informar àqueles que não puderam comparecer, figura como documento a ser apresentado aos órgãos gestores, aos próprios participantes, ou a quem tenha interesse, procurando garantir e atestar a *transparência* do processo político. Quem se dispõe a gravar, fazer anotações e elaborar o documento terá, certamente, o privilégio de fazer circular uma visão própria do evento, por mais que se esforce para ser imparcial no relato do ocorrido. Para minimizar isso, geralmente, as atas têm sido feitas a várias mãos, e lidas por várias pessoas antes de circular em âmbitos maiores do que dos próprios fóruns, normalmente por e-mail ou através dos grupos de discussão.

Esses rituais mostram-se importantes, também, para que seja possível que as discordâncias e conflitos sejam explicitados e negociados, resultando em decisões aceitas pela maioria. Nesse sentido, contribuem para que se organizem as posições dos atores envolvidos e os enfrentamentos, permitindo a costura de adesões e alianças. Não é considerado estranho nas reuniões que pessoas de campos opostos se falem e façam acordos, pois é isso mesmo que se espera desses espaços. Já para as pessoas que não frequentam as reuniões, esse comportamento é muitas vezes julgado como inadequado.

O *chamar atenção* de um participante na reunião para que respeite o tempo ou a fala do outro também faz parte do ritual e é bem aceito. Atitudes que em outras circunstâncias poderiam ser consideradas ofensivas, quando inseridas nesse contexto são vistas como *naturais e desejáveis*. Simbolizam os preceitos democráticos em que *o direito de cada um acaba quando começa o direito do outro*.

Há também uma instância a ser destacada que é a de organização das reuniões. Todos esses elementos possibilitam e facilitam ou impedem e dificultam a "participação". Quem organiza as reuniões dos fóruns geralmente são os funcionários dos órgãos ambientais ou da

prefeitura. No Aventureiro, a associação de moradores convoca os participantes locais e, quando necessário, arruma o coreto da Igreja de Santa Cruz, onde as reuniões costumam acontecer. O *pessoal do estado* organiza as apresentações que serão feitas e convoca outros atores. A organização da reunião envolve poder. Tanto a cessão do espaço, como as providências para um eventual lanche, a definição da pauta, a abertura, etc. conferem uma posição de centralidade ao organizador. E a atitude de hospitalidade que ele tem para com os que são recepcionados, ao mesmo tempo, demarca a posse de um território e a admissão do "outro" nele.

Os participantes de todos esses fóruns alternam-se constantemente, mas um "núcleo duro", que *faz de tudo para estar em quase todas as reuniões*, tem maior participação na condução do processo, ajudando a decidir datas, pautas e locais de reunião, e também, vez por outra, organizando reuniões preparatórias que antecedem a "cena principal". Muitas vezes, dependendo da gravidade dos assuntos em foco, a reunião preparatória pode adquirir uma importância até maior do que a principal, porque nela são articulados acordos prévios para lidar com assuntos difíceis e não deixar *a situação sair do controle*. Verifica-se, então, o surgimento de um compartilhamento de poder, a partir de uma sociabilidade que foi sendo construída com a continuidade das reuniões.

Kertzer (2001) identifica que, para além de sua importância na manutenção dos sistemas de poder, ao conferir a eles uma aura de legitimidade, os rituais são também essenciais para os processos de mudança política. Seu valor político pode ser entendido ao atentarmos para algumas de suas características, como representar grupos políticos, conferir legitimidade, construir solidariedade, modelar as percepções da realidade política das pessoas.

A necessidade de persuadir os diversos segmentos sociais da Ilha Grande sobre a inauguração de novos e democráticos tempos na construção da política ambiental local e sobre a importância da *participação* nos fóruns e reuniões pode ser vista como uma chave do aspecto ritualístico desses encontros. Na perspectiva de Kertzer (2001) "os rituais permitem que os indivíduos entrem em contato com os símbolos sagrados (...) e também realizam uma função organizacional importante ao diferenciar o 'grupo de dentro' do 'grupo de fora'(...)". Os símbolos articulados, no caso específico tratado aqui, são aqueles que conferem "transparência" e "representatividade". A democracia possui uma aura de sacralização que é mobilizada durante esses eventos. Em momentos mais importantes, esses rituais ajudam a intensificar os conteúdos emocionais numa comunicação subliminar. Dessa forma, entra em ação a ideia de coesão, de unificação da sociedade em torno da possibilidade almejada de consenso.

Muitas vezes as reuniões representam um espaço catártico, em que os participantes aproveitam para explicitar desagrados ou mágoas antigas. Os moradores nativos ou antigos das localidades da Ilha, principalmente, guardam muitos ressentimentos do processo de implantação das leis ambientais, em geral, e das unidades de conservação, em particular. A atuação (ou sua falta) da prefeitura também é muito comentada/criticada. Porém, outros atores, como empresários do turismo, moradores em geral, órgãos públicos, ONG's, etc., utilizam o espaço da reunião para reclamações e reivindicações. Em algumas reuniões do conselho do PEIG e da APA, pôde-se observar o representante de uma ONG que defende os *direitos dos grandes proprietários da Ilha* reclamando que as unidades de conservação se expandiram para *áreas privadas*. Certa vez, um desses representantes se identificou como *proprietário da Ilha* (em vez de dizer na Ilha), o que gerou protestos imediatos da platéia e passou a ser permanentemente lembrado de forma jocosa pelos participantes mais assíduos.

Em outra ocasião, dois desses proprietários reclamaram que a questão fundiária era sempre *posta para debaixo do tapete* pela gestão do Parque, em tom de desacato com o chefe da unidade. A questão fundiária, nesse caso, significava as áreas que eles consideravam particulares em unidades de conservação. O chefe do Parque argumentou que não estava evitando o assunto, mas que não tinha autoridade para resolver a questão, muito complexa e que demandava um debate mais amplo. Boa parte dos participantes protestou contra o que diziam *os proprietários*, por considerá-los defensores dos grandes interesses econômicos contra os interesses da unidade de conservação. O administrador do PEIG conseguiu, então, reconduzir o debate e prosseguir com a reunião.

Desta forma, percebemos uma disputa de significados e de visões que se dá através desses rituais políticos, que em alguns momentos contribui para um reforço dos esquemas de poder e, em outros, para mudança nas correlações de forças existentes. Sendo assim, os competidores que estão em ação nesses espaços disputam não só por meio do ritual, mas o próprio ritual como espaço de dominação.

3.4. Participação e representação

A participação em um fórum supõe que o indivíduo que representa um grupo o faça sem emitir, nesse espaço, sua opinião pessoal, e sim a opinião do grupo. Supõe, também, uma homogeneidade do grupo que representa e o consenso de opiniões. Além disso, conta com a ideia de que esse grupo esteja organizado, de maneira a debater permanentemente sobre os temas demandados pelo fórum e emitir pareceres únicos, e que, ainda por cima, haja canais

permanentes de interação entre grupo e representante, para que este possa ter prontas respostas que representem o grupo em cada situação.

Essas suposições básicas para o funcionamento da democracia participativa esbarram, empiricamente, em uma série de problemas. Em primeiro lugar, os grupos, mesmo constituídos com base em interesses comuns ou na confiança mútua, estão longe de ser homogêneos ou alcançar consensos duradouros. Como vimos ressaltando até agora, e será apontado em vários momentos desta tese, tanto as instituições públicas quanto as privadas são palco de disputas internas por significados, valores e direitos.

Muitas delas, como, por exemplo, os órgãos ambientais ou outras instituições estatais, são alicerçadas em "uma teoria legal que os reveste de uma personalidade fictícia" (DOUGLAS, 1998, p.23). No caso dos órgãos ambientais, o fato de trabalharem no sentido de "conservar o ambiente", como liga fictícia e projeto institucional, não exclui uma imensa diversidade interpretativa sobre o significado dessa teleologia. E não só se diferenciam as interpretações e visões, mas também as ações prescritivas e normativas implicadas.

Não apenas as instituições do Estado padecem com estas dissensões. O que se observa é que praticamente todas as instituições, apesar de estarem unificadas por objetivos comuns, ideologias e teorias legais, são constituídas também pelas ações racionais individuais, que buscam uma avaliação do tipo custo-benefício antes de decidirem os caminhos de suas ações. Esse fator constitui dificuldade para a esfera das ações coletivas.

Tão problemática quanto o consenso e a homogeneidade dos grupos e instituições é a interação entre eles e seus representantes. O estabelecimento de uma representação percorre caminhos diversos, que, frequentemente, não são os da escolha por votação e maioria, como prescrevem os cânones democráticos. As relações pessoais têm um peso decisivo nos caminhos políticos. As alianças, os compadrios, as trocas de favores têm um importante papel na escolha de um representante, fazendo parte de uma micropolítica cotidiana, mesmo que às vezes invisível.

Tomemos como exemplo a representação de uma associação de moradores em um conselho. Provavelmente, esse representante foi escolhido como tal porque pertence a um grupo que se tornou hegemônico na política local ou na política da associação. Podemos observar isso nas associações de moradores da Ilha, em que as opiniões e posições políticas dos representantes não coincidem com a de todos os subgrupos locais, ou mesmo das pessoas. Nesse caso, portanto, ele não representa o conjunto dos moradores e, sim, uma parcela deles. Mas, enquanto for representante daquele grupo, estará emitindo opiniões que refletem o seu próprio pensamento e o daquela parcela de moradores que com ele concorda como sendo a

posição do grupo. Provavelmente, sua indicação está ligada a uma rede de relações políticas internas e externas à localidade, que está baseada em relações de família, amizade e contatos políticos externos, que podem ser com a prefeitura, com órgãos estaduais, com partidos ou ONG's, etc.

E assim sucessivamente com os outros órgãos e instituições. O *acesso* a outras instâncias políticas que um representante leva para o grupo também é um fator que pesa na sua escolha. No dia-a-dia da representação, entretanto, não há tempo (e às vezes não há interesse) de fazer circular todas as informações e tirar uma posição do grupo. Provavelmente, na maioria das vezes, a opinião que o representante toma pelo grupo será a dele própria, no máximo depois de debatida com aqueles que estão mais próximos.

Fora isso, a disponibilidade de dedicar o tempo pessoal a uma causa coletiva, o interesse em circular em meios muitas vezes estranhos e estabelecer novas relações que dependem de novas disputas e negociações ainda por serem empreendidas também influem na decisão.

Ao penetrar nesse novo círculo, aqui em nosso caso representado pelos conselhos e fóruns, o representante ingressa na agenda própria desse novo grupo.

Na Ilha Grande, os fóruns entrelaçam agendas complexas e "urgentes", compostas por reuniões demoradas e oficinas que podem ocupar vários dias, em locais distantes e de difícil acesso, como, por exemplo, a Vila do Aventureiro ou a de Dois Rios.

O contato constante, os debates ininterruptos que extrapolam reuniões, penetrando no espaço do descanso e do lazer, como a mesa do bar à noite, e também o translado de barco, às vezes enfrentando os reveses de um mar "mexido", vão criando uma sociabilidade própria. Essa sociabilidade é expressa em caronas, hospedagens e tipos variados de oferecimentos, que vão consolidando a aproximação entre os membros dos fóruns. Eles, então, passam a constituir um espaço que não deixa de ser de disputa, mas que com frequência estabelece negociação.

Nesse sentido, para além do debate, que faz com que cada "outro" exponha razões e motivos, desejos e necessidades do âmbito e da lógica do grupo a que pertence, em algum nível são facilitadas compreensões e aceitações. Uma familiaridade se estabelece entre esses "outros" na constituição de uma nova comunidade moral (no sentido de BAILEY, 1970). As comunidades morais compartilham valores, categorias, códigos e sinais em comum, e também práticas comunicativas, uma mútua inteligibilidade. Essa linguagem não é apenas falada, mas há uma etiqueta envolvida, que a delimita. Dessa forma, há uma constante formação e desagregação de comunidades morais.

No interior dos conselhos e grupos podem se formar comunidades morais, principalmente quando seus membros começam a diversificar suas relações pessoais e a ter reputações a serem defendidas perante os outros. Essas comunidades podem influir na aplicação ou na não-aplicação de políticas, na medida em que podem formar um bloco de poder.

Não é desperdício dizer, entretanto, que nem todos podem compor essa nova comunidade moral. Alguns trazem em sua representação contradições que não são absorvíveis, e ficam excluídos do grupo. Ser um ator que defende as causas dos grandes proprietários e empresários da Ilha, por exemplo, é um fator de afastamento desses representantes do que o "núcleo duro" dos fóruns admite como "princípios". Ou seja, faz com que eles não pertençam a essa comunidade moral, já que o que preconizam é contraditório em relação ao que o grupo defende.

Devido ao relacionamento intenso com o novo grupo, muitas vezes o representante ingressa numa lógica híbrida, não-compreensível pelos membros de seu próprio grupo. Ainda mais porque, com as novas agendas, o tempo para interagir com ele diminui, fazendo com que a representação possa ser comparada a um cheque assinado em branco, na qual o grupo delega ao mandatário o poder de falar por si autonomamente. Essa questão é motivo de conflitos entre o representante e o grupo representado, e aponta para a possibilidade de perda da representatividade.

3.5. A composição dos fóruns e a disputa de visões e interesses sobre o território

Os fóruns de que trato aqui são, na verdade, espaços públicos muito diferentes, mas que têm em comum uma agenda *participativa*. Os conselhos das unidades de conservação são entidades que se pretendem permanentes, enquanto os grupos de trabalho e o núcleo gestor têm uma duração determinada, que está circunscrita à dos trabalhos para os quais foram criados. Nos conselhos e no núcleo gestor, a composição é semelhante, já que ambos são pensados no sentido de incluir amplamente representações de todos os segmentos sociais envolvidos e interessados nas suas questões. Os grupos de trabalho estudados têm uma composição mais restrita e uma dinâmica diferente, principalmente o do Aventureiro, que abrange apenas os órgãos ambientais do estado. Foram incluídos como *fóruns participativos* neste trabalho, não pela sua composição, mas sim por estarem em contato permanente com os participantes dos outros fóruns e, como se verá oportunamente, o que ocorre em seu âmbito é influenciado pela dinâmica dos outros. As reuniões para recategorização do Aventureiro não constituem uma figura institucional formal, mas mesmo assim contam com representações

semelhantes às dos outros fóruns. Além da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (Amav) e de órgãos públicos estaduais e municipais, têm a presença constante de pesquisadores de universidades e ONG's e, eventualmente, de outras instituições, quando se fazem necessárias.

Os principais grupos representados nos conselhos e no núcleo gestor são: órgãos públicos ambientais, órgãos públicos de turismo, secretarias ligadas à prefeitura municipal, associações de moradores das diversas localidades da Ilha, associações ligadas à atividade turística, universidades, ONG`s, entre outras entidades locais. É possível, então, agrupar esses segmentos sociais em Estado e sociedade civil organizada, a qual inclui, por sua vez, representações dos interesses econômicos, embora seja absolutamente necessário deixar claro que não representam, de forma alguma, grupos homogêneos.

Dentre os temas que se colocam em todos os fóruns e se transformam em motivo de disputas ou alianças entre os diversos grupos, alguns são comuns à Ilha toda, outros, relativos a questões específicas das localidades. Os mais gerais são: o desenvolvimento do turismo, a conservação do meio ambiente, as questões fundiárias, o crescimento populacional e a ocupação dos espaços, os direitos de uso do ambiente das populações nativas, a falta de serviços públicos adequados, a relação dos órgãos ambientais com as populações locais, etc.

Ao longo da pesquisa, percebi que para além das relações institucionais dos representantes, estão suas relações pessoais. Penso, inclusive, que os interesses, as possibilidades e as relações pessoais não apenas interferem, mas constituem a *participação*.

A atuação dos órgãos depende, também, das pessoas que estão à frente deles, ou envolvidas com eles, em cada momento. Isso é válido tanto para os cargos mais altos, como a Secretaria do Ambiente, a presidência do Inea, ou a Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura, e as diretorias e superintendências correspondentes, quanto para os mais diretamente ligados às instâncias locais, como os chefes de unidades de conservação e seus funcionários, os funcionários administrativos da prefeitura, os fiscais, etc. Há uma grande diferença entre visões e atuações de todos esses atores, comumente referidos na gramática local como *o Estado*.

Os representantes dos órgãos ambientais, na coordenação dos conselhos, dividem-se entre a tarefa de organização dos próprios conselhos, as questões locais que surgem continuamente e a implementação de projetos que vêm da sede, no Rio de Janeiro. Seu foco é a promoção da conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

A ideia de que é necessário incluir as populações locais e mesmo os outros atores da sociedade civil nas decisões do governo, nos seus diversos níveis, e, sobretudo, na gestão das

unidades, embora amplamente referida nesses espaços, está ainda por se afirmar. Apesar da generalização do discurso da *participação*, as atitudes dos representantes de órgãos públicos, com exceções, costumam ser impositivas e centralizadoras. Faz parte desse problema, inclusive, a falta de autonomia, por exemplo, dos chefes das unidades de conservação, que são frequentemente chamados de *administradores* pelo próprio órgão, o que demonstra um enfoque sobre suas competências muito mais voltado para o cumprimento de tarefas práticas do que para a construção de uma *governança* local, como é sugerido no ideário dos conselhos. As decisões tomadas por um chefe de unidade, mesmo sobre assuntos mais locais, estão sempre referidas à consulta da sede no Rio de Janeiro.

Os administradores das unidades frequentemente têm de lidar com questões relacionadas à disputa ideológica entre as visões preservacionistas e socioambientalistas presentes nos órgãos, estando, evidentemente, eles próprios associados a esta contenda. Entretanto, para a sociedade em geral, principalmente os locais, eles são, a princípio, reconhecidos como representantes do autoritarismo, que foi a tônica da atuação do Estado por longos anos e que ainda não deixou de ser totalmente. Isso porque essa visão do Estado como poder hegemônico, e no caso dos órgãos ambientais, como os responsáveis pela gestão da natureza, permanece presente e predominante.

Percebo que a *participação*, como é entendida geralmente pelo *staff* das unidades de conservação, é a da sociedade como colaboradora em tarefas relativas à unidade, como, por exemplo, na vigilância contra transgressões ambientais. Diversos segmentos sociais e suas atividades, principalmente os ligados ao turismo, mas não apenas eles – por exemplo, a captação de água nas nascentes, entre outras –, são vistos como *usuários* das UC's. O reconhecimento e a *ajuda* à unidade seria uma forma de contrapartida.

No caso da Ilha Grande, ficam nítidas, também, as divergências históricas entre os órgãos estaduais e a prefeitura municipal. Com a Ilha dividida em unidades de conservação estaduais, quase todo o território é visto pelo estado como sendo de sua responsabilidade. Porém, a prefeitura entende que, como parte do município de Angra dos Reis, a Ilha Grande é administrativamente uma área de sua competência, aceitando com muito custo o poder do estado sobre ela. Isso pode explicar, em parte, o *abandono*, como era classificada pelos moradores da Ilha a atenção que a prefeitura dispensava a ela até o início da década de 1990.

Em pesquisa que fiz no Abraão em 1992, essa era uma questão muito referida. Diziam que a prefeitura pouco se importava com a Ilha, que não colocava *serviços públicos decentes* e nem a reconhecia como o principal ponto turístico de Angra dos Reis. Digo "em parte" porque acredito que a existência do presídio tenha contribuído decisivamente para o

afastamento da prefeitura. Afinal, eram muitos poderes se sobrepondo e a questão da "segurança máxima", durante todo o período de regime autoritário no Brasil, era hegemônica. Segundo moradores, a partir do grande crescimento do turismo, que ocorreu depois da desativação do presídio, a prefeitura teria passado a se interessar pela Ilha, sinalizando trilhas, incrementando um quiosque de informação turística no Abraão, e passando, então, a disputar poder com o estado de forma mais direta.

Os técnicos da prefeitura participaram intensamente do Núcleo Gestor do Plano Diretor, porque este era capitaneado pela própria prefeitura. Porém, nos outros fóruns, sua atuação é muito pontual. Observei uma preocupação por parte de funcionários da prefeitura em afirmar posições, muitas vezes diferentes das dos órgãos do estado. Mas essa *participação*, também, não é homogênea. Alguns procuram ter uma *postura técnica* e por isso tentam uma relação mais negociada com os agentes das unidades de conservação. Outros têm uma atuação eminentemente *política*. Estes tendem mais a entrar em confrontos. A negociação, nesse caso, obedece a outra lógica, mais conectada às instancias políticas mais amplas.

A presença da prefeitura é mais percebida quando a pauta da reunião apresenta temas polêmicos, como o zoneamento da APA, a apresentação do Prodetur/RJ – Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo na reunião do conselho do PEIG, entre outros. Porém, no dia-a-dia dos conselhos, seus representantes aparecem esporadicamente, o que é criticado por diversos conselheiros. Outros órgãos, como Batalhão de Polícia Florestal e a Capitania dos Portos, têm atuação mais pontual e ligada a sua competência específica.

A TurisRio teve a mim como representante nos conselhos e nos outros fóruns de 2007, quando o processo se iniciou, até abril de 2009, quando deixei de trabalhar no órgão. Apesar de ser representante de um órgão público, minha atuação se caracterizou pela pessoalidade. Essa não é uma questão relativa unicamente à minha participação, mas observada em diversos outros casos. As tentativas de diálogo interno na TurisRio sobre o que ocorria nos fóruns eram acolhidas como uma prestação de contas, mas nunca se estabeleceu uma troca de ideias efetiva sobre o assunto, até mesmo pela falta de preparo ou interesse do órgão em tratar de *política participativa*. Penso que essa dificuldade é comum à maioria das instituições.

O segmento aqui classificado como *sociedade civil* engloba setores muito diversificados da sociedade, que correspondem a interesses muito diferentes no conselho e formas também diversas de reivindicar sua *participação*. Podemos observar que visões diferentes sobre cada questão aparecem, frequentemente, nos debates das reuniões.

Na reunião em que foi apresentado ao conselho do PEIG o escopo do Prodetur/RJ (que será implementado na Ilha) e, como parte dele, o projeto de reforma da estrada Abraão-Dois Rios, a única da Ilha, houve polêmica. Enquanto Hotair, representante da Associação de Moradores da Vila Dois Rios, exibia satisfação, porque considerava que *pela primeira vez, algo vai ajudar a comunidade*, referindo-se aos moradores da pequena vila, os representantes da Uerj demonstravam preocupação sobre como seria desenvolvido o projeto. O foco desse temor devia-se ao fato de que a concessão que a universidade tem para ficar na área é de cinquenta anos e o desenvolvimento do turismo certamente afetará a vida local e, portanto, a administração da área.

Na concepção de desenvolvimento sustentável emitida pelo Estado, embora também não-homogênea, o projeto para Dois Rios inclui a construção de uma guarita do Inea, para controle da área, e uma licitação pública para operar o transporte de turistas e um restaurante a ser construído. Na visão do representante da associação, a expectativa é de que os moradores possam a vir oferecer serviços turísticos e, na visão dos representantes da Uerj, como exposto na reunião por seu representante no conselho, *deve-se pensar nos moradores* ao desenvolver o projeto. Porém, para o Inea, é preciso fazer uma licitação pública para essa concessão de serviços, o que provavelmente desfavorecerá a comunidade local. Esse problema diz respeito a todas as concessões de serviços na área do Parque.

O entendimento do Estado do que seja o desenvolvimento sustentável para a Ilha, segundo as declarações de seus representantes nas reuniões dos fóruns, relaciona-se com o ecoturismo e o turismo de base comunitária, esse mais especificamente para o Aventureiro. Nessas concepções, o número de visitantes deve ser controlado, os usos regulados pelo plano de manejo do Parque e adequados a cada área específica, e devem aportar recursos para a unidade de conservação. As concessões de serviços, necessariamente, devem passar por licitação pública.

A questão do turismo como o foco principal do que se pensa para o desenvolvimento sustentável da Ilha divide opiniões o tempo todo, tanto nas reuniões do conselho como no cotidiano da Ilha em geral. Enquanto alguns *pousadeiros* desejam que o turismo cresça, pois veem aí a sua *sustentabilidade*, outros se preocupam com os rumos do crescimento atual, visto como desordenado, e demonstram a preocupação de restringi-lo a algumas localidades, tornando evidente que até mesmo para esse segmento a visão não é idêntica. Há empreendedores do turismo, entretanto, que não se mostram preocupados com as questões ambientais. A ideia é de que elas atrapalham o desenvolvimento turístico, com suas "regras

excessivas", e classificam os ambientalistas de *ecochatos*. Eles não costumam participar das reuniões, pois as identificam como um espaço dominado pelos ambientalistas.

A *participação* de grande parte das ONG's se dá no sentido de *ampliar o espaço da sociedade civil junto às decisões que antes cabiam ao Estado*. Esses atores costumam ser assíduos às reuniões, até porque entendem como sua tarefa estarem presentes, o máximo possível, em todos os espaços públicos que forem abertos e, ainda mais, pressionar para que se abram outros. Porém, há uma variedade de interesses em jogo. Algumas ONG's se autorreferem como ambientalistas, outras procuram defender interesses setoriais, mas têm foco também no meio ambiente.

Dentre as ONG's ambientalistas locais, despontam: a Sapê - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica e o Codig - Comitê de Defesa da Ilha Grande. A Sapê atua no município de Angra dos Reis, desde a década de 1970, tendo participado dos protestos contra a instalação das usinas nucleares e estando sempre presente nos movimentos sociais e ambientais da região. Tem estado presente também nos fóruns da Ilha Grande. O Codig foi criado no ano 2000. Detenho-me no relato sobre essa ONG devido à importância que ela assume, desde sua criação, como articuladora de ações e movimentos específicos da Ilha. Alexandre Guilherme de Oliveira, um de seus criadores, e membro ativo de todos os conselhos e fóruns, relatou em entrevista (jun/2010) que a origem do Codig vem de um movimento que começou com a desativação do presídio.

Assim que o presídio foi transferido, havia um forte interesse de se construir um hotel de luxo em Dois Rios. Foi através de um movimento denominado SOS Ilha Grande que as articulações mudaram de rumo e a área acabou sendo cedida para a Uerj. Esse movimento era um começo de organização social na Ilha; já havia a Sapê, que participou de tudo, mas eram mais pessoas de fora da Ilha, veranistas e alguns moradores. O fim do presídio marcou um processo de expansão do turismo na Ilha, que tem estado, desde então, em crescimento contínuo. O turismo foi crescendo e a infraestrutura continuou a mesma. Tudo foi piorando; no carnaval, a água faltava. Aí fomos vendo os anos passando, 1998, 1999, e tudo virando um caos. Eu e outras pessoas, em 1999, começamos a nos organizar para cobrar das autoridades alguma atitude. No verão de 1999 para 2000, fizemos um abaixo assinado para entregar ao governador Garotinho. Listamos todas as nossas preocupações e coletamos assinaturas no carnaval. Não tínhamos estrutura nenhuma, éramos poucas pessoas. Estava crescendo o desmatamento na Ilha para construção de casas e aumentando as ocupações irregulares. Esse abaixo assinado foi entregue e disparou uma movimentação enorme. Foram 5.500 assinaturas. Na época, era coisa à beça. No Abraão, só se falava nisso. Na mesma

época, nós fizemos inspeções na Ilha, levantamos muitas irregularidades e entregamos para o Ministério Público. Aí percebemos que precisávamos nos organizar melhor e, então, resolvemos fundar uma entidade, que foi o Comitê de Defesa da Ilha Grande.

A atuação do Codig hoje, junto aos fóruns, tem demonstrado a erosão das fronteiras entre o público e o privado, com o crescente papel dos atores privados nas ações públicas (ROMANO 2007). As relações estabelecidas entre a ONG e os órgãos ambientais estaduais fizeram com que as reivindicações dos movimentos locais da Ilha Grande, geralmente encabeçados por ela, repercutissem nas políticas públicas do Estado. Esse fato pode ser observado no episódio da ampliação do parque estadual, em que havia um projeto elaborado pelo IEF, mas havia, também, um interesse do movimento ambientalista local em geral e, especificamente, do Codig, nessa ampliação. O estreitamento das relações entre Codig e órgãos ambientais, a partir da gestão Minc, fez com que o projeto saísse da gaveta e o Parque fosse ampliado.

As relações entre o Codig e os órgãos, se mostram importantes na construção de relações nos fóruns, pois desempenham um papel de mediação. Romano (2007) analisa a noção de redes de política, ressaltando uma continuidade das relações entre grupos de interesse e agências do governo, formando o que Schmitter (1970, *apud* ROMANO, 2007) denomina de processo de "intermediação" de interesses. Esse assunto será analisado mais detidamente em outro capítulo desta tese.

Das ONG`s não locais, duas aparecem como representando marcadamente os grandes interesses econômicos na Ilha Grande, embora, muitas vezes, estes não sejam explicitados, ficando subsumidos no discurso do desenvolvimento sustentável, que teoricamente deve englobar toda a sociedade.

O Consig - Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande, que, apesar de ter a palavra "conselho" no nome, é uma ONG, congrega grandes empresários, alguns com propriedades na região. Desenvolve um projeto de grande porte, que abrange toda a Ilha. Esse projeto, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável da Ilha Grande, foi abraçado pela Companhia Vale do Rio Doce, sendo que seu presidente é também presidente do Consig. Possui uma extensa rede de relações políticas, abrangendo o próprio governo do estado, e conseguiu estabelecer parceria com o órgão ambiental para desenvolvimento de seu projeto. A instituição organizou, através de uma empresa de consultoria denominada "Agência 21", reuniões em diversas localidades da Ilha, coletando *demandas* das populações. Depois, entrevistou empresários locais e entidades públicas e privadas, e, ao final, em oficinas na própria sede do Parque, na Vila do Abraão, consolidou os resultados dessas demandas. A

partir da conclusão desse processo, a entidade entendeu que o plano estava legitimado pelos diversos atores envolvidos com a Ilha, como o Inea, as populações locais e o próprio conselho. No entanto, vários conselheiros consideraram duvidosa essa legitimidade, pois identificam a instituição como um *arranjo de empresários com interesses na Ilha*.

Em uma reunião, um representante do Consig se referiu à entidade por várias vezes como *o braço da sociedade civil a favor do projeto de sustentabilidade da Ilha Grande*, ao que um representante de outra ONG retrucou, dizendo: *me parece que a sociedade civil é uma coisa mais ampla do que um grupo de empresários.*

O Consig, do qual participa o ex-prefeito de Angra, através de relações pessoais com autoridades, obteve *acesso* para apresentar o plano ao governo estadual e, dessa forma, ser o intermediário do Prodetur na Ilha Grande. Podemos, então, observar, de modo diferente, a influência particular de um grupo social, mesmo que revestido pelo discurso do interesse público, nas decisões do governo, como relatado anteriormente. O representante contou sobre o surgimento da instituição, afirmando sua legitimidade ao *assumir* o Prodetur. Os empresários que a criaram, a quem se refere como *os maiores PIB's do Brasil,* frequentavam a região de Angra e a Ilha Grande há muito tempo. *Alguns têm casas na região. Queriam ajudar a Ilha de alguma maneira e criaram o Consig para que esse desejo não ficasse apenas nas conversas de amigos entre caipirinhas*.

A ONG Parceiros da Terra – Instituto de Políticas Econômicas e Socioambientais, por sua vez, defende interesses de grandes proprietários de terras na Ilha. O foco dessa entidade é a análise das questões fundiárias locais, advogando que estas representam, hoje, um dos maiores problemas, pois envolvem antigas discussões sobre o domínio e a titularidade da terra. Procura demonstrar que a legislação ambiental é, atualmente, muito restritiva, impedindo os usos econômicos *demandados*. Para a entidade, os problemas criados pela legislação ambiental são: os limites sobrepostos das próprias unidades, as competências administrativas conflitantes, os títulos de propriedade com autenticidade duvidosa, posses, invasões e grilagens (Parceiros da Terra, 2006).

Consideram, também, que no centro da discussão está a União Federal, que se posiciona como proprietária de toda a Ilha Grande, pois, na Constituição de 1988, são bens da União:

(...) as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e

as referidas no art. 26, II; (...) e os terrenos de marinha e seus acrescidos (Emenda Constitucional nº. 46, de 2005).

No entanto, defende a ideia de que muito antes da Constituição de 1988, que define as ilhas como bens da União, nos registros paroquiais e nos primeiros registros em cartórios do final do século XIX e início do século XX, a Coroa já reconhecia o direito de terceiros, adquirindo destes, em 1884, as Fazendas Dois Rios e do Holandês, na Ilha. Dessa forma, ocorre uma grande polêmica em torno da titulação de terras em ilhas e, principalmente, na Ilha Grande, devido à sua extensão territorial e à sua história. Segundo um advogado consultor de direito patrimonial do SPU, citado no documento da ONG, o Estado, sucessor da Coroa, detém a presunção de ser dono de qualquer solo. O particular deve comprovar, mediante título legítimo, com cadeia sucessória que tenha origem em título outorgado pelo Poder Público nos termos da legislação vigente, o desmembramento da gleba que a destacou do patrimônio público. A União, por seu lado, exige uma cadeia sucessória que vá até a concessão da Sesmaria por Martim Afonso de Souza para afirmar o direito à propriedade. Na análise da ONG, isso seria impossível em alguns casos. Essa determinação exige que se comprove, através de um documento da Coroa, a autorização do desmembramento, e não encontra respaldo no artigo 26, II da Constituição de 1988, quanto ao direito de terceiros. Dessa forma, todos os serviços prestados pelos cartórios durante mais de um século seriam inválidos, e a maioria dos proprietários perderia seus imóveis por não ser possível regularizá-los no SPU (Parceiros da Terra, 2006).

A ONG acusa o Parque de ter alterado unilateralmente os seus limites, avançando sobre as terras de diversos proprietários, numa ação de grilagem. Em sua opinião, a regularização da situação do Parque exige um levantamento em cartório da documentação existente, de forma a identificar eventuais problemas de litígio pela posse da terra e indenizando e /ou re-alocando as famílias residentes dentro dos limites do Parque.

A questão que mobiliza a *participação* dos *grandes proprietários*, e sua representação nos fóruns, portanto, diz respeito às áreas consideradas por eles como propriedades particulares, mas que estão incluídas nos limites do Parque Estadual ou da Reserva Biológica, e que são disputadas na Justiça. Alguns frequentam as reuniões procurando estabelecer um debate questionador dos limites das unidades, o que não tem sido bem aceito por outros participantes.

Algumas ONG's não-locais, como o Instituto Ondular, o Instituto Ambiental da Costa Verde e o Instituto Bioatlântica, juntamente com ONG's locais e outras instituições locais e não-locais, como as associações de moradores, de meios de hospedagem, de guias,

universidades, etc., marcam sua atuação pela defesa de um *processo de "conservação ambiental participativo"*. Essas instituições têm estado frequentemente presentes às reuniões. Defendem a ideia de que o papel dos conselhos e dos órgãos ambientais é trabalhar no sentido de frear o desenvolvimento desordenado do turismo, ajudando a construir um projeto *adequado*, e barrar a especulação imobiliária e os *grandes interesses econômicos*, procurando favorecer iniciativas de pequeno porte e defendendo alguns direitos das comunidades locais.

Essas são as ideias que atuam como argamassa do grupo que se formou dentro dos fóruns, o qual, mesmo não sendo homogêneo, consegue se aglutinar para fazer frente às propostas em desacordo com esses princípios.

A participação das ONG's, pela sua atual importância na cena local, merece uma análise mais detida. Vim destacando, nesse universo institucional, uma grande diferença de atuação e objetivos entre elas. Essa não é uma questão específica da Ilha, embora as ONG's locais tenham suas especificidades.

Existe uma dificuldade, hoje, tanto em avaliar precisamente o número de ONG's brasileiras como também de definir seu papel. Em primeiro lugar, porque esse número tem aumentado exponencialmente e, em segundo, porque apresentam múltiplas formas (LANDIM, 1993; DOYMO, 1995; BOCAYUVA, 1999; TEIXEIRA, 2002). Constituiriam, então, um campo "impreciso e indefinido" (TEIXEIRA, 2002, p. 106).

Elementos importantes para entendê-las seriam suas relações com as agências financiadoras internacionais, com os movimentos sociais e com o Estado.

Por um lado, as ONG's têm se apresentado como atores importantes no restabelecimento democrático do país e na conquista dos espaços públicos, mediando a interlocução entre o Estado e outras instituições da sociedade. Por outro, têm ocupado espaços deixados "em aberto" pelo Estado (TEIXEIRA, 2002). Neste sentido, muitas ONG's, hoje, têm participado de projetos em parceria com o Estado, até mesmo pela sua maior flexibilidade em conquistar recursos.

Embora internacionalmente se possa falar neste tipo de organização desde meados do século passado, no Brasil elas se instalaram muito em função da participação na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, denominada ECO-92. Provavelmente, por esse motivo, a maioria delas, de início, tenha tido uma feição ambientalista. Só ao final da década de 1990 surgem com força as "ONG's sociais".

Com relação às ONGS's, é possível observar claramente um exemplo da "confluência perversa", apontada por Dagnino, em relação à "participação popular". No caso da Ilha Grande, como descrito acima, identificamos algumas ligadas aos movimentos sociais, que

buscam, através dos fóruns, ampliar a representatividade dos setores desfavorecidos das populações da Ilha perante as políticas ambientais, e, também, através de projetos em parceria com o Estado, mais com trabalho do que com recursos. De outro lado, temos ONG's que procuram ocupar o lugar do Estado (que pretendem mínimo, como convém às políticas neoliberais) através de parcerias e grandes financiamentos nacionais e internacionais e, ainda, elas mesmas ou outras procurando desmoralizar as ações públicas, acusando-as de ineficiência e corrupção.

Não estou querendo com isso isentar o Estado de suas responsabilidades sobre os problemas, mas demonstrar como a *participação* tem várias facetas, até mesmo a de procurar enfraquecer o *espaço público*.

3.6. As populações locais e a participação nos fóruns

Neste item procuro descrever a *participação* das chamadas *comunidades da Ilha Grande* nos fóruns. Embora na Ilha existam cerca de vinte núcleos populacionais, apenas cinco associações de moradores estão representadas no conselho do PEIG. Por estar em contato com as questões mais locais e por sofrer diretamente as consequências das políticas públicas, esse seria um segmento de importante representação, porém, tem grande dificuldade, tanto em comparecer às reuniões, como em discutir opiniões em igualdade de condições, como já foi falado. É necessário deixar claro que, se está em pauta um processo de *democratização* da política ambiental, que se apresenta como a possibilidade de disputa e negociação de significados, valores e direitos, esta não é, entretanto, uma negociação feita nos mesmos termos. Há uma assimetria de poderes envolvida.

Esse grupo congrega atores sociais desfavorecidos economicamente e que não têm por costume a participação política organizada dessa maneira. Muitas dessas pessoas consideram a simples frequência como *participação*, dadas as dificuldades já relatadas. Outros, em entrevista, me afirmaram que não sabem como *participar*, pois não acreditam que suas questões sejam ouvidas ou porque se acham *ignorantes* sobre *as leis e as coisas que se discute nessas reuniões*.

É preciso esclarecer, também, que o termo comunidade não é utilizado neste texto para distinguir o grupo social de que se fala do termo sociedade, em que o primeiro estaria nomeando grupos pequenos e fechados e o segundo, a sociedade mais ampla. Até mesmo porque não é possível entender esses grupos menores como unidades fechadas em si mesmas. Apesar de ter claro que ele é muito utilizado contemporaneamente para se referir aos setores pobres e "sem fala" da sociedade, e, muitas vezes, como sinônimo de favela, o termo

"comunidade" é aqui bastante referido por ser uma categoria nativa. Os próprios habitantes das diversas localidades da Ilha se autodenominam como *comunidade*, como por exemplo a comunidade do Aventureiro, a comunidade da Longa, de Provetá e assim por diante. Essa palavra é alternada também com a categoria moradores, ou povo, por exemplo: os moradores do Abraão, o povo da praia Vermelha, etc. Possui, ainda, um viés geográfico, na medida em que é associada às localidades e funciona, também, como uma categoria política quando apropriada pela população local para fazer reivindicações, demonstrando unidade em torno de interesses comuns.

De outra forma, a palavra tem sido utilizada pelos órgãos públicos (e neste sentido, continua a ser uma categoria nativa neste trabalho, pois que, os agentes do Estado fazem parte do meu objeto de estudo), como uma categoria político/administrativa, marcando zoneamentos e listando problemas ambientais, problemas sociais e demandas das populações.

Como já referido, uma pequena parte das localidades da Ilha possui representação nas reuniões. Na maioria das vezes, os frequentadores desses fóruns não são escolhidos formalmente pelo conjunto da população local em uma eleição, mas se transformam em *representantes* por razões diversas. Podemos citar como exemplo a facilidade de acesso às reuniões, amizade com outros participantes, o fato de ter alguma projeção local, de ter tido contato com funcionários dos órgãos públicos em algum momento, de ter participado de outras lutas, projetos ou associações locais, etc., e acabam sendo indicados por alguma associação ou ONG. Embora seja referida no âmbito das políticas públicas como uma unidade, a Ilha Grande apresenta uma grande diversidade de situações entre suas localidades. Isso também ocorre com a relação à participação nos fóruns.

A população da Vila do Abraão, atualmente, é constituída, em grande parte, por pessoas que migraram atraídas pelo turismo e por familiares de ex-funcionários do presídio que moram em casas do Estado, sendo que alguns deles exercem, agora, atividades relacionadas ao turismo. Como as reuniões do conselho consultivo do PEIG acontecem na sede do Parque, na Vila do Abraão, há uma participação mais diversificada nessas reuniões, na medida em que essa é uma característica de sua população. Mesmo assim, há uma parcela representativa de moradores que nem ao menos toma conhecimento das reuniões.

O segundo núcleo da Ilha em termos populacionais e com alguma infraestrutura urbana é Provetá, uma vila de pescadores em que a maior parte dos moradores é evangélica. Até bem pouco tempo, lá não havia turismo, porém, começa a surgir aos poucos algum interesse pela atividade. Em 2007, foram feitas na vila três reuniões do núcleo gestor e nelas estiveram presentes muitos moradores. Quando são organizadas reuniões maiores em Angra,

aparecem alguns representantes de Provetá, o que não acontece com relação às reuniões dos conselhos.

Outros núcleos urbanos destacam-se por serem conhecidos e visitados por pessoas de fora da Ilha, tais como: as praias de Araçatiba, da Longa, do Bananal, de Matariz, do Sítio Forte, Vermelha, das Palmas, Saco do Céu, Enseada das Estrelas, etc. Nessas localidades, os moradores se dividem entre a pesca e a administração de pequenas pousadas e restaurantes. Nas áreas costeiras, há também a presença de mansões, pousadas e restaurantes de elite, nos quais os moradores locais trabalham como empregados. A pesca em maior ou menor proporção, e, embora *fracassada,* como dizem os pescadores, continua a fazer parte da vida dessas populações. Quanto à frequência às reuniões, o padrão é semelhante do descrito em relação à Provetá. Quando as reuniões são nas respectivas praias, ou quando há barco especial para conduzir os moradores de uma praia a outra, a presença sempre é maior.

Apesar de a maioria das reuniões do núcleo gestor ter sido em Angra dos Reis, algumas aconteceram em outras localidades da Ilha Grande (Abraão, Araçatiba, Provetá, Longa). Isso possibilitou maior participação das comunidades, embora grande parte dos moradores não tenha ido.

Um traço marcante da participação dessas pessoas nas reuniões é a repetição constante dos problemas, não importando muito a pauta proposta pelos organizadores. Até mesmo porque, apesar de *tantas reuniões*, como dizem, *os problemas não mudam*. As questões que mobilizam um grande número de pessoas são as relativas ao esgoto, ao lixo, à falta de barcos, à repressão dos órgãos ambientais referente à pesca ou ao corte de árvores, etc., e os problemas mais específicos de cada localidade.

Nesse processo diferenciado de participação das populações locais da Ilha nos fóruns, podemos citar ainda a Vila de Dois Rios, a Vila do Aventureiro e a Parnaioca. Na Vila de Dois Rios, onde estava instalado o presídio com a toda a infra-estrutura voltada para seu funcionamento, está, atualmente, o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Ceads-Uerj. Lá existe um pequeno povoado formado por famílias de ex-funcionários do presídio e, até mesmo, por alguns ex-presidiários, que permaneceram na Ilha. Foi implementado, pela Uerj, um processo de regularização de sua permanência no local, em que os moradores assinaram um termo de ocupação. Nas reuniões dos fóruns, tanto em Angra quanto no Abraão, apenas um ou dois membros dessa comunidade costumam comparecer.

Como as reuniões do Aventureiro são na própria localidade, há uma frequência maior dos moradores. Às vezes, as reuniões começam com poucas pessoas e, aos poucos, vão

chegando mais. Nas reuniões de Angra, há sempre algum morador do Aventureiro que, na maioria das vezes, é o presidente da associação de moradores, a não ser em encontros de destaque, como a consulta pública do plano diretor, ou a oficina do Aventureiro, que aconteceu no Abraão, quando, então, os moradores vão organizados em grupos.

A praia de Parnaioca foi uma vila bastante povoada no passado. Entre as décadas de 1950 e 1960, a maioria dos moradores migrou para o bairro de Areia Branca, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, numa dinâmica em que uns arranjavam empregos para os outros e *mandavam chamar*. O que provocou esse fato, conforme relatos foi o ataque constante dos presos *fugidos*, em busca dos barcos dos pescadores para darem continuidade à evasão. Poucos habitantes permaneceram. Dois representantes da associação de moradores costumam frequentar as reuniões, tanto em Angra quanto no Abraão, agora de forma mais intensa devido aos conflitos com a unidade de conservação, como será visto no próximo capítulo..

Existem na Ilha Grande núcleos ainda menores, espalhados por suas muitas praias e enseadas. As populações de todas essas localidades relacionam-se frequentemente apenas com as das praias mais próximas, para as quais podem ir a pé pelas trilhas, pois não há transporte regular entre as localidades da Ilha. Apenas barcos que fazem passeios com os turistas fazem esses percursos. Visitam amiúde o centro de Angra dos Reis, onde vão às compras e aos bancos, consultam médicos ou tratam de documentos. Em menor escala, vão ao município de Mangaratiba. Essas pessoas não costumam frequentar as reuniões dos fóruns. Em 2007, alguns moradores de pequenas praias, como Maguariquessaba e Passaterra, estiveram presentes em duas reuniões do núcleo gestor nas praias de Araçatiba e Longa, porque a prefeitura disponibilizou um barco para conduzi-los.

De qualquer forma, a *participação* dos moradores nativos é geralmente tímida. Principalmente se comparada à dos técnicos dos órgãos e das ONG's, sempre muito articulados e cheios de propostas. Muitas vezes, eles estão presentes, mas não falam nada. Têm, também, como já foi dito, muita dificuldade de estarem presentes em todas as ocasiões.

Nesses encontros, é possível observar as diferenças entre as gramáticas de cada grupo social envolvido, entre suas visões de mundo, suas concepções sobre o meio ambiente e sobre o que consideram importante preservar, que em muito dificultam a compreensão parte a parte.

Nesse aspecto, a população do Aventureiro se destaca. Por estarem juntos e presentes nas reuniões mais importantes, sua imagem para os nativos de outras praias é *da comunidade que está sempre junta lutando*, como nas palavras de uma moradora da Parnaioca.

A *participação* eventual de alguns empresários e proprietários ricos nos fóruns tem se dado muito em função de defender interesses na construção da legislação ambiental. Ou,

também, com o propósito de contestar áreas de unidades de conservação que consideram como *propriedade privada*. Por outro lado, advogam para que sejam reprimidas as construções nas encostas e o crescimento da população que chamam de *baixa renda*. Há um desejo, expresso claramente por esses atores, e veladamente por outros, de que a Ilha Grande venha a ser um destino turístico mais elitizado do que é hoje.

Porém, tem-se verificado, por exemplo, a importância da hegemonia, que tem sido construída nesses fóruns, da ideia de que na Ilha Grande não é possível construir *resorts* ou grandes condomínios, e de que o direito público deve ser respeitado acima do direito particular. Essas se tornaram praticamente plataformas de luta que unem setores que muitas vezes estão em lados contrários em diversos momentos.

Embora todos os processos descritos apontem para uma complexidade muito maior do que a que aparece nos discursos que defendem a proliferação dos espaços públicos participativos, há que se reconhecer o fato de colocarem atores muito diferentes em contato. E, além disso, com a tarefa de debaterem antigos conflitos, o que por si só descortina possibilidades de desmontar divergências ou gerar negociação.

No entanto, é preciso ter claro que a negociação convive com a disputa. Muitas vezes, é necessário articular forças no sentido da construção de consensos provisórios (ou não) e estabelecer objetivos comuns. Ou seja, nos âmbitos democráticos e participativos, a política continua a ser uma arte de enfrentamento, recuos e alianças, embora entrem em cena atores não acostumados a ela.

O que parece substancial, de um modo geral, é a qualificação dos atores, não meramente em aspectos técnicos, como tanto tem se ressaltado nos debates sobre o tema, mas principalmente na escuta do outro. Esse outro que, no caso, é um sujeito composto: aquilo que se chama de natureza (e todos que a defendem), aquele que a habita e constrói (a natureza humana), e, principalmente, aqueles que historicamente estão em desvantagem em todo esse processo.

3.7. Disputa, negociação e a aproximação do "outro".

No universo recortado pela política ambiental na Ilha Grande conformam-se diversos "outros", diferentes de cada um de nós e entre si. Esses "outros" se confrontam nos "fóruns participativos" aqui tratados, mas também na vida cotidiana. Dessa última dimensão tratarei mais detidamente em outro capítulo, mas, no que diz respeito aos fóruns, vim delineando como se dá este contato/confronto/ participação ao longo deste capítulo.

Foram mostradas as dificuldades de se falar em participação de uma forma generalizada, até mesmo porque isso implica em unificar etnocentricamente essa ideia, como se todos pudessem ou quisessem *participar* da mesma maneira. O que é denominado como *participação*, se dá de formas muito diversas.

Embora os grupos de interesse economicamente dominantes sejam parcialmente representados nos fóruns, não é esse o seu campo de ação principal. De muito pouco serve debater seus interesses, que em grande parte estão em contradição com os princípios de conservação adotados nessas "comunidades morais" (BAILEY, 1970), a não ser quando é necessário, até por exigências normativas atuais das agências financiadoras, tecerem a legitimidade social dos projetos. Mas seu campo de ação política se dá fundamentalmente em encontros sociais, como os descritos por um membro do conselho já citado, *em passeios de lancha e caipirinhas*, ou em escritórios climatizados de empresas privadas ou mesmo do governo.

Por outro lado, substantivamente, a parcela da sociedade que podemos chamar de populações locais não tem como parte integrante de seu "modo de ser" esse tipo de *participação política*, organizada nos rituais das reuniões. As reuniões parecem muitas vezes sem sentido, sem eficácia, inúteis, o que é expresso em frases como *não entendo nada dessas discussões*, ou *falam, falam, falam, prometem, mas nada muda*. Sua não participação na política ambiental deixa uma interrogação nas cabeças dos outros participantes: "por que eles não se interessam pelos assuntos que dizem respeito a eles?".

Por outro lado, uma espécie de relação com esse universo tratado nos fóruns se dá também, invisivelmente, dentro das casas, nos espaços da família, das amizades, parentescos e compadrios, nas igrejas e outras instituições, etc. Se corporifica em conversas, comentários, fofocas e críticas, e também em atitudes a que já foi moda chamar de "desobediência civil". Essas atitudes implicam fazer vista grossa à legislação ambiental e continuar a viver sua vida praticando de forma discreta e velada e, por vezes, totalmente escondida, ações consideradas pela lógica ambientalista como *fora da lei* ou como *crime ambiental*. Essas ações podem ser exemplificadas como construções em encostas, agricultura, corte do que para uns é a *mata atlântica e as espécies* e para outros *o mato,* ou *um pau,* a pesca em locais proibidos, ou até mesmo a caça. Mas não que isso seja feito como um ato político deliberado, mas sim como o que há de "político" em lutar pela própria sobrevivência, se não de vida, pelo menos de cultura.

Com isso quero dizer que para entender as diversas formas de participação é preciso relativizar a noção de política (CLASTRES, 1978). A política, muitas vezes, está presente em

campos não considerados como “campos da política”, naqueles em que imperam as relações pessoais. Para Clastres, o poder político é universal e inerente ao social, não estando circunscrito ao poder do Estado. O autor dedica-se a repensar a concepção de poder e as relações entre sociedade e Estado. Para ele, são as relações de poder e, dessa forma, a política que estruturam as sociedades. Essa foi uma de suas grandes contribuições: a de desnaturalizar as noções de poder e de política.

O estudo de trajetórias individuais e o mapeamento de redes sociais permitem discutir uma multiplicidade de percepções e valores associados à prática política (KUSHNIR, 2000, 2007). Os conselhos e fóruns dos quais estamos falando, como já indiquei anteriormente, podem ser interpretados como conformando redes sociais e, mais especificamente, redes de política. O estudo de redes sociais constitui, hoje, um campo vasto, diversificado e em ampliação, dada a contínua intensificação dos contatos resultantes do crescimento permanente das possibilidades comunicativas, inclusive a dos fóruns virtuais, como tratado anteriormente. As sociedades podem ser observadas considerando-se os atributos dos atores ou as características intrínsecas de pessoas, objetos e acontecimentos, ou considerando-se as relações entre os atores, ou seja, não os considerando de forma isolada (REQUENA SANTOS, 1991, *apud* GUERRERO, 1995). Entre as diferenças desses enfoques está que o estudo dos atores oferece uma percepção um tanto estática e independente do contexto em que se inserem. A análise das relações aponta para uma perspectiva dinâmica, porque essas relações se dão num contexto determinado, e se modificam ou desaparecem quando o ator muda de contexto (GUERRERO, 1995).

O estudo das redes está situado nessa última configuração, na medida em que enfoca não os atributos dos atores, mas os vínculos que se estabelecem entre uns e outros. Dessa forma, torna-se necessária a análise da ação no contexto.

Uma ideia-chave, na reflexão que está sendo empreendida neste capítulo, é a de que nos espaços propriamente políticos de conselhos e fóruns, núcleos e grupos de trabalho se faz muito mais do que negociação. São lugares de aprendizado sobre os campos adversários de poder, de intercâmbio de lógicas, acúmulo de capital político. São, portanto, campos pedagógicos e de elaboração de contra-hegemonia de poderes e, portanto, de aproximação do “outro”. Esse ponto é trabalhado de forma detalhada em um capítulo adiante.

É necessário, entretanto, percebê-los como instâncias de negociação não-homogêneas, onde atuam, também, discrepâncias e assimetrias, nas quais, ao mesmo tempo em que contribuem para que se construam novas relações, reproduzem-se as lógicas sociais de onde estão inseridos.

Foucault trabalha com uma noção de poder que também não está circunscrita exclusivamente ao Estado e nem se constitui em uma realidade essencial definida por características universais. “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa, é uma prática social e como tal constituída historicamente” (MACHADO, 2008).

Dessa forma, é possível observar “micro-redes” de poder operando, que também não se constituem em um poder contínuo, acabado, mas em poderes situacionais. Podemos entender isso, claramente, quando pensamos que através do “movimento ambiental” SOS Ilha Grande, mas também por meio de contradições internas do próprio Estado e de outros poderes, muitos deles invisíveis, se conseguiu, com uma organização ainda incipiente, fazer com que uma alta articulação econômica com o governo para a construção de um complexo turístico fosse desmontada, dando lugar a uma universidade pública.

E, acompanhando esse exemplo, há muitos outros, como a não-construção de *resorts* na Ilha, por mais que isso tenha sido tentado, ou a não-transferência da população do Aventureiro, quando houve a criação da reserva biológica. Hoje, esses micropoderes têm sido exercitados através dos fóruns.

4. "A CASA, A RUA E O OUTRO MUNDO": REINVENTANDO TERRITÓRIOS

O espaço é como o ar: não é possível vê-lo nem senti-lo, mas sabemos que sem ele não podemos viver. Tal qual o ar, que para senti-lo precisamos nos situar em uma dada perspectiva, como dentro de um avião, o espaço necessita de que nos situemos, para que se torne "visível". A partir dessa concepção e outras analogias, Roberto DaMatta considera que "em contato com sistemas sociais diferentes tomamos consciência da existência de modalidades de ordenação espacial diversas que surgem aos nossos sentidos de modo insólito, apresentando problemas sérios de orientação" (DAMATTA, 1987, p.32).

Nessa perspectiva, podemos inferir que formas diferentes de organização do espaço correspondem a territorializações diversas, ou seja, diferentes maneiras (materiais e imateriais) de apreensão e construção do espaço. Quando técnicos da prefeitura de Angra, acompanhados de técnicos do Inea, fizeram uma visita de reconhecimento em uma das praias da Ilha, com o objetivo de complementar algumas informações para o trabalho de zoneamento da APA de Tamoios e do plano diretor da Ilha Grande, depararam-se com uma dificuldade. Os terrenos nas áreas em que mora a população local mais pobre, em grande parte, não são divididos em lotes, com tamanhos padronizados, geometricamente recortados. Apresentam-se como porções de terras irregulares, sem divisões aparentes, sem muros e cercas, conformando um território interpretado pelos técnicos como *caótico*.

Na verdade, essa territorialização nativa fala de uma ocupação e organização do espaço que até bem pouco tempo era predominantemente coletiva, e embora existissem áreas demarcadas pelo uso de cada família, as fronteiras eram baseadas em marcos mais flexíveis, como os elementos da natureza e da vida cotidiana. A terra e o espaço eram concebidos mais pelo seu valor de uso que pelo valor de troca. E, na Ilha Grande, o uso do espaço esteve fundamentalmente ligado à agricultura e à pesca, de organização familiar, entre outros elementos culturais das populações que ali viviam.

Inúmeras mudanças foram ocorrendo na vida social da Ilha e, consequentemente, na ocupação do espaço, na maioria das vezes sob a ação dos órgãos públicos locais (segurança, meio ambiente e prefeitura municipal) e do turismo. Porém, persiste em muitas praias uma organização do espaço que não obedece, ainda, apesar das inúmeras tentativas oficiais, à racionalidade do Estado e do mercado. Portanto, aí se explica a dificuldade de compreensão dos técnicos, e, mais ainda, os problemas para enquadrá-la nos zoneamentos oficiais, pois, sem entender a sociedade que ocupa um determinado espaço, com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como tal espaço é concebido (DAMATTA, 1987).

Porém, para além de compreender a territorialização nativa, está em jogo aceitá-la, incluir suas lógicas no diálogo sobre a construção dos parâmetros dos zoneamentos.

DaMatta (1987), analisando a sociedade brasileira, identifica três perspectivas socioespaciais, ou esferas de significação, complementares entre si, as quais denomina: a casa, a rua e o outro mundo. Essas esferas "fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes" (p. 32). Elas contêm visões de mundo ou éticas particulares. O espaço da casa, nessa concepção, é aquele que podemos associar ao dos mundos tradicionais, domésticos, agrícolas e às organizações onde imperam as lógicas coletivas, com seus códigos próprios. Pode ser associado também ao campo das relações pessoais, das relações não-formais. A rua, inversamente, está aberta ao campo do legalismo jurídico, à mudança, à economia, ao individualismo, ao progresso, à história linear e ao mercado. Abrange a esfera das relações formais, institucionais. "A síntese, caso pudesse realmente existir uma zona neutra, seria proporcionada pela perspectiva do 'outro mundo' (...) "(p.54).

No Brasil, diferentemente de outros países, no espaço da "casa" não existem indivíduos, mas sim pessoas. Nele operam regras especiais, diferentes das normas da "rua". Para DaMatta, a "casa" representa uma idealização que a sociedade brasileira faz de si mesma, em que o próprio espaço do trabalho é envolvido por ela. "(...) nos referimos à 'casa' como local de trabalho ou até mesmo ao país como um todo" (1987, p.58). Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que a oposição "casa/rua" tem "aspectos complexos", pois "é uma oposição que nada tem de estática e de absoluta". Ao contrário, são espaços complementares e é uma oposição "dinâmica e relativa, porque, na gramaticalidade dos espaços brasileiros, 'rua' e 'casa' se reproduzem mutuamente (...)" (p.59). Além disso, "assim como a rua tem seus espaços de moradia e/ou de ocupação, a casa também tem seus espaços 'arruados'" (p.60).

Utilizando a metáfora de DaMatta para analisar a Ilha Grande, a "casa" poderia representar a perspectiva "local", "o lugar tradicional", "a vida nativa". Já a "rua" corresponderia às mudanças, ao ambientalismo, ao turismo e ao governo, em suas variadas instâncias. Esses territórios, hoje, estão transpassados, misturados, hibridizados (CANCLINI, 2006).

Uma parte importante das políticas ambientais da Ilha Grande se constitui através da criação de unidades de conservação da natureza e da produção de planos e zoneamentos, ou seja, da divisão e classificação do território em áreas onde são permitidos/proibidos usos distintos. Nesse caso, a tarefa principal é estabelecer regras ao uso dos espaços e propor novas

interpretações, apreensões e compreensões em relação a ele, vetar algumas práticas e valorizar outras, ou seja, territorializar.

Entendendo essa abordagem planejadora como um investimento da "rua" sobre a "casa", na tentativa de inventar o "outro mundo", o objetivo deste capítulo é discutir sobre o aspecto mais especificamente territorializador destas políticas.

4.1. Usos e regras do espaço

A disputa política que ocorre na Ilha Grande e, que se expressa, hoje, por meio de fóruns participativos e na vida cotidiana, está ligada a diferentes noções de patrimônio e, também, às territorializações conflitantes feitas por diferentes grupos sociais na localidade (FERREIRA, 2004). Nesse sentido, uma roça pode ser considerada, para os nativos da Ilha, um patrimônio, e as proibições legais a elas impostas significariam, então, uma desterritorialização.

A história da Ilha é marcada por constantes desterritorializações e reterritorializações, na medida em que os usos do espaço, por força da abordagem de novas apreensões ideológico/práticas do lugar, foram recebendo novas e maiores regulações e normatizações. Há diversos exemplos que podem explicar o processo do qual se fala.

Durante a construção da proposta para recategorização do Aventureiro, nas reuniões do GT Aventureiro com a comunidade, pude observar debates sobre de que maneira as roças, a pesca, os usos da floresta, enfim, os elementos culturais descritos pelos próprios habitantes como significativos, seriam tratados no projeto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Aventureiro. Uma das dificuldades que o GT enfrentou em seu trabalho foi a de tentar construir um projeto levando em consideração elementos tidos como importantes para os "nativos", a partir de uma lógica "não-nativa". A dinâmica *tradicional* das roças foi rompida desde a criação da reserva biológica. O sistema de plantio *caiçara* obedecia a um regime de rotatividade, onde a queima da mata e o pousio eram elementos fundamentais. Esse esquema é, no entanto, incompatível com a legislação ambiental. As roças atuais são uma adaptação e uma sobrevivência do antigo modo de plantar, e não representam mais uma fonte significativa de sustento da comunidade. Atualmente, inclusive, elas diminuíram, comparado ao que existia em 2003/2004, ocasião de minha primeira pesquisa no Aventureiro. Portanto, quando se fala hoje de inclusão da roça no projeto de um *Aventureiro futuro*, está se falando de um elemento que existe muito mais no campo simbólico do que no concreto.

Outra questão debatida nessas reuniões foi a liberação ou não da passagem de turistas nas praias do Leste e do Sul, caminho obrigatório de quem vai do Aventureiro à Parnaioca.

Esse caminho, para o tipo de turismo que ocorre no Aventureiro, é de grande importância. Em primeiro lugar, porque liga as trilhas que fazem parte do circuito de volta à Ilha. Além disso, as populações das duas praias são historicamente muito ligadas, ao ponto do *povo do Aventureiro* usar o cemitério da Parnaioca como seu.

O tipo de turismo que se instalou nos dois lugares também é muito semelhante, tendo como meio de hospedagem principal o *camping,* e como atrativos o *surf*, as caminhadas e a natureza. Na perspectiva do turismo, e também dos moradores, há uma continuidade entre as duas praias, de tal maneira que o impedimento dessa passagem causaria um grande dano ao que se entende como *produto turístico* das localidades. No projeto da RDS, o *turismo de base comunitária* aparece como a atividade econômica principal do local, e aquela que lhe daria *sustentabilidade*. Essa restrição, portanto, que inicialmente se colocava no grupo de trabalho e que depois foi superada, como se verá no último capítulo, estabelecia uma contradição, na medida em que dificultaria ou, até mesmo, inviabilizaria essa atividade.

Os argumentos utilizados na tentativa de impedir o uso desse caminho, defendidos por alguns técnicos do órgão ambiental, identificam e nomeiam a areia da praia como *área de reprodução de algumas espécies*, como, por exemplo, o tatuí, que seria impactada de forma irreversível com o pisoteio dos turistas. Além disso, esta seria *uma das partes mais preservadas da reserva*, próxima às lagoas do Leste e do Sul, que em outros tempos foram intensamente utilizadas pela comunidade do Aventureiro para pesca e para o lazer, e que hoje é uma área totalmente interditada. Enquanto alguns funcionários e ambientalistas pensavam, desde o início, em chegar a um acordo, mantendo a passagem na área de forma controlada, outros eram irredutíveis, considerando totalmente absurda a passagem por esse caminho.

Como se pode constatar, mesmo um território constituído por determinado grupo social não se conforma internamente de modo estático e homogêneo. Há correntes divergentes de pensamento e ação no próprio órgão administrador da Reserva Biológica da Praia do Sul. Essas discordâncias e muitas outras vão se colocando na medida em que se desenvolvem negociações com a comunidade, com os ambientalistas, e com seus pares. A negociação interna do órgão sobre cada tema polêmico dura indefinidamente, muitas vezes retardando o desenrolar dos processos.

Nos outros fóruns isso também ocorre. No zoneamento do plano de manejo do PEIG, foram estabelecidas zonas de ocupação temporária, entre as quais a área ocupada por casas na praia da Parnaioca, que desde a ampliação do PEIG passou a fazer parte do parque. Numa zona de ocupação temporária, as casas que estão ali terão que ser desocupadas pelos

moradores em algum momento a ser decidido pelo Inea. Essa questão provocou um debate intenso e a movimentação dos moradores locais.

O IEF, logo nos primeiros resultados do trabalho de zoneamento, se dividiu entre aqueles que queriam essa situação e os que aceitavam discutir melhor a questão, para que se chegasse a uma conclusão mais embasada. Naquele momento, foi feito um acordo temporário com a população, visando sua permanência sob determinadas regras, entre elas o número de turistas que poderiam ser recebidos a cada dia. Isso vigoraria até a conclusão do plano de manejo. Com a criação do Inea e as mudanças na configuração da política interna, o assunto pendeu definitivamente para a manutenção da categoria de *uso temporário* na Parnaioca, definindo que os moradores que fossem considerados *legítimos* seriam indenizados.

4.1.1. Parnaioca: a reedição de uma territorialização excludente

A criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, em 1981, sobre o território da população do Aventureiro é, ainda hoje, um fato muito debatido, e, embora, não pela totalidade dos debatedores, considerado amplamente como *um absurdo*. É justamente por esse motivo que se está empreendendo, atualmente, um grande esforço na recategorização da área. Entretanto, o mesmo órgão que coordena esse processo no Aventureiro reeditou o problema, 26 anos depois, com a ampliação do PEIG feita em 2007. No projeto de ampliação do Parque, não se levava novamente em consideração a existência de um pequeno povoado na área, transformando essa ocupação em ilegalidade.

O argumento foi de que a área estava desabitada, o mesmo utilizado na criação da reserva biológica sobre a Vila do Aventureiro. A praia da Parnaioca esteve, por um período, quase desabitada, residindo continuamente por lá poucos moradores. Porém, em 2003, quando estive na "Festa da Parnaioca", algumas pessoas já haviam retornado para o local, tanto que já era o segundo ano que um dos moradores organizava a festa. Portanto, bem antes do Parque ser ampliado, já havia um movimento de retorno de moradores à localidade.

A Parnaioca foi, segundo relatos, um dos povoamentos mais densos da Ilha Grande, com antigas e produtivas fazendas. A exemplo das outras localidades da Ilha restou, ao fim desse ciclo, uma população de agricultores-pescadores, que, no caso, permaneceu até a década de 1950/1960, quando as famílias locais começaram a migrar continuamente, afugentadas pelos ataques de presos que escapavam da penitenciária de Dois Rios, praia vizinha, e procuravam seus barcos para fuga ao continente. Porém, segundo relatou a presidente da Associação de Moradores Tradicionais e Amigos da Parnaioca (Amotap) no documento "Dossiê Histórico da Praia da Parnaioca", em um levantamento feito em 1980 ainda havia

vários moradores ocupando a área. Uma relação ambígua se estabelecia entre a Vila de Parnaioca e a de Dois Rios. Ao mesmo tempo em que os moradores da Parnaioca sofriam com as investidas dos presos, obtinham algumas vantagens pela proximidade com o aparato estatal e a infraestrutura de Dois Rios. Tanto que a resolução do governo em acabar com o presídio afetou não só os moradores da Vila de Dois Rios, composta por funcionários do presídio, mas também os moradores da Parnaioca.

O documento já citado da Amotap demonstra bem essa relação:

"Logo no período compreendido entre 1982/1986 (Governo Sr.Leonel de Moura Brizola), com a propalada desativação do presídio, onde o anúncio das próprias autoridades do sistema penal, por diversas vezes causou descalabro na região, afetando funcionários, próprios internos e moradores da Vila de Dois Rios e Parnaioca, gerou assim:

- Desinteresse da administração daquela prisão em continuar à frente de um trabalho de segurança no nosso Estado do Rio de Janeiro, afetando em cheio a Parnaioca, interposta na rota de grandes fugas;
- Desinteresse dos funcionários em permanecerem residindo na Vila de Dois Rios, como também na Parnaioca, com suas famílias, pelo abandono que o Estado impôs a região penal, atual PEIG;
- Morte na trilha entre Parnaioca e Praia do Leste, colocando moradores (Sr.Manoel e amigo) de Parnaioca como reféns na busca da residência da vítima, "Ferrugem", homem que servia de 'caça-prêmio' pois morava no Leste com sua família;
- Motins e rebeliões no interior da prisão, pelo fato de um interno (preso) supor que seria transferido para outro estabelecimento prisional, onde encontraria seu inimigo mortal;
- E muitos outros fatos que abrangem o período do presídio, quando muitos moradores da Parnaioca vivenciaram o pânico e o desespero, e, como consequência, a descontinuidade de todas as atividades econômicas" [4].

Houve um período, anterior ao fim do presídio, em que o governo do estado começou a retirar o investimento no aparato administrativo que cercava a unidade prisional, e tanto a Vila Dois Rios como a de Parnaioca ficaram ressentidas com isso, principalmente em relação à segurança. Muitos presos, nessa época, passaram a circular livremente por trilhas e localidades. Dessa forma, a presidente da associação explica a saída da maior parte dos moradores da Parnaioca devido à falta de condições de permanência nas suas casas. Com o

[4] AMOTAP, Dossiê Histórico da Praia da Parnaioca, 2010. p.4

crescimento do turismo na Ilha, após a desativação do presídio, alguns moradores foram retornando, investindo na possibilidade de trabalho que se abria com a atividade.

Na proposta feita pelo Inea para o plano de manejo do PEIG que foi submetida ao conselho, em maio de 2010, descreveu-se a orientação para as ações a serem implementadas na localidade:

"Firmar acordo Inea-ocupantes legítimos, com interveniência do MP, contendo regras de uso até o momento em que se obtiver recursos para a desapropriação. Demolir as ocupações ilegais. Posteriormente, desapropriar as benfeitorias legais, integrando-as ao patrimônio do Parque e demolindo as desnecessárias. Oferecer realocação para a Vila do Aventureiro aos ocupantes legítimos da Parnaioca"

(Planos Setoriais/ Plano de Manejo do PEIG/texto em elaboração).

A ideia, exposta no plano de manejo, é de que a partir da desapropriação das ocupações consideradas legítimas pelo órgão ambiental sejam feitas concessões e licenças (por meio de licitação pública) para a exploração de *campings* e a instalação de pousadas simples, do tipo "cama e café". Foi prevista, também, a instalação de restaurantes e lanchonetes na área. O texto sugere que os ocupantes atuais sejam reassentados na Praia do Aventureiro. A questão do que é considerado "legal" ou "ilegal", nesse caso, está calcada na concepção de uma legitimidade conferida pela "tradicionalidade", elemento de difícil definição, que, porém, tem sido importante em toda a Ilha Grande no sentido de conferir direitos perante as leis ambientais.

As visões do PEIG (expostas no texto, em elaboração, do plano de manejo) e da Amotap (carta em resposta às afirmações do plano de manejo, de maio 2010) sobre o território da Parnaioca são muito diferentes, como confrontadas na própria carta:

"Casas da Parnaioca

Inea: Publicações e depoimentos mostram que o povoado foi totalmente esvaziado a partir dos anos 1950-60. Em 1981 havia apenas um residente que passava a maior parte do tempo no Aventureiro. Residências atuais incompatíveis com a legislação.

Amotap: Há documentações legítimas que comprovam nascimento de alguns moradores no local (anos 1960 e 1962), os quais permanecem usufruindo de suas benfeitorias até a data atual. E, na década de 1950 (1953), um dos moradores foi admitido pelo presídio (época federal), o qual ainda permanece vivendo na Parnaioca. É desconhecida por muitos moradores a presença de apenas um morador na década de 1980, e, principalmente, com

permanência em Aventureiro. Algumas residências estão legais perante a prefeitura e Ministério de Fazenda.

Patrimônio Histórico Cultural do PEIG

Inea: Nas baixadas da Parnaioca e Dois Rios encontram-se ruínas de antigas fazendas, a maioria supostamente dos séculos XVIII e XIX, época do café, assim como de pequenos povoados e residências isoladas. São colunas, muros, pedras cortadas e paredes tomadas pela vegetação, cuja história é amplamente desconhecida até o momento. Igreja e cemitério são encontrados na Parnaioca e em Lopes Mendes, como heranças deixadas por povoados que se foram.

Amotap: Na história da Parnaioca, ainda existem muitos antigos moradores que podem relatar fatos que só passam despercebidos por pessoas que não se interessam em conhecer o que de mais belo e sagrado existiu e ainda existe no nosso povoado. A igreja do Sagrado Coração de Jesus (padroeiro do local) e o cemitério são patrimônios ainda cuidados, e, portanto, merecem ser considerados e respeitados. Ainda podemos registrar como marco histórico as construções do cruzeiro e de algumas ruínas das antigas fazendas. Essa é a mais viva herança deixada pelos antepassados, a qual ainda permanece e é mantida de forma organizada, apesar dos poucos recursos.

Praias do PEIG e RBPS

Inea: Parnaioca – baixada com algumas casas de veraneio sem habitantes fixo.

Amotap: Há 10 residências, em algumas delas os moradores se ausentam para exercer seus compromissos de forma normal, como qualquer morador ilhéu. Lembrando que recursos como posto médico, mercados, instituições educacionais e bancárias, e outros são inexistentes em Parnaioca, assim como em algumas praias vizinhas, portanto, esse fato não confere com a escrita constante no quadro acima mencionado.

Síntese das atividades conflitantes

Inea: Atividade – Ocupação em Parnaioca

Comentário – Uso não permitido pela legislação, impedindo as áreas de se recuperarem ou terem destinação pública.

Amotap: Há muitos anos, os poucos moradores da Parnaioca vêm mantendo a preservação do local de forma adequada, respeitando as regras até então impostas e conciliando a preservação do ambiente com a atividade turística desenvolvida por alguns

moradores. É importante ressaltar que a Parnaioca, graças aos moradores, é considerada uma das praias mais limpas e preservadas de toda a Ilha Grande.

Hospedagem

Inea: Parnaioca – Muitos estabelecimentos funcionam de forma ilegal sem registro na prefeitura.

Amotap: Alguns moradores se preocupam em evitar a evasão de impostos junto a prefeitura, e, portanto, constam registros de processos para legalização junto à Prefeitura Municipal de Angra"(carta-resposta da Amotap à proposta do plano de manejo do PEIG, maio 2010).

A associação coloca-se contrária à proposta de reassentamento dos moradores na Vila do Aventureiro, pois, além da situação em Aventureiro estar ainda indefinida, não seria justo, a seu ver, para os moradores da Parnaioca, saírem de suas casas, ainda mais porque consideram que não foram consultados na época da ampliação do Parque. Reclamam também pelo fato de não se sentirem incluídos nas atividades que estão sendo projetadas para a área, já que trabalham com atividade turística (*campings*) respeitando o acordo firmado com o próprio órgão em 2007.

O grupo de conselheiros que analisou o texto do plano de manejo em caráter de urgência, como foi solicitado pelo Inea, considerou que a infraestrutura proposta para a área necessitava ser mais bem estudada. Chamou, também, atenção para que se considerasse que a visitação ali deveria ser de baixo impacto, usando a estrutura já existente e predefinindo o número de concessionários, com base em estudos de capacidade de carga. Além disso, recomendou que, nos casos em que houvesse moradores tradicionais legalmente reconhecidos em áreas de uso público do PEIG (especificamente nos casos da Parnaioca e da Gruta do Acaiá), a concessão dos serviços de uso público deveria priorizar esses moradores. Com relação à questão fundiária, o conselho definiu a necessidade de ser feito um levantamento documental que embasasse as decisões, ou seja, após o exame do cadastro das ocupações de moradores e sua respectiva documentação. Só então seria possível fazer uma análise mais qualificada e definir a categoria de zoneamento adequada à área.

É importante observar que todo esse processo tem ocorrido concomitantemente às reuniões dos fóruns participativos e também ao processo de recategorização do Aventureiro, demonstrando a complexidade da construção do que se define como "participação". Representantes do órgão ambiental afirmam que, na consulta pública feita antes da ampliação do Parque, nenhum habitante da Parnaioca compareceu. A presidente da Amotap garantiu a

mim, em conversa numa viagem de barco após uma reunião do conselho do PEIG, que os moradores da Parnaioca não haviam sido chamados para a consulta. Falou, também, da dificuldade dos moradores locais, incluindo ela própria, de argumentar e se defender perante o órgão ambiental, o que, em sua opinião, faz com que, mesmo que tivessem ido, *nada adiantaria e o Parque teria sido ampliado da mesma forma*.

Podemos perceber aqui um confronto operando entre as lógicas da "casa" e da "rua", em que a primeira é representada pela posição da Amotap e a segunda, expressa na decisão do Inea. A lógica do "outro mundo", nesse caso, seria produto de uma negociação, como a que tem sido feita em outros casos nas reuniões dos "fóruns", ou seja, o estabelecimento das fronteiras da unidade deixando de fora a área ocupada por eles ("congelando" a ocupação, termo frequentemente utilizado no vocabulário dos planos e zoneamentos).

A intervenção do conselho, nesse caso, abriu possibilidades para o debate sobre o assunto e para a procura de soluções alternativas para o problema. Apesar de o conselho ser consultivo, quando uma questão é muito referida pelos seus participantes, torna-se mais difícil para o órgão escamoteá-la, sendo moralmente forçado a enfrentá-la e a aprofundar o debate. Entretanto, isso dependerá de que a política interna do órgão ambiental tenda para o respeito à opinião do conselho consultivo, já que ele (o Inea) possui a prerrogativa da decisão final.

4.2. Planejamentos e territorializações

Alguns instrumentos de planejamento do uso e ocupação do solo e dos espaços apresentam-se como produtores de territórios por excelência. Podemos incluir nessa categoria os planos diretores, planos de manejo, diretrizes territoriais e zoneamentos. Com a intenção de ordenar o espaço para que ele cumpra determinados objetivos, esses instrumentos acabam por imprimir e impor visões de mundo e regulações aos espaços, nomeando-os, classificando-os e estabelecendo fronteiras. Dizendo de outro modo: construindo territórios, na medida em que modifica os espaços físicos e estabelece novos territórios simbólicos.

A cerca do projeto "Cinturão Verde", da prefeitura, separa concretamente o território *de uso*, do território *da conservação*.

Na Ilha Grande dos fóruns participativos, essas construções são trabalhadas constantemente, fazendo com que as visões e construções territoriais disputem permanentemente a hegemonia do poder de nomear, classificar e estabelecer regras. O desafio e o desejo dos grupos podem ser resumidos na seguinte equação: por um lado, conseguir que esses planos se transformem em leis; por outro, estabelecer governança capaz de fazer com que essas leis vigorem.

Os processos participativos de planejamento e gestão ambiental na Ilha têm demonstrado que as territorializações promovidas pelo Estado, com base na legislação e que parecem obedecer a critérios pautados por uma "racionalidade científica", são também geradas a partir de visões pessoais, preconceitos, interesses e visões de mundo daqueles que detém parcelas de poder durante a construção desses instrumentos. Quando são postos em prática para servir às fiscalizações, proibições, permissões, etc. ingressam em nova fase de construção de poderes.

4.2.1. Planos diretores

O plano diretor é um instrumento básico das políticas urbanas municipais, que visa o ordenamento da expansão das cidades, no sentido de garantir o bem-estar de seus habitantes. É uma lei municipal obrigatória para as cidades com população acima de 20.000 habitantes, embora algumas constituições estaduais tenham estendido a lei a todos os seus municípios. O plano diretor tem se constituído num instrumento definidor das diretrizes de planejamento e

gestão territorial urbana, ou seja, do controle do uso, ocupação, parcelamento e expansão do solo urbano. Além desse conteúdo básico, é frequente a inclusão de diretrizes sobre habitação, saneamento, sistema viário e transportes urbanos (BRAGA, 2001).

Com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana, os planos diretores tiveram suas bases definidas do seguinte modo: delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória, considerando, no entanto, a existência de infraestrutura e de demanda para a utilização; a delimitação das áreas urbanas passíveis de incidência do Direito de Preempção (direito que confere ao Poder Público municipal a preferência para aquisição de imóveis urbanos); o estabelecimento de diretrizes para a delimitação das áreas urbanas e a definição das diretrizes para a autorização da transferência do direito de construir por proprietários de imóveis urbanos.

Sendo assim, o plano diretor deve englobar o território municipal como um todo (zonas urbana e rural) e ser revisto, pelo menos, a cada dez anos. A participação da sociedade na elaboração e implementação do plano diretor deve ser garantida através de audiências públicas, debates, publicidade e acesso aos documentos produzidos. O Estatuto da Cidade instituiu, portanto, o plano diretor não só como instrumento de política urbana, mas como instrumento de reforma urbana (idem).

Nesse sentido, ele é visto como um instrumento, sobretudo, político, cujo objetivo deve ser o de dar transparência e democratizar a política urbana, ou seja, um instrumento de gestão democrática da cidade (idem). Sendo a política urbana debatida publicamente e explicitada num documento público, a gestão da cidade, nessa concepção, se tornaria exposta às críticas e avaliações dos diversos agentes sociais. Vimos anteriormente, de maneira breve, como se deu a construção da Lei de Diretrizes Territoriais da Ilha Grande, que faz parte do Plano Diretor do Município de Angra dos Reis, e que se deu em 2007, sendo esse processo considerado como um dos fóruns participativos abordados nesta tese.

4.2.2. Zoneamento urbano

O zoneamento urbano é um dos mais difundidos instrumentos de planejamento urbano. É, também, um dos mais criticados por seus efeitos muitas vezes perversos, como o estímulo à especulação imobiliária ou a segregação socioespacial (idem).

Braga (2001) destaca que o zoneamento geralmente define-se em duas escalas: macrozoneamento, no qual se trabalha a delimitação das zonas urbana, de expansão urbana,

rural e macrozonas especiais (geralmente de proteção ambiental) do município; e o zoneamento propriamente dito, que estabelece normas de uso e ocupação para cada macrozona, principalmente a urbana, uma vez que é incipiente o poder local sobre a zona rural.

A definição das zonas urbana e de expansão urbana, principalmente, é um dos pontos importantes do macrozoneamento, pois define as possibilidades de crescimento urbano do município. Braga ressalta que muitos problemas ambientais das cidades brasileiras decorrem da expansão urbana sem controle quantitativo e qualitativo.

O zoneamento urbano sempre se caracterizou como um instrumento para a busca de solução de conflitos relativos ao uso do solo. No centro do processo estão problemas difusos resultantes da urbanização, tais como poluição, desastres ambientais (enchentes, deslizamentos, etc.), degradação do patrimônio, problemas de saneamento, de tráfego, violência urbana, entre outros. Estes são problemas que se apresentam como o cerne da discussão sobre ordenação do território. Entre eles, podemos citar a disputa entre os interesses privados e públicos (efeitos agregados, sociais e ambientais). Dessa forma, o zoneamento se transforma em um instrumento ambíguo, que por um lado defende o interesse da coletividade, e por outro, os interesses de grupos de consumidores ou produtores. Esse jogo de interesses relativo ao zoneamento gera grandes problemas, como, por exemplo, a especulação imobiliária (idem).

O zoneamento relativo ao plano diretor da Ilha Grande, que, como já foi dito, deveria se dar enquanto estava sendo elaborada a Lei de Diretrizes Territoriais, foi adiado para ser compatibilizado com o zoneamento da APA de Tamoios. Esse acordo (trabalhado por participantes dos fóruns) foi um passo incomum no sentido do entendimento mútuo entre a prefeitura de Angra e o IEF, de relações historicamente difíceis.

4.2.3. Zoneamento e meio ambiente

Segundo Braga, com relação à gestão ambiental, os aspectos mais importantes do zoneamento estão relacionados à determinação dos usos, e podem ser definidos como: critérios de suporte ambiental para a localização de cada tipo de uso do solo no tecido urbano, segregação dos usos ambientalmente incompatíveis e definição de zonas especiais de proteção ambiental. Embora o zoneamento de usos seja o que mais diretamente apresenta as questões de caráter ambiental, outro aspecto fundamental é o zoneamento de ocupação, que determina o grau de adensamento das zonas.

Braga ressalta que o debate sobre a densidade urbana, embora de fundamental importância, é um assunto sujeito às várias interpretações. O autor argumenta que as densidades urbanas estão ligadas a questões como congestionamento, falta de espaço de lazer, baixa qualidade ambiental, entre outros problemas. Entretanto, são também afetadas por questões das políticas fundiárias e relativas à habitação e por deficiências na gestão e no planejamento urbano.

O autor acredita que se faz necessário, então, utilizar o zoneamento na busca do equilíbrio e na assertividade das densidades de uso do solo. Do ponto de vista ambiental, a seu ver, as baixas densidades parecem ser mais adequadas, por proporcionarem menor impacto ambiental e maior oferta de áreas verdes e de lazer. Do ponto de vista socioeconômico, também as baixas densidades têm vantagens, principalmente com relação à maior eficiência na alocação de infraestrutura urbana (idem).

4.2.4. Planos de manejo

Segundo a Lei n 9.985/2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), plano de manejo é um documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento da unidade, as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das infraestruturas físicas necessárias à sua gestão.

Todas as unidades devem elaborar seu plano de manejo no prazo de cinco anos a partir da data de criação, e ele deve levar em conta não só a sua área, mas também considerar a zona de amortecimento e os corredores ecológicos nos quais a unidade está inserida. A lei prevê também que sejam implementadas medidas para promover a integração da área protegida com as atividades econômicas e sociais das localidades vizinhas. A zona de amortecimento é aquela que circunda a unidade, destinada a minimizar os impactos negativos sobre a área protegida e que, por esse motivo, está também sujeita a regras e normas. Os corredores ecológicos são parcelas de ecossistemas que fazem ligação entre unidades de conservação, possibilitando o fluxo e a dispersão de espécies entre elas, contribuindo para a recolonização de áreas degradadas e o aumento da biodiversidade (SNUC, 2000).

O plano de manejo é, assim, o documento mais importante de uma unidade, e nenhuma utilização ou atividade pode se dar na área que esteja em desacordo com seus objetivos e com seus regulamentos. Até que a unidade possua um plano de manejo, "todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos a que a unidade objetiva proteger (...)" (SNUC, 2000).

As unidades de conservação, antes do SNUC, já previam planos que orientassem as ações e projetos dentro de suas áreas. Eram denominados planos diretores, e cada unidade construía um modelo próprio. Embora existisse a exigência de que as unidades deveriam ter um plano diretor, a grande maioria delas não possuía, ou o plano estava desatualizado. Para o desenvolvimento dos planos diretores das unidades de conservação, eram geralmente constituídas equipes multidisciplinares, que raramente contavam com profissionais da área de Ciências Social/ Humanas. A visão era de que quem entendia de unidade de conservação eram os biólogos, engenheiros florestais, ecólogos, geólogos, etc. A pesquisa científica estava muito mais voltada para os elementos da natureza que se queria proteger do que para os usos humanos que ocorriam nas áreas. Estes, na verdade, eram sempre considerados nocivos, e a ideia que informava todas as ações relacionadas ao planejamento dessas áreas, principalmente no que diz respeito às de Proteção Integral, era a de afastá-los.

Embora a visão preservacionista ainda seja forte nas políticas ambientalistas, mudanças importantes ocorreram nesse âmbito. Temos agora outros parâmetros para refletir: conceituações e regulações mais claras sobre as unidades e a construção dos conselhos gestores. Isso implica sair da lógica autoritária sob a qual as unidades foram criadas e penetrar no âmbito democrático, como querem os atuais modelos de participação local.

Não é, entretanto, sem renovadas dificuldades que se dá esse processo. A lógica da origem não está sepultada. De um modo geral, a sociedade brasileira ainda luta contra si mesma para superar todos os anos e toda a tradição de autoritarismo que marcam sua história e construir a cidadania.

Bourdieu chamou atenção para que a história, no seu sentido incorporado, que se tornou *habitus,* opõe uma resistência surda e dissimulada às mudanças (BOURDIEU, 2002). Sendo assim, às novas formas de fazer a gestão, preconizadas pelo SNUC, misturam-se as dificuldades nas relações com as populações locais, herdadas do passado e reproduzidas no presente.

A reunião em que o plano de manejo do PEIG (maio/2010) foi apresentado aos conselheiros foi uma prova disso. A aprovação, por um lado, é importante para o Inea, pois existe a expectativa de que os projetos previstos no plano possam ser implementados com dinheiro do Prodetur, e, para isso, precisam estar aprovados.

Por outro lado, uma questão mais estrutural faz com que o medo das mudanças políticas nos órgãos públicos seja um fator que assombre tanto os técnicos dos próprios órgãos quanto os representantes da sociedade civil, na medida em que podem mudar as

condições/arranjos sociais favoráveis. Há sempre pressa em aprovar as coisas e implementar os projetos, antes que não seja mais possível.

Nesse sentido, ao concluírem os trabalhos do plano de manejo, os técnicos responsáveis viram como urgente a sua aprovação, tentando que o conselho, sem mais demoras, aprovasse seu conteúdo e as propostas apresentadas. Nessa reunião, foi dito aos participantes que somente possuíam condições de avaliação do plano e das propostas as pessoas com conhecimentos sobre meio ambiente, e que, portanto, os membros do conselho não teriam condições de fazer uma avaliação detalhada sobre o material exposto. Essa colocação irritou os conselheiros, que se sentiram desautorizados como tal. Essa descrença na capacidade de avaliação dos conselheiros entra em contradição com a ideia participativa inscrita na constituição dos conselhos.

"A magia performativa do ritual funciona completamente apenas na medida em que o procurador (...) incumbido de realizá-lo age como uma espécie de médium entre o grupo e ele, que por seu intermédio exerce sobre ele mesmo a eficácia mágica contida no enunciado performativo" (BOURDIEU, 1996, p.95). A desejada e *necessária* legitimação do plano de manejo pelo conselho nas condições apresentadas pelo representante do órgão não teve condições de se dar daquela forma.

A deslegitimação do conselho feita pelo representante do órgão na reunião de apresentação deslegitimou também a proposta do órgão perante o conselho. "O discurso de autoridade reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (...), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio" (BOURDIEU, 1996). Por esse motivo, foi necessário dar um tempo extra ao conselho para fazer as devidas avaliações, o que resultou em um documento que iniciava com uma espécie de protesto:

"O presente documento reúne a continuação das recentes discussões havidas no âmbito do Conselho Consultivo do PEIG e pretende consolidar, até a presente data, a posição dos conselheiros a respeito do assunto em tela, ainda que em um ambiente desfavorável.

Temos insistido que o plano de manejo, com toda a sua complexidade e, sobretudo, vital importância para a operação do Parque, deveria ser melhor analisado pelo Conselho, o que não ocorreu.

Pressionados pelo assim alegado regime de urgência, declarado pelo Inea, fez-se clara aos conselheiros envolvidos a intenção do Inea em aprová-lo, a despeito das nossas manifestações em contrário. Contudo, no sentido de assegurar a continuidade do trabalho, nos debruçamos sobre o assunto e resolvemos, mesmo longe das condições ideais, contribuir para

aprimorar o plano de manejo e manter o espírito de colaboração com o qual nos sentimos comprometidos.

Chamamos a atenção para o fato de que os conselheiros envolvidos no trabalho não estão procedendo a aprovação do plano de manejo e que a sua legitimação fica comprometida, segundo a nossa perspectiva. Considerando, porém que o Inea tem a prerrogativa legal de sancionar o plano de manejo do PEIG, entendemos que poderá fazê-lo, mas, como já ressaltado, com a ressalva de que não tivemos o devido tempo para apreciá-lo de forma devida".

(Elaboração do Plano de Manejo do PEIG – Zoneamento, Planos Setoriais e Diagnósticos - Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Grande - PEIG - 10 de junho de 2010, p.1).

4.2.5. Zoneamento em unidades de conservação da natureza

A lei do SNUC conceitua zoneamento como "definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz" (Lei no 9.985, de 18/07/00 Art. 1º, inciso XVI).

As práticas relativas ao zoneamento, comuns em planos diretores e planos de manejo, são ações de territorialização, como já foi dito, que estabelecem fronteiras e regras, proibições e interdições, e recomendam usos. O que foi exemplificado acima tomando por base os casos do Aventureiro e da Parnaioca é válido para a Ilha como um todo.

Cada vilarejo, com sua história particular e uma profusão crescente de atores e agentes se acercando do espaço traduz uma territorialização frenética e dinâmica, que engendra disputa de visões, usos e direitos.

Segundo a proposta do plano de manejo do PEIG (em elaboração), o zoneamento definiu as seguintes áreas:

Zona Intangível: é aquela onde a primitividade da natureza permanece mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. (...) Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos, e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.

Zona Primitiva: é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. (...) O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as

atividades de pesquisa científica e educação ambiental, permitindo-se apenas caminhadas sem uso de equipamentos e estruturas físicas.

Zona de Uso Extensivo: é aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. (...) O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso ao público com facilidade, para fins educativos e recreativos.

Zona de Uso Conflitante: constituem-se em espaços localizados dentro de uma unidade de conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da Unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre as unidades de conservação. Serão inseridas também nesta zona as áreas dentro das unidades de conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso.

Zona de Ocupação Temporária (ou de Uso Temporário): são áreas dentro das unidades de conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona Provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das Zonas Permanentes.

Zona Histórico-Cultural: é aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico, cultural, religioso, arqueológico e paleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.

Área de Visitação: é aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter infraestruturas de suporte à visitação com equipamentos compatíveis à implementação da UC. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o ambiente.

(Fonte: Roteiro Metodológico Inea)

Observando as categorias acima, percebemos que os moradores da Parnaioca não são nem mesmo considerados como uma população, pois nesse caso caberia classificá-la em Zona de Uso Conflitante. O plano de manejo, dessa forma, institucionaliza a “invisibilidade” dos moradores.

A presidente da associação de moradores da Parnaioca (conversa citada acima) falou sobre o interesse da Amotap de que a localidade fosse categorizada como zona histórico-cultural, como a Vila Dois Rios. Dessa forma, demonstra-se, mais uma vez, a aproximação entre as duas localidades e a identificação da primeira com a segunda. Na Parnaioca, existem ainda muitas ruínas das antigas fazendas e da vila, bem como um cemitério e uma capela, que são cuidados pelos atuais moradores.

Uma das atribuições da Amotap expressa em seu próprio nome, é consolidar a tradicionalidade dos habitantes da Parnaioca. No "Dossiê", a identidade caiçara é afirmada por diversas vezes e demonstra, como em outros casos da própria Ilha, vide o caso do Aventureiro, sua força na defesa dos habitantes de unidades de conservação na luta por seus direitos.

O estabelecimento dos zoneamentos costuma ser polêmico, pois confronta visões diferenciadas sobre os territórios. No plano de manejo, está dito que as zonas e áreas foram definidas, sempre que possível, em função de suas características naturais e culturais, de suas potencialidades, fragilidades e necessidades específicas de proteção, de acertos e de conflitos de uso atual. Percebe-se, nesta ideia, uma naturalização desse processo como se as *vocações* de cada área existissem a priori e não, como uma construção social de um determinado grupo, na qual este define suas necessidades, potencialidades, características, percepções de conflitos, etc.

O processo de discussão do zoneamento do PEIG, que se deu durante a elaboração do plano de manejo, manteve-se mais restrito ao IEF, embora com a colaboração de agentes externos. Logo que foi feita a primeira proposta de zoneamento, houve uma apresentação aos conselheiros (2008), mas não parece que as contribuições tenham sido incorporadas integralmente. A nova colaboração do conselho, feita, dessa vez, sobre o documento final, foi entregue ao Inea (maio de 2010), e em reunião interna do órgão (julho de 2010) foram, então, aceitas.

O plano de manejo da APA de Tamoios, que está sendo elaborado por uma empresa de consultoria, previa acompanhamento do conselho, a ser iniciado em julho de 2010. Houve, no mês de janeiro de 2010, uma reunião, com duração de três dias, da Câmara Técnica de Zoneamento (que faz parte do conselho da APA), para discutir sobre o zoneamento da APA de Tamoios. Esse processo está se dando de uma forma mais aberta que o do Parque, provavelmente pelo fato de ser uma unidade de conservação de Uso Sustentável, sendo vista de forma um pouco mais flexível pelo órgão e estando, depois da criação do Inea, sob a

coordenação de outra gerência.[5] Como foi referido neste trabalho, as APA's, na concepção do órgão ambiental, não possuem o mesmo *status* das unidades de Proteção Integral. Dessa reunião participou, quase integralmente, o grupo a que chamei anteriormente de "núcleo duro" dos fóruns. Havia, entretanto, outros participantes, como, por exemplo, representantes da prefeitura. De um modo, geral a ideia que orientou os trabalhos foi a de se adotar critérios mais restritivos, porque *mesmo restringindo, as coisas acontecem, por isso temos que ser mais cautelosos*. Um dos representantes da prefeitura discordou veementemente dessa concepção mais restritiva que estava se adotando: *temos que fazer desenvolvimento sustentável*. Sobre esse aspecto, os próprios membros favoráveis a uma política mais restritiva ponderavam: *se a gente fechar tudo, vai ter que ficar fazendo vista grossa* ou *o zoneamento também é uma ferramenta de controle de ocupação, de restrição de mercado*. Mas, ao mesmo tempo, voltavam à questão: *tem condição de receber mais gente?* A reunião transcorria tendo como base mapas da Ilha, com os quais ia se discutindo a ocupação de cada localidade e decidindo-se a que categoria aquela área pertenceria. Essa atividade, que foi basicamente a mesma durante todo o tempo, era pontuada por falas como: *nessa área a gente não quer mais ocupação*. Uma das participantes retrucou: *estou me sentindo como Deus, no próprio Olimpo*, denunciando o poder que se acessa ao participar de um zoneamento.

Outra ideia também bastante presente foi a de que era importante *se preocupar com os que já estão lá, principalmente os mais pobres, e não estimular novas ocupações*. Segundo palavras de um professor, *a Ilha é um local foco de migração, porém, o ambiente é frágil, não é favorável a grandes ocupações*. Um representante do Inea chamou atenção para que o turismo *não seja de grandes empreendimentos e nem excludente*. Aliás, esse é um dos pressupostos que vigoram em todos os fóruns. De um modo geral, essa premissa parece ser "um consenso" nas reuniões. Por fim, um participante concluiu: *Se todo o nosso trabalho não for aproveitado, paciência, não será pela primeira vez. Não vai ser por isso que a gente vai deixar de fazer o que a gente acredita, com a responsabilidade que a gente tem*.

As polêmicas sobre zoneamentos ocorreram desde o início do processo participativo na Ilha Grande, desde quando o principal fórum era o Núcleo Gestor do Plano Diretor. Mesmo tendo sido adiado, no plano diretor, o debate sobre zoneamento, para que acompanhasse o da APA de Tamoios, diversos temas relativos a questões territoriais foram abordados.

[5] As unidades de conservação, tanto de Proteção Integral como de Uso Sustentável, que no IEF estavam sob a alçada da Diretoria de Conservação da Natureza - DCN, no Inea foram divididas em gerências específicas.

Na Consulta Pública da Lei de Diretrizes Territoriais do Plano Diretor da Ilha Grande (2007), ao se discutir sobre os núcleos populacionais, definiu-se que seria prioritariamente neles a implantação da infraestrutura urbana, livrando de maiores intervenções as áreas com baixa densidade de ocupação. Foi também pensada a criação de zonas especiais de interesse socioambiental (áreas ocupadas por populações carentes). Foi acordado que nessas localidades poderiam se estabelecer regras para uma ocupação digna, com as condições mínimas de moradia. Esse assunto mostrou-se polêmico. Representantes da prefeitura propuseram que apesar de a legislação definir que na Ilha Grande só pode haver casas até a cota 40, algumas casas acima seriam toleradas, de forma *congelada*, não podendo surgir novas ocupações. As construções acima da cota 40, que existem em poucas localidades da Ilha, são geralmente de moradores nativos, que foram para lá por terem vendido suas casas para migrantes. Depois de muito debate, o acordo a que se chegou, não sem dificuldades, foi de que isso seria admitido apenas no caso de *famílias nativas* ou com *identidade cultural da Ilha*, sendo a única moradia da família. É preciso destacar que uma posição pontuou todo este debate: os representantes de grandes proprietários da Ilha foram sempre contra essa flexibilização, que entendiam como *crescimento da favela*.

A polêmica deu-se em torno de quem seriam os beneficiários nesse caso. A questão remeteu às noções de *populações tradicionais* e *populações nativas*, o que ocupou grande espaço no debate, em busca da definição do grupo social a que os termos estariam nomeando. Alguns participantes entendiam que só estariam dentro dessa categoria aqueles nascidos efetivamente na Ilha. Essa argumentação cedeu lugar à compreensão de que há na Ilha Grande *muita gente, que está lá há muito tempo, e que, portanto, também têm direitos*, porém o tempo que efetivamente poderia ser considerado como *muito* ficou indefinido. Houve intensa discussão, que mobilizou pela Internet antropólogos e outras pessoas voltadas para as questões de unidades de conservação. O núcleo gestor decidiu então adotar o conceito do Decreto Federal 6.040, que instituiu, em fevereiro de 2007, a "Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais", em que estes seriam: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Quanto às diretrizes de uso e ocupação do solo, o grupo optou pelo favorecimento da permanência de populações locais, incentivando, entretanto, políticas de disseminação das regras ambientais, geradas e geridas em conjunto com os diversos órgãos e instâncias de

governo. Decidiu-se, também, criar um grupo de trabalho para estudar as questões polêmicas caso a caso, sempre levando em conta a legislação ambiental e o interesse social, considerados pelos membros do núcleo gestor como os dois grandes baluartes. A não permissão da implantação de empreendimentos de grande porte na Ilha e a garantia do livre acesso aos bens de uso comum, como praias, costões, etc., foi também uma preocupação do fórum.

Ficou determinado que a infraestrutura dos núcleos populacionais não poderia interferir na paisagem da Ilha e deveria estar sempre fora das unidades de conservação. A preferência seria para implantação de fontes alternativas de energia. Os serviços de água e esgoto deveriam ser adequados à efetiva ocupação da Ilha, inclusive levando em conta o turismo, e estar em conformidade com a lei. Nas "Diretrizes" ficou recomendada a promoção de educação ambiental, a criação de regras para contenção de atividades poluentes, assim como a proibição da exploração particular dos recursos hídricos subterrâneos, além de adequar o mobiliário urbano à identidade visual da Ilha Grande.

As diretrizes dizem, ainda, que só é possível permitir a instalação de cais para o uso público. Com relação a esse item, houve um confronto entre os *interesses públicos* defendidos pela maioria dos participantes e os de alguns proprietários de cais particulares, que reagiram a essa ideia. Na Ilha há, em muitas praias e costões, uma proliferação de cais particulares. Além disso, ficou mantida a proibição da utilização de veículos automotores, que não sejam os dos órgãos públicos. Todo esse debate é mais um exemplo de que, permeando as discussões relativas às leis ambientais da Ilha Grande, estão diferentes noções de público e privado, que muitas vezes se confundem.

Sobre a pesca, a ideia é que as atividades e equipamentos relacionados a ela, como por exemplo, os ranchos, devem ser de uso coletivo. Os novos ranchos que forem surgindo devem ser integrados à paisagem e compatibilizados com a beleza cênica da Ilha, não sendo permitido seu uso para outras atividades. A questão de ranchos coletivos foi também muito debatida por pescadores na ativa e outros que hoje só exercem a atividade secundariamente. Argumentaram que os ranchos costumam pertencer a uma família, ou a um pequeno grupo de amigos, e que isso feriria os costumes locais, teria dificuldades para ser aceito.

Dessa forma, a necessidade de estabelecer direitos públicos relativos ao que é visto como *bem comum*, baseada, acima de tudo, na contenção da expansão desordenada do capital sobre os espaços, afeta muitas vezes as "territorializações nativas" que têm uma forma de organização familiar.

Ao final da reunião de consulta pública das Diretrizes do Plano Diretor da Ilha Grande, o coordenador do núcleo gestor informou que a lei de diretrizes será desdobrada em outras leis e planos, procurando fazer a discussão contínua e a lei dinâmica. Declarou que dentro desse espírito a próxima providência seria a elaboração do zoneamento da Ilha no plano diretor. Afirmando o caráter *participativo* que a prefeitura pretendeu dar ao processo de construção das leis**,** falou que outras leis, que venham a ser derivadas da lei de diretrizes, deverão passar por discussões públicas e ter o parecer da câmara setorial da Ilha Grande.

Sendo assim, é preciso registrar que apesar de as investidas da rua sobre a casa resultarem, geralmente, na hegemonia da primeira, ela não se dá de forma completa e definitiva. As populações locais, com suas formas próprias de organizar o espaço, apresentam questões específicas a serem estudadas e debatidas pelos territorializadores externos. Dessa forma, constituem-se campos permanentes de luta, concreta e simbólica.

4.3. Território e poder

Haesbaert (2004) contribui com esse debate com a noção de multiterritorialidade. Para o autor, território e territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é, também e, sobretudo, a multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos ou grupos sociais, Estado, empresas, instituições, etc. O pertencimento a um território implica a construção de uma identidade a ele relacionada.

A territorialização da Ilha está em permanente construção por diversificados movimentos. Em todas as leis, o que se discute é a preservação ou a conservação de elementos que configuram um determinado território, a partir de ideias que se outorgam com a legitimidade científica. Ao mesmo tempo, populações locais, empresários, militantes de ONG's, funcionários públicos, entre outros atores, disputam o uso e a legitimidade de outras formas territoriais, a partir de seus costumes e interesses, que também são dinâmicos, se influenciando mutuamente e se colocando em um processo permanente de mudança.

É principalmente através dos debates sobre zoneamento, presentes nos diversos fóruns, que se pode observar as territorializações que ocorrem no espaço da Ilha. Nas discussões sobre a ocupação do espaço, as cotas altimétricas tomadas como referência nos planos diretores e planos de manejo, as leis das unidades de conservação, etc., os espaços são nomeados, recortados, redefinidos de formas variadas, e polêmicas apaixonadas se dão sobre essas territorializações.

O território é, dessa forma, uma produção elaborada a partir do espaço, através de relações que envolvem um campo de poder. "Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites do conhecimento" (RAFFESTIN,1993, p.144).

Raffestin afirma que todo projeto tem como base um conhecimento e uma prática, e por isso está perpassado por códigos, ou seja, por um sistema sêmico. É através desse sistema que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. "Os limites do espaço são o do sistema sêmico mobilizado para representá-lo" (RAFFESTIN, 1993, p.144). Dessa forma conformam-se modelos, representações, construções da realidade, que se revelam como instrumentos de poder. "Todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação" (HAESBAERT, 2004, p.89).

Raffestin (1993) argumenta que a representação resulta de um trabalho e pode ser qualificada como energia informada, que recomeça sem cessar. A partir da representação pode-se, portanto, construir várias tessituras, articulando vários pontos em rede. Estas têm como propósito assegurar a comunicação entre os territórios. No entanto, também as redes são seletivas e imbricadas por relações de poder. Nesse sentido, algumas tessituras têm uma permanência maior do que outras. As criadas pelo Estado, as administrativas, tendem a ter uma permanência maior, ou seja, limites mais estáveis do que as econômicas, por exemplo.

Esse questionamento sobre fronteiras remete-me à questão levantada por Arantes (2004) sobre a porosidade das fronteiras simbólicas de um grupo social se dar mais em relação a alguns elementos da cultura do que a outros. O autor lembra que a cultura tem tanto o poder de separar e distanciar quanto o de juntar e aproximar, e, também, de ao mesmo tempo em que constrói fronteiras, construir passagens, segundo as regras de cada grupo social e, que me atrevo a completar, entre os territórios.

Para Haesbaert (2004), nas sociedades contemporâneas, a fluidez e a mobilidade são elementos fundamentais na construção dos territórios; por isso, o autor considera interessante a possibilidade da construção de territórios-rede, descontínuos e sobrepostos, constituídos pela lógica do movimento. A dinâmica impressa nas trocas culturais e transformações sociais, impostas pelos processos de globalização, implica a amplificação das redes de comunicação entre os territórios e a expansão de superposições, imbricações e conexões entre eles.

Sendo assim, torna-se importante refletir sobre a dinâmica dos diferentes territórios construídos nesses tempos de mobilidades e expansões variadas e de globalização em muitas dimensões (HANNERZ,1997). Perceber seus fluxos, vistos pelo viés temporal, apreendendo a

cultura como processo e compreendendo que, por estarem em constante movimento, sendo sempre recriados, os significados e formas significativas podem tornar-se duradouros (HANNERZ, 1997). Nesse sentido, é necessário atentar para a complexidade crescente desses processos, perpassados pela "multicentralidade" cultural contemporânea, por "fluxos entrecruzados" e "contrafluxos".

4.4. Os territórios de risco

Com as chuvas de janeiro de 2010 e os deslizamentos de terra que ocorreram em grande parte das localidades da Ilha Grande, o Inea empreendeu uma ação emergencial para identificar as áreas com situações instáveis e propícias a novos deslizamentos, principalmente as áreas ocupadas nas unidades de conservação.

Foi feito um levantamento nas áreas mais afetadas, através do preenchimento de um formulário de caracterização ambiental, registro fotográfico, plotagem das coordenadas geográficas de edificações, de pontos de instabilidade e de situações de risco existentes, além da emissão de notificações. Nesse processo, surgem outros territórios na Ilha: os territórios de risco.

O resultado do levantamento[6] apontou:

Face Sul:

- Não foram identificadas cicatrizes de deslizamentos;
- Geomorfologicamente semelhante ao restante da ilha, apresentando afloramentos rochosos e depósitos de encosta e/ou blocos soltos;
- Diversas casas em situação de risco e provavelmente irregulares;
- Deslizamento sem cicatriz e com presença de blocos soltos no Aventureiro;
- Pousada em área de risco na praia de Palmas;
- Cais com casas sem licença ambiental e passível de interdição e demolição.

Face Leste:

- Foram levantadas as praias de Aroeira, Pouso, Mangues e Castelhanos;
- Possui um relevo bastante irregular, caracterizado por encostas íngremes e altitudes variadas na linha da cumeada, sendo considerada suscetível a deslizamentos;
- Não foram identificadas cicatrizes de deslizamentos.

[6] Caracterização Ambiental Preliminar e Identificação de Áreas Sujeitas a Risco nas Unidades de Conservação Ambiental Inseridas na Ilha Grande, Inea/2010.

Face Oeste:

- Área de fora do Aventureiro sofreu escorregamentos diversos;
- Canto esquerdo da Praia Vermelha, deslizamento com moradias atingidas;
- Algumas residências, localizadas à esquerda do paredão próximo à Provetá, foram construídas recentemente em encostas de elevada declividade e próximas à cota altimétrica de 40m – área potencial a ser incorporada ao PEIG;
- Deslizamentos identificados na ponta de fora de Provetá;
- Deslizamento na praia de Araçatiba;
- Enseada do Bananal, onde ocorreu o deslizamento de casas e de pousada.

Localidades mais afetadas:

- Construções no final da linha de drenagem da encosta e ao longo da trilha principal que dá acesso a outras servidões ou, ainda, ao longo de algum curso d'água;
- Construções feitas a partir de cortes de encosta, com distância inferior a 50cm do talude, a montante da área de instalação das construções;
- Pontos de erosão nas encostas e cicatriz de deslizamento cortando e obstruindo a trilha de acesso às casas;
- Erosão subsuperficial em área de encosta, podendo ocorrer solapamento do solo;
- Rochas próximas à residências em áreas de concentração de blocos soltos.

Diagnóstico de Araçatiba:

- Foram levantadas 63 construções, sendo 32 notificadas a apresentar a licença de obras e ambiental;
- 25% pessoas jurídicas;
- 75% pessoas físicas: 15% veranistas e 60% residentes.

Localidades mais afetadas: Praia Vermelha

- Ocupação mais concentrada nas áreas de baixada litorânea localizada no alinhamento do vale formado pela bacia que drena para a praia;
- Três deslizamentos principais;
- Maior concentração de área desmatada, com presença de gramíneas;
- Algumas construções nas encostas do entorno do vale onde se observam trilhas com a formação de ravinas;

- Área queimada de 500 m^2 na cota altimétrica de 106 m;
- A caracterização ambiental por ocupação alcançou 19 construções e foram emitidas 16 notificações;
- 10% pessoa jurídica;
- 90% pessoa física: 15% veranista e 85% residente.

Localidade mais afetada: Provetá

- Enseada voltada para a face sudeste, cercada por duas formações rochosas com alto gradiente de encosta, podendo em alguns pontos ultrapassar o limite de 45º de inclinação;
- A ação de caracterização ambiental envolveu o levantamento de 33 lotes, somando um total de 58 residências, sendo emitidas 30 notificações.

Avaliação geral dos resultados:

Localidade	**Caracterizações**	**Notificações**	**Autos de Constatação**
Araçatiba	63	32	
Ponta da Freguesia	2	1	
Castelhanos	13	6	
Mangues e Pouso	9	2	
Fazenda da Aroeira	11	0	
Praia Vermelha	19	16	1
Provetá	58	30	
TOTAL	**175**	**87**	**1**

Conclusões:

- A Ilha Grande apresenta relevo e características geomorfológicas bastante similares, com chuvas frequentes de alta intensidade que induzem a ocorrência dos eventos observados;
- A ocupação antrópica se deu de forma lenta, desordenada e irregular, principalmente com relação à legislação urbana e ambiental vigente, tendo por consequência reflexos de fragilidade e instabilidade na maioria das construções vistoriadas, quanto a sua localização e orientações técnicas para a construção;

- Toda a ilha necessita de maiores estudos, principalmente geomorfológicos, a fim de embasar futuras orientações no sentido de redefinir sua forma de ocupação e uso direto e indireto dos seus recursos naturais;
- A face Oeste da ilha (ponta da Freguesia até a ponta de dentro do Aventureiro) foi a que apresentou maior número de deslizamentos, provavelmente motivado pelo fato de que as faces Leste (ponta da Freguesia até a ponta dos Castelhanos) e Sul (ponta dos Castelhanos até a ponta de dentro do Aventureiro) não tenham sido expostas às chuvas de alta intensidade que atingiram a ilha no réveillon da mesma maneira e intensidade que a face Oeste;
- A falta de ordenamento territorial na ocupação de Provetá, Praia Vermelha e Araçatiba aumenta a pressão antrópica sobre as áreas do PEIG, áreas de risco e Áreas de Preservação Permanente (APP);
- A enseada da Praia Vermelha necessita prioritariamente de maiores estudos, a fim de determinar se efetivamente é passível de ser habitada, tendo em vista os danos observados, a presença de feições erosivas e rachaduras no solo das encostas, além de uma cabeça d´água no meio da vila que acarretou na destruição de diversas moradias;
- Face às características naturais e geomorfológicas da ilha e à potencial tendência a ocorrência de áreas instáveis e sujeitas a recorrentes deslizamentos, urge a necessidade de proposta da ampliação da área do PEIG, que deverá considerar as áreas de risco a serem inseridas, como uma medida de prevenção a novas tragédias como a ocorrida na enseada do Bananal, além das características ambientais específicas e do estabelecido para a ilha no Plano Diretor do Município de Angra dos Reis.

Recomendações:

Inea

- Que o Condir delibere pelo encaminhamento deste estudo para o Conselho Consultivo da APA Tamoios, com o intuito de que o mesmo apresente e discuta com a sociedade diretamente envolvida a realidade encontrada, principalmente nos quesitos ocupações irregulares e não-conformidades legais decorrentes, bem como o perfil de instabilidade característico existente na ilha, e apresente suas apreciações e sugestões para a resolução dos impasses encontrados;
- Que se adotem ações imediatas no sentido de promover discussões para ampliação da área do PEIG, considerando a inclusão das áreas identificadas de risco no estudo como ação preventiva;

- Promover maior articulação, orientação e coordenação geral das ações relativas à administração das unidades de conservação da Ilha Grande;
- Melhorar a infra estrutura do PEIG e APA Tamoios;
- Criar sub-sedes em áreas estratégicas da Ilha, principalmente em praias da face Oeste;
- Estabelecer o Conselho Consultivo da APA Tamoios como o principal centro de discussão referente ao trabalho de avaliação dos documentos apresentados pelas notificações, de maneira que a sociedade participe das decisões orientadas pelo Inea.

Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

- Realizar levantamento de todas as construções existentes na ilha, para fins de mapear suas localizações, determinar a regularidade legal e embargar aquelas em construção ou ampliação em desacordo com a legislação vigente;
- Promover e fiscalizar o ordenamento territorial tendo como base o Plano Diretor Municipal;
- Executar obras do sistema de esgotamento sanitário / Saneamento Ambiental da Ilha;
- Retirar o passivo referente aos resíduos sólidos na praia do Aventureiro, que em grande quantidade permanecem espalhados ao longo da linha de maré e adentrando a vegetação costeira, bem como rever os procedimentos atuais adotados a fim de prevenir novos acúmulos.

Defesa Civil Municipal

- Promover urgentemente visitas técnicas, diagnósticos e posterior interdição das áreas de risco de deslizamento e desabamento, sinalizadas preliminarmente por este estudo.

(Inea, 2010)

O levantamento descrito acima se apresenta, então, como uma nova territorialização, em que, ao serem estudados os efeitos das chuvas na Ilha, o órgão ambiental estabeleceu novas normas e recomendações, a partir de uma interpretação do que levantou *in loco* em confronto com a legislação da APA de Tamoios e do Parque Estadual. Foi recomendado que as áreas consideradas de risco fossem desocupadas e passassem a integrar o PEIG.

Um grande número de deslizamentos de terra deixou cicatrizes na paisagem, atingindo casas, interrompendo caminhos.

Convocou-se para esse trabalho de territorialização a Prefeitura Municipal, a Defesa Civil e os conselhos das unidades de conservação, que devem, nesse caso, discutir "com a sociedade diretamente envolvida a realidade encontrada", no sentido de colher "suas apreciações e sugestões para a resolução dos impasses encontrados".

Esse aspecto torna-se de grande importância moral para os órgãos, na medida em que as territorializações do Estado ficam sempre sob suspeita da sociedade local em relação *às verdadeiras intenções dos órgãos*. Em reunião da APA de Tamoios, logo após a tragédia, um conselheiro falou:

O que aconteceu não foi só uma tragédia. Foi uma irresponsabilidade administrativa. Os que aprovaram o plano de emergência de Angra dos Reis estão agora dizendo que as pessoas têm que sair das suas casas, pois estão em área de risco. É uma forma de fazer uma limpeza geral. São os mesmos que defendem Angra 3, que querem reformas no porto, novos transatlânticos... Vão tirar proveito da tragédia. Estão dentro do poder público para indicar, para fazer obra.

A questão é que se suspeita que muitas das áreas que estão sendo decretadas como *de risco*, não só pelo Inea, mas também e, principalmente, pela prefeitura, em relação aos morros de Angra, poderão depois ser ocupadas por *casas de bacanas*. Na verdade, a suspeita é de que nem todas estariam mesmo sofrendo risco, mas seria uma forma de desocupação para outros usos. No caso da Ilha, a ideia do Inea é absorvê-las como áreas do PEIG (o que é também uma forma de acabar com as *ocupações ilegais*). A outra questão que se coloca é *se o rigor em*

tirar os pobres que estão nessas áreas será o mesmo com as mansões que abundam em áreas ilegais e de risco.

Em uma reunião do conselho do PEIG em que foi debatido o tema das áreas de risco, um conselheiro perguntou se as notificações do Inea foram para todos ou se somente para os que estavam em área de risco, pois esse procedimento tinha gerado *uma preocupação junto à prefeitura, provocando pressão popular*; *é necessário verificar a falha de comunicação entre as instituições*. O presidente do conselho falou que *o relatório foi para caracterização ambiental, o Inea não pode interditar áreas, a notificação foi apenas para apresentar documentos*. Outro conselheiro, ao constatar a ausência de representantes da prefeitura na reunião, disse que era necessário aprimorar os entendimentos interinstitucionais e criar um Centro de Gerenciamento de Crise entre prefeitura / Inea /Defesa Civil, para monitoramento, controle e acompanhamento de acidentes geológicos, e assim evitar o desencontro entre os entes públicos. Recomendou que o PEIG procurasse fazer esforços para melhorar o entrosamento do Inea com a prefeitura de Angra, para *administrar o problema e dar a sensação de eficácia, pois esses desencontros geram sofrimento e desgaste*.

4.5. "O outro mundo"

DaMatta fala do "outro mundo" como uma perspectiva de síntese e de superação. Nos conselhos e nos outros fóruns, a ideia é de que através do debate, da *participação*, se faça a síntese, nesse caso expressa pela ideia de *consenso*.

As operações de criação de unidades de conservação, administração dos territórios criados, implantação de legislação ambiental, zoneamentos e a elaboração de projetos dos mais variados tipos para a Ilha Grande podem ser entendidas como "invenções" de mapas variados, plotando espaços de maneiras diferentes, delimitando e redelimitando relações de poder e apropriações diversas.

Os territórios, porém, se expressam em múltiplas facetas e aspectos, sobrepondo-se de forma temporária ou estável, como resultado de processos e relações sócio-espaciais em diferentes territorialidades. Constituem-se, também, de sentimentos de pertencimento e identidades, de modo heterogêneo, ancorados nas contradições sociais e na diversidade cultural.

Acselrad afirma que o imaginário cartográfico e as representações do território recortam o real para "descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo" (ACSELRAD, 2008, p.13). Nesse sentido, "o território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável foi sendo transformado em extensão quantificada, limitada e controlada pelo gesto

cartográfico que serve de suporte à ação política" (LUSSAULT, 1995 *apud* Acselrad, 2008, p.13). Dessa forma, mostram-se claras as implicações políticas dos mapas, mas, por outro lado, as políticas cartográficas demonstram que os mapeamentos são, eles próprios, objeto da ação política.

Diversas iniciativas de mapeamento têm procurado incluir as populações locais em seu processo de produção. Envolvendo instituições e práticas diversas, apresentam-se como "mapeamentos participativos". Herlihy e Knapp (2003 *apud* ACSELRAD, 2008, p. 15) afirmam que "o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento". Diversos projetos de mapeamento comunitário se utilizam de conhecimentos das comunidades no levantamento de dados sobre os usos da terra e de suas fronteiras. Tecnologias diversas são utilizadas nessas construções, em que se misturam decisões comunitárias com treinamentos externos.

O "outro mundo", portanto, como aqui estou entendendo, aponta para perspectivas que estão além da simples complementaridade entre a "casa" e a "rua". Canclini, falando dos processos culturais contemporâneos, desmonta a polarização entre os poderes hegemônicos e subalternos, "concebida como se tratasse de conjuntos totalmente diferentes e sempre confrontados" (CANCLINI, 2006, p. 346). "Os paradigmas clássicos, segundo foi explicada a dominação, são incapazes de dar conta da disseminação dos centros, da multipolaridade das iniciativas sociais, da pluralidade de referências – tomadas de diversos territórios (...)" (*idem*).

Na Ilha Grande, as exigências de *participação* põem em marcha um contato, que, independente de estar atendendo ou não às diversas expectativas que se fazem a esse respeito, está se dando por vezes de forma pouco percebida e, de outras, francamente evidente. Grandes ou pequenos, temporários ou permanentes, visíveis ou invisíveis, os territórios híbridos, ou seja, aqueles que intercambiam as lógicas da casa e da rua, mas que não se restringem a elas, tecendo um campo de saberes duplamente translativos, estão sendo constituídos.

5. PRODUÇÕES E CONSUMOS DO AMBIENTE: O TURISMO NA ILHA GRANDE[7]

Uma das territorializações mais abrangentes da Ilha Grande é a produzida pelo turismo. Desde quando surgiu na Ilha, até os dias atuais, em que praticamente domina a cena local, o turismo tem reorganizado o espaço de forma intensa, estimulando uma migração contínua, desterritorializando e reterritorializando as populações locais, inventando novos usos e significados para o espaço. Tal é sua importância hoje na região que Prado (2003) identifica que lá o turismo é associado a uma entidade com formas e contornos próprios.

A produção de territórios acionada pela atividade turística na Ilha Grande está interconectada com o consumo simbólico e concreto do ambiente, em uma reflexividade complexa. Ao mesmo tempo em que os órgãos ambientais, com suas leis e unidades de conservação, impõem a si a tarefa de *frear, normatizar e ordenar* o turismo local, contribuem, indubitavelmente, para uma divulgação da *natureza da Ilha*, valorizando-a e colocando-a como o centro das atenções. Mas, da mesma forma que o "ambientalismo", oficial ou não, colabora decisivamente com a construção do "olhar do turista", o turismo ajuda a conformar o "olhar turístico" dos ambientalistas sobre a Ilha. Um dos elementos que se busca preservar, declaradamente ou não, conscientemente ou não, é a paisagem, para além dos ecossistemas.

Nessa dinâmica, se produz simbolicamente uma paisagem para a qual se "olha" que é exuberante e constituída pelo mar, a mata, montanhas e pedras, pequenas praias, baías e enseadas. Ao mesmo tempo, estrutura-se concretamente uma localidade na qual se "vive", composta e recomposta freneticamente pelas construções de prédios e "marcas" do turismo que surgem a cada dia. Como pontua Prado (2003), a Vila do Abraão parece um "canteiro de obras".

Porém, apesar do poder da ideia de *beleza natural* ser constitutivo de um imaginário tanto turístico como ambientalista na Ilha, a imagem da *destruição ambiental* tem se construído concomitantemente. Por um lado, porque colado com a valorização do *patrimônio natural, cultural e paisagístico* está o medo de perdê-lo. Por outro, porque condições socioambientais e históricas na conformação e no uso dos espaços locais têm ajudado a construir *territórios de risco*. O poder do Estado, de classificar, nomear e agir sobre esses territórios (BOURDIEU, 2002), assusta os que "produzem" o turismo e tentam manter o imaginário de beleza da Ilha como único.

[7] Este capítulo corresponde ao texto estendido e modificado do artigo "Produção e consumo do ambiente: reflexões sobre o turismo na Ilha Grande-RJ", apresentado no XI ENTBL, UFF, Niterói, 2010.

Entretanto, o turismo, como uma atividade estreitamente ligada ao espetáculo (URRY, 2001) não descarta a ideia de que mesmo o perigo ou a tragédia possam se tornar "espetáculo", constituindo, assim, um novo produto turístico. Isso se comprova pela saída de diversos barcos do cais de Angra em direção à praia do Bananal, poucos dias depois das chuvas de janeiro de 2010, coalhados de turistas, interessados em conferir de perto os estragos do temporal, e em sentir, ainda que de segunda mão, os rescaldos do sabor da catástrofe, do horror e do infortúnio.

5.1. Turismo e ambiente

A produção do turismo na Ilha Grande está conectada com a produção simbólica de uma natureza preservada, e, ao mesmo tempo, com a ideia, sempre presente, de risco e perigo. Esses últimos referem-se tanto ao processo de degradação ambiental, decorrente de um aumento do fluxo turístico visto como incontrolável, como também ao perigo latente, gerado pela combinação de características geológicas, próprias da região, com um *turismo desordenado*, como é classificado localmente, produzindo, assim, territórios de risco, como já citado. De forma análoga, o consumo do ambiente vincula-se a esse processo de tal forma que se torna difícil identificar onde começa um ou termina o outro. A Ilha é hoje um campo privilegiado para se pensar as implicações do desenvolvimento turístico, na medida em que essa atividade tem dominado a cena local, desde a década de 1990, vindo a se intensificar a partir da extinção do Instituto Penal Cândido Mendes, em 1994. O debate sobre o turismo na Ilha, toda ela envolvida por unidades de conservação da natureza, está, portanto, fortemente associado às discussões sobre meio ambiente e conservação.

Ambiente, preservação, natureza, patrimônio, paraíso. Esses são adjetivos comumente ligados ao nome da Ilha Grande. Duas ideias são atualmente indissociáveis e fortemente presentes na Ilha: a de conservação da natureza e de desenvolvimento do turismo.

O tipo de turismo que por lá se desenvolve está voltado principalmente para a concepção de desfrute de uma natureza exuberante. O imaginário relacionado com o fato de ser uma ilha convive com essa ideia e a complementa.

A demanda turística da região esteve sempre associada à beleza das paisagens formadas pelo contraste da Mata Atlântica com o mar. A própria criação da primeira unidade de conservação da região, ou seja, do Parque Estadual da Ilha Grande, em 1971, esteve vinculada ao turismo, na medida em que o primeiro órgão gestor da unidade foi a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, na época denominada Flumitur.

Hoje, o turismo transformou-se na principal atividade econômica local, mobilizando um grande número de pessoas em sua produção e consumo, tanto turistas quanto trabalhadores e empreendedores.

O imaginário do turismo voltado para o mar e as paisagens faz com que as áreas costeiras sejam as mais valorizadas, alvos de um desejo que faz ignorar a legislação ambiental.

Com mais de cem praias, espremidas entre o mar e a montanha, a Ilha foi, em outras épocas, lugar de roças e escravos, agricultores e pescadores, presos e policiais. Tudo isso faz parte de um passado ainda presente, marcado nas ruínas que, por toda a parte, permeiam florestas e praias e, também, na memória de antigos moradores, em narrativas que são repetidas aos que chegam.

Sua ocupação, iniciada apenas no século XVIII, hoje é intensa, movimentada por quem busca trabalho e por quem busca lazer. A paisagem da Ilha se divide entre praias desertas e outras muito frequentadas, montanhas cobertas pela mata em regeneração, escarpas íngremes debruçadas sobre o mar, costões rochosos desabitados e vários, ocupados por mansões e pousadas construídas sobre eles, pequenos núcleos urbanos formados principalmente por populações nativas. Além dessas, outras áreas intensamente ocupadas disputam a atenção dos visitantes, como Abraão, Provetá e Araçatiba, etc., onde ocorre uma atividade construtiva frenética, que, em grande parte, se dá por conta do turismo.

Em meio a tantos lugares, cerca de vinte núcleos populacionais contam histórias diferentes, falam de problemas diversos e, relacionam-se com o turismo de forma distinta.

5.2. O crescimento do turismo na Ilha

A atividade turística na Ilha guarda semelhanças com o que ocorreu amplamente no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, denominado pela regionalização turística como Região da Costa Verde, que abrange os municípios litorâneos de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Nessa região, a construção da rodovia BR-101, no trecho Rio-Santos, foi o fator decisivo para o aparecimento de um turismo que veio a ser descrito como "de massa", aumentando enormemente a especulação imobiliária.

Durante a década de 1980, foi intensa a construção de hotéis e, na década de 1990, consolidou-se a moda de grandes empreendimentos, os *resorts* e os condomínios fechados, privatizando grandes trechos do litoral e várias das muitas ilhas da Baía da Ilha Grande.

A Ilha Grande não ficou imune a esse processo. Desde a década de 1970, havia um fluxo turístico não muito intenso no local, tendo sido nessa década a implantação do primeiro hotel, na Vila do Abraão. O que, de alguma maneira, conteve esse fluxo foi a presença do Instituto Penal Cândido Mendes. No entanto, ainda assim, o turismo crescia. Era comum, também, o excursionismo, visitação turística com a duração de um dia. Pessoas hospedadas na região iam conhecer a Ilha, chegando, principalmente, à Vila do Abraão, que já possuía um serviço de barcas. Os outros locais eram de acesso mais difícil, sem transporte regular, e acabavam sendo mais visitados por caminhantes ou por quem possuísse barco próprio.

Durante a década de 1980, foram construídas algumas pousadas na Ilha e, em 1992, quando foi elaborado o Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande, do qual participei, já havia oito pousadas e oito *campings* na Vila do Abraão, além de 15 estabelecimentos que ofereciam refeições, entre bares, restaurantes e pensões. Havia também um hotel e dois *campings* na enseada das Palmas. Nesse ano, o turismo, embora muito menos intenso do que hoje, já era visto como um problema. Uma matéria do jornal "Folha do Meio Ambiente", em janeiro de 1993, tinha como título "A baía da Ilha Grande pede socorro".

O relatório de pesquisa do plano diretor do Parque sobre a atividade turística dentro de sua área descreve que sete agências de turismo do Rio de Janeiro ofereciam pacotes para a Ilha Grande, porém, a maioria dos turistas preferia chegar por conta própria, através das barcas ou de traineiras que faziam lotação de passageiros. Naquele momento, já começava a ser intensa a migração para lá visando o trabalho com turismo. Surgiam constantemente novos bares, restaurantes, *campings* e pousadas, que começavam a atuar de forma improvisada, com

moradores alugando cômodos de suas casas e terrenos para *camping*, e melhorando as instalações e serviços na medida em que acumulavam algum capital.

Em 1992, embora a infraestrutura urbana estivesse crescendo, havia apenas um telefone no Abraão, ainda não havia rede de esgoto, o fornecimento de água era precário e a coleta de lixo da prefeitura, irregular. O relatório registra, também, que o grande aumento de pessoas no local, que se dava basicamente em feriados e no verão, causava problemas como a presença de "línguas negras" de esgoto nas praias, muito lixo, construção intensiva de casas, algumas, inclusive, nas encostas dos morros.

Em 1994, depois de mais de uma década de debates sobre a questão, o governo estadual desativou o presídio. Jornais da época documentaram declarações das autoridades sobre a importância turística da Ilha Grande como o maior motivo para a sua retirada de lá. A outra grande razão para isso foi que a concepção de manter unidades prisionais em ilhas isoladas tinha sido considerada ultrapassada, na medida em que acarretava custos muito altos, falta de integração com o sistema penitenciário central e afastamento maior dos presos e suas famílias, o que era visto como negativo em termos de sua reintegração à sociedade.

A população do Abraão, composta, então, em grande parte, por funcionários do presídio, dividia-se entre os que queriam e os que não queriam seu fim, sendo estes últimos a maioria. Como ressalta Prado (2003, p.5), "a ideia de que no tempo do presídio era melhor é como uma vinheta ou uma pontuação que se ouve o tempo todo por parte dos nativos"; principalmente os da Vila do Abraão e da Vila de Dois Rios. No restante da Ilha, a opinião era e é diferente. Moradores das praias mais afastadas, principalmente as do lado oceânico, eram constantemente molestados pelos presos em fuga, que os pressionavam por causa dos barcos de pesca. Esse é um relato recorrente na Vila do Aventureiro até hoje. Durante a minha pesquisa de campo para a dissertação de mestrado, muitas pessoas me contaram sobre como foi bom para elas o presídio ter acabado.

Outros que pressionavam pelo fim do presídio eram os proprietários mais abastados, donos de mansões, lanchas e iates, que se sentiam ameaçados e incomodados com a situação. Esses eram, também, alvos de presos em busca de barcos, embora tivessem melhores condições de defesa, com casas mais seguras, e até mesmo com armas. Além deles, os grandes empresários do turismo, interessados em implantar *resorts* em algumas partes da Ilha, procuravam exercer influência junto ao governo estadual nesse sentido.

Em 1991 e 1992, durante o processo de diagnóstico do plano diretor do Parque, muito se comentava sobre a expectativa de crescimento do turismo na Ilha depois da retirada do presídio – fato tido como "certo e para breve" –, tendo sido considerada essa hipótese nas

projeções de planejamento das equipes que dele participaram. O que se esperava realmente ocorreu. O turismo expandiu-se intensamente e a especulação imobiliária também. Aquilo que havia ocorrido com a região da Costa Verde a partir da construção da rodovia BR-101, no final da década de 1970, guardadas as devidas proporções, estava ocorrendo em meados da década de 1990 com a Ilha Grande. As diferenças devem-se, principalmente, ao tamanho da Ilha comparado ao da região, e, também, às restrições ambientais. Desde os anos 70, essa região em geral, e a Ilha Grande em especial, vinham sendo envolvidas pelo ambientalismo.

As diversas unidades de conservação que foram criadas, desde então, certamente têm sido um fator importante de limitação do turismo e da especulação imobiliária no local. Embora muitas das inúmeras leis ambientais que regulam a área sejam constantemente desrespeitadas, é extensa e visível a recuperação das florestas, que, em épocas anteriores, foram quase totalmente extintas pela extração de madeira e por plantações.

Além disso, apesar de haver uma intensa atividade construtiva em toda a Ilha, os interesses econômicos mais pesados, que visavam a implantação de empreendimentos de grande porte, têm sido coibidos. Vários locais na Ilha foram disputados para a construção de gigantescos complexos turísticos. Um deles foi a praia de Lopes Mendes; outro, um enorme trecho ligando a Praia da Longa à Praia do Sul, em que hoje se encontra a Reserva Biológica da Praia do Sul; e a outro, a localidade de Freguesia de Santana, na qual se pretendia construir um condomínio de grandes proporções; além daquele na localidade de Dois Rios, onde era o presídio, como já relatado. Todos esses empreendimentos e ainda alguns de menor porte têm sido impedidos pela disputa de forças políticas, em que o ambientalismo tem conseguido restringir alguns interesses econômicos na Ilha.

Em paralelo a esse processo, tem aumentado, de forma vertiginosa e constante, o número de pousadas de pequeno porte, que começaram a se multiplicar nos anos 90, principalmente, em 1997 e 1999. Apesar de esse modelo parecer mais democrático, na medida em que oferece oportunidade a um número maior de pessoas e com menor poder aquisitivo, pela forma desorganizada como vem ocorrendo, tem causado grandes mudanças, não só na paisagem como também nas condições ambientais e na vida da população local.

Embora tenha presenciado o crescimento turístico sem precedentes, o poder público não correspondeu em termos de dotação de infraestrutura, planejamento e ordenamento da Ilha capazes de fazer frente às novas demandas criadas. Dessa forma, um grande número de

problemas foi se avolumando, apesar de todos os planos[8] que já foram elaborados e continuam a ser para o local.

A demanda por expansão urbana produzida pelo o turismo faz com que as construções ocupem áreas cada vez mais altas nas encostas nos morros da Ilha, principalmente na Vila do Abraão.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis ao jornal "O Globo" de 28/05/2000, a Ilha Grande possuía, em 1994, quinze pousadas e, em 2000, cerca de oitenta. Em 2003, segundo pesquisa da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – (Turisrio), as unidades de hospedagem, entre pousadas e *campings*, haviam chegado a 107.

A maioria dos problemas ambientais e sociais criados por essa situação relacionam-se ao aumento de esgoto e lixo, aos desmatamentos, às construções em áreas proibidas e à grande quantidade de pessoas concentradas em pequenas localidades em determinados períodos do ano, causando vários tipos de desordens, inclusive o tráfico de drogas.

Segundo o Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (TANGARÁ,1998), a maioria de seus visitantes pertencia à classe média (41%), seguidos dos de classe média baixa (40%), baixa (10%) e alta e média alta (8%).[9] Somente 7% dos turistas utilizavam agências de turismo. A maioria preferia organizar as viagens por conta própria. O maior número de

[8] Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande, Plano Diretor do Município de Angra dos Reis, Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (para citar apenas alguns).

[9] Os critérios de distribuição em classes são os utilizados pelo IBGE, segundo os autores do Plano.

visitantes era proveniente do estado de São Paulo, em segundo lugar do estado do Rio de Janeiro, seguido de Minas Gerais. Uma parcela bem menor dividia-se entre outras procedências. A faixa etária dos frequentadores da Ilha estava distribuída da seguinte maneira: 58% de 25 a 50 anos, 31% de 26 a 34 anos, 27% de 35 a 50 anos, 18% de 18 a 23 anos e 11% acima de 51 anos. Cerca de 40% dos turistas eram casais sem filhos, 36% casais com filhos e apenas 21% visitantes individuais. A maioria dos empreendimentos turísticos era de pequeno porte e de administração familiar, absorvendo a mão-de-obra local.

Um aspecto bastante ressaltado pelo Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande era que, devido à presença de trechos importantes de Mata Atlântica protegidos por unidades de conservação, a Ilha Grande apresenta um potencial muito mais interessante para o desenvolvimento do ecoturismo do que para um turismo de massa do tipo "sol e mar", como o que existia então e ainda existe na Ilha. Isso se dá, também, porque é um local com altos índices pluviométricos e que, em boa parte do ano, apresenta temperaturas abaixo das desejadas pelos turistas que procuram essa última modalidade.

É possível que o "turismo de massa" tenha se estabelecido na Ilha devido, por um lado, à sua proximidade com as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, dois dos maiores centros urbanos brasileiros, e à estrada Rio Santos, que facilita o acesso dos turistas. Por outro lado, há também os inúmeros problemas sociais relacionados a essas cidades, que provocam um afluxo crescente de pessoas à procura de trabalho nas localidades onde floresce a atividade turística. Na medida em que há uma demanda crescente por trabalho e renda, ocasionada pelo desemprego, o "turismo de massa" tem sido visto como uma "solução em curto prazo" para representativas parcelas da população, tanto pela diversidade de atividades que emprega, pouco especializadas ou mais qualificadas, quanto pela rapidez de ganhos que dele resultam.

A partir dessa situação se estabelece uma contradição entre a atividade turística e a conservação ambiental também proposta para a área em questão. A paisagem e os recursos naturais, transformados em objetos de consumo, só se conservam intactos no imaginário, principalmente no dos agentes do turismo, que continuam a reproduzir a Ilha Grande como *locus* da "natureza intocada". O que estimula, em primeiro lugar, a expansão do turismo é a conservação do recurso natural a ser usufruído pelo turista, mas os próprios empreendimentos imobiliários que vêm em decorrência dela seriam *destruidores* e *privatizadores* dos recursos naturais. Esse processo destruiria também a lógica de funcionamento e da expansão do próprio turismo (LUCHIARI, 2001).

Hoje, segundo informações da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande (Amhig), há, em toda a Ilha, 145 pousadas, sendo 95 na Vila do Abraão. O número de pousadas na Ilha, entretanto, está sempre se modificando, na medida em que, continuamente, novos estabelecimentos vão sendo construídos e alguns vão sendo fechados. Em todas as praias habitadas, o turismo se desenvolve de alguma maneira, mesmo onde a atividade é mais incipiente.

5.3. Praias, enseadas, vilas e turismo

A vila mais populosa é, desde o século XIX, a do Abraão. Localizada na parte leste da face voltada para o continente, é uma das mais antigas localidades povoadas na Ilha Grande, tendo sido lá que se implantou o Lazareto, local de triagem e quarentena de passageiros dos navios vindos da Europa, no final do século XIX, depois transformado em unidade penitenciária. Mais tarde, foi construído outro presídio na Vila de Dois Rios, e, em 1984, o do Abraão foi desativado, permanecendo apenas o Instituto Penal Cândido Mendes, em Dois Rios, já referido aqui, do mesmo modo que localmente como "o predídio".

Devido à atividade prisional, foi montado na Vila do Abraão todo um aparato institucional e administrativo para atender aos presídios. Mesmo quando já não havia mais a prisão ali, tanto os presos quanto os funcionários do presídio continuaram a aportar no Abraão e seguir para Dois Rios pela única estrada existente em toda a Ilha, devido às dificuldades do mar na parte oceânica, onde se localiza esta última vila.

Hoje, quem chega ao Abraão quase nunca deixa de ter onde ficar, devido à grande quantidade de meios de hospedagem existentes. No mês de janeiro, entretanto, isso pode ocorrer, pois a quantidade de turistas é enorme. É possível ver estrangeiros e brasileiros vagando em busca de acolhimento, transformando a vila num lugarejo agitado, que mistura o seu costumeiro ar bucólico aos atropelos das grandes cidades. Há hospedagem de tipos variados. A maioria é composta por pousadas simples, sendo que algumas têm certa sofisticação, muitas vezes envolta em rusticidade. Há também *campings*, suítes e casas para alugar. Os quartos são, geralmente, pequenos, com decoração modesta e preços "salgados" para o que oferecem. *Mas é a Ilha Grande,* dizem muitos. Circula a ideia de que o prestígio do destino turístico justificaria o preço. Em uma pesquisa que fiz, ainda em 1992, na Vila do Abraão, ouvi de uma dona de pousada: "tenho vergonha de cobrar o preço que eu cobro, sei que não está de acordo com o meu serviço, mas tem quem pague e por isso vou continuar cobrando". Hoje, com o aumento da competição, provavelmente esses pruridos éticos ficaram no passado.

Na maior parte das vezes, o que se vende é a ideia de uma natureza composta pelo mar, pelos peixes, pela Mata Atlântica e suas árvores, flores e pássaros, pelo rumor dos riachos e as paisagens misteriosas das montanhas, pelo céu e as estrelas, pela tranquilidade característica das pequenas vilas, mas, em contraste, com uma vida noturna quase urbana. Tudo isto está dito nos nomes e apresentações dos sites das pousadas na Internet: Mar Azul, Mata Nativa, Golfinho, Cavalo Marinho, Mar da Tranquilidade, Pedacinho do Céu, Recanto das Estrelas, Olhos D'água, Guapuruvú, Riacho dos Cambucás, Bugio, Beira-Mar, Sombra dos Coqueirais, Vivenda das Bromélias, Meros, Água Viva, Estrela do Mar, Sanhaço, Vento Sul, Recanto do Sabiá, Recanto dos Tiés, Mata Nativa, Caiçara, Colibri, da Cachoeira, etc.

No Abraão, hoje, há muitos restaurantes, lojas de souvenirs, agências que organizam passeios de barcos, sorveterias, lan houses, etc. Nesse sentido, difere muito das outras localidades da Ilha, sem praticamente nenhuma infraestrutura urbana.

Nas reuniões dos diversos fóruns e também em planos e projetos, a Ilha é tratada como uma unidade, no entanto, ela configura situações locais muito diversificadas. Cada pequena praia ou localidade tem uma história e uma dinâmica social diferente.

Em Provetá, por exemplo, o turismo ainda está chegando. Seus moradores, na maioria evangélicos, vivem principalmente da pesca. Há apenas três pequenas pousadas, um *camping* e alguns moradores que alugam suas casas ou quartos para períodos de veraneio, feriados e fins de semana. Em Provetá, o turismo ainda sofre um forte preconceito. Alguns sonham em desenvolver um turismo *só para os irmãos da Igreja*. Apesar da fé e dos tabus, foram também contaminados pela aura de salvação econômica que o turismo carrega.

Na praia da Longa, não há pousadas. Sua população, ainda voltada fundamentalmente para a pesca, também recebe uma quantidade pequena de visitantes, se comparada ao Abraão, mas é no aluguel de suas casas e quartinhos que ganha dinheiro com a atividade. O turismo na Longa tem uma repercussão peculiar, pois os turistas são mencionados de várias maneiras: os caminhantes que passam percorrendo trilhas, os que chegam de barco para uma visita rápida ou os que alugam ou compram casas na localidade (PRADO, 2009). É um turismo que "acontece" praticamente só no verão e em feriados. Não há por ali restaurantes, lojas e toda a parafernália encontrada no Abraão. O atrativo é mesmo a natureza da Ilha, a paisagem do mar pontilhado de barcos, e a calmaria na vida cotidiana da pequena praia.

No Saco do Céu e nas praias de Araçatiba, Vermelha, Bananal, entre outras menores, muitas pousadas pequenas surgem a cada dia, de moradores nativos e antigos e de gente que vem de fora. Antigas fábricas de sardinha abrigam agora turistas, sem grande conforto ou sofisticação. No entanto, penduradas nos costões rochosos, estão as mais caras, as de elite,

oferecendo ao hóspede um contato exclusivo com a natureza, a privacidade inexistente nos outros locais e a sensação de ser possível pular na água da própria janela do quarto.

Nas praias do Aventureiro e da Parnaioca, localizadas na parte oceânica da Ilha, há um turismo bastante diferenciado do restante. O Aventureiro, por estar em área de reserva biológica é um local onde o turismo não é permitido. [10] Entretanto, a atividade, mesmo assim, tem se desenvolvido. Lá, os únicos meios de hospedagem são os *campings* e alguns quartinhos acoplados às casas dos moradores. Os restaurantes são, na verdade, pequenos bares construídos junto a esses *campings*, e toda a operação das atividades é quase que exclusivamente gerida pelos próprios moradores locais.

Na Parnaioca, atualmente, há poucas casas e dois *campings*. Daí sua semelhança com o turismo no Aventureiro. As duas praias, depois que a primeira foi incluída na área do PEIG, em 2007, pertencem à categoria de unidades de conservação de Proteção Integral.[11] Por esse motivo, nelas não há luz elétrica e nenhum tipo de estrutura urbana ou serviços, a não ser a coleta de lixo feita, sem regularidade, pelo barco da prefeitura. Por serem áreas interditas para moradia e, atualmente, sob constante observação por parte dos órgãos ambientais e dos ambientalistas, e também pelas dificuldades de acesso e a pouca infraestrutura, o crescimento do turismo tem se dado de forma moderada. No Aventureiro, já houve um crescimento vertiginoso anteriormente, gerando muitos conflitos com o Estado. Hoje, há certo controle do número de visitantes, tendo sido estabelecida uma capacidade de 560 pessoas por dia com permissão para permanecer na área, embora esse monitoramento funcione apenas na alta temporada.

5.4. A percepção do turismo como salvação

Tornou-se lugar comum a ideia de que o turismo é, em todo o mundo, uma das mais lucrativas atividades contemporâneas, por mobilizar muitos segmentos da economia, direta e indiretamente, convertendo-se em responsável pela geração de um grande número de postos de trabalho. O que está em pauta neste texto, entretanto, não é o debate sobre a veracidade ou não dessa afirmação, mas a percepção de como essa representação tem atuado localmente, com grande força simbólica, mobilizando tanto nativos quanto migrantes.

A ideia de que *a vida hoje é mais fácil do que antigamente, que tinha fartura de comida, mas não tinha dinheiro circulando*, é repetida de formas diferentes em várias localidades da Ilha. A fartura vinha das roças e dos peixes, mas não havia emprego.

[10] Sobre esta questão ver Costa (2004 e 2008) e Ferreira (2004).
[11] Segundo a classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Um dos grandes sonhos que até hoje persiste é o de se ter um emprego público, na prefeitura ou mesmos nos órgãos estaduais. Mas, como a oferta de empregos públicos é limitada, o turismo está em primeiro lugar nas oportunidades de trabalho.

No Abraão de 1992, durante pesquisa para o plano diretor do PEIG, entre os moradores da vila, uns eram a favor e outros contra o turismo. Os segundos eram na maioria funcionários do presídio e familiares, que atribuíam à atividade, incipiente na época se comparada à estrutura que existe hoje, os problemas de lixo e poluição, a chegada de pessoas estranhas, e uma *perturbação da ordem do lugar*. Hoje, depois de mais de uma década e meia desde a desativação do presídio, boa parte das famílias que eram contra, apesar de lembrarem com nostalgia do passado carcerário da Ilha, estão também vinculadas ao turismo.

Nas entrevistas, respostas como: *o turismo é bom porque traz emprego* ou *com o turismo temos mais oportunidade de ganhar dinheiro* são recorrentes e revestem–se de tal importância que se chega a afirmar que não existe alternativa de trabalho e renda local além do turismo. Essa imagem supera a de que o turismo traz *poluição, barulho, drogas*, *gente estranha*, *destruição da natureza*, *violência, roubos*, *assaltos, lixo*, também comum nas conversas sobre o crescimento da atividade na Ilha. Por outro lado, ouve-se também falar do turismo como uma possibilidade de *salvação da cultura local e até da natureza*. A ideia de salvação convive com a de destruição.

Na Parnaioca, por exemplo, a festa tradicional tinha ficado longos anos sem ocorrer, quando a maior parte da população havia deixado o lugar. Após o fim do presídio, no entanto, os moradores começaram a voltar devido ao turismo. Ou seja, nesse caso, o turismo surge como aquele que *faz reviver as localidades que estavam praticamente mortas*.

Os próprios órgãos ambientais, tão críticos em relação ao turismo, também compartilham de uma visão salvadora da atividade, quando veem no ecoturismo uma possibilidade de ordenamento da visitação, de melhoras na relação com as comunidades locais, de arrecadação de recursos. Por outro lado, há a opinião de que *não dá pra viver só de turismo, tem que buscar outras alternativas*. O grande medo, nesse caso, é da sazonalidade. *A pessoa ganha dinheiro só no verão e tem que viver o ano inteiro com ele*. Nos fóruns, alguns participantes acham que *têm que criar atrativos para o ano todo, eventos, principalmente*. Por esse motivo, o "Convention Bureau da Ilha Grande" criou uma festa junina que dura todo o inverno. Outros falam em diversificar a economia local, através da maricultura e do artesanato, mas descobrem que também essas atividades têm certa dependência do turismo.

Um ex-pescador, que hoje vive com a ajuda dos filhos e de biscates que faz na casa de veranistas, reconhece que sua vida hoje *é muito mais tranquila do que antigamente*, quando trabalhava com a pesca. *Principalmente com a pesca embarcada, que a gente sofria muito, ficava com a roupa molhada, ia longe, lá no sul, atrás do peixe*. Identifica a entrevista dada a mim com a "contação de histórias" que os locais fazem para os turistas (nesse sentido, os pesquisadores também são turistas, pois se hospedam, se alimentam, usam os barcos como meios de transporte e ainda entrevistam, ou seja, ouvem as histórias locais). *A senhora vê, são dez horas, eu estou aqui tranquilamente contando história pra senhora e vou ser pago por isso*, disse ele, referindo-se ao fato de que estava usando parte do tempo da sua diária de trabalho em uma casa para conversar comigo.

5.5. Um processo incontrolável

O turismo na Ilha tem sido visto, corriqueiramente, como incontrolável. Um processo que, desde que começou, ainda na década de 1970, não parou mais, e que saiu do controle. O que mais se ouve é a reclamação de que a prefeitura não controla as construções, cada vez mais altas no morro. O grande medo é que fique como Angra, cercada de morros ocupados por todos os lados (PRADO, 2003).

Muito se fala em estabelecer um controle, fazendo-se o estudo de capacidade de carga, que quase ninguém sabe direito o que é, mas que muitos têm quase certeza de ser a solução dos problemas. O maior dos desafios é, porém, limitar a chegada de pessoas. Não só de turistas, mas, principalmente, dos que estão em busca de trabalho ou investimento. Essa questão já foi abordada muitas vezes nas inúmeras reuniões organizadas com o objetivo de *salvar a Ilha*.

O controle é também um código muito articulado localmente, tido como urgente, mas que ninguém sabe como fazer. A Ilha é muito grande – todos constatam o que já está explícito no próprio nome. Há muitas formas de se chegar. Porém, quando acontece um fenômeno como o da chuva-tragédia do Ano Novo, que terminou por afastar os turistas da Ilha, operando como um controlador "natural" do fluxo de visitantes, muitos dos que trabalham com a atividade, empreendedores e empregados, reagem assustados.

Logo nos primeiros dias depois do acidente, enquanto corpos ainda eram retirados dos escombros, membros da Associação dos Meios de Hospedagem da Ilha Grande reuniram-se, preocupados com a *quebradeira* que poderia ocorrer, pois os turistas que costumam chegar *em massa* no mês de janeiro, atipicamente, esse ano, desfaziam *em massa* suas reservas. Ao mesmo tempo, pequenos barcos conduziam turistas para ver de perto o acidente, reproduzindo

os chamados *tours sombrios*, visitação turística (que acontece nacional e internacionalmente) associada a locais onde ocorreram tragédias ou onde se encontram populações em vulnerabilidade social.

A Vila do Abraão demonstrou ser um termômetro da situação de toda a Ilha. Ali, onde existe a grande concentração do turismo, onde está localizada a maioria das pousadas, dos restaurantes e tudo o mais, onde a agitação e o burburinho constroem o cenário mais comum de janeiro, estava, então (em janeiro de 2010), calmo, com uma população assustada, em compasso de espera e observação. A diminuição do fluxo de pessoas ficou patente e facilmente observável.

Com isso, toda uma gama de atividades foi atingida: lojas, mercadinhos, lan houses, sorveterias, carreteiros, etc. Ao medo da chuva, que trouxe os desabamentos das encostas e o fantasma dos soterramentos, se juntou o medo do "desabamento" dos negócios e do "soterramento" em dívidas.

O grande pavor se estendeu à ideia de derrocada de todo o sistema turístico local. Apesar de criticado e muitas vezes apontado como caótico é, atualmente, o sustento do lugar. Nesse sentido, a pressa em tomar providências para impedir a debandada dos turistas foi interpretada por observadores externos como frieza, crueldade e incoerência. Pude constatar críticas nos relatos de várias pessoas, principalmente aos pousadeiros, como se quisessem minimizar o problema dos desabamentos e dos perigos. No entanto, essa preocupação se legitima, na medida em que principalmente os pequenos empreendimentos não costumam resistir a impactos como esse.

Antes do verão, como sempre, a expectativa era a do grande momento de ganhar dinheiro. Hoje, a tão famosa e temida sazonalidade do turismo não existe mais de forma intensa na Ilha Grande, em geral, e particularmente na Vila do Abraão, mas sobrevive na memória e nos temores de muitos.

A proximidade da estação, com a chegada massiva de turistas e a competição que sempre se instala por toda parte, fez com que inúmeros investimentos fossem feitos, principalmente em obras e na compra de equipamentos. Dessa forma, com a queda vertiginosa da frequência de turistas, as chances de pagar as dívidas contraídas diminuíram, comprometendo, muitas vezes irremediavelmente, os investidores.

No carnaval de 2010 o fluxo cresceu levemente, nada que se compare aos carnavais anteriores. Mas pôde-se observar uma mudança de perfil econômico dos frequentadores. Com a repercussão da tragédia do Ano Novo e a fuga dos turistas habituais, surgiu um público de menor poder econômico, tentando aproveitar a queda nos preços decorrente da diminuição da

demanda. Entretanto, os preços não baixaram a ponto de absorver esse novo fluxo e, portanto, somente os *campings* e as pousadas mais baratas ficaram cheios no período do carnaval.

Mais uma vez, podemos observar em ação a disputa entre os códigos que registram a Ilha como lugar da beleza e da preservação e como lugar do caos, do perigo e da destruição. Agora não só a destruição da natureza está em jogo, mas do próprio turismo. O verde das encostas, ferido pelos desabamentos visíveis desde a chegada à Ilha, ainda no mar, acompanha o trauma que se instalou de diversas formas e níveis nessa população atual da Ilha, tão mesclada, em épocas variadas, de nativos e muitos chegados.

O turismo cria um fluxo intenso de aproximações e partidas. Cenários e personagens mudam rapidamente de acordo com esse fluxo. Acontecimentos se sucedem constantemente. Como nas palavras de uma moradora, *a Ilha é sempre um acontecimento*. Esses movimentos engendram sociabilidades fugidias, relacionamentos que começam e acabam em uma semana, ao mesmo tempo em que outros chegam e se estabelecem. Sociabilidades, algumas, pautadas pelo ir e vir constante; outras, criando condições de permanência. Tudo isso em profusão. Tudo isso ocorrendo de forma incontrolada.

5.6. A beleza e o perigo

O olhar urbano sobre a ilha constrói simbolicamente uma imagem idealizada de natureza preservada e a ser preservada, que permeia as ações e políticas ambientais e povoa tanto as representações dos turistas, como as dos ambientalistas e dos agentes do poder público. Esse olhar ajuda a construir produtos turísticos, projetos de conservação ambiental e a ideia de turismo sustentável, que habita o desejo desses dois campos.

Apesar dessa visão de preservação, outra ideia presente é a de ameaça, risco, de que os limites estão sendo ultrapassados. Nas entrevistas, é recorrente nas falas que Ilha Grande *corre grande risco ambiental*, que é preciso *salvá-la das irregularidades e descasos*, *do excesso de visitantes, do lixo, do excesso de construções, dos desmatamentos, da poluição dos rios, e muitos outros males.*

Desabamento na praia do Bananal que atingiu várias casas e a pousada Sankay

Os temporais do verão de 2010 expuseram problemas que há tempos vinham sendo cantados em verso e prosa e em previsões alarmantes. No Ano Novo, depois de chuvas muito intensas, que duraram continuamente mais de 40 horas, a Ilha Grande e boa parte do município de Angra sofreram inúmeros e graves escorregamentos de terra. Dois deles, um na Ilha e outro no continente, soterraram casas e mataram ao todo 53 pessoas.

Muitas casas construídas em encostas dos morros de Angra, algumas em áreas instáveis, e casas de luxo, penduradas nos costões rochosos da Ilha Grande, anunciavam há tempos o perigo de desabamentos e soterramentos.

Outras questões dizem respeito ao esgoto e poluição dos rios e das nascentes, que aumentam significativamente com a população flutuante decorrente do turismo e se transformam em problema e ameaça. Presenciei outro temporal na Vila do Abraão, no início de janeiro deste ano, menos de duas semanas após a catástrofe do Ano Novo.

Nessa chuva, muito intensa, embora mais breve, mas ainda bastante ameaçadora em razão do trauma sofrido, os esgotos transbordaram como chafarizes e as ruas do Abraão se transformaram em rios, assustando moradores e turistas, e, pondo mais uma vez em exposição a sensação de perigo iminente. Além do que normalmente se critica como *a Ilha já está pedindo socorro*, o protesto foi agora agravado, com a constatação do que ocorreu e a previsão do que ainda pode ocorrer.

Tudo isto é atribuído por algumas pessoas, principalmente as que não estão ligadas ao turismo, à especulação imobiliária, à ganância, às construções ilegais, ao excesso de turistas, e

por praticamente todos, inclusive os que trabalham com a atividade, ao descaso da prefeitura de Angra.

A Ilha surge, então, como um lugar onde a ideia de *descaso com o meio ambiente* se apresenta aos moradores e turistas, disputando lugar com as imagens de uma Ilha Grande linda e preservada.

A ocupação construtiva de áreas consideradas geologicamente instáveis, numa região onde a valorização da terra se dá em função do acesso à paisagem, se transforma em fato corriqueiro. Os riscos ficam invisíveis e só reaparecem quando os acidentes ocorrem. Desse modo, depois dos eventos do Ano Novo, os morros de Angra cheios de casas, as que sobem encostas na Ilha Grande e aquelas em que parte da construção está nas rochas e parte dentro do mar tornam-se, repentinamente, aparentes.

A lógica do valor de uso dos espaços como espaços de vida, substituída pelo valor de troca do mercado imobiliário e do mercado produtor de bens turísticos, subverte, em um primeiro momento, a percepção do risco, que termina por se impor a partir dos limites reconsiderados e impostos pelos "fenômenos da natureza".

5.7. Produções e consumos

Os processos desencadeados no mundo desde a Revolução Industrial, tais como a concentração das populações humanas nas cidades e a produção contínua e crescente de bens trouxeram como consequência uma gama diversificada de problemas sociais e ambientais que ganham destaque na contemporaneidade. O incentivo ao consumo destes bens, o uso intensivo dos recursos naturais como matéria prima, associado ao uso crescente de fontes energéticas, a produção de rejeitos e resíduos de variados tipos aprofundam e intensificam estas questões.

Desde as décadas de 1960 e 1970, ao mesmo tempo em que a noção de desenvolvimento econômico se espalhou pelo mundo e se tornou fundamental na expansão do capitalismo, acirraram-se as críticas aos modelos economicistas e à própria expansão. As críticas ao desenvolvimento abordam enfaticamente seus impactos e efeitos com relação à polarização da riqueza entre regiões e indivíduos (ESCOBAR, 1997). Isso se dá, também, no que diz respeito à exploração e destruição de ecossistemas, à poluição, que ameaça a vida do planeta, à destruição dos serviços públicos e ao desmantelamento dos sistemas de proteção social, bem como ao enfraquecimento do Estado-Nação, ao empoderamento de instâncias transnacionais e ao desenvolvimento de indústrias culturais uniformizantes, entre outras mazelas. (LATOUCHE, 2002).

Surgem, daí, propostas de um desenvolvimento alternativo e sustentável e movimentos diversos em defesa do meio ambiente, com diferentes abordagens e propostas. Algumas delas enfocam, principalmente, o controle no uso dos recursos; outras, o controle dos processos produtivos e da geração de resíduos. Algumas abordam a necessidade do controle com relação ao consumo.

A atividade turística tem se firmado como um dos mais importantes fenômenos econômicos e sociais da contemporaneidade. Os impactos e efeitos da produção e do consumo turísticos são, portanto, análogos aos de outros processos produtivos.

Para o turismo, a natureza é um bem de consumo. A geração de produtos turísticos, continuamente e de forma tal que os mesmos recursos e espaços passam a ser a base de produtos muito diferenciados, é vista também como geradora de fragilidades, impactos e riscos. No caso da Ilha Grande, são tidos como exemplos desse processo: a ocupação indiscriminada e crescente das áreas, a especulação imobiliária, a migração populacional contínua e não-planejada para locais onde a atividade se desenvolve, e muitos outros.

O turismo produz "espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo – o da natureza – através dos denominados 'serviços' do turismo" (RODRIGUES, 2002, p. 55). Toda essa produção vem sendo exacerbada com o desenvolvimento tecnológico das comunicações e dos transportes, intensificando fluxos e redes. Dessa forma, criam-se condições privilegiadas para a produção e circulação de imagens, a idealização e sacralização de "naturezas", e o surgimento de um universo simbólico específico e associado à reprodução concreta da atividade. Sendo assim, o turismo produz territórios, no sentido de Rafestin (1986), como a apropriação do espaço pelos grupos sociais, e, também, concomitantemente, produz identidades.

Para os que vivem nas grandes cidades, as áreas protegidas ou unidades de conservação têm sido percebidas como *pedaços do paraíso*. O número de visitantes que essas áreas recebem aumenta incessantemente. Há um interesse crescente das populações urbanas por um ambiente que se distingue do seu, visto como poluído, contaminado de impurezas e de tensões. Contrapondo a imagem da ruralidade associada ao atraso, surge uma visão positiva do ambiente não urbano. O apelo ao encontro com a natureza e respeito ao meio ambiente associa-se a um movimento de crítica à noção de progresso contínuo que desde os primórdios da industrialização no mundo permeou o pensamento hegemônico. A crise da ideia de progresso é contemporânea à intensificação do processo de globalização que projetou a noção de uma sociedade planetária e acelerou o ritmo de circulação das informações, instalando um sentimento de relatividade e incerteza. Nesse contexto, tomou forma uma ressignificação da

noção de ruralidade, e assistimos ao surgimento de novas imagens a respeito do rural, estimuladas por sentimentos nostálgicos urbanos "de um mundo tradicional agrário perdido" (DURÁN, 1998).

O apreço pela vida junto à natureza expandiu-se com a divulgação do pensamento ecológico nos anos de 1990. A degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos estava sendo então questionada. O contato com a natureza foi realçado por valores alternativos, neo-ruralistas e antidesenvolvimentistas.

Esse movimento deu origem a um tipo de turismo ávido pelo consumo da "natureza", representada pelo verde, ar puro, praias desertas, etc. Com isso, as áreas naturais, sobretudo as protegidas, transformaram-se em grande atração tanto para os habitantes dos países a que pertencem quanto para turistas do mundo inteiro (CEBALLOS-LASCURÁIN,1995).

Na Ilha Grande, ao mesmo tempo em que foram criadas unidades de conservação, nomeando, classificando e normatizando os espaços, muitos desses mesmos espaços foram sendo ocupados pelas construções e pelos usos do turismo, ou seja, por um tipo particular de consumo.

Esse consumo se efetiva na circulação pelas praias, nos passeios de barco, nos mergulhos no mar cristalino e na observação de peixes, corais e navios afundados, nas caminhadas em meio à mata exuberante, na observação da natureza. Se faz, também, na estada em quartos de pousadas, nos cafés da manhã, olhando o mar ou a mata, na apreciação do sol nascente, no desvendar de ruínas históricas de antigas fazendas e dos dois presídios. E, ainda, no desfrute do burburinho dos riachos, da decoração rústica, da tranquilidade, da simplicidade e da harmonia com a natureza, e em muitas outras atividades e imagens que são propaladas nos inúmeros sites das pousadas da Ilha.

O alcance destas ideias e representações é atualmente, para nós, impossível de avaliar com exatidão. Circulando na Internet, transformam-se em mensagens enviadas, disponibilizadas e recebidas, buscadas espontaneamente, ou não, por e-mails e links dos mais diversos, construindo um imaginário coletivo de um lugar e criando uma demanda de acesso concreto, de vivência, que alimenta a exploração e a reprodução do turismo.

Assim, nascem pousadeiros, barqueiros, donos de *camping*, de restaurantes, caseiros, guias e agentes de turismo, professores de mergulho e muitas outras identidades, se articulando ou com as de pescadores e agricultores, que já povoavam outrora a Ilha, ou com a dos *chegados*, muitos deles vividos em escritórios urbanos, anteriormente.

O surgimento da ideia de meio ambiente, que vem, paulatinamente, se fortalecendo e se generalizando desde os anos 1970 até os dias atuais, não tem gerado consenso, ao

contrário, tem criado continuamente imagens e projetos muito diferenciados. Iniciando-se no âmbito da contracultura, tem percorrido caminhos variados, até ser incorporada pelo discurso do capitalismo ecológico[12] mais recente, em que a gestão ambiental de empresas e o discurso da responsabilidade social caminham ao lado de uma produção sem fim de bens, que se vinculam ao "ecológico" por uma associação com base no interesse de mercado. Tal qualificação confere "distinção" ao produto turístico (BOURDIEU, 2008). Na Ilha Grande, como em muitos outros lugares, ambos os processos estão em curso.

As discussões sobre questões ambientais contemporâneas relativas ao desenvolvimento turístico sugerem possibilidades de novas construções da atividade, tanto no campo do ordenamento da produção do turismo – através da construção coletiva de políticas mais justas e menos excludentes –, como também do surgimento de um consumidor "consciente" capaz de exercer sua cidadania por meio do consumo (PORTILHO,1999). São propostas em aberto que parecem depender, em boa medida, da capacidade de articulação e de comunicação dos interessados em promovê-las, mas, sobretudo, de uma compreensão ampla de sua importância.

5.8. O turismo nos fóruns participativos

Dos assuntos tratados nos fóruns da Ilha, o turismo é um dos mais importantes. A ideia que sobressai é a de que ele precisa ser diferente do que é. E uma das funções que esses espaços participativos se atribuem é a de ser um meio de mudança de um estado ao outro. Nesse sentido, teriam a responsabilidade de, em co-gestão com as unidades de conservação, regular a atividade turística local.

O turismo atual da Ilha é reconhecido como sendo, na maior parte, "turismo de massa", que concentra um número excessivo de pessoas nos mesmos locais em épocas determinadas – no caso da Ilha, o verão –, com apelo nos atrativos naturais.

Esse tipo de turismo, cujo principal interesse é a natureza, possui tipologias diferenciadas. Grande parte dos integrantes dos fóruns observa essa questão desejando investir em umas tipologias e "desinvestir" em outras. Podemos classificá-las nas seguintes categorias:

Tipologias relacionadas com o turismo de natureza na Ilha Grande:

[12] Diversos autores defendem a ideia de que, hoje, se assiste à incorporação de um ambientalismo ao capitalismo; entre eles, Dupuy (1980, p.16) afirma que "a ecologia do capitalismo é a integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista".

Turistas ambientalistas	Aqueles que visitam as unidades de conservação e que se preocupam com a proteção da natureza. Esse tipo possui uma subdivisão, pois alguns se interessam também pelo "patrimônio cultural" representado pela "cultura caiçara", com suas lendas, materialidades e saber-fazer, ou construções antigas, ruínas, etc. A outra vertente, que é hegemônica nesse caso, é mais voltada para os atrativos naturais (vegetação, fauna, aspectos geológicos, geográficos, etc.).
Turistas esportistas	Apreciam caminhadas longas e íngremes, e outras atividades que impliquem vencer desafios; visitam o Pico do Papagaio, fazem a volta na Ilha a pé, praticam surf em Lopes Mendes, na Parnaioca e no Aventureiro, etc.
Turistas interessados em lazer na natureza	Os atrativos principais são as praias e os passeios de barco. Há um interesse marcante no aspecto ser um *lugar da moda*.

O turismo atual da Ilha está mais voltado para o último tipo; entretanto, o Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (Tangará, 1998) o associa ao "turismo de massa" e a uma inadequação devido ao índice pluviométrico da Ilha. Embora se reconheça que não é possível acabar com ele, e nem desejável, já que é o tipo que surge de forma relativamente espontânea, pela divulgação "boca a boca", e sobre o qual se baseia a maior parte desse sistema turístico, ele é visto nos fóruns como necessitando de controle.

Os dois primeiros tipos são os que se enquadram no segmento de ecoturismo, que é o expressamente desejado pelos variados tipos de participantes dos fóruns. Na visão de turismo que circula nesses espaços, são os tipos mais sensíveis à *educação ambiental*, item considerado fundamental por seus membros. Esses dois tipos costumam se misturar, pois

muitos deles frequentam parques nacionais no Brasil e no exterior, fazendo caminhadas de grande extensão, travessias, escaladas, etc.

Há ainda outras duas categorias que também se relacionam com os atrativos naturais, mas que possuem outras motivações definidoras:

Tipologias de turistas da Ilha Grande indiretamente relacionadas com os atrativos naturais:

Turistas de *baixa renda* (como são denominados principalmente pelos *pousadeiro*s e empresários do turismo)	Buscam a Ilha, atraídos pelos meios de hospedagem mais baratos, como *suítes de fundo de quintal* e *campings*, e excursionistas.
Turistas de eventos	Frequentadores de eventos como as festas juninas, o "Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande", o "Festival do Forró", etc.
Turistas de transatlânticos	Passageiros dos transatlânticos que desembarcam na Vila do Abraão.

Estes três tipos de visitantes dividem muito as opiniões nas reuniões dos fóruns. Com relação aos turistas *de baixa renda*, alguns participantes pensam que eles deveriam ser completamente desestimulados. Consideram que trazem somente impactos negativos, deixando *sujeira e bagunça, sem trazerem dinheiro*. Uma das formas de se desestimular este fluxo, em sua opinião, seria limitando os horários das lanchas da empresa Barcas S.A., que transportam grande quantidade de turistas, principalmente em feriados, quando são colocadas barcas extras. Uma segunda maneira seria reprimir os meios de hospedagem mais baratos, muitos deles ilegais. Outros membros dos fóruns entendem que um tipo de turismo mais barato deve ser organizado de forma a atender camadas mais desfavorecidas da população, porém de forma legalizada.

Os eventos têm sido tratados nos conselhos, principalmente o do PEIG, como importantes para diminuir a sazonalidade do turismo, porém demandando organização e acompanhamento. Em várias reuniões, discutiram-se formas de organizar melhor ou reprimir algumas ações. Principalmente o "Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande é mal visto

por grande parte dos conselheiros, por atrair um público muito grande, que na opinião de muitos *só está interessado em beber, se drogar, muitas vezes nem ligando para escutar música*. Já as festas que são organizadas nas diversas localidades, na maioria em homenagem aos santos padroeiros, são muito bem vistas, pois *resgatam a cultura da Ilha*.

Alguns dos passageiros dos transastlânticos desembarcam no cais da Vila do Abraão e fazem passeios de barco, outros ficam apenas nas proximidades do cais. São considerados excursionistas, pois não pernoitam na Ilha. Nos fóruns, há quem seja a favor, mas *com organização, coisa que atualmente não tem,* e quem seja totalmente contra, *pois causam um impacto grande no Abraão, sem beneficiar o lugar, pois não se hospedam e nem comem, já que tem tudo no navio*. Outro problema apontado é que causam uma desordem no cais e em relação aos passeios de barco, atrapalhando os turistas que estão hospedados na vila. Uma ideia sobre a qual praticamente todos concordam é que essa operação dos navios precisa ser estudada. Faltam dados sobre seus efeitos, tanto positivos quanto negativos, em relação ao turismo da Ilha de um modo geral e da Vila do Abraão especificamente. A proposta é que, a partir desse estudo, a atividade possa ser mais bem organizada, minimizando aspectos indesejáveis e criando condições para que se possa aportar melhor os benefícios. No entanto, há aqueles que condenam a atividade e, mesmo antes dos estudos citados, têm uma percepção de que só traz problemas. Na verdade, esse assunto parece ser muito polêmico e, por isso mesmo, um tanto evitado. Várias vezes que se começou a falar dele em reuniões de conselho, acabou-se por *deixar para outro momento*.

Um grupo que pode ser colocado no primeiro ou no segundo dos quadros acima, ou seja, que pode ou não ter como motivação principal de sua visitação a natureza da Ilha, é o de turistas ricos, que se hospedam nas pousadas mais caras ou em mansões de amigos. Embora individualmente esse tipo de turista possa ou não ser preocupado com conservação ambiental, para a maioria dos participantes dos fóruns esse não seria o *público-alvo principal* das políticas de ordenamento, a não ser ao se referir àquelas que proíbem construções nas áreas onde mais eles se hospedam na Ilha: os costões rochosos. Em primeiro lugar, porque geralmente esses turistas chegam em lanchas particulares e ficam restritos aos locais de hospedagem para alimentação. Frequentam pouco os restaurantes locais e geralmente não fazem compras na Ilha, permanecendo fora do sistema turístico local, e, portanto, não impactando positivamente a economia dos núcleos populacionais, e nem negativamente, com relação ao excesso de pessoas nos atrativos.

Além disso, esse é um tipo de turismo que, pelo prisma da legislação ambiental, não tem possibilidades de expansão, pois sua demanda é pelas áreas mais desabitadas. Na lei da

APA de Tamoios, essa áreas são classificadas como Zonas de Vida Silvestre e, portanto, proibidas para ocupação humana.

O estudo de capacidade de carga também tem sido uma das questões debatidas nos fóruns com relação ao turismo. Depois de se discutir muito o tema, principalmente no GT de Sustentabilidade, concluiu-se que no caso da Ilha se trata menos de estabelecer números para a visitação em cada atrativo, e mais em organizar a forma como se dá essa visitação. É muito falada a responsabilidade da prefeitura em controlar as construções e em fiscalizar as atividades ilegais.

Uma grande preocupação dos funcionários e gestores das unidades de conservação é aumentar o efetivo de fiscais para reprimir as *ilegalidades de todos os tipos*. Outra inquietação comum nas reuniões é a criação de infraestutura para o turismo, tal como a melhoria e manutenção dos cais públicos, saneamento básico, implantação de sistema de coleta seletiva, sistema de abastecimento de água, entre outras questões mais específicas da atividade turística.

Como é possível observar neste capítulo, as relações que cada segmento social da Ilha Grande estabelece com o turismo e suas conexões com o ambientalismo representam o foco central das temáticas dos fóruns participativos, até porque são, também, questões que mobilizam intensamente a sociedade local. A *participação* no turismo, assim como nos fóruns, se dá de forma diversificada e, da mesma forma, está relacionada aos arranjos sociais que são construídos a cada momento.

6. DA COMUNIDADE À REDE - DA REDE À COMUNIDADE: "O PARAÍSO PERDIDO E AINDA ESPERADO"

Ao utilizar a palavra "comunidade", neste capítulo, não estou me propondo a entrar no debate sobre essa noção, de amplo uso nos mais variados contextos. Na tese, ela é referida como categoria nativa, não apenas no contexto dos moradores da Ilha, mas também no do Estado e dos outros atores dos fóruns (que fazem parte de meu objeto de estudo), como dito em outro capítulo. Aqui, ela está sendo usada para falar do sentido de comunidade como "um lugar cálido, confortável e aconchegante" (BAUMAN, 2003, p.7), que parece permanecer em nosso imaginário de maneira poderosa, sugerindo confiança, segurança e entendimento, de forma idealizada e naturalizante.

> Para nós em particular – que vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em nossa volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências por nossa própria conta, quando só os bancos ansiosos por hipotecar nossas posses sorriem desejando dizer 'sim', e, mesmo eles, apenas nos comerciais e nunca em seus escritórios – a palavra 'comunidade' soa como uma música em nossos ouvidos. (BAUMAN, 2003, p.9)

Essa representação de "comunidade" parece alumbrar muitas ações e persiste como "pano de fundo" e inspiração na formação de grupos, como uma possível recriação de uma suposta "homogeneidade" originária, perdida no mundo moderno, sempre um mundo de "separação". Nesse sentido, Bauman (2003) associa a ideia de "comunidade" ao "paraíso perdido ou o paraíso ainda esperado" (p. 9).

Um problema, entretanto, assombra essa imagem de "comunidade imaginada": é a "comunidade realmente existente", ou seja, uma coletividade que pretende ser a "comunidade encarnada" e que exige "lealdade incondicional" (*idem*).

Essa ideia de "comunidade imaginada" associa-se, em termos idealizados, à de *consenso* nos *fóruns participativos*, ou seja, é aquela que pressupõe que desiguais poderiam se encontrar nesses espaços e estabelecer diálogo, de forma tal a gerar um "entendimento".

Embora, na experiência concreta, esse consenso se viabilize apenas de maneira provisória e circunstancial, a "comunidade imaginada", sob a forma de desejo, permanece sendo buscada em "subgrupos", "conjuntos" ou "facções". Assim, se um conselho, por exemplo, não pode ser uma "comunidade", pois abriga elementos contraditórios, esse sentido é tentado em agrupamentos que conseguem tecer uma sociabilidade de concordância, como o que venho chamando de "núcleo duro dos fóruns". Entretanto, essa "harmonia", mesmo aí, se dá de forma transitória, implicando a reconstrução constante dos grupos.

Esse *entendimento consensual* tentado nos *fóruns*, frequentemente, é concebido de forma etnocêntrica, a partir de valores que fazem sentido nas lógicas do campo da conservação da natureza. Tornou-se corriqueiro, nesses espaços, admitir a existência de diferenças entre os diversos atores envolvidos, mas o que me parece é que as diferenças são consideradas apenas de modo superficial, sem levar em conta seus universos de significação. Quando se fala em ambiente, geralmente é de forma reificada, sem considerar seu contexto e historicidade, a totalidade dos atores que dele fazem parte e as diversas maneiras pelas quais ele é percebido, reproduzindo, assim, campos de incompreensão. Se alguns dos atores sociais envolvidos nesse ambiente não são percebidos como sujeitos, como se poderá querer sua *participação* e que *espaço democrático* se constitui nesses fóruns?

6.1. O meio ambiente: a construção de novos códigos de percepção do mundo

O termo ambientalização, neologismo utilizado para designar a grande abrangência contemporânea das temáticas ambientais e que deve ser vista como em processo, está relacionado a uma "nova questão social, a uma nova questão pública" (LEITE LOPES, 2006, p.34). O processo de ambientalização implica simultaneamente novas configurações, tanto do ponto de vista do Estado como nos comportamentos cotidianos relacionados ao trabalho, ao lazer, etc. Alguns fatores marcam essa questão, como, por exemplo, a ampliação institucional do tema meio ambiente, a partir da década de 1970; os *conflitos sociais* resultantes de práticas locais relativas às normatizações ambientais; bem como a difusão da educação ambiental como novo código de conduta e a generalização da demanda por *participação*. Dessa forma, a *questão ambiental* transforma-se em uma nova fonte de legitimidade (LEITE LOPES, 2006).

O tema meio ambiente, principalmente devido à criação das várias unidades de conservação na Ilha, passou a ser constantemente debatido, assumindo significados diversos para cada grupo social envolvido. A partir dos diferentes olhares para o que é considerado *ambiente* e para o que é importante *preservar*, algumas visões se apresentam como dominantes, produzindo discursos e saberes e redefinindo possibilidades e expectativas.

Duas questões são recorrentes na produção de conflitos sociais relacionados à aplicação de leis ambientais e, principalmente, à implantação de unidades de conservação da natureza. Uma delas é o choque entre as percepções e as práticas dos grupos sociais envolvidos, relacionadas ao denominado *mundo natural*; a outra é a assimetria de poderes entre os que produzem e aplicam essas leis e políticas e aqueles sobre quem elas incidem prioritariamente: as populações locais.

Podemos distinguir como principais grupos atuando nesse contexto: estudiosos ligados às ciências naturais, tais como biólogos, botânicos, ecólogos, entre outros; representantes de órgãos públicos, em geral, e ambientais, em particular; ONG's ambientalistas; pesquisadores das ciências sociais; e, finalmente, os habitantes de áreas consideradas ambientalmente relevantes e destinadas à preservação. Cada um deles articula concepções e práticas diferenciadas com relação aos recursos naturais que se pretende preservar, constituindo, dessa forma, territórios simbólicos conflitantes (FERREIRA, 2004).

Examinando essas questões a partir do que ocorre nos dias atuais na Ilha Grande e reconhecendo que lá existem situações muito diferenciadas em cada vila ou povoado, de um modo geral as questões abordadas, guardadas as especificidades, podem ser observadas em todas as suas localidades.

Questionados sobre o que consideram como principal problema ambiental da Ilha, moradores da Vila do Abraão me surpreenderam quando apontaram *a falta de informação*, referindo-se à forma autoritária como têm sido historicamente tratados pelos órgãos ambientais, pela Prefeitura Municipal e pelos *ambientalistas* de modo geral. Reclamam de que a lei é aplicada sem nenhuma explicação, *desde o começo até o dia de hoje*.

Sendo assim, podemos supor as dificuldades que estão envolvidas na construção do *consenso*, na medida em que gramáticas diversas se encontram e em que, amiúde, palavras iguais significam coisas diferentes. Dessa forma, penso que, para que se possa de alguma forma estabelecer um diálogo, é preciso antes admitir a diferença, ou seja, reconhecer o "outro" como sujeito. Neste capítulo, a partir de uma revisão de "percepções e lógicas diferentes", pretendo refletir sobre possibilidades da construção de canais e pontes para esse diálogo.

6.2. Mar de pescadores e turistas. O mar que une e o mar que separa. Mar de preservação

Para quem vive em uma ilha, o mar é um elemento sempre presente. Muitas vezes visto como ligação ao continente ou como de onde sai o sustento, e que povoa os sonhos, é também sentido como o que separa e ameaça.

> O elemento básico da sociedade insular não é a presença física do mar, mas as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas em relação ao mar, representado pelos ilhéus de várias maneiras: obstáculo e também caminho para o contato com outras sociedades, espaço de trabalho e de representações simbólicas. (DIEGUES, 1998, p.50)

Essa relação estreita e constante com o mar marca especificidades na sociedade local, como, por exemplo, a de estar sempre tecendo valores positivos ou negativos em relação a

ele, as formas pelas quais se constitui sua organização social e econômica, o lugar das atividades pesqueiras em sua economia, "o modo de integração com a sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar" (DIEGUES, 1998, p.55).

O medo do mar foi repetidamente referido nas entrevistas com os moradores da Ilha, principalmente os do Aventureiro e da Parnaioca, pois lá ele é sempre mais difícil. Associado a ele está o vento sudoeste, que, pela forma como é mencionado, representa quase uma entidade. *O sudoeste vai entrar* é uma ameaça sentida, expressa e reproduzida constantemente na Ilha, pois seus efeitos no mar costumam ser violentos. Eu mesma presenciei a chegada de vários *sudoestes*, sempre assustadores, principalmente no Aventureiro. As condições do mar (em especial quando associadas a este vento), portanto, interferem diretamente nas condições de vida dos moradores da Ilha. Podem impedir saídas e chegadas, colocar em perigo barcos e pessoas.

Além da dependência das condições do mar, do medo e do fascínio que ele exerce, há também a ligação com o mar como provedor. Na Ilha Grande, apesar de relatos dos *antigos* darem conta da existência, em tempos mais distantes, de uma vida muito voltada para a *roça, para o interior, para os sertões*, a pesca, principalmente a que hoje é denominada como *artesanal*, acompanhou a vida de seus habitantes constantemente. Foi por muito tempo a principal atividade econômica da Ilha. Consta que até os anos 1980 ainda havia por lá quase trinta vilas de pescadores. O beneficiamento de sardinhas disputava com a pesca o papel de sustento econômico das populações locais, atividade esta trazida por japoneses na década de 1930.

Atualmente, a pesca, não só no entorno da Ilha, mas em toda a Baía da Ilha Grande, se divide em três modalidades: pesca artesanal, pequena escala e industrial. O que se entende por pesca artesanal é aquela praticada tradicionalmente dentro da baía, próxima às enseadas e na costa, sendo praticada com *linha, covo, cerco, rede bate bate, rede de espera, ou rede corvineira*, apoiada por pequenas embarcações, tais como baleeiras, canoas e botes a remo ou a motor. A chamada pesca em pequena escala e a industrial são praticadas por traineiras que operam próximo à costa, dentro da baía. A pesca especializada no arrasto do camarão é feita em barcos pequenos e médios, que atuam dentro da baía e em locais considerados *berçários*. Há também a pesca industrial que é feita em barcos grandes, dentro da baía e em mar aberto (BASTOS, 2009).

Com a sofisticação da pesca nos moldes capitalistas, a pequena produção mercantil passou a conviver com a pesca capitalista-industrial, que foi aos poucos sufocando a primeira (DIEGUES, 1998). Até porque os métodos industriais se utilizam de instrumentos que, pouco

a pouco, foram diminuindo a biodiversidade marinha. A perda da diversidade e quantidade de peixes na Baía da Ilha Grande deu-se, também, em função da poluição causada por projetos industriais de grande porte na região. Além, evidentemente, de ser um fenômeno global, causado pela deterioração das condições ambientais e de variações climáticas e oceanográficas (BASTOS, 2009). Hoje, muitos pescadores referem-se à atividade pesqueira como tendo *fracassado*. Outros fatores, ainda, estão implicados nessa questão do abandono da pesca pelas populações locais: as leis ambientais que passaram a regular a atividade e a chegada do turismo para competir com o mar dos pescadores.

Alguns dos pescadores que permaneceram se dedicando prioritariamente a essa atividade reclamam dos dois fatores. Na Ilha, ainda há algumas comunidades, como a da praia da Longa e a de Provetá, nessa situação. E, em outras praias, mesmo não sendo o principal sustento, a pesca permanece com um forte poder simbólico e identitário. Muitos dos barcos que hoje servem exclusivamente ao transporte de passageiros são os mesmos outrora utilizados para a pesca. Ou, ainda, alguns se dedicam na maior parte do tempo aos turistas, mas, vez por outra, na baixa estação, servem à pesca.

As relações entre os órgãos ambientais e os pescadores não são as melhores. Uma das queixas que os pescadores fazem contra eles é que as grandes embarcações não são nunca reprimidas, enquanto a legislação e a fiscalização são sempre *duras* com eles. Um exemplo desse problema foi a proibição de pescar na área de mar a 1 km do litoral, assunto citado em entrevistas feitas por mim em 2009, e que, segundo relatos, *só recentemente passou a ser exigido* (na época). *Da noite pro dia, vieram com essa novidade, sem fazer uma reunião nem nada para explicar as novas regras* (pescador artesanal).

Contaram sobre uma apreensão (verão/2008) de redes de alguns pescadores artesanais, que trabalhavam próximo à praia. Informações de diversos moradores remetem a que eram pescadores pobres, em canoas pequenas, sem condição de adentrar 1 km ao mar, pois *se pegam um vento ruim não têm como voltar*.

Chegaram e prenderam a rede e ficou por isso mesmo. Ninguém explicou nada, ninguém chamou os pescadores, nada. Eles falam muito do interesse deles, pousada, etc., mas dos que nasceram aqui, os moradores nativos, nada (ex-pescador e bombeiro). *Eles*, na fala em questão, são os *de fora*, incluindo o *pessoal dos órgãos, da prefeitura, das ONG's, das pousadas*, ou seja, todos aqueles que a seu ver *falam do meio ambiente, mas não sofrem os problemas dos nativos*. O mesmo entrevistado afirma a importância da unidade de conservação:

Eu não reclamo que cuide do Parque, também gosto, afinal eu sou daqui. Mas deviam cadastrar o morador, explicar onde pode e onde não pode pescar, o limite da malha da rede, e tal. Mas chegou, prendeu e acabou. Eu sei que eles estão fazendo o serviço deles, mas os lá de cima têm que olhar também pelos moradores. Aqui no Abraão, umas dez famílias ainda vivem da pesca artesanal.

Segundo um ex-agricultor e ex-pescador *profissional, com documento e tudo, na Ilha Grande havia muito peixe. Era xerelete, galo, espada, cavala, guete, bicuda, carapau, que é um xerelete menor, e muitos outros peixes, toda raça de peixe. Hoje, não pode matar corvina e garoupa, que tá em extinção. Hoje na Ilha tá tudo em extinção, não pode fazer nada*. Essa conclusão é decorrente também das proibições em relação à agricultura, à retirada de plantas ou animais da floresta e até mesmo da poda de galhos secos que estejam *pra cair na cabeça de uma criança*. A pesca a menos de 1 km da costa, na visão dos pescadores artesanais, é a mais adequada, pois é aquela que seus meios de vida e instrumentos de trabalho comportam. Segundo um ex-pescador, a pesca praticada por ele e outros pescadores antigos do Abraão *não prejudicava em nada a natureza. O peixe, a gente nunca tirava demais, pra quê*? *Amanhã a gente voltava e pegava mais*.

A rede de pesca apreendida passa a fazer parte do acervo do órgão ambiental.

É difícil para ele aceitar, e mesmo entender, que seu método possa ser predatório, ainda mais quando comparado aos das grandes empresas pesqueiras, que rastreiam cardumes com precisão e podem armazenar toneladas de peixes. Para ele, esses sim, são os responsáveis pela diminuição da quantidade e da qualidade dos peixes no mar. Percebe, também, que essas

empresas continuam a explorar, enquanto o pequeno pescador é facilmente apreendido e reprimido (FERREIRA, 2008).

Hoje, muitos dos pescadores se voltaram para o turismo. Principalmente no verão, pois é muito mais rentável e há trabalho suficiente. Na Vila do Abraão, ainda mais com chegada dos transatlânticos, os passeios de barco se transformaram em uma verdadeira febre. A tal ponto que, nos pontos turísticos desses passeios, no mês de janeiro, há filas de barcos esperando para encostar, para que seus clientes possam saltar nas praias, em outras ilhas ou mergulhar.

Está na época da diminuição de uma coisa e crescer outra. O forte da Ilha Grande era o peixe. Sumiu o peixe, surgiu o turismo. Já viu a quantidade de barco que tá no turismo? Por que parou a pesca? Num barco de pesca daquele trabalhava 23 pessoas e tinha barcos maiores. Hoje o mesmo barco trabalha com 3. É só ligar a máquina, só precisa de um mestre, o outro joga uma corda lá. O peixe agora é o turista. É uma qualidade de peixe que entra pelo pé dele no barco, sai pelo pé dele, deixa tudo limpo. Hoje, se não tem o turista na Ilha Grande, acabou a Ilha Grande. Eu não trabalho com o turista, porque estou meio cansado, isso é pra garoto novo, garoto forte, que está dirigindo com o documento direitinho. Eu hoje to vivendo pela minha criança, que tá trabalhando. Um tá indo com aquela lancha grande ensinar o turista como mergulha. Os outros tão apanhando o salário deles naquela casa de dança. Agora, na baixa temporada, fica sem trabalho. Enquanto tá o sol bonito, tem trabalho. Bateu o tempo de chuva, acabou.

Essa fala demonstra uma forma própria de lidar com as mudanças de vida, em que estão em jogo não só as estratégias de adaptação, mas também a reflexão sobre os limites das novas condições.

6.3. Roças e matas

A interdição em relação às roças parece ter inaugurado o *tempo das proibições* na Ilha Grande. Até o surgimento da primeira unidade de conservação, que foi o PEIG, em 1971, as roças, juntamente com a pesca, eram as fontes de sustento da população que por lá vivia. De estrutura familiar, a agricultura local era praticada em um sistema denominado *coivara*, típico de diversas populações rurais brasileiras. Esse sistema de plantio, também chamado de *roça de toco*, é conhecido de longa data no interior brasileiro pelas populações caipiras, tratando-se de uma herança indígena. É baseado na derrubada e queima da mata, seguido de um período de abandono ou *pousio* para a recuperação do solo, que varia de acordo com a localidade.

As populações, que hoje na Ilha são denominadas *caiçaras*,[13] teriam remanescido na terra após a desativação das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar e de café, que se instalaram na região a partir do século XVIII. Pesquisas realizadas na área da Reserva Biológica da Praia do Sul obtiveram evidências de sua sustentabilidade ecológica (OLIVEIRA, 2002), em que "a restauração da fertilidade que ocorre no período de pousio é feita, em grande parte, pelo retorno da matéria orgânica e de nutrientes para a superfície do solo, via produção e subsequente decomposição da serapilheira" (*idem*, p.34). O que se sabe sobre as "roças caiçaras" é que elas têm em média 0,38 ha, sendo cultivadas por um tempo de 2,8 anos e ficando em pousio por 9,7 anos (ADAMS, 2000). Porém, em pesquisa feita no Aventureiro, o tempo médio de cultivo era de 3,7 anos, e o de pousio, 4,8 anos (OLIVEIRA et al, 1995).

Os habitantes da Ilha plantavam principalmente mandioca, feijão, batata-doce, abóbora, café, milho, banana, cana-de-açúcar, tangerina. Em alguns locais, como por exemplo, o Aventureiro, também havia plantações de arroz. A mandioca era muito utilizada para a produção de farinha, um dos principais produtos locais, feita de modo artesanal, em "casas de farinha". Associada à roça havia a coleta de frutos e plantas da floresta. No *tempo das roças*, a ocupação do espaço dava-se, sobretudo, nas encostas dos morros, até porque na topografia local os terrenos acidentados se sobressaem, localizados bem próximos ao mar, com poucas áreas planas. O *tempo da roça* era também o *tempo do sertão*, como eram denominadas pelos habitantes locais as áreas altas dos morros, onde roças se misturavam às *capoeiras*[14] e remanescentes florestais. Hoje, as roças praticamente acabaram na Ilha. Foram proibidas pela legislação das unidades de conservação, restando apenas algumas. Dessa forma, a atividade agrícola passou a ser sinônimo de crime, ao ponto de, quando perguntados se ainda há roças no Abraão, muitos moradores baixarem a voz para as respostas, tais como: *Não moça, aqui não pode não. A gente não pode cortar nem mesmo uma árvore podre, tem que pedir licença, senão toma multa*.

Atualmente, a maior parte da vegetação da Ilha Grande é formada por grandes extensões de florestas secundárias, a maioria em estágios avançados de regeneração. A idade média dessas florestas encontra-se na faixa de 30 a 100 anos, porém, próximo aos povoados,

[13] O termo "caiçara" é utilizado para designar as populações litorâneas brasileiras, principalmente as do sul e do sudeste, consideradas "tradicionais", que teriam permanecido nas terras, no interstício dos grandes ciclos econômicos, se sustentando à custa da pequena agricultura de organização familiar e da pesca artesanal (DIEGUES & NOGARA 1994, DIEGUES, 1996, ADAMS, 2000).

[14] Denominação popular e regional de um dos primeiros estágios de sucessão vegetal após o início do pousio.

são encontradas capoeiras mais recentes, entre 5 e 25 anos (OLIVEIRA, 2002). O autor reconhece, entretanto, que

> em uma perspectiva histórica, é evidente que o legado ambiental que nos chegou até hoje é produto das relações de populações passadas com o meio. Assim, em termos de paisagem, o que temos hoje por 'natural' pode se tratar, na verdade, de um sistema manejado durante séculos. (idem, p.33)

Apesar de as populações que viviam na Ilha terem, como deduzem os estudos citados, conservado, ao seu modo, a natureza, de forma que tenha sido despertado o interesse pela criação de unidades de conservação de Proteção Integral no local, essa relação protetora, e até criadora, das práticas nativas em relação ao meio ambiente foi invisibilizada pela concepção ambientalista hegemônica. Essa desterritorialização sofrida pelas populações locais, devido à interdição de suas práticas culturais, deixou marcas que sobrevivem e complicam o entendimento entre os agentes dos órgãos ambientais e as populações locais.

Segundo uma antiga moradora da Vila do Abraão, professora de uma escola municipal, nascida em outra localidade da Ilha, quando chegou ao Abraão, em 1979, embora o Parque já tivesse sido criado há 8 anos, não se ouvia falar muito dele por lá. O que a marcou foi que, assim que a família foi morar lá, seu pai, *lavrador de carteirinha* e também pescador, teria comprado uma gleba de terra com a intenção de estabelecer sua roça. Logo em seguida, seguindo seu planejamento, plantou guandu, feijão e mandioca. Um dia, apareceu em sua casa o então administrador do Parque, a quem o pai recebeu muito bem, orgulhoso por estar recebendo a visita de uma autoridade.

Ao final da conversa, depois de ter oferecido café e conversado com ele, o tal senhor entregou um papel para o meu pai, que era analfabeto e precisou me esperar chegar para que lesse para ele. Quando eu li o papel, vi que era uma multa por causa da roça. Quando contei para o meu pai ele enfartou. Ele não tinha derrubado nada, nem pôs fogo, ele aproveitou aquele capoeirão, aquela tiguera, e o tal homem disse que ele não poderia nem colher o guandu que ele tinha plantado.

Hoje, na maior parte da Ilha, a mata tomou o lugar das roças, compondo, com os seus estágios diversos de regeneração e com a intromissão das *espécies exóticas*, uma paisagem também considerada exótica, mas, nesse caso, valorizada positivamente pelos turistas. A população da Ilha, que, como já foi dito, é diversificada, lida também de formas diferentes com essa transformação da paisagem. Em algumas localidades, embora cada vez menos, ainda há quem plante e quem tenha saudade da roça. Para essas pessoas, a roça ainda é um elemento forte de identificação. As memórias da infância (ou mesmo da vida adulta) da geração que

hoje tem 40 anos ou, em algumas localidades, bem menos (por exemplo, no Aventureiro) estão imersas em imagens da ida para a roça com os pais, do plantio como *sustento* e como *brincadeira*, das temporalidades da roça, do trabalho familiar. Para muitos, histórias como a citada acima ainda doem. Mesmo para esses, entretanto, o exotismo e a beleza da paisagem atual significam um valor importante para o turismo, que hoje é o sustento da maioria e que reorienta a vida, os tempos e os valores.

Dessa forma, diferentes histórias são narradas sobre a Ilha Grande, e nelas se confrontam, de acordo com categorização de Escobar (2005), visões orgânicas, que seriam as nativas e ligadas às práticas tradicionais, visões capitalistas, que no caso da Ilha são representadas, principalmente, pelos interesses turísticos e imobiliários, e as visões da tecno-natureza, ou seja, aquelas trazidas por pesquisadores, ambientalistas, legisladores e administradores. Como diz o autor: "são várias paisagens, várias naturezas em tensão" (ESCOBAR, 2005, p.27).

6.4. Sobre a noção de problemas ambientais e suas diferenças

Uma questão citada como problema ambiental importante para os moradores foi o saneamento básico, assunto presente em quase todas as entrevistas.

Muitos falaram do Abraão *de antigamente*, em que os rios *eram limpinhos* e em que se podia tomar banho nas *barras*, como denominam a foz dos riachos.

Antigamente, a gente pescava nas barras, dava até robalo. Hoje em dia, quando chove, o esgoto vaza. A quantidade de gente não dá pra comportar. É lixo, é esgoto (nativa que trabalha como funcionária de empresa que organiza passeios de barco).

Hoje reclamam que a rede de esgoto que existe na vila, além de há muito tempo estar defasada devido ao aumento contínuo do número de turistas e da construção ininterrupta de pousadas, *já era, desde o início*, *mal feita* (FERREIRA, 2008).

As visões dos empresários do turismo sobre questões ambientais são as mais variadas possíveis, concentrando-se muito na preocupação de que a degradação ambiental possa vir a afastar o turista da Ilha. Entretanto, para uma parte desse grupo, esse não é considerado um problema premente, na medida em que veem a Ilha como *um verdadeiro paraíso que os turistas estão, cada vez mais, descobrindo* (dono de pousada).

Outros, no entanto, fazem eco às reclamações da população nativa sobre a questão do saneamento básico. Explicam que o sistema de esgoto do Abraão necessita de energia elétrica para funcionar e que, devido à precariedade do fornecimento de energia, há constantes interrupções. Mas, por outro lado, apontam como responsável por alguns problemas ambientais a própria comunidade: *as pessoas aqui têm o hábito de jogar lixo nas barras. O rio vira a lixeira de casa* (dona de pousada). Já na visão de moradores antigos, o maior problema é a proliferação das pousadas no Abraão.

De maneira diferente das visões expressas acima, a maior preocupação dos órgãos ambientais, de ONG's e de diversos pesquisadores parece ser a recuperação e a conservação da Mata Atlântica e da biodiversidade.

Das proibições de desmatamento para a agricultura, de retirada de plantas e animais da mata e de retirada de galhos e árvores secas para não caírem sobre caminhos e casas, até projetos como o Cinturão Verde e o de Recuperação Ecossistêmica, desenvolvidos numa parceria do Inea com o Instituto Ambiental Vale do Rio Doce, se pode observar esses valores operando. Nesse sentido, os ambientalistas, governamentais ou não, comemoram o restabelecimento da floresta em várias partes da ilha, projetando uma ideia de que o *meio ambiente está melhorando*, enquanto outros setores têm uma visão apocalíptica de que a ilha *já vai acabar*.

O Projeto Cinturão Verde, promovido pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da prefeitura Municipal de Angra dos Reis, é também conhecido como Programa de Contenção e Expansão Urbana e Recuperação Ambiental dos Morros de Angra dos Reis. O projeto consiste na demarcação dos morros do município com cercas de mourões e arame, para evitar que novas construções sejam erguidas em áreas acima da cota 60, no continente, e da cota 40, na Ilha. As áreas acima dessas cotas são consideradas de preservação permanente, não comportando qualquer tipo de construção. Na Ilha Grande, o Cinturão Verde conta com o trabalho de um grupo de 15 rapazes e moças, denominados *mobilizadores sociais*. Eles fazem visitas às residências para divulgar e explicar o projeto e desenvolvem ações e eventos de "conscientização ambiental, e pesquisa socioeconômica e ambiental nas localidades, além de demarcarem os locais de colocação da cerca". Apesar de

contar com as visitas desses *mobilizadores* às residências, antes da efetiva implantação das cercas, o que o faz considerar-se "participativo", não é sem polêmica que esse processo se dá. Muitas vezes, a colocação das cercas se confronta com as territorializações dos moradores, marcando conflitos sobre o que é considerado "direito" por cada uma das partes (FERREIRA, 2008).

É importante notar, também, que o que se considera participativo, nesse caso, como em outros dos quais se tem conhecimento, é a comunicação feita aos moradores de que a cerca será colocada, acompanhada de uma explicação das razões pelas quais isso será feito. Não tenho notícias, no entanto, de que em algum momento tenha sido levada em consideração a opinião dos moradores sobre as cercas ou sobre os locais por onde devem passar.

Diversos empresários do turismo se colocaram *a favor* do projeto, pois seu maior medo é a *favelização do Abraão*. Partilham dessa opinião (expressa em reuniões do Núcleo Gestor do Plano Diretor Municipal) proprietários de terras e mansões na Ilha, que já veem a área de encosta do Abraão como uma *favela* e defendem a ideia de que a lei deve ser restritiva o máximo possível nessa área, inclusive retirando casas que existem e, obviamente, impedindo que outras sejam construídas.

Contrapondo-se a esta ideia, alguns moradores *nativos* se expressaram, também, em reunião do Núcleo Gestor do Plano Diretor, contra a visão de que a área de morro do Abraão seja uma *favela*. Argumentaram que as casas mais acima no morro, em sua maioria, são de famílias nativas que, pressionadas por pessoas *de fora*, interessadas em se estabelecer na Ilha, em diversas épocas, venderam suas casas na área plana e foram subindo a encosta, já estando ali há muito tempo. No entanto, essa visão é contraditória para os próprios *nativos*, como observado em entrevista com o ex-agricultor e ex-pescador já citado neste trabalho. Apesar de morar em casa próxima à cerca, de aparência humilde e precária, ele declarou: *eu penso nos dois lados; no meu tempo, pra mim, tá muito ruim, que não posso fazer nada, mas já no tempo da criancinha, vamos diminuir o negócio de favela. Já pensou na Ilha Grande aquela favelada tudo aí pra cima?* Dessa forma, ele demonstra que a sua casa, embora possa parecer para alguns, como parte da *favela*, por ele não é assim considerada, mas que mesmo ele tem uma representação de construções no morro como favela (FERREIRA, 2008).

6.5. Jacas, bambus e outros *exóticos*

Objeto de um termo de cooperação técnica entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Ambiental Vale do Rio Doce que teve início em 2007, o Projeto de Recuperação Ecossistêmica da Mata Atlântica teve como objetivo ser mais um passo do Plano

de Implantação e Operação do Parque Estadual da Ilha Grande. Esse plano pretendia dar *sustentabilidade* e melhores condições de visitação ao Parque, transformando-o num modelo, com a construção de nova infraestrutura de apoio administrativo e de visitação, além da elaboração do plano de manejo, tido pelo órgão como indispensável para a gestão ambiental (FERREIRA, 2008).

O termo de cooperação técnica e operacional assinado entre o IEF, o Instituto Ambiental Vale do Rio Doce e a prefeitura de Angra dos Reis previa, desde o início, a restauração de áreas de floresta, restinga e manguezal, totalizando 15 hectares, com mudas de espécies nativas da Ilha. A produção das mudas seria feita num viveiro construído especialmente para o projeto. No entanto, a restauração da mata nesse projeto não era vista simplesmente como um reflorestamento. O tipo de atividade a ser executada dependia das peculiaridades de cada local. Em alguns casos, seria preciso apenas remover espécies consideradas *exóticas* (não pertencentes ao ecossistema Mata Atlântica), para ajudar a floresta se restabelecer. [15]

Esse projeto foi alvo de intensa polêmica na Vila do Abraão, no final de 2007, quando foi desenvolvida uma de suas primeiras ações: a retirada de algumas touceiras de bambus e o anilhamento de jaqueiras, técnica de descascamento do tronco da árvore, que acaba por provocar sua morte. O objetivo dessa ação foi testar o controle dessas espécies na área invadida por elas. Este procedimento, entretanto, não foi comunicado antecipadamente aos moradores e nem mesmo às lideranças comunitárias (PRADO & CATÃO, 2008).

Bambus cortados e jaqueiras descascadas: *ações de manejo* para uns e *destruição do meio ambiente* para outros.

Essa ação provocou reações diversas: de moradores, que interpretaram como um *desmatamento feito pelo próprio órgão ambiental*, de empresários do turismo e também de

[15] Informação colhida no site do IEF, em 10/05/2008.

turistas, que se perguntavam se *não havia uma área melhor para fazer isso*. A área escolhida era próxima à Praia Preta e ao Lazareto, as mais frequentadas por visitantes no Abraão (PRADO & CATÃO, 2008).

A retirada dos bambus e *outras espécies exóticas* havia sido debatida através de e-mails trocados entre pesquisadores e técnicos do órgão ambiental, em um momento anterior, também em 2007. [16] Nesse debate, ficou evidente uma contraposição de opiniões, em que alguns pesquisadores defendiam intensamente a ideia de manejo das espécies *exóticas*, explicando, baseados em informações do campo da biologia, que essas espécies estavam se expandindo na Ilha como pragas, prejudicando a recuperação de espécies da fauna e da flora típicas da Mata Atlântica (PRADO & CATÃO, 2008).

Reproduzindo resumidamente os termos em que se deu o debate nesses e-mails, cito, em primeiro lugar, o da pesquisadora Helena Bergallo, no qual ela informa que a jaqueira, árvore asiática introduzida no Brasil no período colonial, tem se espalhado em grande escala na Ilha.

As jaqueiras são consideradas pelos cientistas uma das mais nocivas espécies exóticas da Ilha, por seu poder de dispersão, já que cada árvore produz milhares de sementes.

Por possuir muitas sementes e servir de alimento para muitos animais, tem grande poder de dispersão. No entanto, por uma característica da planta, ao seu redor a vegetação se

[16] Esses debates tiveram início com um e-mail de 2007 da antropóloga Rosane Prado a Paulo Bidegain, na época vice-presidente do IEF, cujo assunto era "Bambu na Ilha Grande", encaminhado também a pesquisadores de diversas áreas como biólogos, geógrafos, antropólogos, sociólogos, etc.

torna escassa. Dessa forma, ela estaria invadindo as áreas de Mata Atlântica na Ilha e impedindo a reprodução das espécies nativas desse ecossistema (FERREIRA, 2008).

Com os bambus e outras espécies da flora e também da fauna estaria acontecendo, de formas diferentes, o mesmo processo, em que a competição entre espécies *exóticas e nativas* prejudicaria o restabelecimento da Mata Atlântica e suas espécies.

O pesquisador Rogério Ribeiro de Oliveira interveio nesse debate virtual, explicando que a paisagem da Ilha Grande é formada por um mosaico de florestas em diversos estágios de sucessão vegetal, em diferentes idades. Porém, segundo ele, a sucessão ecológica que ocorre na Ilha, e em diversos outros "territórios caiçaras", não tem um padrão previsto nos livros didáticos de Ecologia. Ou seja, por onde houve roça, a Mata Atlântica não retorna sob a forma de floresta primária (ou climáxica).

Pelo fato de a roça local ser um fenômeno antigo, vindo dos indígenas que ocuparam a região, e amplo, pois a maior parte dos terrenos, mesmo os que hoje estão cobertos por densa vegetação, possui vestígios de antigas roças, uma das coisas mais difíceis de encontrar, hoje, na Ilha Grande, é algum trecho de floresta primária. Nesse caso, a presença milenar dessas roças deixou marcas que não apontam para uma futura recomposição completa, tanto no que se refere ao número de espécies, como à biomassa (ou seja, a quantidade de matéria orgânica presente). Como exemplo disso, o pesquisador citou o fato de que mesmo roças abandonadas há mais de 50 anos não chegaram à metade das espécies ou da biomassa de uma floresta climáxica da própria Ilha Grande, como a que existe nos cumes das montanhas e em pouquíssimas manchas localizadas em locais íngremes ou rochosos. Isso quer dizer, em sua opinião, que é certo que houve alteração da estrutura e composição da Mata Atlântica a partir dos usos das populações locais.

Entretanto, ele argumentou que, por mais que esse processo milenar de interação entre as pessoas e a floresta tenha causado danos ao "patrimônio biótico original", isso é irreversível. Ou seja, não há como voltar atrás na paisagem criada por essas populações. A paisagem, entretanto, como diz, não é formada apenas por florestas, é como um documento histórico. Nesse sentido, todas as áreas, até mesmo as desmatadas e degradadas, foram apropriadas pela população local e receberam nomes específicos. Desta forma, a paisagem também foi formada por elementos simbólicos. Na Ilha Grande, o *cobi* (*Anadenanthera colubrina*), uma leguminosa que desempenha importante papel na fixação do nitrogênio, portanto fundamental nas fases iniciais da sucessão ecológica, foi espalhado pelos caiçaras em áreas de roças abandonadas, pois sua casca era usada para tingir redes de pesca. Outra espécie, o jacatirão (*Miconia cinnamomifolia*), que surge quase que imediatamente nas roças

submetidas ao pousio, tem importância para o ambiente florestado como um todo, pois suas folhas, quando formam a serapilheira,[17] são importantes fontes de nutrientes para a recomposição da floresta.

O pesquisador quis demonstrar, assim, que alguns usos da população, embora impeçam que a mata "original" retorne, funcionalmente permitem que a floresta secundária se estabeleça, fazendo com que o quadro ecológico da Ilha Grande aponte para situações de grande complexidade estrutural. Referiu-se a ela como uma "paisagem-museu", na qual uma história da relação homem-natureza estaria impressa. Essa visão demonstra, portanto, formas diferenciadas de entender a relação população humana-natureza, que pode apontar, também, para maneiras diferentes das que têm sido utilizadas pelos órgãos ambientais para promover a conservação ambiental.

Argumentando com base em pesquisas com as comunidades, os cientistas sociais mostravam que a população *nativa* tem uma relação intensa de uso e de apreço por algumas dessas espécies consideradas *exóticas*. Se abstendo de maiores questionamentos sobre a validade ou não do *manejo de espécies exóticas*, até mesmo porque "escapa às nossas possibilidades disciplinares" (PRADO & CATÃO, 2008), esses estudiosos entendem que é importante para qualquer projeto de conservação da natureza que se venha a implantar na Ilha levar em consideração a opinião e os usos culturais nativos (PRADO & CATÃO, 2008).

6.6. Bichos da casa, bichos da rua e bichos da floresta

A ideia de diminuição da população de *exóticos* na Ilha, a fim de recuperar ecossistemas *nativos*, não atinge apenas as espécies vegetais, mas também os animais. Da mesma forma que as plantas, o manejo de alguns animais considerados *exóticos,* como cães, gatos, micos, jacarés do papo amarelo, caramujos, etc., existentes na Ilha, inclui a supressão ou controle de algumas espécies de modo a que a *fauna nativa* possa se restabelecer.

Essa questão esbarra em alguns problemas ainda mais sérios com relação às populações locais, devido ao seu apreço aos animais, principalmente os domésticos. Cada sociedade cria classificações diferenciadas, estabelecendo distâncias e proximidades entre os bichos e as pessoas. Em nossa sociedade, cachorros e gatos, por exemplo, são muito próximos, tratados, cada vez mais, como "membros da família". Micos e macacos em geral são associados às origens do homem e, independente de serem espécies características ou não de determinado ecossistema, têm uma forte representação de "humanidade". Para Ingold

[17] Camada superficial do solo de florestas e bosques, feita de folhas, ramos etc. em decomposição.

(1995, p.39) “os animais têm ocupado uma posição central na construção ocidental do conceito de ‘homem’”. Isso implica a dificuldade em reconhecer o que é ou não humano. Essa resposta está vinculada à maneira como se define “natureza”, que para ele é uma das noções mais polivalentes que existem.

Pássaros, micos, jacarés e até caramujos, por exemplo, independente da espécie a que pertençam, ou dos ecossistemas a que estão associados, *devem ser preservados* na visão das populações locais, pois são *bichinhos de Deus*, como nas palavras de uma moradora nativa. Esse assunto poderia se estender amplamente se fossem levados em consideração usos que atualmente são feitos de forma não predominante, como, por exemplo, a caça. Aí teríamos outras classificações relativas àqueles que podem ser comidos, os que fazem mal, etc. Mas não me prolongarei nesse item, por falta de condições de nele investir neste momento.

Os micos estrela e os jacarés do papo amarelo que, segundo relatos, foram levados para a Ilha há décadas, por um alemão, são considerados uma praga local, pois estão se reproduzindo exponencialmente por não terem competidores ou predadores naturais na região. Uma espécie de caramujo conhecida como *caramujo africano*, introduzida na Ilha por uma pessoa que tinha a pretensão de desenvolver uma criação para consumo comestível tem se espalhado descontroladamente, porque se constatou ser nociva à saúde humana se ingerida.

Por outro lado, animais como cobras, insetos, escorpiões, aranhas, etc., valorizados como fauna pela gramática do campo das ciências naturais, na concepção do senso comum devem ser exterminados, por serem vistos como nocivos ao ser humano. Essas diferenças nas concepções de uns e outros grupos sociais têm causado conflitos e problemas de entendimento.

O que tem despertado mais problemas com a população, porém, é o controle dos cães e gatos, pelo aspecto afetivo que envolve. Na Ilha Grande, a população de cães e gatos tem crescido significativamente. Os agentes dos órgãos ambientais têm visto esse fato com muita preocupação, pois afirmam que *eles caçam e transmitem doenças à fauna nativa*. Como a maior parte das casas na Ilha não tem muros e no Abraão, onde eles existem, os terrenos são pequenos, os animais são criados soltos pelas localidades. Esse fator faz com que sua reprodução não seja controlada pelos donos. Em uma reunião no Aventureiro, que transcorria em clima amigável entre moradores e agentes do Estado – se falava sobre *resgates culturais*, com os primeiros contando sobre *hábitos caiçaras* do presente e do passado –, houve uma mudança drástica nos humores quando se começou a falar sobre cães. Uma moradora participava tranquila, com seu cão no colo, quando um *chefe do IEF* falou que um dos assuntos que precisavam ser enfrentados na Ilha era o dos cachorros e gatos, que *sujavam a*

areia das praias fazendo cocô, transmitindo doenças aos animais silvestres e caçando. O marido da moradora reagiu muito mal a essa fala. Levantou gritando que isso não era verdade, que *os cachorros aqui têm dono*. A altercação quase chegou às vias de fato e *virou uma briga de verdade.*

Indiferentes à polêmica os cães se espalham pela Ilha.

Na tentativa de resolver o problema de cães e gatos de forma *participativa* na Vila do Abraão, onde a questão é mais séria devido ao maior contingente populacional, e com a esperança de que se tornasse exemplo para toda a Ilha, o órgão ambiental passou a fazer reuniões periódicas com pessoas locais na sede do PEIG. Nessas reuniões, discutem-se formas de resolver o problema da superpopulação dos cães e gatos, vacinação, castração, etc. Há também uma entidade que representa essas questões: a Associação de Proteção de Animais da Ilha Grande (Apaig).

Participei de uma dessas reuniões em que também estava uma médica da prefeitura. Pude perceber que existem divergências entre os participantes quanto ao encaminhamento de soluções. Alguns acham que o mais importante é fazer um trabalho de *sensibilização* da população local sobre o assunto. Os donos de pousadas foram apontados como os que *reclamam dos cachorros, mas não fazem nada para ajudar a resolver o problema*. *Falam que os cães sarnentos ficam 'enfeiando' a porta da sua pousada*. A médica da prefeitura disse que recebe muita cobrança dos donos de pousada sobre a questão da saúde pública, e que tem que atender. Essas afirmações irritaram um morador que cuida de animais doentes, aplica vacinas, etc. *Era bom que as pessoas falassem os nomes de quem está tendo atitudes assim*, disse ele. A funcionária do Parque que coordenava a reunião interveio, dizendo que o objetivo não era *ficar fazendo acusações*.

Um participante levantou a questão de que só quem pode receitar remédios, fazer castrações, dar vacinas, etc. são os veterinários. O *cachorreiro* (como é apelidado por algumas pessoas) reagiu, dizendo: *não sou veterinário, mas estou cuidando, na minha casa, de dois animais com cinomose, já entrando em fase convulsiva, o que eu faço? É necessário fazer eutanásia, pois além do sofrimento do animal, ainda é um foco de contaminação*.

A representante do Parque afirmou estar *tentando fazer o trabalho nessas reuniões da melhor forma possível para que o trabalho permaneça*, entretanto, admitiu que estava *lidando com problemas de difícil solução*. A questão envolve deveres, competências e direitos, como relatado acima, confrontados com situações que implicam o sofrimento de animais e o perigo relacionado à saúde pública. Ao mesmo tempo, contrapõe representações diversas sobre os animais, nas quais, nem mesmo entre aqueles que são a favor de cuidar dos animais, a opinião coincide sobre diversas questões.

A iniciativa de abrir um espaço para que os problemas sejam discutidos por todos os envolvidos e interessados parece um caminho para se possa chegar a entendimentos. Pode ser também considerada um avanço, em relação a um diálogo que presenciei em uma reunião de um dos fóruns, em 2007. Uma representante do órgão expressou sua opinião sobre os cachorros e gatos em profusão na Ilha como *fauna invasora, que tem que ser exterminada*, para horror de outra participante (representante de universidade), que cuida de muitos animais doentes em sua casa no Rio de Janeiro.

Novas maneiras de se lidar com os animais, sejam eles de qualquer espécie, são sugeridas por Ingold (1995). A centralidade humana, com sua diversidade – que para a antropologia fundamenta um de seus mais caros paradigmas, o relativismo cultural, procurando desmontar as visões etnocêntricas –, constitui, entretanto, um antropocentrismo. Dessa forma, estaríamos fazendo com os animais o que foi (e ainda é) feito com os considerados "primitivos" (INGOLD, 1995). O autor propõe, então, que "nossa meta deveria ser transcender a oposição entre essas concepções que têm se mantido tradicionalmente como territórios exclusivos da ciência natural e das humanidades" (p. 52).

Seguindo essa linha de raciocínio, percebo uma contradição conceitual quando uma ética ambientalista (que se supõe não-antropocêntrica) com base em critérios técnicos e científicos separa animais que tem legitimidade de permanecer em uma unidade de conservação e animais que não têm, pouco se importando com os que não têm. Guardadas as devidas diferenças, não posso deixar de fazer uma associação entre o lugar que ocupam, nessa ética, os "animais ilegítimos" e as populações moradoras de unidades de proteção integral.

6.7. As dificuldades no diálogo

Por tudo o que foi relatado neste capítulo, é possível avaliar que as relações entre os órgãos ambientais e as populações locais na Ilha Grande têm se mostrado historicamente problemáticas. O que traduz esse problema tem sido principalmente, a dificuldade dos primeiros em perceber as relações das comunidades com o meio ambiente, em seu contexto próprio, e não através das lentes da dicotomia "cultura e natureza", que perpassa e constitui grande parte do discurso "ambientalista", como já foi dito anteriormente. Nesse caso, a "violência simbólica" é exercida pelo Estado (mas também por outras instituições), tanto por meio de estruturas e mecanismos específicos, como subjetivamente, sob a forma de estruturas mentais, nos esquemas de percepção e de pensamento (BOURDIEU, 2002).

A partir do final da década de 1970, quando o Parque começou efetivamente a existir para o governo do estado, pois foi então designado seu primeiro administrador, iniciando-se uma espécie de "colonização" ambiental da Ilha, as ações repressivas sobre a população nativa foram duras e intensas, segundo relatos dos entrevistados. Essa situação, porém, não é específica das unidades de conservação da Ilha Grande. Foi assim com a maioria dos parques e reservas brasileiros, em que os usos nativos transformaram-se em crimes ambientais.

No início da década de 1990, debatia-se – tanto no Brasil como em vários países da América Latina, a exemplo do Congresso de Parques na Venezuela, em 1991, denominado "Povos e Parques" – a questão dos direitos das populações locais em relação às unidades de conservação. O órgão ambiental do estado do Rio de Janeiro não ficou fora dessa questão.

Já durante a pesquisa para elaboração do plano diretor do Parque, em 1992, algumas das equipes que nele trabalharam procuraram ouvir as opiniões dos moradores sobre o próprio Parque e sobre o que deveria ou não ser implantado, e debatiam isso com os técnicos da unidade, coordenadores do plano. No entanto, algumas atitudes dos responsáveis diretos pela gestão da unidade conflitavam com a escuta e com as preocupações de inclusão da população no plano, mostrando o quanto a atuação prática das instituições depende das pessoas que as habitam e, principalmente, daquelas que estão diretamente em campo.

Acompanhando de perto a gestão do PEIG, durante duas décadas (do ano de 1990 aos dias atuais), observei que a atuação do órgão ambiental alternou momentos de abertura e fechamento com relação às necessidades e reclamos da população local, dependendo das inúmeras mudanças políticas que se sucederam. Mas, na ótica da população, essas mudanças não foram percebidas. O que ficou foi a ideia de que o órgão sempre foi implacável e intransigente na fiscalização, e ausente em outras ações que, segundo os moradores, seriam de sua competência, como por exemplo, a de impedir, de alguma forma, *a expansão do turismo*

desordenado. Do plano diretor, elaborado em 1992, quase ninguém se lembra, pois como justificam: *são tantos planos...*

Hoje, certo clima de esperança perpassa as falas de alguns pesquisados. As mudanças na estrutura do órgão imprimiram um revigoramento em sua atuação, o que é sentido e louvado por alguns setores. Uma parcela de empresários do turismo diz contar com maior presença do Inea na Ilha Grande *para impedir a degradação ambiental*, mas acha que *a responsabilidade da prefeitura é tão grande quanto a dele, principalmente com relação ao esgoto e ao lixo*. Esses empresários comemoram a iniciativa de reestruturação do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Grande, mas eles mesmos criticam algumas atitudes do órgão, como a apreensão das redes dos pequenos pescadores e o manejo de bambus e jaqueiras feitos no Abraão.

A opinião dos *moradores nativos* também se divide sobre a atuação do órgão ambiental hoje. Alguns dão *um voto de confiança à nova gestão*, outros reclamam de muitas atitudes autoritárias, que dizem que continuam a acontecer.

Na visão destes, *agora algumas coisas ficaram até mais difíceis*, pois temem não só os funcionários do Estado encarregados da fiscalização, mas qualquer pessoa desconhecida, e também os vizinhos, denunciantes em potencial. Com essa afirmação, demonstram a internalização de alguns *valores ambientais* na própria população local, fazendo com que as pessoas tomem atitudes parecidas com as de que reclamam em relação aos fiscalizadores oficiais.

Hoje a comunidade tá crescendo numa posição, que se eu tô tirando um galho aqui, meu vizinho grita: ei! para com isso aí! Isso já tá no cérebro da pessoa, tá na mudança do mundo. Um brigando com o outro. Se eu faço um foguinho, o outro grita de lá: olha a fumaça, cara! Se eu saio hoje pra pescar, mato uns peixes, o amigo do lado vai falar: esse cara matou peixe pra caramba! Isso passa pra um, o outro passa pro outro e sem querer eles entrega (ex-pescador e ex-agricultor).

Apesar das ideias *democratizantes*, que perpassam os atuais discursos políticos, em geral, sobre participação popular, e os ambientais, em particular, como na Lei do SNUC, que prevê a criação de conselhos consultivos nas unidades de conservação, percebe-se, com relação às questões ambientais, ainda que transmutada, uma reedição da separação entre sociedade e natureza. O poder se sustenta não apenas como instância negativa que tem por objetivo reprimir e punir, mas também como produtor de discursos e de saberes, como uma rede produtiva que perpassa o corpo social (FOUCAULT, 2007).

A diferença de perspectivas e visões sobre o meio ambiente na Ilha Grande tem se apresentado como um elemento claramente produtor de incompreensões e conflitos. A partir dos diferentes olhares para o que é considerado *ambiente* e para o que é importante *preservar*, algumas visões se apresentam como dominantes, produzindo discursos e saberes e redefinindo possibilidades e expectativas. As concepções, necessidades e desejos de alguns grupos são mais poderosos que os de outros. Quando as demandas dos órgãos ambientais impõem que seus agentes impeçam a reprodução de práticas nativas, o olhar que orienta suas ações é treinado para percebê-las como ilegalidades.

Na tentativa de resguardar um *patrimônio comum a toda a humanidade*, muitas vezes são praticadas medidas preservacionistas de forma autoritária, tornando os projetos, além de incompreensíveis, objetos de rejeição por parte de populações locais.

Assim, observamos a convivência de linguagens diversas, de atores que não só nomeiam, concebem, compreendem e interpretam seres, objetos e fenômenos a partir de princípios mutuamente estranhos, mas também projetam sobre eles diferentes valores, interesses e projetos. Para Foucault (1995), as relações de poder se exercem através da produção e da troca de signos. Dessa forma, é possível perceber o estreito vínculo das relações de poder com os efeitos de palavras e ações, vistos como práticas discursivas, em que se encontram envolvidos o sujeito e o poder. A utilização de palavras técnico-científicas com as populações locais para nomear plantas e animais que fazem parte de seu cotidiano com outros nomes e relações, de uma forma impositiva e geralmente não-negociada, em que seus usos ficam interditos, representa o exercício de um poder. Para as populações locais, as jaqueiras e os bambus não são vistos como inadequados, já que são utilizados de diversas maneiras no cotidiano. Enquanto um não entende *por que aquela planta ou bicho é nocivo*, o outro não entende o porquê da resistência em participar da *conservação da natureza*.

6.8. Da comunidade à rede, da rede à comunidade

Apesar das dificuldades de entendimento que foram relatadas, tentativas de diálogo têm sido feitas por parte de vários atores/agentes presentes na cena descrita, e, sobretudo, por meio da criação e atuação dos *fóruns participativos*, que se por um lado incorporam muitos desses problemas históricos, por outro anunciam reiteradamente um *tempo novo* nas relações.

Envolvida em toda essa gramática da democratização e da participação está a noção, que "virou moda nos anos 90" (ROMANO & ANTUNES, 2002, p. 10), de "empoderamento". Como foi falado anteriormente, a ideia de *participação* figura em domínios de discursos contrários, denominados por Dagnino de "confluência perversa". Da mesma forma, a noção

de “empoderamento” foi apropriada “como uma forma de legitimação de práticas muito diversas, e não necessariamente ‘empoderadoras’(...), para garantir a continuidade das práticas dominantes. Adaptando-se aos novos tempos, mudar ‘tudo’ para não mudar nada” (*idem*).

Nessas visões, o “empoderamento” colocaria em segundo plano a questão do poder, “despolitizando o processo de mudança, (...) procurando tecnicizar o conflito” (ROMANO & ANTUNES, 2002, p.11). A mudança, aí, seria resultado “do desenvolvimento das instituições e da superação das falhas do mercado”, o que, traduzindo para o caso da Ilha, significaria criar mais canais de participação, como os fóruns ambientais, e absorver as populações locais no trabalho com o turismo.

No trabalho que tem sido feito em diversas oficinas, essa dinâmica pode ser observada. Nelas, todos *participam* de um b*rainstorm* em que colocam suas opiniões e visões, que são coletadas por um moderador e que, afixadas sob forma de tarjetas em um quadro, passam a compor um banco de ideias. Logo depois, o moderador separa os pontos em comum nas diversas falas, e sobre essa síntese demonstra como pode ser pactuado um consenso. As diferenças, ou melhor, os conflitos ficam de fora, como se fossem aspectos pouco importantes e como se não residisse neles a fundamentação do problema. A partir de então começam a ser listadas recomendações, que ficam para sempre gravadas em papel ou em arquivos de computador, mas têm pouca chance de virem a ser implementadas, pois os problemas não foram enfrentados.

A ideia de “empoderamento”, nesse sentido, está embebida em um “caráter de dádiva, de algo que pode ser outorgado (...)”, mas que na opinião dos autores “não é algo que pode ser feito a alguém por uma outra pessoa” (ROMANO & ANTUNES, 2002, p.12). Para eles, só é possível admitir essa noção num contexto em que se enfrente a questão do poder. Resumindo os múltiplos debates sobre a questão do poder em duas vertentes polarizadoras, teríamos uma que vê o poder como uma capacidade de controle de algo sobre alguém, como uma “força sobre”, que seria a concepção do pluralismo norte-americano da ciência política. A outra concepção, já mencionada neste trabalho, seria a ideia de poder pensada por Foucault, como um poder “relacional”, constituído em “uma rede de relações sociais entre pessoas que têm algum grau de liberdade, e somente existe quando se usa” (*idem*, p.14).

Nessa segunda concepção, estaria incluída a ideia de “processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir” (ROMANO & ANTUNES, 2002, p.17). Seria, então, um processo relacional e conflituoso, pois sempre há vínculo entre os atores que buscam uma mudança nas relações de

poder existentes. Para isso, colaboraria a construção de redes sociais e de organizações populares no campo da sociedade civil (*idem*).

Como sugeri em outra parte do texto, os *fóruns participativos* da Ilha Grande estão conectados a redes sociais locais e extras locais. A análise de uma rede a partir da dinâmica das relações sociais que nela se estabelece é, segundo Guerrero (1996), interessante, pois permite entender as redes de poder, no sentido de Foucault, que estão em jogo naquele contexto. A autora identifica que há dois elementos importantes constitutivos das redes: os atores que delas participam e que atuam como emissores e receptores, e os vínculos ou relações entre eles, que seriam os canais de comunicação. Um elemento também fundamental seria a posição de cada ator nessa rede. Sua centralidade definiria, portanto, sua capacidade de atuação. Uma mesma rede poderia ter várias funções e através dela poderiam circular vários tipos de fluxo, como informação, capital, etc.

No caso dos *fóruns participativos* que estão sendo analisados, uma mesma rede social atua em várias frentes, ampliando seu âmbito de atuação para dimensões regionais ou agindo em esferas mais localizadas. O conselho da APA de Tamoios atua em uma esfera mais ampla, pois esta envolve toda a Ilha Grande, entre outras ilhas e porções territoriais no continente. Já as reuniões da praia do Aventureiro são localizadas, e o conselho do PEIG, nesse caso, se apresenta como um âmbito intermediário, pois engloba várias localidades da Ilha.

Os conselhos, formados institucionalmente, se ampliam através das redes alcançando âmbitos não-institucionalizados, o que recebe uma contribuição de peso pelos contatos feitos através da Internet. Muito do que se discute nas reuniões locais extravasa de formas variadas, que vão desde as conversas debaixo da amendoeira do Abraão, [18] passando pelas conversas na barca ou nos barcos, até os e-mails dos grupos e outros *copiados para sabe-se lá quem*.

Porém, há atores que ocupam papéis centrais. Não são apenas pessoas do Estado marcando reuniões ou decidindo pautas. Como já relatado, existe um "núcleo duro" que *faz a coisa funcionar*. São pessoas que estão presentes em quase todas as reuniões, que trocam e-mails constantemente, que submetem suas ideias aos parceiros, fazem combinações em comum, marcam de ir junto para reuniões, nos barcos, em carros, etc., se encontram *por fora* das reuniões oficiais para *acertar pontos*, tentam negociar mais finamente suas divergências. Há nesse grupo pessoas do Estado, pesquisadores de tipos variados, ONG's, pequenos

[18] A amendoeira do Abraão fica localizada próximo ao cais e é um ponto de encontro muito utilizado principalmente pelas pessoas locais. É considerada, também como um ponto de *fofoca,* como relatado por um morador entrevistado.

empresários, pessoas das comunidades locais, etc. Aí se vê operando o "sentido de comunidade" atribuído por Bauman (2003).

Guerrero aponta que se fosse considerada a quantidade de vínculos existentes entre os membros de uma rede, as redes poderiam ser classificadas por sua densidade, que seria máxima caso todos os atores estivessem relacionados entre si, e de pouca densidade quando os atores fazem poucas comunicações. A autora afirma que as redes sociais mais típicas são as formadas por estruturas intermediárias, em que alguns atores estão conectados e outros não. Penso que esse seja o caso especifico da Ilha, pois, como foi dito, com a ampliação das redes, muitas pessoas estão conectadas inclusive invisivelmente, lendo e-mails, procurando *saber das notícias*, ou mesmo frequentando reuniões sem muita *participação*. A densidade nesse caso não é fixa, ela alcança níveis variados. Quando a situação política demonstra a necessidade de uma aglutinação, muitos dos que estavam mais distantes se aproximam, fortalecendo movimentos.

Outro critério a que a autora confere importância é o da intensidade dos vínculos. Nesse caso, as redes mais unidas seriam aquelas em que existem várias e fortes ligações entre seus membros. Alerta, porém, para que, apesar de a frequência dos contatos e da proximidade física ajudar a reforçar a intensidade dos laços, ela não está restrita a esses fatores. É importante lembrar sobre como tem sido possível reunir pessoas em torno de casos polêmicos da Ilha, como o do Aventureiro, para apoiar ações, marcar posições, etc.

A Internet tem colaborado para isso. Muitos dos que estão distantes fisicamente estão intensamente enlaçados a causas e pessoas, e podem se aproximar e se manifestar rapidamente, reforçando a densidade e intensidade da rede. Boaventura Santos trabalha o uso dessas possibilidades contemporâneas quando fala de "cosmopolitismo", ou seja, o uso da tecnologia para criar e fazer atuar movimentos contra-hegemônicos. "O cosmopolitismo não é mais do que o cruzamento de lutas progressistas locais com o objetivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in locu* através das ligações translocais/locais" (SANTOS, 2002, p.69).

Por fim, Guerrero indica que as redes podem ser consideradas também pelo conteúdo das relações, que está intimamente ligado "à função instrumental da rede", em que se distinguem redes de comunicação, de parentesco, de amizade, de poder, etc. Sob esse aspecto, ouso inferir que as redes das quais está se tratando, apesar de serem construídas sob a temática ambiental, articulam todos esses aspectos citados, formando, assim, sub-redes, ou conjuntos. Mayer (*apud* GUEBEL, 1996) distingue rede e conjunto, na medida em que vê a rede como ilimitada (rede de vizinhança, amizade, redes políticas amplas, redes econômicas, etc.), e o

conjunto como "identificável em função dos enlaces que proporciona à rede" (p.81). O conjunto está "centrado em torno de um ego" (ou vários) e compõe-se de pessoas classificadas por ele ou eles segundo determinados critérios (*idem*). Essas pessoas formariam uma parte da rede. Mayer identifica que uma sucessão de conjuntos poderia formar uma "facção". Facções seriam "unidades de conflito que se ativam em ocasiões concretas, em lugar de se manterem através de uma organização institucional" (*idem*, p.81).

Nesse sentido, pensando nos *fóruns da Ilha*, vejo que o que chamei de "núcleo duro" poderia ser também chamado de "conjunto", que se organiza em torno de algumas pessoas, como uma "comunidade moral". Em caso de situações conflituosas mais marcantes, acionam-se mecanismos de aglutinação das redes, formando conjuntos maiores que podem ser denominados como facções. [19]

[19] Embora essa palavra esteja mais associada a partidos políticos, penso que se aplica ao caso específico seu sentido de "grupo de indivíduos partidários de uma mesma causa em oposição à de outros" (Houaiss).

PARTE II: O TEMPO DE CONCLUIR

O texto a seguir, baseado na entrevista com Neuseli Cardoso, moradora nativa da Ilha Grande, tem a intenção de fazer uma transição (afetiva) dos temas que foram tratados a respeito do conjunto da Ilha para o micro-universo do Aventureiro. Neuseli, nascida no Aventureiro, vive há muitos anos na Vila do Abraão (que funciona como uma capital da Ilha) e participa de todos os fóruns tratados na tese, como representante do que considera o seu "lugar".

"Eu vivo de esperança"

Quando fui ao Abraão naquele fim de semana de abril, foi exclusivamente para entrevistar Neuseli Cardoso. Era 2009. Conheci Neuseli em fevereiro de 2006, bem no dia da reunião do Aventureiro em Angra, no início da luta que resultou no processo de recategorização. Eu havia feito minha pesquisa de mestrado em 2003 e 2004 no Aventureiro, e nunca tinha me deparado nem uma só vez com ela.

Ouvi muitas vezes o seu nome em minhas entrevistas ali, passei pela frente de sua casa inúmeras vezes. No mapa que fiz da vila, lá estava sua casinha marcada. Sabia que tinha feito um livro com sua amiga Alba, que depois ganhei de Rosane (ela fez o prefácio), chamado "Cura, sabor e magia nos quintais da Ilha Grande". Fomos apresentadas no restaurante do extinto Hotel Londres, em Angra, depois da reunião. Ela comentou comigo que sabia da minha dissertação e que gostaria de lê-la, mas foi só. As pessoas passavam com pratos pra lá e pra cá e não dava pra conversar ali, no meio do caminho.

Em 2007, depois da reunião do plano diretor da Ilha Grande, em Provetá, conversamos bastante. Ela tinha ido à reunião como representante do Aventureiro, com Luiz Tenório, na época presidente da associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (Amav). Prometi que lhe enviaria a dissertação e mais uns artigos que eu tinha escrito. Ela me contou sobre seu amor pelo Aventureiro. Na reunião, ela tinha feito uma fala firme e emocionada, num estilo muito próprio, que eu estava começando a conhecer. Uma mulher de porte pequeno, magra, mas altiva, ereta, com uma expressão no rosto que passa de dura e zangada a suave e doce, em segundos. Falou-me, já naquele dia, que estava disposta a ir a todas as reuniões possíveis, que queria lutar pelo Aventureiro, que essa seria sua missão a partir de então. Ficamos amigas de imediato, era inevitável. Uma empatia quase instantânea e uma afinidade que foi sendo descoberta aos poucos constituíram a matéria-prima da amizade que fomos esculpindo.

Nesse abril de 2009, marquei de encontrá-la no cais da barca às 17 horas, já que nesse horário ela estaria saindo da escola e eu chegando de viagem na barca que vinha de Angra às 15h30. E assim foi. Ao desembarcar, avistei-a imediatamente me esperando no cais. Fomos alegremente para sua casa, contando as novidades. Passamos no mercadinho, compramos coisas para o lanche da noite e atravessamos a areia da praia do Abraão, falando e falando, em direção à prainha afastada onde fica sua casa. Um bom e comprido caminho, que ela percorre pelo menos duas vezes ao dia.

Ao chegarmos, troquei o maiô e imediatamente fui tomar um banho de água gelada, transportada num *cano grosso*, diretamente da nascente, e que cai num *tanque* rústico de pedra, no canto de seu jardim. Água mágica, que me fez criar alma nova. Arrumamos o lanche. E, assim, com o café na mesa, sentei-me no banco de madeira da varanda, de frente para o mar. Comemos conversando e rindo, como sempre, e depois pedi licença para ligar o gravador. É curioso entrevistar uma amiga de quem se pensa saber muito. Descobri que, por mais que se saiba de uma pessoa, sempre há muito mais por saber.

Eu nasci na praia do Aventureiro no dia 10 de março de 1957. Meu umbigo está enterrado lá. Enterrar o umbigo do bebê é um hábito antigo do Aventureiro, que possui um grande significado de pertencimento.

Meus pais, meus avós, meus irmãos, todos nasceram lá. Lá eu fiquei até os 11 anos de idade, porque eu já havia concluído o curso primário e queria muito estudar. Lá não havia mais escola, aí eu tive que sair do Aventureiro para ir estudar fora. Meu pai falava assim: minha filha vai ser professora. Então, eu tinha um ideal na vida: ser professora.

Eu tive uma infância muito boa, saudável, eu lembro de muitos detalhes. Nossa mesa era sempre muito farta. Agora, a gente sempre trabalhou muito. Meu pai trabalhou muito, muito, muito. Minha mãe... Eu não sei quem trabalhou mais, se foi meu pai ou minha mãe. Pra você ter uma ideia os meus pais tiveram 15 filhos. Meu pai era lavrador e pescador. Ora ele trabalhava na roça, ora ele trabalhava na pesca, mas a pesca ali no Aventureiro.

A pesca era feita com rede, cerco, pescaria em cima da pedra, pescaria com samburá, ele não era um embarcado num barco de pesca, não, ele era pescador da praia do Aventureiro. Enfim, nós fomos alimentados e criados com a roça e com a pesca através do trabalho dos meus pais e dos meus irmãos mais velhos. Eu cheguei a trabalhar um pouco na roça também, mas eu era criança. As crianças também trabalhavam. Era tudo muito organizado, porque as famílias organizavam.

Morreram cinco irmãos meus com doenças infantis, ficaram dez. Você vê, pra criarem dez filhos todos com diferenças, mais ou menos, de um ano de um para o outro... Era difícil!

O neném ainda estava mamando e a minha mãe já estava esperando outro. E tudo trabalhando. Ela torrava a farinha naquele forno com temperatura de sei lá quantos graus, até o nono mês. Até na hora de nascer. Às vezes, ela sentia os primeiros sintomas de parto ainda mexendo farinha. E, pra manter uma casa, tinha que lavar, passar, cozinhar... manter tudo organizado, a educação das crianças...

Todos os meus irmãos, e eu também, estudamos na praia do Aventureiro. Pelo menos até o curso primário todos têm. Agora, só eu e minha irmã saímos para estudar fora. Mas foi uma infância muito boa.

Ela falava pausadamente, pronunciando bem cada palavra, dando entonações diferentes, que sinto não poder reproduzir no relato. Desde a primeira palavra, era uma fala emocionada. Seus olhos brilhavam na varanda que começava a escurecer. Lá embaixo, no mar, barquinhos iam e vinham, e eu olhava ao mesmo tempo a paisagem externa, bela e cheia de movimento, e a interna, as imagens mentais que ia construindo sobre sua narrativa.

Na roça, o trabalho do homem era o trabalho mais pesado: roçar, derrubar, preparar a terra, cavoucar, enquanto que o da mulher era plantar, semear, pegar as sementes de feijão e jogar nas covas e ir enterrando. Ou então, pegar as manivas da mandioca, o pedacinho da rama e ir enterrando. Depois, tinha que fazer a manutenção da roça. Se você plantou aquela mandioca, tinha que deixar sem mato em volta, sem praga, e, de quando em quando, aterrava-se a mandioca, os pauzinhos, punha terra na cepa de cada plantinha pra fazer manutenção, para nutrir a rama. Isso levava um ano pra fazer, para plantar a mandioca, depois colher pra fazer a farinha. O feijão levava cinco meses, o milho também levava bastante tempo. Era um trabalho permanente. Todos os dias tinha que ir à roça fazer a capina, para não deixar que os matos, as pragas, matassem as plantações.

Minha casa era um pouco afastada da beira da praia, ficava num platô. Tinha que andar uns dez minutos pra chegar na praia, era uma vista muito bonita. Meu pai era de 1920 e a minha mãe de 1928. Eu lembro do meu avô Osório, que era o pai da minha mãe, e da minha avó Dodoza, que era a mãe da minha mãe. Agora, o meu avô Henrique, que era o pai do meu pai, eu nunca conheci, pois quando ele morreu meu pai tinha 12 anos. Minha avó Benedita, eu também me lembro nitidamente dela.

Não me lembro de nada triste na minha infância. De segunda a sexta, meus pais e meus irmãos mais velhos iam para a roça, desde que o dia amanhecia até as quatro da tarde. Eu e minha irmã ficávamos cuidando da casa, fazendo a comida. Deixávamos tudo arrumadinho. Até o galinheiro. Nosso galinheiro era muito limpo, a gente limpava todos os dias, botava aquela areia branquinha da praia do Aventureiro. Cuidávamos do terreiro,

varríamos todos os dias com vassoura de alecrim. Só à tardinha é que a gente ia à praia pra tomar um banho de mar. Os adultos só tomavam banho de mar quando estavam pescando, ou aos domingos. E só os homens. Eu não me lembro de nenhuma mulher tomando banho de mar, quando elas iam à praia era pra puxar a rede, o cerco que era puxado na praia. Eu me lembro do cerco da tainha. As pessoas que tinham canoas grandes, de rede, pegavam muita tainha. Teve um cerco de inverno que foi um marco nas nossas vidas. Foi o cerco das 13 mil tainhas. Eu era pequena, acho que foi em 65. Eu tinha uns 8 anos.

Meu pai comprava querosene, sal e tecido em Angra dos Reis. Minha mãe fazia nossas roupas. Meu pai comprava o sabão Portuguez. Vinha enrolado em um jornal velho e eu lia aquelas reportagens todinhas. Pra mim, não interessava de que dia eram aquelas notícias, eu tinha que ler aquilo tudo. E meu pai pedia pra eu ler pra ele, pois ele era analfabeto. Aí ele dizia: minha filha um dia vai ser professora. O curso primário lá no Aventureiro, na minha época, ia até a terceira série primária. Entrei para a escola em 64, com sete anos. Só depois, então, é que eu fui para Campo Grande fazer o ginásio.

Meu pai conhecia um casal no Abraão, dona Lili e seu Jorge, que ia morar em Campo Grande, no Rio. Dona Lili queria uma dama de companhia para passear com ela. Meu pai contou para eles que tinha uma menina muito inteligente e que queria estudar. Fui morar com eles. Meu pai me emprestou pra eu poder ir estudar. Eu vim do Aventureiro ao Abraão com meu pai, montada em uma mula. Eu não conhecia o Abraão. Fomos de lá para o Rio de Janeiro. Pra casa da dona Lili. Nas férias de dezembro e de julho, eu podia vir para a Ilha. Eu ia todo dia para a escola. Só estudava. Colegas, só tinha na escola. Ela comprou muitos livros para mim. Eu li tudo. De manhã eu ficava na escola, à tarde eu ficava em casa lendo. Nos fins de semana, quando ela queria viajar, me levava. Eu mesma decidi que não podia ter nem uma nota vermelha e nem uma falta, pois isso ia me atrapalhar de voltar para a Ilha Grande. Meu sonho era voltar formada para a Ilha Grande. Era um compromisso que eu tinha comigo. Nas férias eu ia para o Aventureiro. Quando chegávamos ao Aventureiro, meu pai fazia festa. Tinha até baile, que naquele tempo se chamava calango. Eu tinha três meses de férias de verão. Eu esquecia do Rio de Janeiro e a minha vida voltava a ser como antes. Mas o ano demorava a passar. Era uma eternidade. Lá, eu fiz o primário de novo, o ginásio, o normal. Quando eu me formei, os velhinhos morreram.

Foi então que eu entendi seu amor tão grande pelo Aventureiro. Justamente aquela que foi embora de lá aos 11 anos preservou esse amor, que parecia maior que o dos outros, apesar de eu sempre ouvir os moradores de lá, durante minha pesquisa, falarem de amor pelo lugar. Ela foi embora e guardou intactas as memórias míticas da infância. O Aventureiro passou a

ser tecido de sonho. Pelo desejo da volta, pela saudade da família. Pela angústia alegre de ir conhecer o "mundo", mas ter que deixar pra traz o calor da casa.

Quando voltei para a Ilha, como professora, com um diploma na mão, meu pai ficou muito feliz. Ele que me levou na escola, meu primeiro emprego, me apresentou à diretora. Ele falou com muito orgulho: esta é minha filha: professora. Eu peguei uma turma de quarta série, de 40 alunos. Eu emagreci cinco quilos. A escola normal não ensinou muita coisa, a gente aprende mesmo é na prática. Eu encontrei muita dificuldade, mas as pessoas foram muito receptivas comigo, aí eu dei conta do recado, mas emagreci cinco quilos em um mês. Depois eu peguei o embalo lá na escola, as pessoas começaram a me conhecer, a me respeitar, a gostar de mim, e eu estou até hoje lá na Brigadeiro. Foi o meu primeiro emprego, e este ano completei trinta anos lá.

Sua família se mudou para o Abraão nos anos 1970. Sua mãe estava doente e do Abraão era mais fácil ir a Angra. Também havia condições melhores de vida. Tinha luz, escola, e seu pai estava ficando mais velho. Ir para o Abraão significava, de várias maneiras, "melhorar de vida".

Eu fiquei contente quando meus pais vieram para o Abraão, pois aqui tinha água encanada e luz. Quando eu vi nossa casa toda iluminada... Era uma coisa linda. Mas, ao mesmo tempo, eu ficava pensando que deixar nossa casa lá no Aventureiro abandonada era muito triste. Nosso umbigo enterrado lá. As plantações, as nossas lembranças, o nosso passado... mas na vida a gente tem que escolher e os meus irmãos precisavam de escola. Hoje meu irmão caçula é o mestre da barca. Se ele não tivesse estudado, ele não poderia ser.

No Abraão meus irmãos trabalhavam na pesca. Depois é que eles descobriram o artesanato, faziam gamela, remo, mas nem conheciam a palavra artesanato, nem sabiam que aquilo tinha valor. Depois é que foram descobrindo. Meu pai também fazia. O Abraão inteiro tem peças do meu pai, ora ele dava, ora ele vendia. Meu pai morreu em 94. De 85 até 92, ele fez muito artesanato. Tinha muita procura. A procura era maior do que a oferta. Principalmente os remos. Era o que eles mais faziam. Remos de tamanho natural, mas também remos pequenos para ornamentação.

Há trinta anos atrás, o Abraão era uma grande família. Todo mundo se conhecia. As pessoas iam uma na casa da outra comer um bolo, essas coisas. Era uma vila pequena. As pessoas aqui viviam basicamente do presídio, a maioria daqui, inclusive os nativos, dependiam do presídio. Os nativos se chamavam de nativos e olhavam os forasteiros como "as pessoas de fora". Mas com o tempo isso foi diminuindo, pois foram casando com as

pessoas do presídio, muitos deles mesmos foram trabalhar no presídio, então isso foi diminuindo.

As primeiras pousadas foram a da dona Penha e a do seu Elias. Quando cheguei aqui, em 79, eles já tinham as pousadas deles. Eles são mais antigos do que eu aqui no Abraão. As pessoas que vinham para as pousadas daqui eram indicadas, eram conhecidas. Agora, a explosão mesmo foi depois que acabou o presídio. A Ilha aí começou a aparecer no rádio, na televisão, a ter propaganda.

Um pouco receosa da indiscrição, mas não contendo a curiosidade, quis saber sobre seu casamento com Seu Julião, já falecido. Tinha visto fotos nos porta-retratos em seu quarto. Nas várias fotos, aparecia uma Neuseli jovem, de cabelos pretos, uma mulher muito bonita. Sempre acompanhada por um senhor bem mais velho, muito sorridente e moreno, queimado de praia, hígido apesar da idade.

O meu conhecimento com o meu marido foi muito interessante. Eu tinha terminado a escola normal e estava começando aqui na escola Brigadeiro Nóbrega, e meu pai falou assim: minha filha, eu conheci um senhor que mora em um veleiro, lá na praia da Júlia. Ele cria cobras. Eu achei aquilo estranho, nunca conheci ninguém que criasse cobras. Então resolvi ir lá conhecer aquele senhor e perguntei ao meu pai qual era o nome dele. Meu pai disse: Julião, mas ele já é um senhor. Aí fui conhecê-lo e me apresentei: eu sou a filha do Seu Joaquim Cardoso, estou chegando do Rio, sou professora aqui na escola. Pedi a ele para me explicar porque criava cobras, pois eu tinha achado isso um negócio diferente, uma coisa até sagrada. Ele me contou que pegava cobras vivas punha em uma caixa aparafusada e mandava para o Instituto Butantã, em São Paulo. "Em contrapartida, eles me mandam soro e eu tenho soro aqui na minha casa. Se alguém precisar, pode vir aqui que eu aplico", dizia ele.

Bem, aqui vivi 24 anos com ele e fui muito feliz. Ele era meu marido, meu companheiro, meu parceiro, meu mestre, muita coisa eu aprendi com ele, eu acho que 50% do que eu sei, eu aprendi com ele. Meu marido queria que eu deixasse a escola para me dedicar tempo integral a ele. Mas eu disse não, nós faríamos dois acordos: primeiro que eu não deixaria a escola, porque a escola na minha vida era uma coisa sagrada. Segundo, que nós não teríamos filhos, porque, morando na Ilha, eu só poderia ficar até certa idade do filho, pois ia ter que morar numa cidade para procurar uma boa escola. Todas aquelas ideias que toda mãe tem. E isso eu não queria.

Meu marido era paulista, engenheiro agrônomo, especialista em fitopatologia. Mas quando ele era jovem, quando dava uma folguinha da faculdade, ele vinha para o Rio. Ele

gostava muito de praia, pegava muito sol. Ele teve câncer de pele. Com 75 anos. Ele fez vários tratamentos, operou, fez enxertos. Ficou bem, mas no final de sete anos a doença voltou. Fomos para São Paulo e ele ficou lá três meses internado, mas ficou bem de novo por cinco anos. Aí teve outros problemas, mas foi convivendo. Em uma transfusão de sangue, por causa da doença, ele pegou hepatite C. Mas ele só morreu aos 93 anos. Ele era um homem muito sadio. Só tomava banho frio. Comíamos peixes pescados por nós. Todo dia, muito cedo, a gente saía em nosso bote. Às oito já estávamos de volta. Não usávamos nada enlatado. Era tudo feito na hora. Só morreu porque teve cirrose hepática, por causa da hepatite. Mas ele não quis ficar no hospital, pediu ao médico para vir para a Ilha. Ele ficou por uns tempos bem, depois piorou, piorou, até que morreu no dia 26 de julho de 2004, numa clínica em Angra. Ele pediu para ser enterrado aqui na Ilha e foi enterrado no cemitério do Abraão, do lado do meu pai, como ele queria.

A entrevista transcorria cheia de emoção. Vez por outra, os olhos de minha amiga se enchiam de lágrimas. Eu também estava muito emocionada, mas também preocupada de estar lhe causando dor com essas conversas. Percebi, entretanto, que embora doessem, essas lembranças faladas traziam de volta o passado perdido e, de certa forma, a alegria ficada para trás. Para mim, eram joias, não só porque extraídas da experiência de uma vida, que me remetiam, também, às minhas próprias lembranças e saudades, mas porque me apresentavam uma Ilha Grande feita de carne e coração.

Em 2004 aconteceu de tudo na minha vida. Em janeiro eu resolvi fazer faculdade. Eu queria fazer biologia para poder ter o crachá da UERJ e poder passar na Reserva Biológica. Eu queria poder passar na Reserva *quando eu quisesse. Ninguém ia me proibir de passar lá. Estudei muito. Além disso, cuidava da casa, do meu marido, do meu pai. Na véspera do vestibular, eu fui para Angra, pois a prova ia ser às oito da manhã. Quando cheguei a Angra com as minhas colegas que iam fazer a prova também, senti uma coisa esquisita no meu peito, aí resolvi dar uma passada no médico, pois queria estar bem no dia seguinte.*

O médico me examinou e fez um eletro. O rosto dele franziu. Ele me mandou deitar e foi no laboratório, chamou o rapaz para colher sangue e disse que queria o resultado em 20 minutos. Quando olhou o exame, o rosto dele franziu mais ainda. Eu disse: doutor, eu tenho que ir embora, pois eu vou fazer o vestibular às oito da manhã. Ele respondeu: amanhã às oito horas você vai estar no hospital, porque você está enfartando. Me carregou no colo, me botou no carro dele, me levou para o hospital e me internou. Me colocaram na UTI e ligaram todas aquelas máquinas. Eu pedi que avisassem ao meu marido que eu tinha tido um problema de pressão, mas que não era nada de mais, porque não queria assustar ele. Eu tive

um enfarte e um derrame. Fiquei toda torta. Meu marido desconfiou que alguma coisa estava errada e foi lá. Eu fiquei internada durante 15 dias. Depois ele me levou para São Paulo, fiz tratamento e fiquei por lá três meses. O médico disse que eu tinha que cortar 50% das minhas preocupações, como em um sonho que eu tive. Fui melhorando. Hoje, tomo três medicamentos, evito sal e faço caminhada. Eu acho que eu tive uma segunda chance de viver, então resolvi viver ajudando as pessoas no que eu puder ajudar. Mas da faculdade eu desisti.

A conversa se encaminhou, então, para os dias atuais, para o Parque, a sua participação nos fóruns e a sua grande preocupação: o destino do Aventureiro.

Até dois anos atrás, quando se falava em parque, ou no pessoal do Estado, ninguém aqui queria saber. O Parque era para reprimir as pessoas aqui. O Parque era um meio de punição. Só quando veio o João Emílio (2007), que foi administrador aqui por pouco tempo, mas conseguiu sensibilizar algumas pessoas, as pessoas começaram a ouvir e o Parque, por sua vez, também começou a ouvir a comunidade. Começou a ter um intercâmbio, até mesmo de confiança, porque, antes, essa palavra não existia entre parque e comunidade.

Ainda tem muita imagem negativa do Parque. Eu mesma sou crucificada porque estou sempre junto do Parque, participo das reuniões, tiro meu chapéu para alguns trabalhos que o Parque vem desenvolvendo. Aí as pessoas confundem. Me olham: ah, a Neuseli é do Parque. Se é do Parque, está longe da gente, não presta. E eu não vejo mais assim. Até faço parte do conselho consultivo. Eu me sinto muito mal das pessoas me verem assim. Primeiro, eu não sou Estado. Eu sou nativa, eu sou daqui. Eu não sou funcionária. As reuniões que eu vou, eu faço porque eu vejo algumas coisas boas, que eu admiro. Mas às vezes eu vejo que quando eu chego, as pessoas param de falar, porque pensam que eu sou do Parque.

Nesse momento, pensei na ironia de uma pessoa que ama tanto a Ilha e que frequenta as reuniões representando o Aventureiro, querendo defender os direitos da sua gente, ser vista por muitos deles como estando "do outro lado". Pensei em como é difícil o papel de mediação, o estar entre mundos diferentes, transportando significados de um para o outro, mas, às vezes, não estando nem em um, nem em outro.

Lá no Aventureiro infelizmente isso também acontece. Até com parente. Eu chego e as pessoas desviam o tom da conversa, eu percebo que estavam falando da reserva, do governo. Eu estou sempre com os pesquisadores das universidades, mas eu faço isso porque eu gosto das pessoas. Acho que só o tempo pode se encarregar de mostrar a verdade. Eu espero que isso aconteça. Eu não brigo por poder, nem por dinheiro, eu brigo por justiça, para que todos sejam respeitados.

Quis saber o que mobilizou toda a sua participação, qual o significado disso tudo para sua vida pessoal.

Comecei a participar quando começou aquele movimento da praia do Aventureiro, em 2006. Antes eu cuidava do meu pai, da minha mãe e do meu marido, pois todos ficaram doentes. O meu tempo era todo dos meus velhos. Depois que eles foram morar no céu, aí sobrou um tempo para eu me dedicar às comunidades. Eu senti vontade de participar porque eu vi aquele movimento lá no Aventureiro e pensei: puxa, eu sou professora, eu tenho obrigação de informar, de orientar, ajudar na educação ambiental. E, também, eu tenho um apoio do Alexandre, do Codig, ele diz: Neuseli, você ainda é uma mulher jovem, cheia de energia, você é a mulher certa, na hora certa. Seu Palma também diz: você tem tanta saúde, você é a pessoa certa para esses movimentos. Eles estão sempre me estimulando e eu fico convencida de que eu posso ajudar. Eu sei que atrapalhar, eu não atrapalho, eu tenho certeza que eu ajudo. Eu enfrento qualquer coisa, aquele marzão do Aventureiro, eu enfrento temporal, eu enfrento trilha pesada, qualquer coisa pelo meu ideal. O objetivo na minha vida é ver aquele povo viver em paz.

Eu tive a ideia de fazer o museu do caiçara por causa desses encontros que a gente participa. Numa dessas conversas, o seu Paulo Bidegain (ex-superintendente de biodiversidade da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA) *disse: a gente podia ter um museu aqui. Eu achei a ideia maravilhosa, até porque eu tenho cama, mesa, pilão, gamela, eu tenho canoa de guapuruvu, bonecas, um punhado de coisas do tempo do meu pai, dos meus avós. Aí eu topei, mas pedi que o museu fosse colocado na praia do Aventureiro. Ele concordou, mas disse que em contrapartida eu tinha que fazer um livro sobre a praia do Aventureiro. Desde aquele dia, há dois anos atrás, eu comecei a guardar mais coisas e a pensar no livro. Na minha cabeça eu vou fazer o museu, já fiz até um esboço do projeto e o livro.*

Eu já guardava muita coisa. Foi com aquele pilão ali que nós fomos alimentados. Ele tem mais de 100 anos. Meu pai pilava o milho, o café, o arroz, a paçoca. É uma relíquia. Eu sempre tive o cuidado de guardar as coisas que eram de meu pai. Não era com ideia de museu, era porque eu gostava. Eu tenho uma cestinha que era do meu pai quando ele tinha 10 anos de idade e trazia o biju, que se chamava tapioca, todo enroladinho, do Aventureiro para vender na Vila *Dois Rios, onde tinha o presídio. Quem fazia era minha avó Benedita. Tenho um vestido que era da minha avó, eu já tinha o cuidado de guardar como lembrança. Esses lampiões aí são de querosene, eram da minha mãe.*

A palavra caiçara eu ouvi falar pela primeira vez quando meu marido me apresentou à família dele. Ele disse: olha, ela é uma caiçara. Eu perguntei a ele o que era caiçara e ele disse: caiçara é quem vive no litoral. Aí eu falei: então eu sou caiçara. Há 30 anos atrás, eu já conhecia essa palavra. Agora, que eu li os livros do Diegues, eu vi. Eu me encaixo em tudo que o Diegues fala. Antigamente aqui ninguém sabia o que era caiçara. Esse termo é paulista. Eu sabia por causa do meu marido. O que é o caiçara? É o pobre que vive da lavoura e da pesca. No começo, as pessoas aqui não gostavam de ser chamadas de caiçara, pois achavam que eram pessoas sujas, que não gostavam de trabalhar. O bebum, o largado na vida. Mas na verdade não é isso. Tanto que não é só na Ilha Grande, é em todo o litoral.

Neuseli aplica o que aprende em suas trocas com o mundo acadêmico em sua própria vida, em seu cotidiano. Por um lado, separa o lixo, não tira um só galho, pois "sabe" *que ele fará diferença na natureza*. Cuida de não por xampu na água que vai direto para o mar. Do mesmo modo, lê os livros do Diegues, lê teses, dissertações e monografias e o que mais aparecer falando da Ilha e dos caiçaras. E também escreve. Além de poemas e outros pequenos livros, terminou agora, em 2010, seu livro sobre o Aventureiro, com a ajuda de suas amigas Alba e Hilda. O livro demandado por Paulo Bidegain, que nem está mais no Brasil. O livro tem um título sugestivo: "Onde deixei meu coração". Nele, ela conta histórias do Aventureiro, fala de fauna e flora, com os nomes populares, os que conhece desde criança. Fala dos hábitos caiçaras, da pesca, das canoas, dos cultivos, das criações de animais, da caça, do modo de fazer a farinha, da família, da infância, da religiosidade, dos mitos, das rezas e benzeções, das danças, da medicina da mata e também da morte. Fala de seu pai, figura muito conhecida no Abraão e no Aventureiro como "Meu Santo", calangueiro, contador de histórias, analfabeto e poeta, "o menestrel do Aventureiro". Conta muito mais, mesclando suas memórias mais queridas com citações teóricas, em um saboroso intercâmbio de saberes. Fala do Aventureiro da infância e do Aventureiro da recategorização, de um modo pelo qual o primeiro é capaz de fundamentar o segundo.

Ao fim da entrevista minha amiga estava visivelmente cansada, pois costuma dormir muito cedo. Mesmo assim, fez questão de dar um desfecho condizente à narrativa.

Eu participei do plano diretor *da Ilha Grande. No começo foi um arranca rabo, mas depois as pessoas foram se conscientizando que o que interessava não era o meu pirão primeiro, e sim o pirão para a Ilha Grande. Na história do cais, por exemplo. Ah, eu quero meu cais particular, era o que muitos pensavam. Mas, no fim, o cais teve que ser para uso público. A Ilha Grande é da Ilha Grande e não para dez pessoas. Com isso tudo, com todas essas reuniões, eu fiquei mais simpática. Eu era muito fechada. Agora as pessoas gostam de*

me ouvir, eu gosto de ouvir as pessoas, eu gosto de trocar ideias, recebo pessoas na minha casa, eu vou visitar as pessoas. Estou aprendendo muito. Pra mim é uma grande escola. Peço a Deus que me dê muita saúde pra eu continuar esse movimento de trocas. De aprender, de ensinar. Hoje eu tenho uma visão ampla do ambiente para todos nós. Hoje, eu separo o meu lixo. Eu acho que hoje eu tenho um novo olhar, uma sensibilidade mais aguçada.

Eu vivo de esperança. Eu participo desses conselhos, desses grupos, desses encontros, desses fóruns, desses seminários, de todo esse movimento, porque eu acredito que algumas pessoas já estão valorizando o povo, a classe baixa, o pobre. Porque antigamente pobre era pobre e rico era rico e nem um bom-dia se davam. Hoje, eu percebo que existe uma interação. Hoje em dia um catedrático se sente bem quando está dentro de uma comunidade, fazendo parte de um movimento quilombola, desses movimentos sociais. Uma grande mudança no país. É uma transformação. Estreitar laços. É isso que falta. Humanismo.

A noite já ia alta. As luzes brilhavam ao longe em um mar quieto. Ouvia-se, vez por outra, um pio de coruja. Desliguei o gravador e dei boa-noite à entrevistada, já com os olhos fechando de sono. Mas para mim não foi fácil dormir. Um mundo de informações e emoções povoou minha noite. Fiquei no escuro da varanda, na rede, olhando as luzes ao longe, até não aguentar mais e continuar nos sonhos a minha reflexão.

7. AVENTUREIRO: UM CASO EMBLEMÁTICO NA ILHA

7.1. Uma instabilidade recorrente

Desde 1981, a área que corresponde à Praia do Aventureiro faz parte da Reserva Biológica da Praia do Sul. Esse fato tem acarretado inúmeros problemas, tanto para a população, que lá estava muito antes da Reserva ser criada, como para o próprio Estado. A primeira passou a ter restrições e impedimentos às suas práticas culturais costumeiras de uso dos recursos naturais e ocupação do espaço. Já o Estado teve que gerir uma complicada situação, criada por ele mesmo, de ilegalidade em relação à reserva, na medida em que a presença de moradores em uma unidade de conservação da categoria Proteção Integral tem implicado a ocorrência de inumeráveis ações em desacordo com a legislação (COSTA, 2004 e 2008; FERREIRA, 2004)

Várias vezes, a população esteve sob ameaça de ser retirada do Aventureiro. E, outras vezes, foi aventada a possibilidade de desafetação da área do Aventureiro da Reserva Biológica. Em 2000, um militante de uma ONG ambientalista, após passar alguns dias no Aventureiro conversando com os moradores e coletando informações, deu entrada em um inquérito no Ministério Público solicitando a retirada dos habitantes locais. Esse fato repercutiu fortemente na comunidade, que já vivia em uma situação de insegurança desde a criação da reserva. Por outro lado, provocou a necessidade de se organizarem para a defesa diante do Ministério Público, o que fez com que criassem Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro - Amav (COSTA, 2004 e 2008; FERREIRA, 2004).

Com o tempo, a associação de moradores foi se mostrando importante, tornando-se um canal de reivindicação perante o Estado. Foi por meio dela que puderam requerer junto à prefeitura de Angra dos Reis a disponibilização de barco para o transporte dos alunos até a escola em Provetá. Além disso, a Amav passou a representá-los em todas as suas negociações com a Feema e com a prefeitura. A existência dessa associação parece representar um fortalecimento em suas reivindicações de direitos de permanência e nos projetos relacionados ao turismo, pois nesses dois casos o Estado precisa ter estabelecido quem são seus interlocutores por parte dos moradores (COSTA, 2004 e 2008; FERREIRA, 2004).

Ao mesmo tempo, e muito em função da própria experiência com a associação, os moradores perceberam que era necessária também uma organização em relação ao turismo. Como relatou um dono de *camping*, contribuíram para isso as opiniões de muitos turistas, que foram aos poucos dando sugestões sobre a melhoria no atendimento, como, por exemplo, a

instalação da cabine de barcos para vender passagens e organizar a saída para Angra (COSTA, 2004 e 2008; FERREIRA, 2004).

Entretanto, o crescimento do número de visitantes e a intensificação da fiscalização na área foram fazendo com que aumentassem, também, as animosidades entre os moradores e o Estado. Em fevereiro de 2006, foi criada uma força-tarefa governamental, denominada "Angra Legal" que pretendia impedir o funcionamento de estabelecimentos não-legalizados e restringir a visitação na Ilha durante o carnaval. A Vila do Aventureiro, já famosa e "condenada" por várias instâncias de governo pelo grande número de turistas que recebia nesses períodos, tornou-se um dos focos principais da operação. Esse contingente atuou de forma agressiva, removendo turistas à força para o continente, e, por fim, foi decretada a proibição do turismo desenvolvido na localidade. Antes da força-tarefa, em janeiro de 2006, uma reportagem do jornal *O Globo* havia causado impacto à opinião pública, pois denunciava "práticas predatórias ao meio ambiente da Ilha Grande", enfocando o Aventureiro. Em decorrência, servidores da prefeitura de Angra e um funcionário da Feema foram ao Aventureiro avisar que não seria permitido acampamento no carnaval, e que haveria um forte controle de lanchas e trilhas.

Representantes da Amav procuraram o subprefeito da Ilha Grande para propor um acordo de restrição ao número de turistas, calculando, com base na capacidade de cada *camping*, uma ocupação total de 1.000 a 1.200 turistas por dia. O subprefeito apresentou nessa ocasião uma tabela, que fazia parte do plano diretor de Angra, na qual se determinava a ocupação total da Praia do Aventureiro em 1.028 pessoas. Ficou, então, acordado que este número seria respeitado.

Uma semana antes do carnaval, o subprefeito e três representantes da Feema comunicaram aos moradores do Aventureiro que a cota para acampamento no Aventureiro seria zero, seguindo recomendação do Ministério Público Estadual. Por esse motivo, os moradores foram ao Ministério Público Estadual (MPE) com seus advogados, sendo que um deles era um turista que costumava acampar no local, para expor a situação da comunidade. A partir dessa reunião, a população do Aventureiro conseguiu o apoio do MPE, o que resultou em uma liminar concedida na sexta-feira, véspera de carnaval, para que os moradores pudessem trabalhar durante o período. Porém, antes que a liminar pudesse chegar às autoridades, os fiscais começaram a retirar agressivamente as barracas dos moradores e dos turistas, fazendo muitas ameaças. Segundo relato de um morador,

O representante da Feema destratou a Dona Esmeralda da Cruz, nascida no Aventureiro há mais de 50 anos, dizendo que somente a casa a ela pertencia, sendo que tudo

em volta seria roubado e, quando eles quisessem, eles poderiam retirar os moradores de lá. O filho de Dona Esmeralda, Amarildo, teve as lonas de seu quintal arrancadas e jogadas na barra do rio. Já de posse da liminar, o primeiro barco a chegar com os turistas teve dificuldades de atracar em função do impedimento exercido pela embarcação Loreti, que atracada no cais impedia o desembarque. Mesmo as crianças que chegaram no barco da escola tiveram dificuldade de desembarcar no cais, por conta dessa embarcação. No dia seguinte, sábado de carnaval, quando já haviam cerca de 700 pessoas acampadas no Aventureiro, a liminar foi cassada. A notícia vinda pela lancha da polícia foi acompanhada por um batalhão da polícia com mais de vinte policiais, acompanhada da lancha da defesa civil. Um helicóptero fez uma viagem exclusivamente para levar um feixe de cassetetes. Foram de camping em camping retirando os turistas, impedindo os turistas de registrar com fotos. A máquina de um turista foi apreendida. Os moradores foram impedidos de utilizar o telefone da Feema; os turistas foram transportados para o continente utilizando-se embarcações contratadas, sendo que algumas, como o barco Santa Isabel, não têm licença para transporte de passageiros e transportou mais de 90 passageiros, sendo que não possuía mais do que 60 coletes salva-vidas. Os turistas foram impedidos de montar barracas e os poucos que ficaram dormiram em varandas. A maior parte deixou de passar o carnaval em Angra dos Reis. Como resultado imediato, a operação trouxe um prejuízo aos moradores estimado em pelo menos 10 mil reais por morador, sem contar o que deixou de ganhar. A receita de carnaval representa o maior ganho do ano e permite a sobrevivência dos moradores ao longo do ano e do longo período de ressaca do mar, que ocorre no meio do ano.

A partir desse momento, tanto a ideia de remoção da população da praia do Aventureiro como a *desafetação* da área da Reserva Biológica voltaram a ser postas em pauta, como formas de resolução do impasse. Os moradores, então, com o apoio de ONG's locais, pesquisadores e turistas, optaram, em março de 2006, pela abertura de um processo junto ao Ministério Público Estadual, instaurando um inquérito civil público. No documento, eles explicavam que suas famílias eram moradoras do local há mais de 300 anos, e comentavam sobre a situação de insegurança em que viviam por serem frequentemente ameaçados de terem que sair de lá. Afirmavam que seu desejo era que o turismo passasse a ser organizado e controlado, mas que precisavam dar continuidade à atividade, pois dependiam dela para sobreviver. Além disso, pediam para que o Aventureiro fosse excluído da área da Reserva Biológica da Praia do Sul e para

> (...) o Poder Público instituir outra Unidade de Conservação, na mesma área, com a finalidade de garantir a permanência da comunidade no local que tradicionalmente a habita e garantir meios para a subsistência da comunidade através do desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente. (Ministério Público Estadual, 2006, p.5)

Com o propósito de reforçar as reivindicações dos moradores, foi anexado a esse inquérito um documento denominado "Argumento Pró-Aventureiro", assinado por diversos pesquisadores. Sua origem foi o desejo desse grupo, do qual fiz parte, de contribuir de alguma forma com a população no enfrentamento da ameaça de remoção do território. Um intenso e diário debate via Internet se estabeleceu entre os pesquisadores, trocando informações, ideias e angústias que a situação mobilizava. As contribuições aportadas por essa discussão foram sendo sistematizadas por membros do grupo, que redigiram coletivamente o texto.[20] Na apresentação do documento, os pesquisadores deixavam clara a sua posição no campo, ou seja, a partir de que "lugar social" estavam falando:

> Argumentamos na qualidade de pesquisadores da área de Ciências Sociais que temos estudado as condições de vida das populações do Aventureiro e da Ilha Grande. Fazemos isso com base nos nossos próprios trabalhos e, direta ou indiretamente, no trabalho de outros colegas que têm igualmente pesquisado a realidade da Ilha. (VILAÇA, TOFFOLI, ALLEN, COSTA, CATÃO, VALLEJO, PIAULT, GOMES, SANTOS, BIRMAN, MASCARENHAS, OLIVEIRA, PRADO, WUNDER, 2006, p. 2)

Esclareciam, também, que se tratava de uma argumentação com dupla finalidade: em primeiro lugar, contribuir para o estabelecimento de um acordo jurídico que tirasse os moradores da condição de irregularidade em que foram colocados, garantindo-lhes condições de sobrevivência por meio do exercício das atividades relacionadas ao turismo que já vinham exercendo há mais de uma década. O outro objetivo era a construção de uma fundamentação para a defesa de uma recategorização da área da Praia do Aventureiro. Nesse documento os pesquisadores apontavam para a opção de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), contrapondo-a à simples retirada da área do Aventureiro da Reserva Biológica da Praia do Sul para que ela ficasse sendo regida pela legislação da APA de Tamoios. A preferência por uma RDS apoiava-se no entendimento de que, apesar de todos os impasses criados, a Reserva Biológica protegeu a área do Aventureiro da forte especulação imobiliária que vem, há décadas, ocorrendo na Ilha Grande, a exemplo de todo o litoral brasileiro, e que

[20] Esse processo foi descrito com mais detalhes no artigo "COSTA, G. V. L.; FERREIRA, H. C. H.; PRADO, R. Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. In: Roberto Bartholo; Davis Sansolo; Ivan Bursztyn (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro Letra e Imagem, 2009.

acaba por expulsar os nativos de seu lugar de origem (cf. LUCHIARI, 2000; CATÃO, 2004; PRADO, 2008). A simples retirada do Aventureiro dos limites da Reserva deixaria a área exposta a essa especulação.

O documento explicava também que "o histórico das populações consideradas caiçaras mostra que elas ou têm sido expulsas pelo poder econômico/especulação imobiliária, ou pela criação de unidades de conservação restritivas" (VILAÇA, TOFFOLI, ALLEN, COSTA, CATÃO, VALLEJO, PIAULT, GOMES, SANTOS, BIRMAN, MASCARENHAS, OLIVEIRA, PRADO, WUNDER, 2006, pp. 4-5). Além disso, defendia que, em termos ambientais, a APA não seria adequada, pois faria com que a área seguisse a tendência do modelo de desenvolvimento do restante da Ilha, do qual a Vila do Abraão se mostra um caso paradigmático, expondo de forma intensa a Reserva Biológica da Praia do Sul. Segundo o documento, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável se mostrava como uma solução interessante por várias razões.

Em 1988, o trabalho de Aparecida Vilaça e Angela de A. Maia, que foi elaborado como um relatório da própria Feema, já havia recomendado que fosse atribuída à localidade do Aventureiro uma categoria de área protegida que a separasse e distinguisse da reserva. A opção encontrada, naquele momento, foi a de que a região se transformasse em Área de Proteção Ambiental, pois naquela ocasião não existia a lei do SNUC e nem a categoria RDS.

No entanto, hoje, a nova categoria de RDS traz a possibilidade de resolver a contradição entre os usos de recursos naturais demandados contemporaneamente e as necessidades da própria conservação, pois assegura a permanência de uma população considerada tradicional em sua área, assim como seus usos e costumes. O documento de 2006 defendia que ninguém melhor do que a população do Aventureiro para colaborar com a conservação da Reserva Biológica da Praia do Sul, já que tem ligações profundas com esse ambiente. Nesse sentido, uma RDS poderia funcionar ali como uma área de amortecimento em relação à pressão sobre a reserva, ou seja, com uma continuidade em relação a ela.

A RDS permitiria, também, o exercício das atividades turísticas que já ocorrem, só que de um modo aprimorado e regulamentado por um plano de manejo. O turismo nessa área, de acordo com o texto, poderia investir na característica atual de servir como de base e apoio para pesquisa científica. Além disso, seguiria a tendência de voltar-se para o ecoturismo. A "Casa da Feema" poderia funcionar como um centro irradiador de educação ambiental e um museu referente à cultura local, ou a própria localidade poderia ser vista como um museu, de acordo com as concepções contemporâneas de museu aberto ou ecomuseu.

Por fim, o argumento calcava-se na ideia de que a criação de uma RDS no Aventureiro corresponderia a uma política pública de importante peso social, pois contribuiria para frear o êxodo da população que, como muitas outras no Brasil, deixaria suas terras pela impossibilidade de nelas permanecer. Esse êxodo geralmente se dá com a piora de suas condições de vida. No caso do Aventureiro, os moradores muito provavelmente encontrariam circunstâncias precárias e um modo de vida totalmente diverso do que estavam acostumados. O documento ressaltava, ainda, que nesse caso se perderia também o patrimônio da sua cultura. É possível perceber aí a aproximação de uma outra valoração da categoria patrimônio nos debates sobre a conservação da natureza na área. Em contraposição ao patrimônio natural "recortado" pelos estudos que antecederam a criação da Reserva Biológica, um outro patrimônio, relativo à cultura dos habitantes da área, se colocava como justificativa para a criação de outra unidade de conservação.

Com as questões que se apresentam atualmente, fica patente o alcance do "Argumento" para além do que se esperava naquele momento, uma vez que veio a inspirar as atividades do Grupo de Trabalho do Aventureiro, que descreverei mais adiante neste texto. Esse grupo, apesar de ser composto unicamente pelo governo, na época representado por IEF, Feema e SEA e, depois da criação do Inea, representado por este e pela SEA, carregou para o âmbito de suas atividades ideias que haviam surgido de pesquisas acadêmicas sobre a área e da interação entre os pesquisadores.

Como resultado do inquérito no Ministério Público Estadual, foi promovido um termo de compromisso entre a Feema, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro regularizando, temporariamente, a permanência da comunidade dentro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul e o trabalho com o turismo de forma controlada. Desde então, nos períodos de alta estação do turismo, como carnaval, Semana Santa, mês de janeiro e alguns outros feriados, os turistas precisam fazer um registro na Turisangra, que controla, dessa maneira, o número de visitantes do Aventureiro, estabelecido em 560 turistas/dia.

No termo de compromisso, esse esquema teria um caráter provisório e valeria até que fosse feita a recategorização da área. A ideia era criar uma unidade do tipo "Uso Sustentável" que admitisse a permanência dos moradores. O turismo, então, seria ordenado e adequado à unidade. Após a recategorização, a capacidade de carga turística poderia ser modificada, com base em estudos mais aprofundados, com a elaboração de um plano de ecoturismo e com a implantação da infraestrutura adequada.

Em 2007, após mudança no governo estadual, começaram a surgir rumores sobre a intenção da Secretaria do Ambiente de levar adiante o processo de recategorização. Nesse momento, o IEF havia assumido a responsabilidade sobre todas as unidades de conservação do estado, e por isso, o chefe do PEIG, passou a fazer a gestão também da Reserva Biológica da Praia do Sul.

7.2. Recategorização: solução ou inquietação?

A notícia de que teria início o processo de recategorização do Aventureiro, embora de certa forma fosse desejada pela população, trouxe uma inquietação, pois representava mais uma mudança proposta pelo Estado. Por isso, foi marcada uma reunião para o dia 16 de janeiro de 2008, no Aventureiro. O objetivo era obter esclarecimentos sobre a questão junto aos órgãos públicos e ouvir a opinião de outros envolvidos.

Essa reunião foi concorrida, e contou com a presença de muitos moradores, pesquisadores, ONG's, órgãos estaduais, prefeitura de Angra e habitantes de outras praias. Durante os debates, percebeu-se que a recategorização não poderia ser um processo muito longo, pois sempre havia a possibilidade de ocorrer uma mudança de governo, o que poderia acarretar um retrocesso irreversível nas negociações. Porém, também não poderia ser tão rápida a ponto de não levar em consideração a necessidade de a comunidade entender bem as possibilidades e implicações das mudanças e poder não só acompanhar, mas também interferir nelas. A recategorização aparecia, para o grupo do estado, que estava conduzindo o processo, para os pesquisadores e representantes de ONG's, que acompanhavam e apoiavam a iniciativa, e também para algumas pessoas da comunidade, como uma solução. Parecia ser a chance de pôr fim às injustiças cometidas pelo Estado com os moradores e a possibilidade de construir uma nova história, em que a conservação ambiental da área pudesse se fazer com a colaboração dos moradores.

Porém, para outro grupo de pessoas dos órgãos, principalmente os que ajudaram a criar a Rebio (abreviação de reserva biológica muito utilizada na gramática ambientalista) da Praia do Sul, entre outros conservacionistas (como se autodenominam os ambientalistas biocêntricos), a ideia era absurda, pois estaria se institucionalizando uma situação totalmente inadequada na visão deles: a de pessoas vivendo associadas a uma reserva biológica, que é *um lugar para bicho e planta e não para gente, que já tem o resto do mundo para ficar e não precisa ficar em uma reserva biológica*, como disse um antigo servidor dos órgãos estaduais ambientais. A solução, no caso, seria tentar de todas as formas possíveis separar as pessoas

dessas áreas. Se não fosse possível o reassentamento,[21] a atitude adequada deveria ser, então, a de incentivar um afastamento gradual. Nessa estratégia, estão incluídas a possibilidade de pagamento de indenizações para incentivar a saída e a criação de dificuldades para a permanência no local, não instalando nenhum tipo de infraestrutura urbana, etc. Representa, portanto, uma grande inquietação para essas pessoas o fato de o próprio órgão ambiental promover um processo de recategorização a fim de transformar parte de uma Unidade de Proteção Integral em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, mesmo que seja apenas uma pequena parte, correspondente a 3% da área total da Reserva Biológica. Esse "incômodo" produziu reações variadas não somente no plano das ideias, mas também mobilizando emoções e declarações apaixonadas, como a de um técnico do Inea: *vou lutar até o último dia da minha vida para que isso não aconteça*.

Pelo lado da população, a inquietação se deu por motivos bem diferentes. A memória da criação da Reserva e de tudo que isso tem representado em suas vidas, apesar dos quase 30 anos decorridos, ainda não se apagou. O surgimento de outra unidade de conservação, embora permita vislumbrar mudanças para melhor, não pode ser encarado sem temor. Ao mesmo tempo em que alguns moradores aceitaram de pronto a ideia de recategorização, discutindo apenas qual das categorias consideravam adequada, outros *ficaram o tempo todo perplexos*, segundo avaliação de Julieta Freschi, da SEA (entrevista em 20/05/2010), e se mantiveram com desconfiança. Se for possível destacar uma característica predominante nos moradores do Aventureiro, principalmente com relação a esse tema, ela seria a desconfiança, expressa em frases como: *isto é pra no fim tirar a gente daqui*, demonstrando reserva com relação às intenções do Estado, ou sobre a *participação dos moradores*, dizendo que *no final eles vão fazer mesmo o que eles quer*, e, ainda, a respeito do resultado do processo: *tudo é runião, runião e eu não vejo nada. Tali a ponte esburacada. Isso aí é que eles tem que arrumar*.

Nesse primeiro momento, os representantes dos órgãos estaduais presentes na reunião expuseram a intenção do governo de recategorizar o Aventureiro e explanaram duas alternativas sobre as quais teriam que se debruçar para chegar a uma conclusão. Uma era desafetar a Praia do Aventureiro da Reserva Biológica da Praia do Sul, que então passaria a ser regida pela legislação da APA de Tamoios; a outra era criar uma RDS. Foi explicado que transformar em RDS implicaria a criação de uma lei específica e, portanto, teria que passar por todo um processo jurídico que incluía votação na Assembleia Legislativa. Além disso, embora não seja uma exigência expressa do SNUC, tornava-se importante que a proposta

[21] Alocação de toda a população em outra área.

fosse demandada pela própria comunidade, até mesmo para ter força perante a opinião pública e os políticos que iriam votar a questão.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável é descrita na lei do SNUC como

> uma área natural que abriga 'populações tradicionais', cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (SNUC, 2000, cap. III, art. 20)

É uma categoria de Uso Sustentável[22] ainda pouco utilizada, portanto, pouco experimentada, e pouco conhecida. Embora na Amazônia existam cerca de trinta RDSs estaduais, e algumas outras em outros estados, no estado do Rio de Janeiro isso seria uma experiência inédita. Até porque, no Rio, o único tipo de unidade de Uso Sustentável que existe até o momento é Área de Proteção Ambiental - APA, que não tem sido considerada prioritária pela gestão ambiental do estado, o que poderia explicar, em grande parte, o insucesso que os próprios integrantes dos órgãos ambientais identificam com relação à administração de tais áreas. A orientação ideológica que permeou historicamente esses órgãos no Rio de Janeiro privilegiou, sobretudo, a criação de Unidades de Proteção Integral. Dessa forma, as RDSs permanecem ainda demandando estudos.

Ainda na primeira reunião foi anunciado que estava sendo criado, pelo poder público, o Grupo de Trabalho do Aventureiro, que seria responsável pelo encaminhamento formal do processo. Devido a todos os fatores descritos acima, os participantes concordaram que seriam necessários outros encontros, para que se pudesse ampliar o debate e discutir intensamente o assunto com a comunidade em geral. Essa foi, portanto, a primeira de uma série de reuniões, com o objetivo de esclarecer a todos (inclusive aos próprios representantes do estado) sobre a adequação das duas opções expostas e sobre as implicações, de forma ampla, da criação de uma nova unidade de conservação na área.

7.3. Grupo de Trabalho do Aventureiro

Sob o título de "Resolução n° 057 de 09 de abril de 2008" foi instituído o Grupo de Trabalho do Aventureiro, com o objetivo de "estudar e propor a exclusão da Vila do Aventureiro (Ilha Grande – Angra dos Reis – RJ) dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul". Essa resolução tomava por base a necessidade de recategorização da área descrita no

[22] O Sistema Nacional de Unidades de Conservação divide as unidades em: de "Proteção Integral", que é o caso, por exemplo, de Parques e Reservas Biológicas, e de "Uso Sustentável", como Áreas de Proteção Ambiental e Reservas de Desenvolvimento Sustentável".

"Termo de Compromisso, celebrado em 29 de dezembro de 2006, entre a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema, o Município de Angra dos Reis e a comunidade do Aventureiro" (Resolução SEA nº 057).

Os objetivos do grupo seriam:

> tratar dos estudos, elaboração de propostas e realização de consultas públicas, objetivando, na forma da legislação pertinente à matéria, a exclusão da comunidade do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e, sendo o caso, a criação de uma nova unidade de conservação que assegure a permanência da comunidade na área ocupada". (Resolução SEA Nº. 57)

O GT passou a ser composto por membros (um titular e um suplente) das seguintes instituições: Secretaria de Estado do Ambiente – SEA; Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema e Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF-RJ. A coordenação dos trabalhos ficou sendo exercida em conjunto pelo representante do IEF e pelo da Feema (Resolução SEA nº 57).

O Art. 4º diz que "Visando assegurar a democracia participativa, a transparência e o amplo envolvimento dos setores sociais abrangidos pela temática, serão permitidos nas reuniões do Grupo de Trabalho, mediante convite, representantes da comunidade do Aventureiro, da prefeitura de Angra dos Reis e ONG's locais". O fechamento que se pode observar na composição desse grupo de trabalho apontava para um cuidado com a não-exposição pública de um processo que já se percebia como difícil, pois confrontava posições muito diferentes internas aos próprios órgãos. Além disso, tinha a intenção de marcar que, embora o processo fosse anunciado como *participativo*, sua condução e decisão final cabiam ao Estado.

As posições diferentes entre os membros do GT expressavam as cisões internas dos próprios órgãos ambientais do estado, que dizem respeito a concepções amplas sobre as relações entre natureza e sociedade e, normativamente, ao que significa "conservar a natureza". O que chamamos de ambientalismo, não só no Brasil, mas no mundo, tem se polarizado, grosso modo, em posições biocêntricas, mais preocupadas com o valor da natureza em si, percebendo a sociedade como em oposição a ela, e socioambientalistas, que entendem a sociedade em sua integração com o ambiente, mais ainda, este como um produto da apreensão da primeira em seus aspectos simbólicos e em suas construções concretas.

No caso específico do Aventureiro, isso se traduz de duas maneiras diferentes: uma entende que para a reserva biológica existir, é preciso que a população que a habita saia de lá; já a outra, em contraposição, defende a ideia de criação de uma unidade de "Uso Sustentável"

em associação com a reserva, de modo a incluir a população no projeto de conservação da área.

Essas ideias conflitantes se confrontaram durante todo o trabalho do GT, fazendo com que o processo demorasse bem mais do que o previsto, já que levava muito tempo para se chegar a um entendimento.

Nossa estratégia inicial foi de olhar pra dentro. Eu recolhi todo tipo de documento que existia e isto deu um trabalho enorme. Processos administrativos, legislação, teses sobre o Aventureiro. A gente não procurou naquele momento conhecer outras experiências de RDS. Se a gente tivesse feito isso desde o começo, talvez a gente tivesse tido mais diálogo com a comunidade, há mais tempo. Talvez tivesse sido melhor no sentido de facilitar a compreensão da comunidade. A gente se focou muito em fazer o levantamento das informações e correr para escrever a proposta. No final de 2008, a gente já tinha um primeiro rascunho de proposta, fruto de uma busca cansativa de consenso interno do GT. Não é que a gente perdeu tempo, esse consenso era necessário, mas a gente acabou desequilibrando a balança do dialogo com a comunidade e com outras experiências, a favor de conseguir um consenso interno. Mas não poderia ser diferente, pois ele traz em si a história dos diferentes pontos de vista ambientais. Dentro do próprio GT você tem pessoas que são conservacionistas e outras socioambientalistas, uns acham que o melhor seria o reassentamento, mas como a proposta do GT era de garantir a comunidade lá, mesmo os que eram contra a proposta de RDS tiveram que sentar e procurar o caminho do meio termo. Esse caminho do meio termo foi muito trabalhoso. (Julieta Freschi, SEA, entrevista já citada).

O GT Aventureiro deveria apresentar ao Secretário de Estado do Ambiente um relatório de conclusão dos trabalhos no prazo máximo de 180 dias, contados a partir da data de publicação da resolução. Porém, ele começou efetivamente a trabalhar no mês de junho, indo, oficialmente, ao Aventureiro, pela primeira vez, no mês de agosto de 2008. Além das reuniões na Secretaria Estadual do Ambiente, foram feitas entrevistas com pesquisadores e outras pessoas de alguma forma envolvidas e com conhecimento sobre a área.

Segundo Julieta Freschi, servidora da Superintendência de Biodiversidade da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, e que assumiu a responsabilidade de secretariar o GT, uma ideia mobilizava o grupo no primeiro momento: *de que não se poderia deixar isto para depois, o momento era esse*. Essa urgência era expressa também nas reuniões locais, principalmente por membros de ONG's e pesquisadores, exprimindo um temor sobre a instabilidade da *política do estado*, marcada por trocas de ocupantes nos cargos de comando, geralmente acompanhadas de mudanças nos cargos técnicos e nos projetos. *A qualquer*

momento a coisa muda e aí vai tudo por água abaixo, era uma frase sempre repetida em diversas situações nos fóruns da Ilha e, mais ainda, no Aventureiro.

Na opinião de Julieta, o grupo visava *garantir o controle do estado sobre a área e a permanência da população do Aventureiro. Pode-se redelimitar a Rebio, ou reassentar todo mundo. A escolha foi feita animada pelos parceiros das ONG's, os pesquisadores e por esse grupo que estava no governo naquele momento*. Mais uma vez aparece a influência e a confluência das ações de pesquisadores, ONG's, etc. com as decisões do estado no processo de recategorização, naquele momento.

A urgência em *pôr o processo para andar* fazia com que a maioria dos membros do GT tivesse uma ideia simplificada da questão.

Eu nunca achei que em 180 dias dava para resolver a questão do Aventureiro. Desde o início me pareceu impossível. Mas o GT achava que ia ser mais simples. Seria ver qual unidade se enquadrava melhor: Resex, RDS ou APA, fazer algumas reuniões comunitárias, o principal canal ia ser a Amav, que era pessoa jurídica legítima da comunidade, e as coisas iam se resolver rápido, pois era do interesse de todo mundo (...) Se o GT fosse todo de pessoas que acreditassem no processo participativo, a gente tinha usado outras metodologias e tinha demorado menos tempo. Mas não é, e assim, quando se chegasse com essas outras propostas para o Inea, não seriam aceitas. A ala preservacionista ia lutar com unhas e dentes para a proposta não passar. Então, é melhor resolver o assunto internamente..." (Julieta Freschi).

No dia 24 de setembro de 2008, o GT organizou, no Abraão, uma *oficina participativa* com os moradores do Aventureiro e técnicos do Instituto Chico Mendes, devido à infraestrutura existente na sede do Parque para a realização do evento. Um dos coordenadores do Centro Nacional de Populações Tradicionais - CNPT desse instituto, foi ao evento para explicar aos moradores do Aventureiro sobre as categorias RDS, APA e Resex,[23] e relatar as experiências que têm ocorrido na Amazônia com cada uma dessas categorias. A categoria Resex foi examinada apenas por ser um tipo muito utilizado na Amazônia para lidar com a questão de populações tradicionais, mas foi descartada, porque as atividades principais dos moradores do Aventureiro não são e nem nunca foram as extrativistas. O extrativismo vegetal e animal sempre foi para eles um elemento importante de sua cultura, mas não aquele do qual tiravam seu sustento.

[23] Reserva Extrativista

Ao final da reunião, houve um debate sobre as demandas dos moradores em relação ao uso dos recursos naturais e também uma sistematização de dúvidas e questões relativas à posse da terra para serem respondidas por um procurador do estado em outra reunião. Essa outra reunião ocorreu no dia 12 de outubro no Aventureiro e o procurador também falou sobre as categorias de UC's e sobre sua visão a respeito da recategorização do Aventureiro. Na mesma semana, dois membros do GT Aventureiro e dois técnicos do IEF permaneceram na localidade durante três dias e fizeram mais três reuniões com os moradores: uma sobre turismo, outra sobre pesca e mais uma sobre roças. Aproveitaram também para conhecer as roças ainda existentes na área.

O objetivo desse trabalho foi complementar e atualizar as informações que o grupo havia reunido através dos trabalhos acadêmicos e das entrevistas, visando à elaboração de uma proposta a ser apresentada para a comunidade no início de dezembro, que depois de debatida e negociada deveria ser enviada à Assembleia Legislativa.

O grupo sugeriu à *comunidade* que fizesse reuniões internas, sem a presença de pessoas de fora, para ter uma proposta própria, depois de todas as explicações que recebeu, e poder, assim, negociar com o estado.

Os membros do GT passaram um período longo sem ir ao Aventureiro. Diversos fatores influíram para esse grande intervalo de tempo. Foi um período difícil de negociações no grupo de trabalho, pois as propostas para a RDS estavam se delineando cada vez mais, e um membro do grupo dos conservacionistas entregou uma carta comunicando sua saída, por não concordar com as decisões que estavam sendo tomadas. Por outro lado, houve um longo período chuvoso em que as viagens foram desmarcadas e, assim, chegou o verão, um momento nada propício para reuniões, pois é quando os moradores mais trabalham. O ano de 2009 começou com a criação do Instituto Estadual do Ambiente - Inea. Muitas coisas mudaram e, embora os trabalhos do GT não tenham parado, ficaram um pouco em compasso de espera, aguardando definições.

No dia 20 de junho de 2009, tendo concluído a proposta de recategorização, dois membros do grupo de trabalho, juntamente com outras pessoas do Inea, uma do Nuref - Núcleo de Regularização Fundiária e outra da Geuso - Gerência de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (surgida com a criação do Inea) foram ao Aventureiro para fazer a apresentação. A posição do GT, depois de muita polêmica, foi de que não seria aceita a recategorização para APA, somente para RDS.

A proposta do GT causou grande polêmica na reunião em que foi apresentada, e foi rejeitada por um número expressivo de moradores. No início de 2010, foram realizadas por

representantes do GT visitas às casas, com o objetivo de propagar e explicar aos moradores detalhadamente a proposta de RDS reformulada. A intenção era de que ainda em 2010 fosse possível leva-la à Assembléia Legislativa.

7.4. As propostas do estado e as reações dos moradores

Reunião do dia 20/06/2009 no *coreto* da Igreja de Santa Cruz, na Vila do Aventureiro, Ilha Grande:

As pessoas iam chegando aos poucos. Algumas ficavam do lado de fora, debruçadas no muro do *coreto* da Igreja de Santa Cruz, mais numa condição de expectadoras. Outras entravam no salão e sentavam nas cadeiras em círculo. Um cachorro ocupava o centro da cena, deitado no meio do salão. Pedi que alguém arranjasse uma mesa para apoiar o gravador e A., que há 16 anos tem casa no Aventureiro, trouxe uma dessas mesas de plástico branco, que foi colocada no lugar onde estava o cachorro. Este se arrastou um pouco para o lado. Fabinho, de 21 anos, presidente da associação, fez a abertura da reunião, não sem antes pedir educadamente licença ao cachorro, que acabou indo para fora. Explicou que aquela era uma reunião do pessoal do estado, que eles estavam trazendo uma proposta para a recategorização do Aventureiro. Advertiu sobre sua importância, dizendo que todos deveriam *prestar muita atenção e fazer as perguntas necessárias, tirar todas as dúvidas*, mas que era preciso *esperar a apresentação terminar e levantar a mão para pedir a vez de falar*.

O pessoal da Secretaria e do Inea começou, então, a apresentação, colocando, próximo à parede, um cavalete de álbum seriado com o texto da proposta. Dois alunos da Universidade Rural, participantes do "Projeto de Turismo de Base Comunitária", começaram a filmar a reunião. Outras pessoas foram se aproximando. As crianças, indiferentes, jogavam bola na areia em frente à igreja. Havia uma brisa agradável, a mesma que nos acompanhou na viagem de barco. O mar estava inacreditavelmente calmo, principalmente em se tratando do mês de junho. Havia mormaço.

As mulheres tinham arrumado um lanche com quitutes *caiçaras*. Bolo de aipim, paçoca de banana, café de cana, suco, entre outras coisas, se espalhavam pela mesa, dando um aspecto festivo à reunião. Desde que Paulo Bidegain, da Secretaria do Ambiente, tinha feito uma *oficina* sobre o turismo, na qual pediu aos participantes para falarem sobre os hábitos e costumes *caiçara*s, algumas reuniões mais importantes contavam com esses acepipes oferecidos pela *comunidade*.

Do outro lado da pequena rua que ladeia o coreto, algumas pessoas mais afastadas conversavam animadamente. R. falava com V. em tom de galhofa e brincadeira. As mulheres,

com as cadeiras dispostas lado a lado dentro do salão, conversavam quase em tom de cochicho. Tudo parecia calmo. As reuniões representam uma espécie de acontecimento social no Aventureiro. Há sempre um clima de encontro, de momento de *pôr as fofocas em dia*. Essa reunião estava marcada para 13h, mas às 13h30 ainda não havia muita gente.

Alba Simon, que naquele momento era Superintendente de Biodiversidade da SEA, começou a apresentação agradecendo a presença de todos e dizendo que estava coordenando o Grupo de Trabalho. Contou que o objetivo do grupo foi o de estudar o impasse da *comunidade* do Aventureiro dentro de uma reserva biológica, que ele havia sido criado para fazer uma *transição transparente* e, por isso, *escutou a comunidade e a academia, e agora tinha um resultado a apresenta*r. *Temos um papel difícil, que é manter vocês aqui e conservar a natureza*, disse ela. *Assim como a comunidade, o governo não é um somatório de pessoas, tem brigas, etc. (...) Tem gente que gostaria que as pessoas do Aventureiro fossem embora para ficar apenas a reserva biológica. Tem também gente de olho nestas terras. É muita pressão. Na Assembleia, para onde deverá ir esta proposta depois de aceita pela comunidade, também tem deputados que não são sensíveis a uma proposta como esta. A gente ainda tem muita luta pela frente (...) Esta é mais uma etapa. Estamos aqui para tirar as dúvidas. Viemos apresentar uma proposta que não foi feita dentro de uma sala com ar condicionado. Essa construção foi difícil. Viemos aqui várias vezes, fomos a cada casa e nas roças, percebemos as demandas. A maioria das RDSs que existem são feitas a pedido das comunidades, que perceberam nelas uma maneira de se manter no seu território. Para se criar uma RDS, é preciso a comunidade querer*.

Julieta Freshi, então, começou sua apresentação, declarando que estava muito nervosa, pois havia ficado noites sem dormir pensando na proposta. Mostrou, no álbum seriado, de forma mais sucinta, as intenções do GT (Proposta de criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro e normas aplicáveis, GT, Aventureiro, junho de 2009). Descreveu, depois, como foi desenvolvido o trabalho do grupo até se chegar à proposta que estava sendo apresentada, dizendo que *O GT empreendeu um ano de trabalho contínuo, reunindo análise de documentação técnica e de legislação, coleta de depoimentos, reuniões com a comunidade e trabalhos de campo, contando com apoio da Procuradoria Geral do Estado.*

Explicou que esta seria *uma unidade de conservação comunitária e que tudo tinha que ser decidido coletivamente. O estado propõe regras, mas tudo tem que ser negociado com a comunidade*. Expôs, a seguir, sobre quem seria a população beneficiária da RDS, *quem terá o direito de viver e sobreviver nesta terra*, dizendo que tinham chegado à definição estudando sobre a questão de *população tradicional*, mas também a partir da ideia de *população nativa*.

Como tratado por mim na dissertação de mestrado (FERREIRA, 2004), a categoria "nativo" que Prado (2003) aponta como importante na Ilha Grande, sobretudo em reuniões públicas ou na defesa de direitos, legitimando reivindicações, no Aventureiro assume um papel ainda mais relevante, pois legitima a permanência dos moradores na área. No caso da proposta de recategorização, o "nativo" é chamado de *população beneficiária*, conforme o quadro abaixo.

População Beneficiária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (1ª proposta):

A população beneficiária é composta pelas pessoas que:

(A) Residiam no Aventureiro à época da criação da RBPS, em 1981, bem como aquelas que foram incluídas em censo de 1984, constante de relatório apresentado à Feema por Aparecida Maria Neiva Vilaça e Ângela de Azevedo Maia;

(B) Descendentes em linha reta dos indivíduos citados no item "A" acima;

(C) Sejam casadas ou vivam sob regime de união estável com aqueles considerados nos itens "A" e "B" acima;

(D) Possuam vínculo comprovado com a organização da comunidade, participando efetivamente em cargos diretivos da Associação de Moradores na última chapa eleita, contemporânea à criação da RDS, fundamentais pra organização comunitária.

(GT Aventureiro, 2009)

A partir dessa apresentação, a reunião ficou tensa. Houve um burburinho geral no salão. Alba perguntou se alguém tinha alguma dúvida e a primeira pessoa que logo se apresentou foi um morador que há apenas um ano comprou uma casa de um nativo e estabeleceu a primeira pousada no Aventureiro. Porém, antes que ele fizesse a primeira pergunta, sua mulher falou em voz alta: *isto não é lei, vocês é que estão inventando agora*. Continuou nesse tom, ora se dirigindo desafiante aos apresentadores da proposta, ora provocando a reação da plateia, que embasbacada, assistia a cena.

O burburinho aumentou significativamente. As pessoas começaram a falar ao mesmo tempo. Seu marido, então, intercedeu, contando que havia comprado uma casa no Aventureiro há um ano, expressando sua preocupação com o que aconteceria no seu caso. Julieta explicou que a proposta havia sido elaborada pensando na garantia de direitos da *população nativa*. Alba interferiu, explicando que ele havia comprado uma terra em uma reserva biológica e deveria saber as implicações disso. Além do mais estando em meio a um processo de recategorização. Duas outras pessoas que têm casa no Aventureiro, mas não são nativas,

fizeram perguntas sobre os direitos de quem não se inclui na população beneficiária descrita no quadro. Julieta explanou que em uma RDS as casas e as terras são de domínio público e que são feitos Contratos de Direito Real de Uso com os moradores. O caso específico de pessoas que não fazem parte da população beneficiária ainda estava sendo estudado. Provavelmente, teriam que sair, mas a questão de indenizações ainda estava sendo estudada.

O debate se alongou sobre a questão. Outro morador não-nativo esboçou uma proposta de que todas as pessoas que estivessem no Aventureiro no momento de criação da RDS tivessem direito de permanecer. Mas foi lembrado que RDS é um tipo de unidade de conservação criado para atender exclusivamente às populações tradicionais.

Um empreendedor local, dono de *camping*, bar e barco, marido de uma nativa, questionou sobre por que agora o governo só estava trazendo a proposta de RDS. *Há um ano atrás vocês disseram pra gente que podia APA ou RDS; agora só tem ideia de RDS. Fiz um abaixo-assinado de pessoas que não quer RDS, quer APA Tamoios*. Julieta respondeu que o GT tinha o entendimento de que a comunidade estaria mais garantida com RDS, e ele contra-argumentou dizendo: *Isso é o que vocês acham*. O presidente da associação pediu que deixassem o estado apresentar a proposta e depois a comunidade se reuniria. *Ela bota a proposta dela, depois a gente discute. A gente vai ter a nossa proposta*, disse ele.

Também marido de nativa, um rapaz sentado no chão que observava calado a discussão resolveu intervir: *Os caiçaras não tão falando nada*. *Quem come a carne e rói osso não tá falando nada*. Alguns nativos mostravam-se agitados com essa discussão, porém não se manifestavam frontalmente.

Continuando a falar, apesar da dificuldade devido ao falatório geral, Julieta continuou explicando o documento. Falou sobre as normas e princípios gerenciais da RDS, apresentando as regras propostas sobre circulação de pessoas (moradores e turistas) no território da RDS e seus acessos. Logo após, falou sobre a posse da terra, uma das questões mais importantes para os nativos, que tinha como pontos centrais os seguintes itens:

- As terras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro são de domínio público;
- A transferência do direito à posse e ao uso só poderá ser efetivada para outros membros da população tradicional do Aventureiro ou para o próprio estado;
- A dita transferência poderá ser realizada de forma gratuita ou onerosa.
- O estado terá preferência em adquirir a posse em caso de transferência;

- Indivíduos não-enquadrados como população tradicional do Aventureiro deverão desocupar a área da RDS, em prazo a ser definido na lei da RDS.

(GT Aventureiro, 2009)

Após a explanação desse item, surgiu a primeira reação de um morador nativo, que protestou em tom inflamado contra o fato de que se quisessem vender a terra para ir embora, só poderiam fazê-lo para outro nativo ou para o estado. Mais uma vez o burburinho cresceu, fruto das muitas conversas paralelas comentando o assunto. A mulher que de início tinha falado asperamente com os representantes dos órgãos havia saído, mas voltou e recomeçou a falar em voz alta, acusando o estado de querer *dar qualquer dinheiro para o pessoal do Aventureiro vender sua casa e ir embora*. A agitação cresceu com suas palavras. Muitas pessoas falavam ao mesmo tempo e muito alto. Julieta continuava tentando terminar a apresentação. Os que estavam mais agitados foram para fora. Um morador nativo perguntou: *de quem é a casa*? Julieta respondeu: *a casa continua sendo de domínio público*, ao que ele retrucou *a casa é de quem construiu*, e ela disse: *por isso o morador vai assinar um contrato em que o governo dá a posse permanente e segura ao morador. É diferente do contrato que vocês têm hoje com o SPU. Hoje, na hora que ele quiser, ele pode pegar a casa. Aqui não. Só vai poder se o morador descumprir o contrato com o estado*.

Foram apresentados diversos outros itens, com Julieta tentando suplantar com sua voz o tumulto generalizado. Falou sobre construções no Aventureiro, que com a RDS não mais seria necessário solicitar autorização do Inea para reformas que não implicassem ampliação do imóvel e estivessem de acordo com as regras estabelecidas no plano de manejo. Porém, disse também, que será proibida a ampliação e construção de benfeitorias sem autorização do conselho deliberativo, devendo, inclusive, ser ouvido o Inea. Nesse ponto voltaram as reações, pois a expansão das moradias e a construção de casas para os filhos são reivindicações recorrentes da *comunidade*.

Entre os assuntos que causaram maior polêmica, estava a questão da energia elétrica. Embora na proposta estivesse indicado que esse assunto seria definido pelo plano de manejo e, portanto, pelo conselho deliberativo composto com maioria da *comunidade*, várias pessoas, entre nativos e não-nativos, questionaram sobre o tipo de energia que seria utilizada, se por rede elétrica ou placas solares. A posição do órgão ambiental, expressa nas falas de quase todos os representantes presentes na reunião, foi a favor de que se estudasse a questão de energia solar seriamente, pois ela seria mais adequada para o caso. Para trazer energia pela rede elétrica, seria necessário passar com a fiação por dentro de áreas da reserva biológica, o

que é proibido por lei. Poderia ser o caso de estabelecer essas áreas como de "Uso Conflitante", categoria pertencente à terminologia dos planos de manejo. Entretanto, em uma negociação já difícil de transformação de parte de uma área de "Proteção Integral" em "Uso Sustentável", isso não seria adequado. Os argumentos dos moradores nativos eram de que as placas são caras, dependem do bom tempo, pois *se chover uma semana não tem energia*, são fracas *não dá pra rodar uma máquina de lavar roupa, por exemplo*.

Outra moradora reclamou do fato de ser proibido coletar sururu na Praia do Sul. A reunião ainda durou muito tempo. Julieta apresentou com grande esforço o restante da proposta. Havia barulho, pessoas conversando ao mesmo tempo.

Essa reunião causou um forte impacto tanto nos moradores como no pessoal do estado, e até mesmo nos pesquisadores e ONG's, e continuou repercutindo, a partir de então, em alguns acontecimentos que relatarei a seguir. O grupo de trabalho precisou refletir longamente sobre tudo o que havia ocorrido e, agora já sem um de seus membros, justamente o mais resistente à RDS.

Julieta (entrevista já citada) observou que *a proposta do GT* foi muito maior do que o necessário *e ela trazia uma contradição, pois já vinha falando de regras sobre pesca, sobre turismo, sobre extrativismo vegetal. Essas são discussões que só podem ser feitas participativamente, com a comunidade, está na lei, são regras para o plano de manejo, que devem ser definidas pelo conselho deliberativo, mas a gente tinha tanta necessidade de chegar a um consenso interno que a gente não se deu conta disso....*

Essa proposta, por ser extensa demais, dava margem para que se voltasse a remoer antigos traumas e não se partisse para a possibilidade de uma nova construção. *Para quem estava vivendo há 30 anos debaixo do chicote, a gente chega de novo com 20 páginas prontas,* reflete Julieta. A secretária-executiva do GT, em suas declarações, demonstrou que, além de secretariar, operou como uma espécie de consciência crítica do grupo: *por mais que o governo estivesse bem intencionado, vem com uma proposta de uma reserva, porque o nome reserva tem um peso. APA é área de proteção ambiental, não tem o mesmo peso da palavra reserva (...). Aí, a gente vem com o bolo pronto, não fez o bolo junto, a gente só foi se dar conta disso no meio de 2009.*

Essas reflexões exigiram uma modificação na proposta. No item "população beneficiária", a categoria D, que fazia referência aos integrantes da associação de moradores, causou muita polêmica, e foi então retirada. Optou-se, também, por reduzir as normas que deveriam ser acordadas depois pelo conselho deliberativo com base no plano de manejo. Em vez de fazer reuniões, o GT decidiu, também, mudar a estratégia de abordagem da população.

Nesse momento, uma pessoa que tinha trabalhado há tempos na Reserva e já tinha contato com as famílias do Aventureiro, com quem tinha um bom relacionamento, havia retornado ao órgão para ser gerente da Geuso (Gerência das Unidades de Uso Sustentável). Julieta conseguiu, enfim, autorização do grupo para *ir de casa em casa*, o que já vinha pleiteando há tempos. Uma antropóloga entrevistada pelo GT Aventureiro havia aconselhado que houvesse uma aproximação pessoal do grupo com os moradores, pois em reunião seria muito difícil um entendimento. Alguns integrantes do grupo, no entanto, consideravam que não havia tempo para isso e que não era necessário, era *coisa de antropólogo*. Porém, naquele momento, depois que a reunião de apresentação da proposta demonstrou que aquele formato de interação não era o ideal para explicar uma proposta tão complexa, esta passou a ser uma alternativa importante a ser considerada.

Na reunião, alguns ficavam calados, sem coragem de se manifestar, enquanto outros aproveitavam para inflamar os ânimos dos participantes a fim de não permitir que a proposta fosse assimilada. Outra questão é que os moradores nativos não têm como costume resolver seus assuntos em reuniões, e, apesar das inúmeras de que têm precisado participar, não o fazem com desenvoltura e naturalidade. É sempre difícil enfrentar as palavras de um vocabulário que veio se incorporando ao seu mundo por força das circunstâncias. Além das palavras, também noções que fazem parte de uma lógica muitas vezes não compreendida e outras vezes contraditória, já que excluem as suas próprias, e, principalmente, devido à necessidade de tomar decisões das quais têm medo, pois no passado outras decisões tomadas por incitação do estado trouxeram-lhes consequências nefastas.

Julieta e Daniel percorreram muitas casas no Aventureiro, conversando demoradamente com as famílias, e se sentiram mais animados, pois a receptividade havia sido muito maior. Várias pessoas nativas atualmente moram em Angra na maior parte do tempo, por isso possuem um interesse maior em ter a casa como um patrimônio econômico a ser negociado do que em autorizações para pesca e roça. Porém, uma boa parte da população não tem outra casa e valoriza o fato de poder permanecer legalmente na área, ter roça, pescar e desenvolver um turismo semelhante ao que já está ocorrendo. Alguns, mesmo tendo casa em Angra, não desejam sair, pois entendem que terão possibilidade de ganhar mais trabalhando de forma autônoma no turismo local do que buscando empregos fora dali. O dono do *camping* mais procurado por turistas no Aventureiro, que era o presidente da associação de moradores quando teve início o processo de recategorização, é um dos que lideram esse processo por parte dos moradores nativos. Em primeiro lugar, porque, como diz, com *a RDS quem vai ganhar não são os marajás que têm pousadas aí pela Ilha toda, mas são os nativos*, e também

porque *existe muita gente de olho nisso aqui, já com processo na justiça e tudo, se virar APA a gente corre perigo desses caras ganharem na justiça as nossas terras*. Alguns outros moradores, assim como ele, concluíram, a partir de conversas com os pesquisadores e com o pessoal das ONG's, que a existência de uma RDS funciona como uma reserva de mercado, pois somente eles poderão viver e trabalhar no Aventureiro. E, além disso, seria um fator de divulgação do seu *produto turístico*, na medida em que representa uma iniciativa nova em termos de unidade de conservação no estado do Rio de Janeiro. Em sua fala, nota-se que perceberam também que, caso a área passasse a ser parte da APA de Tamoios, antigos especuladores de terras, com processos na Justiça reivindicando terrenos no Aventureiro, poderiam ter chance de sucesso em seus intentos, e aí os moradores teriam que sair de lá.

Desde a reunião de junho de 2009, não houve nenhuma outra com a presença do estado, até o dia 8 de maio de 2010, quando foi feita uma nova reunião, para apresentação da nova proposta do governo.

Reunião de 08 de maio de 2010, *coreto* da Igreja de Santa Cruz, Vila do Aventureiro, Ilha Grande:

O pessoal do governo marcou a reunião para 10 horas do dia 08. Iriam na véspera para Angra e marcaram com V. o barco para as 7 horas do dia 08. A volta seria no mesmo dia, um sábado, pois domingo era dia das mães. V. não é a favor da RDS. Quer ter o direito de vender sua casa pelo preço de mercado. Seu genro, não-nativo, com um perfil de negociante, possui um dos *campings* mais procurados (o outro, que inclusive o supera, é do nativo citado acima), pois promove "luaus" no verão, tem uma infraestura um pouco mais elaborada e contrata pessoas de fora do Aventureiro para trabalhar na *alta temporada*. Esse genro faz campanha aberta contra a RDS, tendo até mesmo colhido assinaturas a favor de APA. V. parece estar de acordo com as ideias dele. Porém, é em seu barco que o pessoal do estado tem ido para reuniões. V. é um barqueiro experiente, desde menino conduz barcos do Aventureiro para Angra e vice-versa. É uma pessoa que gosta de conversar, contar casos, tendo, inclusive, absorvido essa função com o turismo: tornou-se um dos contadores das histórias do passado, da pesca – sua antiga profissão –, e gosta também de contar anedotas. Quando o grupo está embarcado, costuma conversar com ele sobre as reuniões, sobre os problemas do Aventureiro e outras variadas coisas, incluindo o tempo e as condições do mar. Nessas ocasiões, o clima entre as pessoas é leve, amistoso. Nem parece que muitas vezes em reuniões há confrontos entre posições opostas.

Fui para Angra de carona com Julieta e Alba, que eu entrevistara na véspera. O trajeto até Angra foi de muitas conversas sobre as palpitantes questões que de formas diferentes nos

envolviam. Teresa, outra pesquisadora, estava indo também. Em Angra, nos hospedamos em um hotel do centro, de instalações e serviços sofríveis. Foi ao nosso encontro Neuseli, que vinha de Dois Rios, onde havia participado de uma reunião do conselho do Parque em que se discutia o zoneamento. Devido a compromissos no Rio, não pude ir a essa reunião. Todas nós escutamos com atenção os relatos de Neuseli sobre os últimos acontecimentos em Dois Rios, em que havia sido grande a polêmica sobre a Parnaioca. Alexandre, do Codig, havia ficado com febre alta devido a uma virose e não pôde ir para Angra, para depois ir ao Aventureiro. Teria, extremamente contra sua vontade, que voltar ao Rio para ir ao médico.

No dia seguinte, encontramos V. no cais na hora marcada. Fazia sol. Havia uma previsão de mudança de tempo para o dia seguinte, o que reforçava a intenção de todos de voltar no próprio dia. Em dois anos de reunião, isso era uma novidade. Com 3 horas de percurso de traineira entre Angra e o Aventureiro, somando as 2 horas e meia de viagem na estrada até o Rio, torna-se bastante "puxado" ir e voltar do Aventureiro no mesmo dia. Mas, nesse sábado, saímos de Angra bem cedo, com o retorno ao Rio previsto para o próprio dia, o que implicava sair cedo de lá para *não pegar a noite no mar*.

O mar estava bom, mas ao chegarmos na metade do caminho avistamos alguns barcos do Aventureiro vindo de lá. Por sinais, avisaram que o tempo estava mudando e que iam levar os barcos para a Praia da Longa, onde costumam deixá-los abrigados quando há tempestade. No último temporal, as ondas tinham sido tão fortes que quebraram um dos barcos, destruindo-o completamente. Ao nos aproximarmos do Aventureiro, o vento começou a ficar mais forte, e a certeza de que seria possível voltar no mesmo dia começou a diminuir.

Saltamos do barco exatamente às 10 horas, sem atropelos, a não ser pelo nervosismo e preocupação por conta das condições climáticas, o que me fez escorregar e cair ao sair do barco. Alguns moradores do Aventureiro nos diziam que tinha sido muito arriscada a ida para lá com o *tempo virando*, pois *o sudoeste ia entrar a qualquer momento*

A reunião começou às 10h40 com 33 pessoas. No início, as pessoas iam chegando e ficando do lado de fora da mureta do *coreto* da igreja. Dezessete pessoas sentaram em círculo dentro do salão. Julieta, Alba, Daniel e Luis, que tinham ido para apresentar a nova proposta do governo, se juntaram em um lado do salão e começaram a apresentação. Alba foi a primeira a falar:

Viemos trazer a proposta de projeto de lei para recategorizar uma pequena parte da Reserva Biológica da Praia do Sul em RDS do Aventureiro. Fizemos algumas modificações depois da última reunião. Tudo o que vocês falaram, a gente escutou, por isso o documento ficou um pouco diferente. Mas nós precisamos do apoio de vocês, não podemos prosseguir

sem o apoio da comunidade, não tem sentido levarmos um documento que visa proteger a comunidade sem a comunidade querer (...).

Apresentou a introdução e os objetivos do novo documento. Disse que *o GT concluiu que a melhor forma de superar o conflito entre o povoado do Aventureiro e a Reserva Biológica da Praia do Sul seria através da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Assegurando, assim, de forma simultânea e pioneira, a permanência segura e definitiva da comunidade nativa em seu local, a proteção da cultura caiçara do Aventureiro e do meio ambiente local.*

Foto: Teresa Mendonça

Na reunião de apresentação da segunda proposta do GT, jovens nativos fotografavam e filmavam, documentando a cena, em uma participação observante.

Falou que a RDS permitiria, ainda, melhorar a qualidade de vida do povoado e fomentar e regularizar as atividades econômicas da comunidade, como o turismo de base comunitária, a pesca artesanal e as roças. Ao mesmo tempo, garantiria maior proteção à Reserva Biológica e aos recursos naturais, dos quais a comunidade depende.

Comentou, então, que o projeto de lei seria *enxuto* e que as regras seriam discutidas depois pelo conselho deliberativo acrescentando: *não tenham medo de RDS. A RDS está na contramão do que está sendo feito neste país, que é a expulsão de gente de suas terras. (...) Ela vem regulamentar o que vocês já fazem. Não estamos inventando nada*. .

Julieta então começou a apresentação, dizendo que a reunião seria rápida, pois precisavam voltar para o Rio assim que acabasse. Avisou que os moradores deveriam ler com calma a proposta com seus amigos e familiares e analisá-la.

No *coreto* da igreja, o barulho era intenso. Um cachorro latia insistentemente, crianças pequenas brincavam no mesmo espaço, fazendo gritaria, e Julieta tentava falar mais alto para expor os detalhes da proposta. Mas os moradores ouviam atentos.

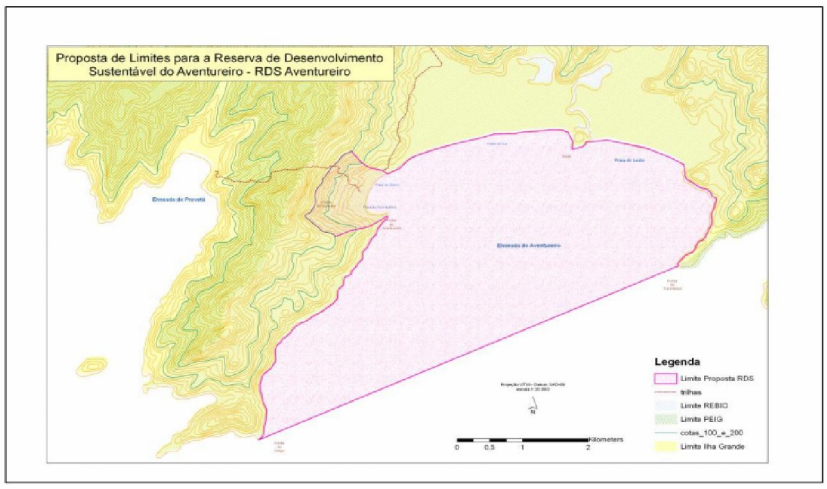
Falou que na nova proposta tinha sido retirado o item que colocava como "população beneficiária" as pessoas da diretoria da associação de moradores não-nativas, ou que não estavam no local antes da criação da Reserva e não tinham sido cadastradas em 1984, pois isso não tinha sido bem recebido pela *comunidade*.

Meia hora depois de começada a reunião, havia 43 pessoas. Três meninos nativos tiravam fotos. Um filmava em uma pequena câmera de vídeo. Uma menina gravava na câmera do celular. Era uma demonstração interessante de documentação/apropriação, por parte dos jovens da comunidade, de um momento histórico que a eles pertencia, pois que estavam sendo traçados os termos da recategorização de seu lugar. Dessa vez, a maioria dos participantes era nativa. Os moradores mais recentes, que na reunião anterior fizeram pressão para que o pessoal dos órgãos respondesse sobre como ficaria sua situação, dessa vez não tinham comparecido. Estavam todos muito atentos, porém, na maior parte do tempo, calados.

Em seguida, Julieta apresentou o item "Limites e superfície da RDS", dizendo que estava igual à proposta anterior, mostrando um mapa de como ficaria o território da nova unidade de conservação. A RDS corresponderia a 3% da Reserva Biológica da Praia do Sul, com aproximadamente 2.000 hectares, divididos em duas porções: uma terrestre e outra marinha, esta última correspondente à área do Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

A porção terrestre é onde se concentra grande parte dos usos residencial, comercial, turístico, agrícola e extrativista. Na parte noroeste, a RDS estende-se até a cota 200, sendo a área entre a cota 100 e 200 de uso restrito. A Praia do Demo estará incluída nos limites da RDS, enquanto o costão do Demo permanecerá na Reserva Biológica da Praia do Sul. A sudoeste, as linhas de drenagem servirão como referência. A área marinha corresponde à área total atual do Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Geralmente em um parque marinho não pode haver pesca. Na lei desse parque pode, porque ela é anterior ao SNUC, mas isso fica em discordância com ele, portanto, para regularizar a situação, é preferível transformar a área em parte da RDS. Os usos continuariam os mesmos, podendo ocorrer turismo, que no caso da RDS, está sendo referido como *de base comunitária* e pesca artesanal.

O mapa e a foto abaixo fazem parte da proposta e foram os apresentados por Julieta.



A linha vermelha no mapa representa o limite da RDS, englobando a parte terrestre e marinha. As linhas pontilhadas são as trilhas e as verdes são as marcações das cotas 100 e 200.

Na foto, que focaliza principalmente a parte terrestre de 100 hectares, a linha rosa representa o limite da RDS e as amarelas as cotas de 100 e 200 metros. As linhas azuis são os rios e pequenos pontos azuis indicam as captações de água.

(Mapa: GT Aventureiro 2010)

A reunião prosseguiu e Daniel começou, então, a explicar sobre a gestão da RDS. Falou que a RDS do Aventureiro deverá ficar sob administração direta da Gerência de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Geuso/Inea), em gestão compartilhada com o conselho deliberativo da unidade. Esse conselho será presidido por um profissional do quadro do Inea, e constituído por representantes de órgãos públicos e da *população tradicional* do Aventureiro. Ele poderá também incluir representantes de organizações da sociedade civil e de universidades. A secretaria do conselho caberá ao representante da *comunidade* do Aventureiro. Na composição do conselho deliberativo, os representantes da *população tradicional* terão, pelo menos, a maioria do número de votos (50% + 1). Daniel explicou ainda, a diferença entre conselho consultivo e deliberativo. *O que é decidido por um conselho deliberativo é o que vale. E no conselho do Aventureiro, a maioria é composta pela população local. Isso é muito importante,* disse ele. Falou também sobre plano de manejo e zoneamento. *A RDS será dividida em áreas e o zoneamento é o que define o que pode e o que não pode fazer em cada área. Tudo isso é discutido pelo conselho*. Todos ouviam atentamente, sem perguntas. Julieta, então, voltou a apresentar, explicando sobre "mobilidade e acessos" de moradores e turistas na proposta de RDS. Daniel esclareceu que aquelas eram ideias a que o GT havia chegado, mas que tudo deveria ser discutido no plano de manejo da nova unidade pelo conselho.

Foi dito, também, que o "Turismo de Base Comunitária" será permitido e incentivado, desde que de modo compatível com os interesses locais e de acordo com os as regras estabelecidas. As atividades permitidas serão condicionadas ao plano de manejo da RDS, tais como: chegada e permanência de visitantes conforme a capacidade de suporte a ser definida; prestação de serviços pela comunidade no transporte de passageiros e passeios de barco, devidamente legalizados; passeios marítimos pela enseada da Praia do Sul, de preferência em canoas; *campings* e pousadas e fornecimento de alimentação, registrados na prefeitura; condução de turistas em trilhas e mergulhos; etc.

Depois da explanação sobre o turismo, Daniel falou sobre a utilização dos recursos naturais que será permitida na RDS, destacando a liberação para as roças que estão ativas, de forma ordenada, pelo plano de manejo da RDS. Também alguns itens relativos ao extrativismo poderão ser praticados, como lenha, bambu, fibras e plantas medicinais para uso doméstico, sementes para artesanato, sapê, etc., tudo, evidentemente, estando de acordo com o plano de manejo da unidade. Também será permitida a coleta de frutos-do-mar nos limites da RDS, observando a legislação pertinente e as regras do plano de manejo, exceto a de espécies ameaçadas de extinção. A criação de animais domésticos de pequeno porte também será

possível, desde que regulada pelo plano de manejo da RDS. A caça, porém, continuará completamente proibida.

Daniel falou que os passos necessários para a criação da RDS teriam que ser dados através da elaboração de um projeto de lei que estabeleça a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, redefina os limites da Reserva Biológica e promova a re-categorização integral do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, incluindo-o na RDS. Ainda assim, será necessário submetê-lo à *comunidade* do Aventureiro, realizando audiência pública. Só então ele poderá ser enviado para a Assembleia Legislativa (Alerj). Uma vez recebido pela Alerj, será preciso fazer uma reunião para o esclarecimento do projeto aos deputados, com a presença de moradores do Aventureiro, e monitorar sua tramitação.

Tudo isso porque diminuir uma reserva biológica que é criada por decreto só é possível com uma figura legal mais poderosa, ou seja, uma lei. Ao fim da apresentação, Daniel alertou: *mesmo que a comunidade resolva encarar esse desafio, fazer uma parceria com a gente, com o Inea, apoiar a RDS, vai ser uma coisa demorada, vão surgir os interesses individuais. Mas a comunidade vai poder se organizar, cobrar dos deputados, monitorar. A guerra só vai começar. Na Alerj é uma guerra e depois é um processo da comunidade ir participando do conselho, se envolvendo com seus problemas.*

V., já no barco, buzinava insistentemente. O sudoeste havia *entrado*. Queria partir naquele momento, pois do contrário não teríamos mais como ir embora naquele dia. As perguntas ficaram no ar. Não houve tempo para mais conversas, nem esclarecimentos. Atravessamos a praia a passos rápidos, pulamos no barco e zarpamos. O vento começava a encrespar as ondas. Depois que passou a Ponta dos Dragos, V. disse: *agora não tem mais perigo*. Comparei, mentalmente, essa saída intempestiva do Aventureiro ao tempo lógico de Lacan, em que o psicanalista faz um corte na sessão em um momento significativo da fala do sujeito, para marcar esta significação. Ali, o vento sudoeste havia sido o responsável pelo corte. Agora, todos nós teríamos que pensar.

7.5. Um diálogo nem sempre fácil e às vezes quase impossível

O processo de recategorização polarizou um diálogo de visões de mundo muito diferentes e territorializações muitas vezes contraditórias, que já vinha acontecendo, mesmo que não formalmente, desde a criação da Reserva e a chegada do turismo (FERREIRA, 2004). O que diferenciou esse processo do que ocorria anteriormente foi que, em primeiro lugar, nunca antes o estado havia se proposto a escutar verdadeiramente as razões e motivos dos moradores. Isso implicou, algumas vezes, para o pessoal dos órgãos, ouvirem queixas

contundentes, reclamações, confrontar-se com uma mágoa retida por quase trinta anos e que encontrava espaço agora para se manifestar. E, embora, os atuais representantes dos órgãos se esforçassem para explicar que eles eram diferentes, que era um novo tempo, para os moradores o tempo passado não havia renovado a situação, o que estava ocorrendo era uma continuidade, e as pessoas, embora mais simpáticas e acessíveis, tinham as testas carimbadas com a palavra "Estado".

Na primeira reunião, um representante do IEF disse que estava ali para esclarecer sobre a unidade de conservação e as soluções possíveis, sobre a procura de novos caminhos pela Secretaria do Ambiente e a disposição de construir junto com a comunidade. Afirmou ter conhecimento de que os moradores foram vítimas de arbitrariedade no passado, mas que hoje o IEF considerava que eles seriam os melhores parceiros para a conservação dessa área protegida e que sem seu apoio e participação não haveria reserva nenhuma. Por isso, o IEF queria ouvi-los e entender às suas solicitações.

Os representantes dos órgãos ambientais que estavam em campo nas reuniões naquele momento, ou seja, o chefe do Parque Estadual que agora passava a ser responsável também pela Reserva Biológica, os representantes do IEF, Feema e SEA, eram agentes imbuídos da ideia de *participação*. Isso não descartava, entretanto, uma luta interna nos órgãos que se dava em vários níveis: discussões acaloradas nas reuniões do GT, ordens e contra-ordens, além das *fofocas* e articulações dentro e fora do órgão. Redes invisíveis se formam quando há discordância ou luta entre posições. Nem sempre essas discordâncias podem ser explicitadas. É muito difícil conviver com os que ocupam os cargos de poder dentro de um órgão público quando se tem opinião contrária à deles (falo isso pelas observações feitas em campo, mas também baseada em experiência própria). Por isso, quando uma determinada corrente de pensamento se torna hegemônica, grande parte das opiniões que são expressas fica parecida com ela. Em um momento que uma visão socioambientalista estava predominando politicamente e legitimava a tradicionalidade do *povo do Aventureiro*, tornava-se difícil ser preservacionista.[24] Fiscais precisavam reelaborar suas práticas, embora com dificuldades.

Um fato que ocorreu com um desses fiscais serve de exemplo. Já em pleno processo de recategorização, houve um treinamento do Bope na Ilha Grande, que contou com a ajuda do órgão ambiental. Um dos fiscais do Parque acompanhou a operação e foram escolhidos justamente o Aventureiro e a área da Reserva para desenvolver-se a ação. O fiscal, de colete

[24] Apesar da corrente de pensamento mais voltada para a separação natureza/sociedade se autodenominar conservacionista, o que a inspira é uma ética de preservação. Na gramática ambiental, a diferença entre preservação e conservação é que a primeira supõe intocabilidade e a segunda, o manejo da natureza no sentido de conservá-la.

(que funciona como um signo de autoridade), acompanhou o Bope, que, armado, desembarcou no Aventureiro. O fiscal teve a ideia de aproveitar para exercer o que ele entende como *seu papel*, e exercitar *seu poder*, apreendendo gaiolas de passarinho, autuando as *irregularidades* que ele achou pelo caminho.

Esse fato teve uma repercussão desastrosa no Aventureiro e, de um modo geral, nos outros fóruns. O assunto foi muito comentado, pois justamente num momento em que se falava em *participação*, em *resgate* das relações entre populações e órgãos, em *novo tempo*, houve uma demonstração patente de que nada é totalmente novo e nem mudou tanto assim. Houve também uma exposição clara de que os órgãos são representados por pessoas, e que cada pessoa faz o que sabe com a parcela de poder que acessa em cada momento.

Um ex-presidente da associação de moradores na primeira reunião fez a abertura dizendo que *o povo do Aventureiro tem toda a intenção de preservar seu lugar e confia nas autoridades presentes para ajudá-los a encontrar uma solução para toda a problemática vivida por eles durante tantos anos*. Essa confiança, entretanto, mostrou-se relativa posteriormente. Em outras reuniões, os moradores vieram a expressar claramente, para os representantes dos órgãos ambientais, sua desconfiança por tudo o que ocorreu no passado, no qual, em sua opinião, *eles só se preocupavam em proibir* e nunca em defendê-los.

Frente ao apelo de um representante da Feema para *esquecer o passado*, porque este é um *novo tempo* e é preciso *dar um voto de confiança ao estado*, um morador respondeu: *dar um voto de confiança, sim, mas esquecer, não. Quem bate esquece, mas quem apanha não esquece*.

Durante todo esse processo *participativo,* os representantes do estado fizeram apelos aos moradores, para que *discutissem em casa as propostas* e *elencassem as suas demandas*. Houve muitas vezes, por parte desses representantes, a impressão de que a população do Aventureiro estava *perplexa* e *calada*. Essa impressão provavelmente deve-se ao fato de que se esperou deles algo que não fazia parte de sua forma de se relacionar com as pessoas, com os problemas. Embora atualmente os moradores estejam frequentando muitas reuniões e se habituando à lógica implícita, não estão totalmente familiarizados com essa dinâmica. Além disso, falar em uma reunião, como já tratado na tese, envolve um confronto com pessoas consideradas hierarquicamente mais poderosas, o que provoca em alguns momentos reações de revolta, e em outros, timidez e certa perplexidade. Não se sabe, afinal, quais as consequências dessa *participação*.

Também é preciso destacar que quando as propostas ou argumentações da população surgiam, geralmente eram constituídas por elementos que o Estado não aceitava, como: a

posse da terra, a energia elétrica por rede, a venda das casas para terceiros, a construção de casas para os filhos. A "tradicionalidade" desejada pelos moradores esteve sempre marcada por essas demandas. Já para o grupo do estado, que conduziu o processo, a intenção era negociar o direito às roças, à pesca e ao turismo, mas de forma irredutível quanto a esses elementos desejados pela *comunidade*. Grande parte dessa irredutibilidade deve-se à disputa interna do GT (e do Inea), na qual o grupo *socioambientalista* (minoritário, embora naquele momento hegemônico) precisa pender para posições *conservacionistas* em alguns pontos, a fim de negociar outros, considerados por ele mais importantes. Por outro lado, algumas das demandas dos moradores esbarram nas leis ambientais.

O assunto *propostas do Estado* é, geralmente, comentado com os parentes, com vizinhos, companheiros e compadres, mas raramente de uma forma organizada a ponto de se elaborarem as demandas para apresentar em uma reunião. Essa intimidade com reuniões e todo o ritual correspondente, tão comum aos agentes do Estado, e também às ONG's e aos pesquisadores, constitui um poder que intimida. Vários entrevistados, tanto no Aventureiro como em outras partes da Ilha Grande, se referiram a um *não sei o que vou dizer nas reuniões*. Alguns nem se animam por essa *participação*, outros vão, mas não conseguem *participar devidamente*. Alguns conseguem organizar, ao seu modo (que às vezes é tomado como agressivo e insistente), suas inquietações e expressá-las nessas reuniões, enquanto outros evitam a manifestação pública, comentando suas impressões apenas com quem está ao lado. Daí o burburinho que se forma.

Nas primeiras reuniões, convocadas por iniciativa da associação de moradores com a ajuda do Codig e dos pesquisadores, o Estado não havia ainda criado o GT Aventureiro e nem se apropriado do processo. Foi possível observar que os moradores, nesse momento, estavam mais *participativos*. Alguns deles, inclusive várias mulheres, que geralmente falam muito menos que os homens nas reuniões, fizeram falas apaixonadas sobre sua vida dura no Aventureiro, o amor pelo lugar, pela roça, queixas sobre as injustiças cometidas pela Feema, etc.

Respondendo ao discurso do estado, as pessoas da *comunidade* que se dispuseram ao diálogo afirmavam, já nesse primeiro momento, que para elas o fundamental era que conseguissem a *posse definitiva da terra*. Diziam que desejavam permanecer no Aventureiro, mas também poder vender sua casa se precisassem ir embora, no caso de alguma doença ou por causa dos estudos dos filhos. Esse se transformou em um dos pontos mais polêmicos de toda a questão. Na visão dos representantes do estado, incluindo um procurador estadual e um técnico do governo federal, a terra é da União e o direito dos moradores restringe-se às casas.

Portanto, estava descartada a questão da posse definitiva da terra. Esse já foi um ponto de dificuldade para o diálogo, pois alguns moradores não conseguem aceitar isso. Ser o dono da terra parece ter uma importância essencial para eles.

No GT Aventureiro, houve quem defendesse a ideia de se retirar a área do Aventureiro da Reserva Biológica e dar a posse da casa aos moradores, com a possibilidade de venda. É preciso esclarecer sobre esse ponto, tal como foi feito nas reuniões, que quando se fala em *venda*, nesse caso, está se falando em transmissão de posse, pois, como não há a propriedade da terra, não é possível falar em venda efetivamente. Nesse caso, a área passaria a ser regulada pela lei da APA de Tamoios. Mas a posição majoritária no grupo, e que terminou por vencer, foi a da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, para a qual o projeto deveria ser negociado com os moradores. Nessa negociação, incluir-se-iam os limites da unidade e os usos permitidos, como roças, caminhos e áreas por onde os turistas poderiam circular.

A passagem pelas praias do Leste e do Sul, considerada um caminho pelos moradores, uma trilha histórica, pois *vai dar na Parnaioca*, localidade com quem mantinham grandes relações no passado, é também importante para a maioria dos turistas que gosta de fazer caminhadas pela região e não ficar *confinado ao Aventureiro*. É também representativo o número de pessoas que fazem a volta na ilha a pé e, necessariamente, têm que passar por ali. Entretanto, esse é um assunto difícil para ser discutido com grande parte do pessoal do Inea. É uma área de reserva biológica em que não há atualmente ninguém morando, *um anfiteatro preservado* no entendimento de um membro do GT. Essa mesma pessoa afirma que a passagem pelas areias implica um pisoteio que interfere na reprodução de um tipo de tatuí. Vários técnicos do órgão são contra essa passagem, pois *seria muito difícil de controlar, seria abrir a Reserva para o turismo e isso não é admissível*.

Por outro lado, se em um projeto da RDS do Aventureiro o turismo figuraria como a sustentação econômica da comunidade, e a passagem por esse caminho é importante para essa atividade, impedi-la é condenar a RDS a uma insustentabilidade econômica.

A discussão sobre esse ponto no GT foi acalorada e a passagem terminou por ser admitida na proposta do estado, porém foi um dos motivos que provocou a saída de um dos membros do GT, que *não queria compactuar com a destruição da reserva*.

Alguns moradores alimentam certa desconfiança com todo esse processo, embora tenham sentimentos ambíguos em relação a ele. As opiniões das pessoas da *comunidade*, depois tantas reuniões, se dividem, com uns mais e outros menos desconfiados dos propósitos do estado. Quando o Grupo de Trabalho do Aventureiro ainda não havia fechado quanto à

questão da RDS, alguns moradores já diziam que *os órgãos ambientais tinham uma posição fechada* e que estavam fazendo *reuniões e mais reuniões* como uma encenação, pois no fundo já estavam decididos. Outros, entretanto, se mostravam confiantes e tentavam colaborar como podiam com o que era proposto. Na verdade, a maior parte do GT logo que começou a debater o assunto decidiu-se claramente por RDS, pois concluiu que deixar a área apenas sob a proteção da APA de Tamoios protegeria pouco, já que *a Ilha toda está dentro da APA e nela acontece de tudo*.

Outra questão de grande dificuldade e até de impossibilidade para o diálogo entre o estado e os moradores do Aventureiro é a questão da posse da terra. A compreensão do estado é de essa é uma área de reserva biológica e, portanto, uma terra pública, não cabendo *a posse definitiva*, como reivindicam vários moradores desde a primeira reunião. O que foi decidido nas reuniões do GT Aventureiro é que a proposta do Estado de RDS contemplaria um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CCDRU, com o objetivo de assegurar que a população beneficiária, citada anteriormente, tenha o direito de permanecer instalada no Aventureiro com base em "relação jurídica regular com o Poder Público" (SEA/INEA, 2010). Esse ponto causou muita polêmica e é um motivo pelo qual uma parte dos moradores diz preferir APA. Ser dono da casa e da terra tem um significado grande para esses moradores que se sentem traídos pelo governo desde que a Secretaria do Patrimônio da União-SPU os fez assinar um documento, há anos atrás, e depois disse que eles eram apenas ocupantes e não donos. O verdadeiro *resgate* para eles de tudo que é percebido como perdido a partir da criação da Reserva seria a obtenção da posse da terra.

Julieta Freshi, em sua entrevista, expressa essa dificuldade de diálogo, contando: *a gente ia e vinha, ia e vinha, e percebia que a comunidade estava sempre perplexa diante das coisas que a gente dizia. Por que perplexa? Porque enquanto a gente falava de caça, pesca, roça, da importância da RDS para o futuro deles, como a RDS vai melhorar a qualidade de vida, como o turismo vai ser potencializado, diversificado, como iam poder ganhar ainda mais, pois iam poder qualificar o trabalho que já faziam, eles estavam interessados em saber sobre questões como: a casa que eu moro vai ser definitivamente minha? Nosso medo é ficar no olho da rua. Meus filhos vão poder construir casa? Vou poder vender minha casa? E a nossa resposta para essas perguntas não era a que eles queriam ouvir...*

Hagino (2009) identifica que um dos principais motivos da preferência de alguns moradores pela RDS seria o medo da especulação imobiliária. Nesse sentido, a autora atribui a rejeição à RDS por alguns moradores ao fato de que suas casas localizam-se nas encostas do Aventureiro, locais não tão visados pela especulação imobiliária, pretendendo garantir a

possibilidade de, no futuro, vendê-las a quaisquer terceiros a preço de mercado. Embora concorde que o medo da especulação imobiliária seja um fator relevante, já que esta é facilmente constatável no restante da Ilha Grande, penso que a motivação para estar a favor ou contra a RDS é bastante complexa. Pode-se observar, inclusive, que grande parte daqueles que não querem RDS habita à beira da praia, espaço privilegiado pelo e para o turismo, e que, no morro, existem pessoas em desvantagem econômica, não possuindo casa em Angra nem barco, que têm motivos fortes para quererem garantir sua permanência na terra, terminando por aceitar a proposta de RDS.

7.6. Um período liminar sob um processo de recategorização

Apesar de a comparação ser feita um tanto de viés (dadas as diferenças de sentido com relação aos de Turner, 2005), acredito que contribui para a compreensão do processo que estamos tratando, uma associação entre a recategorização do Aventureiro e os ritos de passagem (de modo prolongado). Neste caso, o rito promete em seu ideário, inaugurar a mudança de um estado de ilegalidade em que vive esta população para um estado em que a existência em seu território não será apenas reconhecida como um direito, mas também recompensada com a prosperidade. O GT Aventureiro produziu um conjunto de ideias destinado a instituir uma passagem da condição de ilegalidade do povoado do Aventureiro dentro da Rebio para a condição de legitimação do mesmo povoado dentro de uma RDS, em que a prática de um "turismo de base comunitária" figuraria como a principal base de sustentação econômica da "população tradicional".

Turner (2005, p. 137) afirma que "os ritos de passagem "indicam e constituem transições entre estados". Estado, nesse sentido, significa "uma condição relativamente fixa ou estável", podendo aplicar-se também às condições em que determinado indivíduo ou grupo social se encontra num determinado momento.

Como venho relatando neste texto, por diversas vezes a população do Aventureiro mudou de estado nos últimos trinta anos, passando de moradores de um povoado relativamente isolado para um lugarejo, em algumas épocas do ano, muito movimentado, e de uma condição de agricultores-pescadores para a de pequenos empresários do turismo. Ao lado desse processo, que se deu não só em função da sua história particular mas da história de toda uma região, a mudança que inaugurou a época das transformações foi, sem dúvida, a implantação da Reserva Biológica da Praia do Sul.

De agricultores-pescadores passaram a criminosos ambientais, por habitarem uma terra interdita. Essa situação colocou-os num estado de liminaridade permanente. Os ritos de

transição "vêm marcados por três fases: separação, margem (ou limen) e agregação" (VAN GENNEP,1960, *apud* TURNER, 2005). Separados do "ambiente nativo" em que viveram por longa data, sem se dar conta do que ele representava para as populações urbanas, os moradores do Aventureiro penetraram em um estado marginal, do qual não mais saíram, embora tenham conseguido períodos provisórios de "estabilidade".

> Durante o período liminar, o estado do sujeito ritual (o passageiro) é ambíguo, ele percorre um reino que tem poucos ou nenhum dos atributos dos estados passado ou vindouro, na terceira fase a passagem é consumada. (TURNER, 2005, p138)

A terceira fase vem sendo anunciada desde quando a Reserva foi criada, porém nunca se concretizou. Primeiramente, deveria se dar com a realocação da população em outra área (o centro de Angra foi o local aventado). Depois (ainda na década de 1980), foi sugerida, por funcionários da própria Feema, a "desafetação" da praia do Aventureiro da área da Reserva Biológica, o que também jamais se efetivou.

Douglas (1966, *apud* TURNER, 2005) sustenta que o pouco claro, o contraditório (da perspectiva da definição social) tendem a ser encarados como (ritualmente) impuros. Da perspectiva ambientalista, essa situação é insustentável. Principalmente em tempos de "adequação ao SNUC", prática a que os órgãos ambientais têm se dedicado, é necessário rever as situações em discordância com a lei e dar uma solução viável a elas. No caso do Aventureiro, só há duas alternativas: tirar a população da Reserva ou a Reserva da população. No momento atual, o governo, não sem contradições internas, optou pela segunda alternativa, dando início a um processo ritual de passagem para o estado (por ele escolhido) de RDS.

7.7. Tradicionalidade: apropriação e rejeição

Como já tratado por mim em outro trabalho (FERREIRA, 2004), a noção de "populações tradicionais" tornou-se importante no Aventureiro, pois foi o fato de serem assim considerados que permitiu aos habitantes da vila lá permanecerem por todos esses anos, desde a criação da reserva. Na Ilha Grande, essa noção tem sido utilizada nos diversos *fóruns participativos* na construção de planos e zoneamentos, para diferenciar direitos territoriais das populações "nativas" em contraste com as sucessivas levas de migrantes que lá tem aportado constantemente. Mas tem também sido debatida renovadamente, pelas ambiguidades e indefinições que carrega.

Importante na tarefa de assegurar a presença humana em áreas de unidades de conservação, mas ao mesmo tempo ocupando lugar em distintos campos discursivos na esfera

do ambientalismo, essa noção caracterizou-se, desde o início, por gerar mais polêmica que consenso em torno de seu significado.

Foi inicialmente definida no âmbito internacional do debate sobre a relação de alguns grupos sociais com a conservação da biodiversidade, e veio a se firmar, no Brasil, nesse mesmo contexto, a partir das pesquisas de Antônio Carlos Diegues, que se tornou responsável por sua ampliação no meio ambientalista (BARRETO FILHO, 2006). Sua formulação inicial teria se inspirado em correntes do pensamento social preocupadas em distinguir os tipos regionais brasileiros relacionados com a ideia de culturas rústicas. Posteriormente, o conceito teve um novo impulso ao se inserir em movimentos sociais, ocorridos principalmente na década de 1980 no Brasil, que incorporaram a questão ambiental como dimensão importante de sua prática (BARRETO FILHO, 2006). Na década seguinte, essa noção entra em novo ciclo de polêmicas, ao ser utilizada no contexto da tramitação, de mais de dez anos, do projeto de lei que veio dar origem ao SNUC. O motivo principal desse longo período de negociações foi a questão de populações e unidades de conservação de Proteção Integral. O debate, com o aporte da noção de populações tradicionais, para desagrado dos preservacionistas, apontava para possibilidades de reclassificação dessas áreas onde houvesse moradores para categorias menos restritivas.

Na concepção originalmente apresentada no projeto de lei do SNUC, vetada na versão final aprovada (Lei 9.985 de julho de 2000), "população tradicional" era definida como:

> grupos humanos, culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. (Projeto de Lei nº 2.892, 1999)

Segundo Sant'Anna (2003), a polêmica relativa a terminologia e definições adequadas se estendeu até o momento em que a lei foi sancionada pelo presidente, quando, então, foi vetada. Esse veto deveu-se à dificuldade de definir o conceito de modo que não se cometessem injustiças, excluindo grupos pertinentes ou incluindo indevidamente outros grupos. Certos elementos da proposta eram questionáveis, como por exemplo a expressão "culturalmente diferenciados", que poderia sugerir a ideia de "cultura primitiva ou atrasada". Outra crítica foi ao emprego do termo "tradicional", que implicava a adoção da noção de tempo e espaço para determinar a tradicionalidade do grupo, fazendo com que não se aplicasse, portanto, a todos os grupos que a lei pretendia atingir. Outro argumento foi de que "tradicional", no caso, estaria se referindo ao estilo de vida dessas populações. Além de

carregar um sentido pejorativo, era uma categoria construída pelos atores externos e não pelos membros dos próprios grupos (SANT'ANNA, 2003).

Tantas divergências e dificuldades fizeram com que antropólogos, ambientalistas, parlamentares, dentre outros representantes da sociedade civil, negociassem o veto da definição, propondo, em troca, que ela fosse elaborada caso a caso, na utilização prática da lei (SANT ANNA, 2003). Apesar de a noção ter sido vetada, a lei continuou a utilizá-la.

No Art. 4º, inciso XIII, é descrito como sendo um dos objetivos do SNUC

> proteger os recursos naturais necessários à subsistência de 'populações tradicionais', respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

No Art. 5º, inciso X, uma de suas diretrizes é garantir às "populações tradicionais",

> cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

Além disso, as Reservas Extrativistas (Resex) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que integram as unidades de Uso Sustentável são específicas para "populações tradicionais".

Essa categoria está, portanto, relacionada à defesa de direitos de populações aos seus territórios. Diegues argumenta que a identidade do indígena no Brasil é definida de forma mais clara do que aquela das "comunidades tradicionais" não-indígenas (2001). O reconhecimento dessa identidade coexiste com intenso debate a respeito do significado dos termos populações "nativas", "tribais", "indígenas" e "tradicionais" utilizados internacionalmente (DIEGUES, 2001).

Alguns problemas podem ser apontados em relação ao conceito de "populações tradicionais": em primeiro lugar, a dificuldade na delimitação do que as diferencia de outras sociedades. Como saber até que ponto uma sociedade inclui-se na listagem de atributos para a classificação de ser ou não tradicional? A noção também pressupõe a ideia de sociedade estática, congelada em determinados padrões, não observando o aspecto dinâmico da reprodução sociocultural. Como observa Zanoni (2000), tratar essas populações como "tradicionais" pode ser importante para mostrar que são povoadoras de longa data da região onde vivem e por legitimar sua permanência nas áreas protegidas. No entanto, de seu ponto de vista, essa noção gera também ambiguidades que podem prejudicar a compreensão das dinâmicas históricas que produzem, reproduzem e transformam seus modos de vida. Além disso, a noção de tradicional, como adjetivo de populações moradoras de uma região, pode

implicar uma tendência à uniformização de grupos heterogêneos, dificultando a apreensão de sua historicidade. Barretto Filho (2006) argumenta que essa noção conspiraria contra a autonomia desses próprios grupos diante de suas aspirações ao ingresso na modernidade, em relação aos níveis de consumo e bem-estar, por exemplo.

A canoa, antes usada como meio de transporte, hoje permanece como símbolo, dos tempos difíceis do passado e de uma "tradicionalidade" garantidora de direitos.

Esse último aspecto parece estar presente no Aventureiro, onde a "tradicionalidade" tem sido acionada de forma ambígua. Na Ilha Grande em geral e no Aventureiro em particular ela é expressa por *ser um caiçara*. Ao mesmo tempo em que, em alguns momentos, os habitantes afirmam ser *caiçaras*, não querendo sair de lá, em outros reivindicam com veemência *a possibilidade de vender suas casas livremente e ir morar em Angra*. O valor percebido como negativo ou positivo em *ser caiçara* pode mudar e de fato tem mudado circunstancialmente. Como Neuseli Cardoso explicou em sua entrevista, e também conforme relatos semelhantes que ouvi de outros moradores da Ilha, *caiçara* foi, em outros tempos, um termo muito rejeitado, por ser associado ao *ignorante*, ao *sem valor*, com uma carga pejorativa semelhante à do *caipira*. Recuperado pelo discurso socioambiental, passa a ter um valor positivo, designando o "homem do litoral", o "nativo", aquele que tem ligações identitárias com o uso da floresta, com a pesca, etc. Esse significado é transmitido aos que designa, e estes passam a utilizá-lo na luta por seus direitos. Entretanto, mesmo que sejam admitidas pelo Estado as circunstâncias atuais em que pode se dar a "tradicionalidade" – ou seja, o contato com a atividade turística, com o próprio ambientalismo e outras demandas do mundo de hoje –, tanto os ambientalistas (mesmo os sócio-) quanto a própria Lei do SNUC expressam uma visão idealizada das populações ditas *tradicionais*, considerando-as menos interconectadas com a contemporaneidade do que são efetivamente. No caso do Aventureiro,

se contou com uma *comunidade mais homogênea*, mais *coesa*, mais apegada ao *tradicional*. E, portanto, foi motivo de espanto quando alguns moradores se puseram *contra a RDS*.

Demonstrando essa rebeldia contra a "tradicionalidade" e como resposta às propostas de manter o direito às roças e à pesca na RDS, um jovem nativo comentou: *eles querem que a gente volte pra roça, eu não quero, não somos índios*.

A iniciativa (de uma parte) do estado de propor a recategorização para RDS, construída, como foi visto, no confronto interno com grupos divergentes, expressa uma mudança na sua forma de encarar o território. Antes, o Aventureiro era considerado pelo órgão ambiental apenas sob o ponto de vista da preservação da natureza, tendo como foco principal a biodiversidade, e na atual proposta foram levados em conta seus moradores.

Esse processo põe em ação, entretanto, a necessidade de que a população encare uma luta política, em que está em jogo sua *coesão*, na defesa do território e da *identidade tradicional caiçara*, justamente a que tem assegurado a sua permanência na área. Isso porque, para que exista uma RDS, é preciso que exista, também, uma população tradicional. É uma identidade relacional à unidade de conservação e que, nesse caso, é base para a construção de um território híbrido das ideias de conservação ambiental e conservação cultural. As possibilidades dessa "coesão", porém, são muito relativas. Há uma heterogeneidade de interesses e visões na localidade, mesmo entre os moradores nativos, que em diversos momentos é traduzida em conflitos.

É importante considerar que o processo identitário é marcado por ambiguidades. Em alguns momentos, *ser caiçara* tem um sentido produtivo para aqueles que assumem essa identidade, e em outros não. Oliveira (1974) chama atenção para a necessidade de focalizar as identidades dentro da perspectiva de que estão "em crise", na medida em que os processos de identificação pessoal ou grupal chegam a estar mais condicionados pela sociedade envolvente do que pelas "fontes" originárias dessas mesmas identidades. Nesse sentido, a identidade *caiçara ou tradicional* não é nativa, mas uma resposta às situações criadas sob orientações externas, como as unidades de conservação. A sua apropriação pelos moradores nativos na luta por direitos é, portanto, passível de mudança, na medida em que mudam as condições concretas da permanência no local. Quando passa a ser uma exigência para a criação de um outro tipo de unidade de conservação, a relação de alguns moradores com ela passa a ser a de rejeição. A construção das identidades está relacionada, portanto, a uma permanente reconstrução do sistema de valores de uma determinada sociedade (BARTH, 2000). Dessa forma, no Aventureiro, a identidade *caiçara*, que serve em vários momentos para defender o direito ao território, é sentida por alguns moradores locais como aprisionante, na medida em

que é reconstruída no projeto da RDS, sob novas regras e normas, e em que uma parte delas os desagrada. Andando pelo Aventureiro, ouvi, por acaso um comentário entre duas moradoras que reclamavam se serem tachadas de *caiçaras*. Radicalizando o aspecto fluido e mutante das identidades, é possível entender que elas são constituídas a partir de objetivos e não essencialmente (BAUMAN, 2005).

Entretanto, com relação ao turismo, por exemplo, a identidade *caiçara* permanece forte, mesmo para aqueles que a rejeitam no projeto da RDS. A narração de histórias do passado, ressaltando os costumes tidos como *caiçaras*, a renovada atenção às casas de farinha e canoas, o artesanato de barcos, o ato de relembrar as comidas "tradicionais" e de produzi-las para mostrar para *os de fora*, etc., são alguns dos aspectos que demonstram que a "tradicionalidade" demandada pelos olhares externos possui trajetos ainda não completamente conhecidos.

Nos contatos com o Projeto de Turismo de Base Comunitária e mesmo na Oficina de Turismo coordenada pela SEA, os moradores foram instados a lembrarem seus hábitos e costumes, e esses momentos pareciam ser do agrado de um número representativo de moradores, que se dispôs a participar de todas as dinâmicas propostas. Mesmo em momentos marcados por conflitos em reuniões, as tarefas lúdicas dos outros encontros pareciam dissolver mágoas e promover aproximações. Dessa forma, preservava-se um espaço de convivência nas reuniões do Aventureiro que escapava à interação conflituosa.

Apesar de um grupo entre os moradores rejeitar a proposta de RDS, um outro maior optou por apoiar a nova proposta do GT e dar início a um processo que promete ser difícil, tanto nos confrontos internos como externos. É interessante observar que apesar das regras e normas produzidas no âmbito do GT Aventureiro certamente indicarem que o contexto da RDS é prioritariamente o da conservação ambiental, levam também em consideração as novas formas de vida adotadas pela população, como o trabalho com o turismo, e as tomam como base de sustentabilidade. A não-regulamentação da categoria RDS em uma caracterização fechada, que para alguns representa um problema, apresenta uma plasticidade que torna possível a elaboração de um projeto adequado às características da sociedade local. Dessa forma, a proposta que resultou da revisão feita pôde tornar-se mais flexível, na medida em que se entendeu que não havia sentido em fechar um projeto detalhado *a priori*, deixando essa tarefa para o conselho deliberativo da nova unidade de conservação.

Se por um lado está em questão a polêmica e ambígua noção de "populações tradicionais", até mesmo para atender à determinação do SNUC, por outro, a proposta demonstra possibilidades de se construir de forma específica. Nesse sentido, a roça e a pesca

se constituiriam em direitos daqueles que ainda as praticam, e o turismo, adotado hoje pela população como atividade principal, o seria também na RDS. Assim, a "tradicionalidade" teria o efeito de resguardar não uma "cultura congelada", mas o território de uma população com fragilidade social perante a especulação imobiliária que grassa em toda parte na Ilha Grande e o direito de ser sujeito nesse território.

7.8. Um turismo comunitário

Atualmente, a expectativa dos jovens locais volta-se para o desenvolvimento do turismo, que mudou radicalmente a vida dos habitantes, possibilitando-lhes adquirir inúmeros bens de consumo que antes não faziam parte de suas vidas. Além disso, conseguiram uma melhoria nas condições dos barcos, elementos importantes para sua autonomia, além de uma transformação ao nível das relações sociais (COSTA, 2004 e 2008; FERREIRA, 2004).

O diferencial do turismo que lá ocorre é o fato de ser a própria população local sua produtora e beneficiária. Os moradores do Aventureiro "inventaram" seu próprio modo de gestão do turismo (COSTA, 2004 e 2008; FERREIRA, 2004; CATÃO, COSTA, e PRADO, 2009). "Seu 'modo de fazer' o turismo é improvisado, baseado e incorporado ao fazer da própria vida" (FERREIRA, 2004, p. 54).

A singularidade do turismo do Aventureiro em relação ao da Ilha Grande está também no fato de que lá não pode ocorrer a especulação imobiliária do modo como tem acontecido no restante da Ilha, devido às imposições da legislação da Reserva Biológica. O turismo de *camping*, realizado geralmente por "mochileiros", é bastante diferente do que ocorre nas outras praias na Ilha Grande, em que o turismo demanda maiores investimentos em pousadas, bares e restaurantes, e outros equipamentos para atender às classes média e alta. Dessa maneira, o turismo do Aventureiro foi entendido como de "base comunitária", no texto "Praia do Aventureiro - um caso *sui generis* de gestão local do turismo" (CATÃO, COSTA, e PRADO, 2009).

Turismo comunitário ou de base comunitária seria um "modelo de turismo onde as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas são os principais protagonistas" (BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p.15). Segundo os autores, não é fácil definir um marco conceitual para esse tipo de turismo, já que existem muitas abordagens diferentes e uma diversidade muito grande de contextos, histórias, lugares e personagens.

A origem desta concepção pode ser localizada em experiências latino-americanas da década de 1980, e corresponde a diversos fatores de ordem econômica, social, cultural e

política. As pressões do próprio mercado turístico se constituiriam em um fator importante, respondendo a nichos específicos de mercado, compostos por grupos pequenos de viajantes em busca de experiências enriquecedoras e únicas, combinando vivências culturais e natureza preservada (MALDONADO, 2009).

Por parte das comunidades locais, ele se derivaria de necessidades econômicas de superação de situações de pobreza crônica, buscando "fontes alternativas de renda frente aos limitados resultados da economia de sobrevivência" (MALDONADO, 2009, p. 27). O surgimento deste tipo de turismo demonstraria também o importante papel das pequenas e microempresas perante o desenvolvimento local e, consequentemente, em relação também à oferta turística nacional (MALDONADO, 2009).

O desenvolvimento do turismo comunitário estaria, ainda, associado a estratégias políticas de preservação de territórios de comunidades locais, no sentido da valorização de "parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura" (MALDONADO, 2009, p.27).

Por outro lado, o turismo de base comunitária se constituiria em uma alternativa ao turismo massificado, de forma situada na cultura local e nos ambientes naturais, procurando "respeitar heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las (...)" (BURSZTYN, SANSOLO, DELAMARE, 2009, p.86).

Dessa forma, é possível detectar através dos preceitos normativos do turismo de base comunitária o reforço da ideia de patrimônio cultural herdado, de "tradicionalidade", de ancestralidade e de comunidade constituída. Na medida em que um "produto turístico" é algo que se "elabora," "recorta" e "inventa", pode-se perceber um patrimônio sendo constituído, assim como também uma "comunidade imaginada". Da mesma forma, o "território ancestral" conformaria, então, uma territorialização, como tantas que vimos acompanhando ao longo da tese.

No Brasil, embora algumas experiências com escopo semelhante tenham sido tentadas, desde os anos 1990, no âmbito do ecoturismo, a denominação turismo de base comunitária só apareceu nos anos 2000. Segundo mapeamento iniciado em 2008 e ainda em elaboração, foram detectados casos de turismo de base comunitária em diversas regiões do país, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Amazonas, Pará, Rondônia, Goiás, Tocantins, Bahia e Santa Catarina (SANSOLO e BURSZTYN, 2009).

Para o Ministério do Turismo (2008), esse tipo de turismo é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas

comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos da atividade turística.

Em maio de 2008, durante o II Seminário de Turismo Sustentável que ocorreu em Fortaleza/Ceará, foi lançado um edital do Ministério do Turismo para o financiamento de projetos de turismo de base comunitária. Em um universo de 500 concorrentes, foram selecionados 50 projetos, dentre os quais um da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em parceria com o Codig e a Amav, denominado "Projeto de Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na Vila do Aventureiro".

Segundo Teresa Mendonça, uma das coordenadoras do projeto, em entrevista ao Instituto Virtual de Turismo - IVT (julho de 2010), *o projeto tem como objetivo mobilizar e integrar a comunidade para a qualificação da mão-de-obra e aperfeiçoamento de empreendimentos domiciliares locais, através de ações que visem o fortalecimento do associativismo e/ou cooperativismo da* Vila *do Aventureiro, buscando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a manutenção das ações de conservação do meio ambiente e valorização de seu patrimônio cultural.*

Jovens da Vila do Aventureiro participando de oficina de roteiros do projeto de Turismo de Base Comunitária.

O projeto começou no início de 2009 e conseguiu uma prorrogação até o final de 2010. Para pôr em prática o projeto, a equipe composta por alunos e professores da Universidade Rural empreendeu visitas às casas do Aventureiro e fez reuniões com moradores, geralmente no *coreto* da Igreja de Santa Cruz. Desenvolveu também oficinas de qualificação e gestão dos empreendimentos domiciliares, com objetivo de atender aos principais negócios identificados na cadeia produtiva local, tais como meios de hospedagem, pequenos restaurantes e bares, meios de transporte locais (barcos), organização de roteiros, inglês instrumental, capacitação para a gestão (organização, marketing, empreendedorismo),

criatividade e meio ambiente. O projeto tem incentivado também a formação de cooperativas comunitárias e a prática do associativismo.

O grupo tem produzido também diagnósticos sobre o turismo na Vila do Aventureiro e está preparando um folheto turístico e uma revista eletrônica sobre a localidade.

Segundo Teresa, *uma das principais dificuldades enfrentadas pelo projeto se refere às questões climáticas e geográficas. A localização do Aventureiro, em mar aberto, coloca a vila sob influência de constantes frentes frias e instabilidades da maré. Dessa forma, apesar de toda agenda prevista, não significa que será realizada.*

Outra questão que impõe limites ao projeto é o fato de a Vila do Aventureiro fazer parte de uma reserva biológica. Dessa forma, o processo de recategorização do Aventureiro é fundamental para que as propostas de ordenamento do turismo aventadas pelo projeto possam se concretizar. O projeto que está sendo trabalhado no momento leva em conta esse processo de transição em que *tudo é uma suposição*, como diz Teresa.

Embora o projeto a rigor nem pudesse estar sendo desenvolvido, pelo fato de estar em uma reserva biológica, todas as características que foram expostas neste capítulo fizeram com que o Inea desse uma autorização especial para que ele ocorresse. Do mesmo modo, incluiu em sua proposta para a RDS o turismo de base comunitária como sendo a atividade própria para promover a sustentabilidade econômica da comunidade local, associada às práticas costumeiras de roça e pesca.

Na verdade, o turismo de base comunitária, como descrito, está estreitamente associado à Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pois é ela que propõe a garantia de um território para a *comunidade local*. A capacidade de "inventar" conjuntamente o turismo (projeto + população local) e a "comunidade" prevista nesse tipo de turismo é a mesma de que a RDS precisa para se constituir, já que é uma unidade de conservação comunitária (de população tradicional). Daí que não só a RDS constitui a base do Turismo de Base Comunitária, como este, da mesma forma, oferece terreno para que a unidade de conservação (que também é sustentável) se sustente.

7.9. O momento liminar: o tecer de forças e poderes para a passagem

Na reunião de 8 de maio, em que a equipe do governo levou a segunda proposta de RDS para os moradores do Aventureiro, foi reforçada a informação de que a proposta tinha sido feita, mas a comunidade precisava querer. Não havia possibilidade de ser dado entrada nesse processo se *os próprios interessados* não quisessem.

O vento sudoeste havia apressado a volta da equipe do governo, das ONG's e dos pesquisadores para o continente. Uma pergunta ficou no ar: os moradores iriam aceitar essa

proposta? A pergunta não ficou no ar apenas para *os de fora*, mas também para os moradores, na medida em que uns querem RDS e outros não.

As opiniões dos moradores começaram a se dividir no decorrer das sucessivas reuniões que foram realizadas, principalmente depois da apresentação da primeira proposta. Um morador não-nativo, marido de nativa, tinha já ido a várias casas em campanha a favor da APA e contra a RDS. Os argumentos mais fortes para os que não querem RDS são os de que a propriedade das terras seria do Estado e os moradores fariam o Contrato de Direito Real de Uso, podendo transmitir esse direito onerosamente para o Estado ou para outro beneficiário da RDS. Esses moradores queriam uma posse que lhes desse a possibilidade de transmitir para *pessoas de fora,* a preço de mercado. Não estava sendo levado em conta, entretanto, que, sendo uma área de reserva biológica, para se fazer a recategorização é preciso que o projeto passe por todo um processo na Assembléia Legislativa. Seria muito difícil convencer os deputados a aprovarem que a área passasse diretamente do "rigor" e "fechamento" legal que possui para uma abertura à especulação imobiliária. Se, por um lado, os interesses econômicos são fortes entre os legisladores, é preciso não esquecer que os dos ambientalistas preservacionistas também são capazes de se fortalecer, principalmente quando articulados rapidamente pela Internet, em prol da salvaguarda do "patrimônio da humanidade". Portanto, lutar por APA seria mais ou menos como abortar um projeto de regularização do Aventureiro com sua população dentro. É importante não esquecer que há quem lute, ainda, para que a área continue a ser reserva biológica com a retirada da população.

Outra questão que resultou em mais brigas entre os moradores foi a inclusão, que havia sido feita inicialmente, de pessoas não-nativas como beneficiárias da RDS, por conta de estarem na diretoria da associação, com a justificativa de não desmobilizar a organização legítima dos moradores.

Uma moradora recente, que havia feito provocações aos representantes do estado na reunião de apresentação da primeira proposta, continuou nesse "clima" nos dias posteriores, tomando como foco um morador não-nativo, porém muito antigo no Aventureiro, amigo de longa data das famílias e, inclusive, padrinho de crianças locais. O motivo da provocação era que ele, sendo da diretoria da associação, teria o direito de permanecer, enquanto ela, que inclusive residia há apenas um ano no local, não teria esse direito.

Durante vários dias, segundo relatos de diversas pessoas, ela fez insinuações maldosas ao morador referido, inclusive com palavras ofensivas. Não suportando a pressão psicológica, esse morador, num acesso de raiva, "botou abaixo" sua própria casa, que ele mesmo havia construído, arrumou suas coisas e, desgostoso, disse que não mais voltaria ao Aventureiro.

Esse fato provocou um grande trauma no conjunto dos moradores. A mulher mencionada e seu marido, ao se mudarem para o local, já haviam suscitado comentários dos moradores, pois sua mudança, em meio a um processo de negociações para a recategorização, contribuía para dificultar as relações entre o órgão ambiental e a *comunidade*.

Porém, assim que chegaram, montaram uma pousada (a primeira do Aventureiro), sem a autorização e nem mesmo o conhecimento do órgão ambiental. Empregaram duas pessoas da comunidade e começaram a construir uma rede de amizades, que fez com que as opiniões de algumas pessoas, principalmente as da vizinhança, ficassem a favor deles. Mas isso durou pouco, pois essas mesmas pessoas passaram a querer RDS posteriormente, concluindo que *era a melhor opção para o morador nativo*.

A semana que se seguiu à reunião de 8 de maio serviu para que um grupo de moradores, capitaneados pelo presidente da Amav, percorresse casas no Aventureiro em busca de assinaturas de adesão à RDS. Em um primeiro momento, conseguiram 43, número que depois chegou a 58 (havia passado de 60, mas foram questionadas as assinaturas de alguns menores, que foram então retiradas, a fim de eliminar a polêmica).

No dia 16 de junho de 2010, foi entregue pela Amav uma carta ao GT Aventureiro, em reunião entre o GT, o Serviço de Patrimônio da União - SPU e um grupo de moradores do Aventureiro, acompanhada com o abaixo assinado, com o seguinte teor:

Ao

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

A/C do Grupo de Trabalho do Aventureiro

Prezados Senhores

Gostaríamos de solicitar a este Órgão a implantação da Unidade de Conservação RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável – em nossa comunidade, na Praia do Aventureiro, na Ilha Grande- Angra dos Reis-RJ, nos termos da proposta apresentada na última reunião, no dia 08 de maio de 2010, no coreto da Igreja de Santa Cruz, nesta localidade.

Entendemos que este tipo de Unidade de Conservação atende aos nossos anseios de permanecermos em nossa comunidade garantindo a manutenção de nossas raízes, nossa cultura e nossa identidade, com o direito à própria subsistência e das gerações futuras e sobretudo com o dever de preservar o meio ambiente através dos ensinamentos transmitidos pelos nossos antepassados.

Acreditando que seremos atendidos em nossa reivindicação aguardamos confiantes o andamento do processo de recategorização, agradecemos a atenção de todos.

Atenciosamente,

Fábio dos Santos de Sousa

Fábio dos Santos de Sousa

Presidente da AMAV – Associação de Moradores e Amigos da Praia do Aventureiro

Essa reunião, da qual só puderam participar os integrantes dos grupos citados acima, me foi relatada de formas diferentes pelas pessoas presentes. Se para um dos participantes *não foi dita nenhuma novidade, mas parece que o SPU está mesmo a fim de ajudar a comunidade*, para outro ela foi *surreal*. O SPU de Brasília pressionou o órgão estadual pela *permanência da população tradicional* na área, provavelmente desconhecendo as divergências internas do Inea e as divergências internas da comunidade do Aventureiro. Esses integrantes do SPU trabalham com regularização fundiária de populações tradicionais em terras da União. As terras reivindicadas para a criação da RDS são terras pertencentes à União, e precisam ser doadas ao governo do estado, para que ele, então, possa levar o processo de criação da unidade à Assembléia Legislativa. Esses integrantes, portanto, falavam com os técnicos do órgão estadual como se eles tivessem uma opinião coesa que ameaçasse a comunidade de não ser legitimada.

Depois dessa reunião no Inea e da entrega da carta da Amav, começou um movimento pela Internet em apoio à RDS. Os pesquisadores que haviam feito o "Argumento Pró-Aventureiro" em 2006, acompanhados de outros que se integraram ao processo mais recentemente, como os professores da UFRRJ, responsáveis pelo "Projeto de Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária no Aventureiro", fizeram um documento de apoio à RDS para ser anexado ao processo em seu caminho legislativo. Em seguida, outro movimento, este de conselheiros do Parque Estadual da Ilha Grande e da APA de Tamoios, também prestou apoio à nova unidade.

Em resposta a toda essa mobilização a favor da RDS, as pessoas do Aventureiro que não querem RDS, um grupo composto em grande parte por moradores não-nativos que teriam que deixar a localidade caso a unidade fosse implantada, articularam-se a grupos de interesse em Angra. Alguns grupos são ligados à Prefeitura Municipal. Conseguiram, então, o apoio de três vereadores, que prometeram fazer pressão junto aos deputados da Assembleia Legislativa para não permitir a implantação da RDS.

Dessa forma, nesse momento liminar, em que o Aventureiro espera pela recategorização, ou seja, sua instituição em outros termos, tecem-se forças e poderes, agora em luta aberta por hegemonia.

Bourdieu (1996) nomeia os ritos de passagem como ritos de instituição, mostrando que os ritos tendem a consagrar e a legitimar as ações e a transformar em naturais atos sociaisl, que carregam sempre uma arbitrariedade em sua constituição.

A existência de uma *comunidade* que possa se conformar em *população tradicional* de uma RDS é, portanto, um ato político e não natural. Esta *comunidade* está nesse ponto de passagem, a ver se pode aglutinar-se para se constituir, ou se, ao contrário, terá que se apartar.

O vento sudoeste, que marca as possibilidades e impossibilidades na Ilha Grande e, mais ainda, no Aventureiro, marcou, com um corte, o tempo de concluir, abrindo assim um novo processo e levou o debate sobre a recategorização para as esferas mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as relações sociais entre as populações da Ilha Grande e os atores responsáveis pelas políticas ambientais a partir da dinâmica dos *fóruns participativos* percebi que nessas esferas desenvolvem-se disputas e negociações em torno da organização do espaço, nas quais estão em pauta significados, valores e direitos de uso, ao que chamo de territorializações. Essas territorializações, por sua vez, são pautadas por concepções particulares de patrimônio. As ideias de natureza e de meio ambiente, presentes no discurso ambientalista, também incluem concepções de patrimônio.

O debate sobre os direitos das populações consideradas tradicionais se faz também presente nos fóruns por sua conexão com o tema da biodiversidade, devido aos conhecimentos dessas populações sobre os sistemas naturais. E, com ela, surge uma percepção de que a conservação da natureza, dos recursos de fauna e flora, está ligada à conservação da cultura desses povos, que passa a ser também considerada como patrimônio. Essa questão, entretanto, não é consensual. Muitos pesquisadores e autores das ciências da natureza negam os conhecimentos, visões e direitos dessas populações.

O patrimônio se apresenta, portanto, como um espaço de luta material e simbólica entre os diferentes grupos sociais. Nesse campo de disputa, em que há uma hegemonia das elites econômicas e políticas, é visível que esses setores são os que detêm poder para definir a importância dos bens e a necessidade de sua preservação, decretando muitas vezes a destruição daqueles que atrapalham a consecução de seus interesses e objetivos, confrontados, entretanto, pelas investidas das lógicas ambientalistas. Estas últimas têm contribuído para conter investimentos de grande porte na Ilha, mas, apesar da Ilha toda hoje estar coberta por unidades de conservação, não têm conseguido impedir a expansão contínua da ocupação pelos interesses turísticos mais diversos. Além disso, há também os embates entre as visões técnicas, setoriais, que apesar de terem objetivos semelhantes, entram em disputa por compreensões conflitantes e interesses contraditórios.

No campo ambiental e, sobretudo, com relação às unidades de conservação no estado do Rio de Janeiro, a lógica preservacionista ainda é hegemônica. Nessa lógica, privilegiam-se as unidades de conservação de Proteção Integral, em que os bens patrimoniais são os ecossistemas em geral e as florestas em particular. Os mecanismos de preservação selecionam os bens de acordo com sua importância perante os valores hegemônicos, e valem-se da ideia de que é possível congelá-los, bloquear sua dinâmica.. Nesse contexto, a luta

patrimonialista de saberes das populações locais tem muita dificuldade de aceitação perante o Estado.

O poder para definir o que se protege no "meio ambiente" da Ilha é, a princípio, monopolizado pelo Estado, através dos órgãos ambientais. O mercado do turismo disputa essa hegemonia, negociando áreas ou desrespeitando a legislação. Entretanto, é importante perceber que os poderes hegemônicos não atuam sozinhos. As contra-hegemonias, que se tecem nos meios subalternos, podem se associar àquelas que se tramam no próprio Estado e até mesmo no mercado, tornando complexas as posses dos patrimônios e as pertenças territoriais. Apesar das questões ambientais serem geralmente relacionadas ao campo da ciência, pertencem fortemente ao campo da política, pois é nele que se disputam visões e direitos sobre o ambiente.

Nesse sentido nas diversas fontes de tensão com relação à política ambiental na Ilha Grande as relações pessoais influem e são influenciadas nos/pelos processos políticos mais gerais. A *participação* e a *política* não se fazem unicamente nos *fóruns*, mas, sobretudo, na vida cotidiana, no contato com o "outro".

Ao contrário da política partidária, que costuma ativar-se mais intensamente nos momentos próximos ao período eleitoral, a política dos conselhos e fóruns é vista, nesses espaços, como tendo que *estar à parte da política partidária*, pois neles *os limites partidários têm que ser superados para se poder entrar em concordância*. Nesse campo, o desafio dos *fóruns* seria articular essas visões de forma a estabelecer um *equilíbrio*. Essa ideia de equilíbrio das forças políticas, subjacente às práticas participativas dos *fóruns,* é traduzida como uma busca por *consenso*. Entretanto, esse *consenso* esbarra em contradições inerentes às visões que se enfrentam. O que se elabora como *consenso* nesses espaços, na verdade, é a hegemonia de um grupo sobre o(s) outro(s), associada ao peso de suas ideias/interesses na balança política, e que acaba por ser acatada pela maioria.

Os *fóruns* da Ilha têm sido pensados pelos órgãos ambientais como formas convenientes de promoção de *participação*. Os conflitos ambientais são vistos por eles como decorrentes da *falta de participação,* participação esta que, ao mesmo tempo, aparece como possibilidade concreta de solução (BEZERRA, 2005). Dessa forma, existe hoje uma pressão pela *participação efetiva* de representantes das diversas entidades e dos diversos segmentos sociais nesses espaços.

Foi possível perceber também que as experiências de *participação popular* nos *fóruns* estudados caracterizam-se, principalmente, pela diversidade de seus significados sociais. Os diferentes atores e grupos sociais envolvidos nesse campo a compreendem de forma diversa e

lhe atribuem sentidos diferentes. Ela se dá em função de um projeto pensado prioritariamente, em uma visão biocêntrica, por atores governamentais, entre outros, que comungam dos mesmos paradigmas; e a partir de concepções de território e patrimônio pertencentes a uma lógica excludente daquela das populações subalternizadas nessa cena, como se fosse comum a todos os atores envolvidos. Os planos e zoneamentos impõem uma visão/apreensão espacial a partir de objetivos de racionalização de usos, que entra em choque com lógicas nativas. Por mais que se tenha no discurso de *participação* a intenção de estimular a frequência desses atores às reuniões, essa *participação* é mais pensada no sentido de absorção da lógica hegemônica do que propriamente de intercâmbio de saberes. Ou seja, ela é vista como uma maneira de "educar", de "conscientizar" a população sobre uma "verdade", que é a da posição hegemônica. Nesse sentido, está implícita a ideia de que, ao serem bem informados, todos vão concordar com essa posição, gerando, então, o *consenso*. Tal lógica pressupõe um vazio intelectual por parte dos outros atores.

A motivação de participação nos conselhos é diversificada. Na concepção dos órgãos ambientais é forte a ideia de os conselhos existem para colaborar com a gestão das unidades de conservação e não para atuarem como fiscalizadores das ações do governo, como muitos dos outros membros o vêem. Um dos fatores que importam ao cidadão comum na participação nestes fóruns é a possibilidade de ter *acesso* a informações governamentais e discutir suas prioridades, poder obter informações sobre os planos e projetos do governo e ter uma parcela de influência nas decisões, mesmo que pequena. Há também, entretanto, a percepção desses espaços como *locus* de debates enigmáticos, que se dão a partir de linguagens técnico-científicas incompreensíveis para grande parte da população, que os encara com o temor de que, por incompreensão do que está realmente em jogo, possa legitimar ações que venham a prejudicá-la.

Ainda é difícil para os órgãos governamentais em questão compartilharem decisões com as instâncias *participativas*, sendo esta uma posição hegemônica, embora não única. Como se pôde constatar, mesmo um território constituído por determinado grupo social não se conforma internamente de modo estático e homogêneo. Dentro dos órgãos e também nas outras instituições representadas formam-se grupos, com opiniões muitas vezes conflitantes.

Tem sido questionada, nesses espaços, a prioridade do *poder público* como representante dos *interesses públicos*, emergindo assim uma valorização da atuação da *sociedade civil*. Tanto no conselho do PEIG quanto no da APA de Tamoios, foi discutida a questão da necessidade de se ter mais representantes da sociedade civil do que havia nas formações anteriores. Porém, essa necessidade é sentida por motivos diferentes. Enquanto

entre os atores representantes de instituições da sociedade civil, como ONG's, associações, etc., essa *participação* se dá no sentido de manter um maior controle sobre as ações do governo, para os atores governamentais torna-se importante o compartilhar de responsabilidades e a redução das críticas às suas ações.

O funcionamento dos conselhos da Ilha Grande tem sido visto por seus próprios membros como defasado em relação à demanda que se apresenta. Muitos acham que *poderiam ser mais efetivos*, e que a *participação* deveria ser maior. A partir da suposição de que *a participação de cada um depende da dos outros*, e como *a dos outros* é sentida como pequena, surge o sentimento de que há um *enfraquecimento do poder participativo*. É possível observar, também, que há um peso maior nas opiniões de alguns conselheiros, colocando-os em posição de centralidade. Embora isso decorra muitas vezes de suas próprias atitudes, tomando iniciativas para ações, estando sempre presentes, etc., eles mesmos se sentem *sobrecarregados* e *excessivamente expostos*. Expressam que pelo fato de se colocarem ativos no processo são vistos por outros membros como responsáveis pelo movimento. A posição de liderança em alguns momentos é assumida com orgulho e em outros como um peso.

A *baixa participação* tem sido considerada como prejudicial na confrontação com o governo. Na dinâmica dos fóruns, quando a opinião dos participantes é contrária à do órgão público surgem dificuldades, na medida em que, geralmente, as decisões são tomadas a partir da hierarquia do órgão, e não da opinião dos conselheiros. Essas situações têm sido resolvidas com a pressão dos conselheiros para que se prorroguem prazos, na esperança da construção de alianças que fortaleçam as posições contrárias, ou com a articulação de *acordos*, mesmo que provisórios. Porém, é também presente a ideia de que falta uma correção de rumo, ou seja, de que os conselhos precisam ser mais ouvidos pelos órgãos. Uma reclamação recorrente é a dos conselhos serem consultivos e, portanto, terem pouco poder, em relação ao governo. Entretanto, apesar de a decisão final ser uma prerrogativa do governo, as pressões dos conselheiros são capazes de mudar a configuração de poder em algumas situações.

O conteúdo dos debates nos *fóruns* está fortemente vinculado a interesses relacionados à inserção social de seus membros, mas também é comum que, com a frequência às reuniões, estes passem a se interessar pelos temas mais gerais. Os principais assuntos tratados são os projetos para a Ilha, a atualização dos planos de manejo, as questões de saneamento, as ocupações consideradas ilegais e o turismo, com seus efeitos ambientais e socioculturais. As relações entre os órgãos ambientais e a população local também são matéria de discussão nas reuniões. Apesar do discurso *participativo*, há ainda a percepção dos moradores de que têm

sido tratados de forma autoritária pelos órgãos. Não sentem o tempo presente como *um novo tempo*, como é anunciado nos *fóruns*. O sentimento de desconfiança permanece presente, dificultando o mútuo entendimento entre órgãos e população local.

Uma das principais tarefas dos *fóruns* é estabelecer regras para o uso dos espaços e propor novas interpretações e apreensões, vetando algumas práticas e valorizando outras, portanto, promovendo planejamentos e territorializações. Essa abordagem planejadora vista, aqui, como um investimento da "rua" sobre a "casa", na tentativa de inventar o "outro mundo", tomando de empréstimo a metáfora de Roberto DaMatta, indica que uma parte importante das políticas ambientais é exercida por meio da produção de planos e zoneamentos, ou seja, pela divisão e classificação do território em áreas onde são permitidos/proibidos usos distintos. Todas essas operações podem ser entendidas como "invenções" de mapas variados, organizando espaços de maneiras diferentes, delimitando e redelimitando relações de poder.

A promoção de *participação* nos *fóruns* ativa o contato que está ocorrendo entre os diferentes atores sociais, atendendo ou não às expectativas diversas, mesmo que de forma por vezes pouco percebida. O fato de chegarem até os fóruns reclamações, reivindicações e visões diferenciadas faz com que os órgãos ambientais precisem considerar aspectos anteriormente negligenciados, o que alimenta uma dissensão interna, possibilitando a abertura de espaços para uma luta ideológica e para alterações de posições/decisões. Isso foi muito observado no processo de recategorização do Aventureiro, em que a própria possibilidade de se discutir esse assunto foi sendo construída a partir de uma interação entre pessoas dos órgãos ambientais, da população local e outros atores sociais, como membros de ONG's e pesquisadores.

Um dos assuntos de maior interesse nos fóruns da Ilha é o turismo, que produz, constantemente, territorializações próprias de seu funcionamento e interconectadas com as ambientais, constituindo também patrimônios de vários tipos, desde "os recursos naturais" transformados em paisagem, até o patrimônio econômico gerado por ele. Nos fóruns circula a ideia de que é prioritário que o turismo na Ilha seja ordenado. Trabalhar neste sentido seria, inclusive, uma de suas principais atribuições, dada a importância local da atividade hoje. As possibilidades de influência dos participantes dos fóruns nos processos turísticos, entretanto, têm se mostrado pontuais e limitadas. Se na construção de planos e leis, nas reuniões, a tendência tem sido restringir a ocupação de áreas para construção de equipamentos de grande porte, por outro lado há uma grande dificuldade de limitar a imigração contínua e a ocupação de a Ilha por empreendimentos de menor porte.

Os atores que nos fóruns ocupam papéis centrais comporiam um "núcleo duro", que se torna co-responsável pelo seu funcionamento. É um grupo misto, formado por representantes dos diversos segmentos presentes, inclusive do próprio Estado, que se articula e se estabelece a partir de objetivos comuns. Aí se poderia perceber em operação o "sentido de comunidade", no entendimento proposto por Bauman (2003). Dessa forma, o que chamei de "núcleo duro" poderia ser também denominado de "conjunto", que se organiza como uma "comunidade moral". As "comunidades morais" (BAILEY,1971) estão pautadas em percepções, valores e categorias em comum, em códigos, sinais e práticas comunicativas, ou seja, em uma mútua inteligibilidade. Em caso de situações conflituosas mais marcantes, acionam-se mecanismos de aglutinação das redes, formando conjuntos maiores que podem ser denominados facções. Assim, um intercâmbio de saberes pode se dar de forma mais efetiva, apontando para a formação de contra-hegemonias pontuais, de acesso a micropoderes, no sentido de Foucault. Tem-se verificado, por exemplo, uma contra-hegemonia, construída nesses fóruns, da ideia de que na Ilha Grande não é possível construir *resorts* ou grandes condomínios, e de que o direito público deve ser respeitado acima do direito particular. Estas se tornaram, praticamente, plataformas de luta que unem setores muitas vezes contrários em outras questões. Outro momento em que se pode perceber essa operabilidade é no apoio à população do Aventureiro em sua luta por permanência na localidade.

As maiores tensões entre população local e governo ocorrem na Vila do Aventureiro, devido à uma situação descrita pelos moradores locais como de opressão. Os moradores atribuem essa situação ao fato de constituírem uma *comunidade pequena* e, também, de a unidade de conservação ser uma reserva biológica, ou seja, o tipo mais restritivo, abrangendo todo o território habitado. O processo de recategorização polarizou um diálogo de visões de mundo muito diferentes e territorializações contraditórias, que já vinha acontecendo desde a criação da Reserva e a chegada do turismo (FERREIRA, 2004). O que diferenciou esse processo do que ocorria anteriormente foi um movimento por parte dos órgãos ambientais no sentido de escutar as questões dos moradores. Isso implicou, algumas vezes, para o pessoal dos órgãos, o contato com as magoas e reclamações veementes dos moradores. Embora os representantes dos órgãos no processo de recategorização se esforçassem para explicar que eram diferentes, que era um novo tempo, para os moradores o tempo passado não havia se renovado.

No início do processo de recategorização, os moradores demonstravam concordância de opiniões, fazendo questão de se afirmarem como *caiçaras* e expressando uma firme intenção de permanência no Aventureiro. Essas atitudes pareciam ter o sentido de tornar

evidentes seus direitos ao lugar. Na medida em que foi se definindo a opção do governo pela instituição de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, unidade de conservação calcada na identidade "tradicional", e que foram absorvidas reivindicações sobre roça, pesca e turismo, delinearam-se divergências entre os moradores. Surgiu, então, uma rejeição à "tradicionalidade", vista como uma "camisa de força", e a defesa da possibilidade de *vender* a casa *para quem bem quiser e ir embora*. Esses sentimentos ambíguos em relação à identidade são explicados por Bauman (2005), para quem a identidade nada tem de essencial, se constituindo em algo construído a partir de objetivos (conscientes ou não), e que pode ser descartado ou substituído de acordo com as demandas que se apresentam.

Ao final do processo de discussões para a apresentação da proposta, os moradores se polarizaram em dois grupos: um *contra* e outro *a favor* da RDS. O grupo *a favor*, que em todo caso tem, também, desejos contraditórios em relação à proposta do governo, estaria se coadunando com a ideia de coesão de uma *comunidade* em torno de um projeto, na qual se propõe resguardar uma *cultura tradicional*, embora relacionada com as dinâmicas contemporâneas, o que não parece ser a principal preocupação do grupo *contra.* Esse segundo grupo é composto em grande parte por habitantes não-nativos, que teriam que deixar a localidade com a criação da RDS.

O Aventureiro foi aqui considerado como "um caso emblemático", por condensar de forma intensificada os debates tratados na tese. Nesse caso, o *consenso*, ou a hegemonia de um grupo, não é importante apenas para *a construção de um espaço democrático de decisões*, como tratado nos outros *fóruns*, mas é decisiva para a construção/desconstrução de espaços de vida, na medida em que a criação ou não da RDS representa a própria possibilidade de permanência ou não dos moradores na vila do Aventureiro.

Embora todos os processos descritos apontem para uma complexidade muito maior do que a que aparece nos discursos que defendem a proliferação dos *espaços públicos participativos*, há que se reconhecer o fato de colocarem em contato atores muito diferentes. Na construção dos intercâmbios culturais, dos acordos provisórios e das contra-hegemonias são ensejados avanços de algumas lógicas e perspectivas subalternas. Nesse caso, percebe-se que, ao contrário de uma mudança ampla na correlação de forças existente, o que se apresenta como possibilidade, a partir desses espaços, são mudanças localizadas, realizadas através das construções das leis, da mobilização da opinião pública para impedir projetos, limitando o espaço do governo para sua implantação, etc. No caso do Aventureiro, por exemplo, partes do governo se aliam a partes da população local e atores de origens variadas, como pesquisadores, ONG's, etc., para defender a proposta de RDS. Ao mesmo tempo, atores com

posições absolutamente divergentes, como ambientalistas preservacionistas e representantes de interesses econômicos, ficam lado a lado na discordância sobre esse tipo de unidade de conservação.

De tudo isso é possível concluir que o *movimento participativo* que se iniciou em 2007 foi aos poucos sendo desmobilizado. Pode-se dizer que houve um avanço no sentido da construção dos espaços dos conselhos, porém é necessário questionar até que ponto isto resultou em maior participação dos diversos atores no processo. É notório à observação que a correlação de forças dos segmentos sociais presentes nesta cena permanece atravessada por uma grande assimetria de poderes. Grande parte das decisões dos órgãos ambientais ainda é marcada por uma lógica que se nega a encarar de maneira mais profunda as questões sociais envolvidas na tarefa de *conservar a natureza*. Por outro lado têm-se os interesses privados atuando com certa liberdade na privatização de espaços públicos e na hegemonia do consumo dos espaços. Os principais afetados continuam a ser as populações mais pobres, que com pouca autonomia e poder de decisão têm dificuldade de opinar nos processos, apesar de todo um discurso que se articula em seu nome e em seu benefício.

Nesses embates, o que parece importante é o aproveitamento das oportunidades que surgem como a de resguardar direitos por meio da legislação, feita a várias mãos em *reuniões participativas*, ou frear ações não desejadas em reuniões de consulta pública. Essas oportunidades, por vezes, estão localizadas nos tempos rápidos de decisões e alianças imediatas, mas também em tempos lentos, processuais, feitos para "compreender". Uma mistura de "urgências" e necessidades. Urgência em algumas decisões porque senão *a oportunidade vai passar*, *o governo vai mudar*, ou porque *não se aguenta mais a situação*. Necessidades de compreender bem o que está ocorrendo, de amadurecer as ideias, de *não atropelar o processo*. Nos tempos longos em que um projeto permanece em uma gaveta, e no átimo de tempo que uma assinatura precisa para selar o destino de incontáveis pessoas. O tempo rápido das necessidades prementes. Os tempos das mudanças, das resistências, do ir e vir, dos ciclos, dos avanços e dos retrocessos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2003.

ABREU, R. & CHAGAS, M. Introdução. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ADAMS**,** Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.

ANDERSON, P. & outros. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ARANTES, A. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua savalguarda. **Revista Resgate**, Unicamp, São Paulo, 2004.

AVRITZER. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAILEY, F.G. **Gifts and Poison. The Politics of Reputation**. Nova York: Schocken Books, 1971.

BAREL**,** Y. Le social et ses territories. In: AURIAC, F. & BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris:S.L. Fondation Diderot/ Fayard, 1986.

BARRÈRE, C. *et al*. **Réinventer le patrimoine**. Paris: L'Harmattan, 2005.

BARRETTO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

BASTOS, M.P. & CALLADO, C.H. **O ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BASTOS, M.; PRADO, R. M.; SANTIAGO, A. M.; BIRMAN, P.; CADEI, M.; CATAO, H.; MENDONÇA, T. C.; BAKKER, A.; FERRARREZ, A.; GYLAIN, H.; MENDONÇA, M.; AYROSA, E.; WIEDEMANN, M.; ZANATTA, R.; ARAÚJO, J. R. L. de; PEREIRA, V. C.; CRUZ, A.; ROSEIRO, T.; ARAÚJO, A.; ATTIANEZI, M.P. Caracterização Sócio-

Econômica Geral da Ilha. In: BASTOS, M. P.; CALLADO, C. H. (org.). **O Ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECK, U. **La sociedade del riesgo:** hacia uma nueva modernidad. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica Barcelona, 1998.

BEZERRA, M.O. **Práticas participativas, formas de ação coletiva e trajetórias políticas**. Montevidéu: VI Reunião de Antropologia do Mercosul, 2005.

BOCAYUVA, P.C.C. ONG's brasileiras: um campo institucional com novos significados, **Proposta**, ano 28, n. 81, 1999.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguisticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.

BRAGA, R. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. In: CARVALHO, P. F. de; BRAGA, R. (orgs.). **Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias**. Rio Claro: LPM-Unesp, 2001.

BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. & DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

CABRAL, M. Memória, patrimônio e educação. **Revista Resgate**, Unicamp, São Paulo, 2004.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

CASTELLS**,** M. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. I. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In:. **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1995.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CORDIOLI, S. **Enfoque participativo:** Um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Gênesis, 2001.

COSTA, D. M. Pelas veredas da participação popular: considerações a partir de uma etnografia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro – 1997-2000. **Anais da IV Reunião de Antropologia do Mercosul,** Curitiba, 2001.

COSTA, G. V. da. **A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul**: Conflitos e disputas sob a tutela ambiental. PPGAS/MN/UFRJ. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **O Aventureiro, Ilha Grande-RJ**: uma análise de mudança social. PPGAS/MN/UFRJ. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, G. V. L.; FERREIRA, H. C. H.; PRADO, R. Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. In: BARTHOLO, R.; SANDOLO D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

COSTA**,** R. H. da, **O mito da desterritorialização:** "do fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DIEGUES, A.C. & Nogara, P. **Nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub, USP, 1994.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Huicitec, 1996.

_____. **Ilhas e mares, simbolismo e imaginário**. São Paulo: Huicitec, 1998.

DIEGUES, A.C. & Arruda, R. **Saberes tradicionais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil, pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DRUMMOND, J.A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 1997.

DURÁN, F. E., Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralidad. In: **Revista Estudos-Sociedade e Agricultura**, CPDA, Rio de Janeiro, nº 11, 1998.

DUPUY, J., Da ecología à crítica da sociedade industrial. In**: Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ESCOBAR, A. Antropologia y desarollo. 1997. Disponível em: www.unc.edu/~aescobar/. Acesso em: novembro de 2009.

_____. Depois da natureza: passos para uma ecologia política antiessencialista. In: PARREIRA, C. & ALIMONDA, H. (orgs.). **Políticas Ambientais Latino-Americanas.** Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

FERNANDEZ, A.C.F. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. IFCS/ UFRJ. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, H. C. H., **Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro - Ilha Grande/RJ**. CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Percepções, práticas e poderes relacionados ao ambiente na Ilha Grande. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília, 2008.

_____. Produção e consumo do ambiente: reflexões sobre o turismo na Ilha Grande/RJ. **Anais do XI Encontro de Turismo com Base Local - ENTBL**, Niterói, 2010.

FOUCAULT, M. **Um diálogo sobre el poder y otras conversaciones**. Madri: Alianza Editorial, 2007.

_____. **A microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação. In: SILVA, T. T. & GENTILI, P. **Escola S. A**.: quem ganha e quem perde no mercado do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: Letras, 2006.

GONÇALVES, J.R. Apresentação. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GONÇALVES, J.R. O patrimônio como categoria de pensamento. In **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de janeiro: DP&A editora, 2003.

GUEBEL, C., O bar da Tita: política e redes sociais. In: PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

GUERRERO, M.D.M.G., La rede social como elemento clave del desarrollo local, In: Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, Lisboa, 1995.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAGINO, C.H.M.S. **O conflito sócio-ambiental no processo de recategorização da Reserva Biológica da Praia do Sul, Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ**: a praia do Aventureiro em disputa. Niterói, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/UFF. Dissertação de Mestrado, 2009.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos – Palavras-chave da antropologia transnacional. In: ***Mana 3/1*.** Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ e Contra Capa, 1997.

HOBSBAWM, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INGOLD, T. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS,** n. 28, 1995.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo.** A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JUNGBLUT, A.L. Heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, 2004.

KAYSER, B. **La Renaissance Rurale: sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris, Armand Colin, 1990.

KERTZER, D. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, 2001.

KUSHNIR, K. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro Zahar, 2007.

LACAN, J. "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada". **Escritos**. Rio de Janeiro. Zahar, 1998.

LANDIM, L. **A invenção das ONG's:** do serviço invisível à profissão sem nome. PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 1993.

LATOUCHE, S. **Survivre au developpement**. Paris, Ed. Mille et Une Nuits, 2002.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE LOPES, J.S. *et al*. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LITTLE**,** P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. **23ª Reunião Brasileira de Antropologia***,* RS, 2002.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. & CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, 2008.

LUCHIARI, M. T. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo? In: SERRANO, C. & BRUUHNS, H. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus Editora, 2001.

MACHADO, R. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2008.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

MARIÉ, M. Penser son territoire: pour une epistémologie de l'espace local. In: AURIAC, F. & BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fondation Diderot/ Fayard, 1986.

MARTINHO**,** C. **Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. WWF-Brasil, 2003. Disponível em: www.wwf.org. Acesso em: janeiro/2008.

MELLO, C.E.H.V. **Apontamentos para servir à história fluminense (Ilha Grande/Angra dos Reis)**. Rio de Janeiro: Edição Conselho Municipal de Cultura de Angra dos Reis, 1987.

MENESES, U.T.B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Orientações básicas para a formação dos conselhos de unidades de conservação**. Brasília: 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. Portaria Nº. 581/06. Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, Núcleo Angra dos Reis, RJ, 2006.

MOREIRA, R. J. & GAVIRIA**,** M. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquaril. In: **Estudos - Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, 2002.

OLIVEIRA**,** R. C. de. Um conceito antropológico de identidade. **Revista ALTER,** Brasília: UNB, 1974.

OLIVEIRA, F.C. **Capacidade de carga nas cidades históricas.** Campinas: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, R. R. Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande/RJ. **Revista Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 82, 2002.

OLIVEIRA, R. R.; LIMA, D. F.; DELAMÔNICA, P.; SILVA, R. F. ; TOFFOLI, D. D. G.; Roça caiçara: um sistema "primitivo" auto-sustentável. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 108, 1995.

PALMEIRA, M. **Poder local**. Rio de Janeiro: PPGAS, MN/UFRJ, 1988. (mimeo)

PORTILHO, F. Consumo verde e cidadania: possibilidades de diálogo? **Methodus,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1999.

PRADO**,** R. **Depois que entrou o Imbamba: percepções de questões ambientais na Ilha Grande**. Trabalho apresentado na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia, Distrito Federal, 2000.

_____. Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. **Caderno Virtual do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, 2003.

_____. De praias que viram morros: deslocamento de população na Ilha Grande. In: CARNEIRO, S. (org.). **A cidade:** olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PRADO, R. & CATÃO, H. Fronteiras do Manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação. **Anais da 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, ABA, 2008.

BASTOS, M.; PRADO, R. M.; SANTIAGO, A. M.; BIRMAN, P.; CADEI, M.; CATAO, H.; MENDONÇA, T. C.; BAKKER, A.; FERRARREZ, A.; GYLAIN, H.; MENDONÇA, M.; AYROSA, E.; WIEDEMANN, M.; ZANATTA, R.; ARAÚJO, J. R. L.; PEREIRA, V. C.; CRUZ, A.; ROSEIRO, T.; ARAÚJO, A.; ATTIANEZI, M.P. Caracterização Sócio-Econômica Geral da Ilha. In: BASTOS, M. P.; CALLADO, C. H.. (Org.). **O Ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

RAFFESTIN**,** C. Écogénèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, F. & BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: S.L. Fondation Diderot/Fayard, 1986.

_____. O que é território? In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RIVIÈRE, C. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RODRIGUES, A.M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YAZIG, E.; CARLOS, A.F.A. & CRUZ, R.C.A. (orgs). **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Huicitec, 2002.

ROMANO, J. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. & ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

ROMANO, J. **Política nas políticas: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, Tese de Doutorado, 2007.

SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

SANT'ANNA**,** R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação:** reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGSA, Dissertação de Mestrado, 2003.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: FFLCH, 2008.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, A.C.C. A atuação das Organizações Não-Governamentais entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TURNER, V. **Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu.** Niterói: Eduff , 2005.

URRY, J. **O olhar do turista, lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

VELHO, O. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

VILAÇA**,** A. & MAIA, A. **O povo do Aventureiro**. Rio de Janeiro: Feema, 1988. (mimeo)

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Revista Mana,** Rio de Janeiro, nº 8, 2002.

ZAZONI, M. *et al*. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. In: **Desenvolvimento e meio ambiente.** A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/ natureza. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

Sites consultados:

www.ilhagrande.com
www.ilhagrande.org
Acesso em 03 e 04 de fevereiro de 2010.

Outras fontes:

ALLEN, G., BIRMAN, P., CATÃO, H., COSTA, G., GOMES, MASCARENHAS, R., OLIVEIRA, R., PIAULT, M., PRADO, R., SANTOS, M., TOFFOLI, D., VILAÇA, M.A., VALLEJO, R., WUNDER, S. 2006. "Argumento pró-Aventureiro". 2006.

Associação de Moradores Tradicionais da Parnaioca, "Dossiê Histórico da Praia da Parnaioca", 2010.

CONSIG, Turismo qualificado e sustentável. Desenvolvimento sustentável da Ilha Grande. 2008.

Grupo de Trabalho Aventureiro. **Proposta de criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro e normas aplicáveis.** Rio de Janeiro, SEA, 2009.

Grupo de Trabalho Aventureiro. **Proposta de criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro e normas aplicáveis**. Rio de Janeiro, SEA, 2010.

INEA. **Caracterização Ambiental Preliminar e Identificação de Áreas Sujeitas a Risco nas Unidades de Conservação Ambiental Inseridas na Ilha Grande**. Rio de Janeiro, 2010.

INEA. **Plano de Manejo do PEIG**, (proposta em construção). 2010.

MMA, "Orientações básicas para a formação dos conselhos de unidades de conservação". 2004.

Parceiros da Terra, "Avaliação crítica dos programas existentes para a Ilha Grande", 2006.

TANGARÁ**.** Serviços em Meio Ambiente e Turismo, Ilha Grande – **Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande**. 1998.